



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)**  
**Doutorado em Sociologia**



LILIANA ARAGÃO DE ARAÚJO

**UM ESTRANHO EM CASA? CASAMENTO, GÊNERO, IMIGRAÇÃO E  
INTERCULTURALISMO EM ARACAJU**

São Cristovão — SE

2021

**LILIANA ARAGÃO DE ARAÚJO**

**UM ESTRANHO EM CASA? CASAMENTO, GÊNERO, IMIGRAÇÃO E  
INTERCULTURALISMO EM ARACAJU**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes

São Cristovão – SE

2021

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A663e Araújo, Liliana Aragão de  
Um estranho em casa? Casamento, gênero, imigração e  
interculturalismo em Aracaju / Liliana Aragão de Araújo ; orientador  
Marcelo Alario Ennes. – São Cristóvão, SE, 2021.  
219 f.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de  
Sergipe, 2021.

1. Sociologia. 2. Casamento. 3. Emigração e imigração. 4.  
Estudos interculturais - Aracaju. I. Ennes, Marcelo Alario, orient.  
II. Título.

CDU 316.811.113(813.7)

**LILIANA ARAGÃO DE ARAÚJO**

**UM ESTRANHO EM CASA? CASAMENTO, GÊNERO, IMIGRAÇÃO E  
INTERCULTURALISMO EM ARACAJU**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes – Presidente  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFS

---

Prof. Dr. Natalia Ramos  
Universidade Aberta - UAb/Portugal

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Helena Santana Cruz  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFS

---

Prof. Dr. Pericles Moraes de Andrade Júnior  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vilma Soares de Lima Barbosa  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFS

A todas as mulheres que vieram antes de mim e proporcionaram-me  
acessar a educação superior, de modo especial à minha mãe.

## AGRADECIMENTOS

Finalizar um processo de pesquisa longo, tortuoso, solitário e em meio a uma pandemia coloca-me mais uma vez numa condição de privilégio. Privilégio por conseguir acessar a educação pública, o ensino superior e, hoje, pleitear o título de doutora em sociologia. Eu, uma mulher, de classe baixa, do interior do menor Estado da Federação, posso garantir que foi a educação que mudou a minha vida, foi a inserção de pessoas comprometidas com ela que me possibilitou chegar até aqui, que me fez não desistir.

E como feminista que sou, não posso agradecer senão à Nossa Senhora, uma mulher que, numa sociedade marcada pelo machismo, decidiu gerar o seu filho. Obrigada por ser minha guia, minha inspiração de mulher forte que marcou uma época. Apesar de toda a santificação que a imagem de Nossa Senhora gera na sociedade, é fonte de força, determinação, amor e coragem para mim e foi nessa coragem em que me agarrei e na qual encontrei a fé necessária para não desistir.

Obrigada à minha mãe terrena, que me gerou, deu-me à luz, ensinou-me a ser forte, a estudar, a perseverar e a não deixar que os outros decidissem por mim. Todas as minhas vitórias são para ti. Daí do plano superior eu sei que a senhora nunca me desamparou. Obrigada por ser minha maior inspiração.

Ao Professor Dr. Marcelo Ennes, meu orientador: o senhor é meu maior exemplo de empatia, humildade e educador. Ao longo do curso, o senhor foi mais que um orientador da pesquisa: foi um amigo, entendendo, dando força e cobrando na medida. O processo de pesquisa foi mais leve, pois estive de mãos dadas com o senhor. Obrigada por me fazer crescer enquanto pesquisadora, enquanto estudiosa da sociologia, por inserir na minha base teórica conceitos pouco estudados por mim. Obrigada por me fazer uma pessoa melhor.

À professora Dra. Maria Helena Cruz, fonte de inspiração, a minha orientadora de graduação e mestrado. A pessoa que fez eu me apaixonar pela pesquisa. Toda a minha gratidão, pois minha trajetória foi alterada graças a sua inserção em minha vida.

Ao Programa de Pós-graduação em Sociologia pelo incentivo que possibilita aos seus discentes. Principalmente a Jonatha e Daiana, os quais tornam as burocracias acadêmicas mais leves, lembram-nos os prazos, fazem com que nos preocupemos prioritariamente com a pesquisa.

Aos meus amigos de GEPPIP, que de colegas de universidade tornaram-se amigos de uma vida; de modo especial a Allisson, Cleber, Eduardo, Carol, Bruno Henrique, André e Rose por todas as discussões teóricas que travamos, pelos almoços no RESUN, pelas

gargalhadas nos corredores, pelos eventos que fizemos, pelo compartilhamento de experiências de vida.

Aos amigos da minha turma de doutorado: quantas aventuras passamos juntos... que bom que estavam comigo. Quero agradecer principalmente a Jonatha, o nosso amor foi a primeira vista. Você, sem dúvidas, é uma grande inspiração e será um grande nome na sociologia. Admiro-te!

À minha banca de qualificação, Profa. Dra. Maria Helena Cruz e Prof. Dr. Frank Marcon, pelas contribuições; o olhar aprofundado de vocês pelo meu tema fez com que ele crescesse, ganhasse forma.

Ao Pirulito, o meu filho de quatro patas, que chegou à minha vida na fase final e deu leveza a todo processo. Foram horas, dias, semanas ao pé da minha cadeira me observando digitar, chorar, sorrir e concluir. Pirulito é mais que um cachorro, é a prova viva de que o amor é construído, de que filiação não depende de sangue, mas, sim, de cuidado, afeto e proteção.

Aos meus irmãos, cunhado e sobrinhos: como é bom tê-los dividindo esta loucura que se chama vida. Obrigada por estarem ao meu lado durante todo o processo, principalmente por, na fase final, fazerem com que eu não me preocupasse com almoço – uma bobagem, mas que me fazia tão bem. Obrigada por acreditarem em mim, por serem meus maiores fãs e incentivadores. A vida sem vocês seria muito vazia.

Ao meu pai, por sempre me incentivar a estudar desde a minha infância.

Aos meus avós, de modo especial ao meu avô Antonio, que nos deixou no meio do curso. A sua “doutorinha” agora é doutora!

Aos meus primos, os meus amigos mais fiéis. A Thiago, Thais, Thainá, Felipe, Anderson e Luana: vocês são sensacionais.

À Prefeitura Municipal de Aracaju, em especial a Fernanda França, Angela Prata e Maria Ilza. Sem vocês seria muito difícil articular trabalho e pesquisa. Obrigada por entenderem as dificuldades de mulher, estudante e trabalhadora.

Às minhas amigas. À Soninha, por ser minha fã número um, por ser meu ombro amigo sempre disponível, colo confortável para ser quem sou, para me despir e poder ser frágil. À Aldinha, por tantas discussões teóricas acaloradas, pelos risos, conversas bobas, pelo carinho comigo e com Pirulito. A Larise, Camilla, Gisele, Diane, Thaylane, Catharina e Gleicy por entenderem os meus sumiços, o meu tempo reduzido, minhas ausências, mas, principalmente, por fazerem-me sorrir tanto.

Aos meus entrevistados, que abriram as portas das suas residências, estabelecimentos comerciais, que me deixaram penetrar na vida conjugal. Por terem-me acolhido com respeito e cuidado. Sem vocês, nada disso seria possível.

À banca de defesa por aceitarem o convite e mergulharem no mundo teórico que eu construí baseada em teorias tão bem articuladas pelos senhores. Uma honra tê-los em meu processo acadêmico.

A todos que estiveram presentes na minha vida ao longo desses trinta e cinco anos. Sem dúvidas, todos que passaram por mim contribuíram de algum modo, ainda que não tenha sido diretamente, mas certamente foi indiretamente. E, por fim, lembrar que a educação e o conhecimento são a maior arma que podemos ter.

Que nós, mulheres, possamos fomentar em todas aquelas que passam pela nossa vida o desejo de transformar e a confiança de podermos lutar pelos nossos sonhos.

Obrigada, Universidade Federal de Sergipe, por ser parte constituinte do meu ser profissional, acadêmico e humano.

Obrigada, educação pública!

## RESUMO

Na conexão entre a teoria decolonial de gênero e a interculturalidade, esta pesquisa busca responder a seguinte pergunta de partida: como são construídos os papéis sociais de gênero nos casamentos interculturais, entre mulheres brasileiras e homens imigrantes que vivem em Aracaju? Para tanto, tracei como objetivo geral compreender como são construídos os papéis sociais de gênero em casamentos interculturais entre mulheres brasileiras e homens imigrantes residentes em Aracaju; e como objetivos específicos: identificar como se processa a transmissão dos rituais familiares em famílias com cônjuges de nacionalidades diferentes; compreender quais as representações sociais preexistentes sobre o homem estrangeiro e a mulher brasileira; analisar como ocorrem as relações de poder nas decisões do cotidiano destas relações; investigar se nestas relações conjugais os papéis sociais historicamente construídos entre homens (espaço público) e mulheres (espaço privado) são repetidos; investigar quais as disputas e tensões destas relações. A opção em nominar casamentos interculturais, tendo como recorte, nesta tese, pessoas de nacionalidades, línguas maternas e raízes culturais diferentes se dá a partir da compreensão acerca das diferenças e desigualdades destas relações, compreendendo que elas – as diferenças e desigualdades – restituem as relações de poder e hierarquias muitas vezes invisibilizadas. Para tanto, realizei entrevistas com nove casais de nacionalidades diferentes residentes em Aracaju. Estas entrevistas foram realizadas na residência do casal, no comércio ou em algum ambiente indicado pelos entrevistados. Utilizei a técnica de história oral, através de entrevista não diretiva e obtive autorização para gravação de todas as entrevistas. Apesar da heterogeneidade da amostra, observei que a construção social dos papéis de gênero em relações interculturais preserva as características de dominação masculina e de assimetrias de poder entre homens e mulheres. No entanto, quando articulados os demais marcadores identitários como raça, classe e nível educacional, tem-se relações mais igualitárias visto que a mulher possui mais autonomia econômica, está no seu país nativo, com sua cultura nativa, seus familiares e amigos.

**Palavras-chave:** Casamento intercultural, gênero, imigração.

## ABSTRACT

In the connection between the decolonial theory of gender and interculturality, this research seeks to answer the following starting question: how are the social roles of gender constructed in intercultural marriages, between Brazilian women and immigrant men living in Aracaju? In order to do so, I drew with a general objective to understand how the social roles of gender are constructed in intercultural marriages between Brazilian women and immigrant men residing in Aracaju; and as specific objectives: to identify how the transmission of family rituals in families with spouses of different nationalities is processed; understand what are the preexisting social representations about the foreign man and the Brazilian woman; analyze how power relations occur in the daily decisions of these relations; investigate whether in these conjugal relationships the social roles historically constructed between men (public space) and women (private space) are repeated; investigate what are the disputes and tensions of these relationships. The option of naming intercultural marriages, having as a focus, in this thesis, people of different nationalities, mother tongues and cultural background, is based on an understanding of the differences and inequalities of these relationships, and understanding that they – the differences and inequalities – they restore power relations and hierarchies that are often made invisible. For that, I conducted interviews with nine couples of different nationalities residing in Aracaju, it is important to point out that all men have different native countries. These interviews were carried out at the couple's residence, at the store or in some environment indicated by the interviewees. I used the oral history technique, through a semi-structured interview, and obtained authorization to record all interviews. Despite the heterogeneity of the sample, I observed that the social construction of gender roles in intercultural relations preserves the characteristics of male domination and power asymmetries between men and women. However, when articulated to other identity markers such as race, class, educational level, there are more egalitarian relationships, as women have more economic autonomy, are in their native country, with their native culture, their families and friends.

**Keywords:** Intercultural marriage, gender, interculturality.

## RESUMEN

En la conexión entre la teoría decolonial del género y la interculturalidad, esta investigación busca responder la siguiente pregunta de partida: ¿cómo se construyen los roles sociales de género en los matrimonios interculturales, entre mujeres brasileñas y hombres inmigrantes residentes en Aracaju? Para ello, dibujé con el objetivo general de comprender cómo se construyen los roles sociales de género en los matrimonios interculturales entre mujeres brasileñas y hombres inmigrantes residentes en Aracaju; y como objetivos específicos: identificar cómo se procesa la transmisión de los rituales familiares en familias con cónyuges de distintas nacionalidades; comprender cuáles son las representaciones sociales preexistentes sobre el hombre extranjero y la mujer brasileña; analizar cómo ocurren las relaciones de poder en las decisiones diarias de estas relaciones; investigar si en estas relaciones conyugales se repiten los roles sociales históricamente construidos entre hombres (espacio público) y mujeres (espacio privado); Investigar cuáles son las disputas y tensiones de estas relaciones. La opción de nombrar los matrimonios interculturales, teniendo como foco, en esta tesis, personas de diferentes nacionalidades lenguas maternas y antecedentes culturales, se basa en la comprensión de las diferencias y desigualdades de estas relaciones, y en la comprensión de que – las diferencias y desigualdades – restauran las relaciones de poder y las jerarquías que a menudo se invisibilizan. Para eso realicé entrevistas con nueve parejas de diferentes nacionalidades residentes en Aracaju, es importante señalar que todos los hombres tienen diferentes países de origen. Estas entrevistas se realizaron en la residencia de la pareja, en la tienda o en algún ambiente indicado por los entrevistados. Utilicé la técnica de historia oral, a través de una entrevista semiestructurada, y obtuve la autorización para grabar todas las entrevistas. A pesar de la heterogeneidad de la muestra, observé que la construcción social de los roles de género en las relaciones interculturales conserva las características de dominación masculina y asimetrías de poder entre hombres y mujeres. Sin embargo, cuando se articulan a otros marcadores de identidad como raza, clase, nivel educativo, existen relaciones más igualitarias, ya que las mujeres tienen más autonomía económica, se encuentran en su país natal, con su cultura nativa, sus familias y amigos.

**Palabras clave:** matrimonio intercultural, género, interculturalidad.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACNUR – Agência da ONU para Refugiados  
CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos  
CNB/CF – Colégio Notarial do Brasil/Conselho Federal  
DAGV – Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis  
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos  
GEPIIP – Grupo de Estudos e Pesquisa “Processos Identitários e Poder”  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IOM – International Organization for Migration  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
LAEMI – Laboratório de Estudos sobre as Migrações Internacionais  
MJSP – Ministério da Justiça  
NEPO – Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”  
OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais  
ONG – Organização Não-Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PF – Polícia Federal  
PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UFS – Universidade Federal de Sergipe  
UNICAMP – Universidade de Campinas

## LISTA DE IMAGENS

**Imagem I:** Processo de abordagens da categoria cultura, segundo Appadurai

**Imagem II:** Fluxos migratórios dos séculos XIV a XIX

**Imagem III:** Principais fluxos migratórios no final do século XX e início do século XXI

**Imagem IV:** Ações de migrantes internacionais, registro do ano de 2020

**Imagem V:** Número da migração internacional em 2017

**Imagem VI:** Número médio de migrantes para as regiões mais desenvolvidas

**Imagem VII:** Relação sexo e faixa etária da população migrante no mundo

**Imagem VIII:** Capa da Revista Focus em Portugal

**Imagem IX:** Propaganda da EMBRATUR

**Imagem X:** Características impostas socialmente a homens e mulheres

**Imagem XI:** Bailarina dançando dança do ventre

## LISTA DE TABELAS

**Tabela I:** Perfil dos entrevistados

**Tabela II:** População residente no Brasil, por nacionalidade

**Tabela III:** Casamentos, por nacionalidade dos cônjuges masculino e feminino, segundo lugar de registro – Ano 2017

**Tabela IV:** Casamentos, por nacionalidade dos cônjuges masculino e feminino, segundo lugar de registro – Ano 2019

## LISTA DE GRÁFICOS

**Gráfico I:** Imigração total no Brasil (1820-1975)

**Gráfico II:** Número total de imigrantes no Brasil (ativos e inativos), abril de 2019

**Gráfico III:** Casamentos de homem estrangeiro com mulher brasileira, por região – Ano 2017 e 2019

**Gráfico IV:** Casamentos de homem estrangeiro com mulher brasileira, por Estado – Ano 2017

## SUMÁRIO

LISTA DE IMAGEM .....	13
INTRODUÇÃO .....	18
CAPÍTULO I – O CAMINHAR METODOLÓGICO DA PESQUISA .....	28
1.1 O problema de pesquisa: Casamentos como relações interculturais .....	30
1.2 Instrumentos, técnicas e atores da pesquisa .....	40
CAPÍTULO II – CULTURA, INTERCULTURALIDADE E MIGRAÇÕES ..	51
2.1 Cultura, interculturalidade e fluxos migratórios .....	53
2.2 Os fluxos migratórios internacionais .....	60
2.3 Os fluxos migratórios no Brasil .....	69
CAPÍTULO III – A CATEGORIA GÊNERO E SUA IMPORTÂNCIA PARA PENSAR OS CASAMENTOS INTERCULTURAIS ATUAIS SOB A LUZ DA SOCIOLOGIA .....	85
3.1. O desafio da teoria de gênero na produção intelectual .....	85
3.2. Dos estudos feministas aos estudos de gênero.....	92
3.3 A interseccionalidade gênero-classe-raça/etnia: Por um estudo decolonial .....	96
3.4 Conexões: gênero e migrações .....	106
CAPÍTULO IV- BRASILEIRAS E IMIGRANTES: PARA PENSAR A CONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA INTERCULTURAL.....	110
4.1 Apresentação dos sujeitos .....	111
4.1.1 José e Mariana: Perdidos e achados.....	111
4.1.2 Carlos Gustavo e Sílvia: Trabalhar, viajar e se apaixonar .....	112
4.1.3 Eduardo e Wallis: tão diferentes e tão parecidos .....	113
4.1.4 Francisco e Mary: ainda em busca de um lar.....	114
4.1.5 Carlos e Isabel: Viver também é uma batalha .....	115
4.1.6 Pedro e Leopoldina: Uma vida na ponte área Aracaju/Madri.....	116
4.1.7 Harry e Meghan: Os entre dois .....	117
4.1.8 – John e Yoko – “Caí num buraco em sai casada” .....	118
4.1.9 – Tom e Gisele: Conectados por fibra ótica.....	118
4.2 O Nascimento da Família Intercultural.....	119

4.2.1 A trajetória Migratória .....	124
<b>CAPÍTULO V: GÊNERO, FAMÍLIA, CASAMENTO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</b>	
141	
5.1 Os rituais familiares e o encontro entre duas culturas .....	143
5.2. Representações sociais sobre o homem estrangeiro e a mulher brasileira.....	149
5.3 Relações de poder no cotidiano dos casamentos interculturais .....	167
5.4 O público e privado na construção dos papéis sociais de gênero .....	175
5.5 Disputas e tensões nos casamentos interculturais.....	185
CONCLUSÕES .....	193
REFERÊNCIAS.....	200
ANEXOS .....	209

## INTRODUÇÃO

Quero começar esta tese lembrando a etimologia da palavra “estranho”: no latim, *extraneu* significa “que é de fora”; já o dicionário Aurélio (2010) apresenta as seguintes definições para a palavra: “que é de fora; estrangeiro; alheio”. Dessa forma, o título deste trabalho de pesquisa já faz o/a leitor/a pensar sobre o que vou discutir, sobre diferenças, sobre estranhezas de duas pessoas que coabitam, pessoas que possuem raízes culturais diferentes. Contudo, superando a ideia naturalizada do termo “estranho”, quero argumentar que, nesta tese, ele, “o estranho”, não é apenas o “estrangeiro” ou a “personificação do intruso” (TEDESCO, 2016), o cubano, o francês ou o sírio, que, ao chegarem a um novo país, num novo grupo social, encontram um padrão cultural diferente, língua materna, regras sintáticas, rituais (SCHÜTZ, 2010) e tantas outras diferenças. O estranho aqui é também esta nova cultura. O “estranho” são os dois indivíduos que resolveram unir-se em matrimônio, o imigrante para a nativa e a nativa para o imigrante.

A discussão que realizo está assentada nos estudos sobre grupos minoritários, os quais têm ganhando força no debate sociológico. Pesquisas com foco em questões de gênero, sexualidade, classe, raça e etnia receberam, nas últimas décadas, papel de destaque nas humanidades. Assim, os estudos com foco na ideia do “outro”, e como são produzidas concepções sociais que naturalizam, por vezes, as relações assimétricas de marcadores identitários como raça, etnia, gênero e nacionalidade, ganharam protagonismo social nas primeiras décadas do século XXI.

No contexto migratório, as fronteiras espaciais e as suas legitimações legal e simbólica possibilitam o crescimento dessa ideia do “outro”, do diferente. Por outro lado, a busca em compreendê-lo fez emergirem os debates sobre as diferenças e desigualdades, levando a assumirem um lugar privilegiado nos debates acadêmico e social. Como cientista social, busco com este trabalho de pesquisa observar, descrever e analisar os casamentos interculturais. A opção em nominar casamentos interculturais, tendo como recorte, nesta tese, pessoas de nacionalidades, línguas maternas e raízes culturais diferentes se dá a partir da compreensão acerca das diferenças e desigualdades destas relações, compreendendo que elas – as diferenças e desigualdades – restituem as relações de poder e hierarquias muitas vezes invisibilizadas (ENNES, 2014).

Na perspectiva de compreensão das diferenças e desigualdades resultantes da hibridação entre culturas díspares, esta pesquisa busca analisar casamentos interculturais sob a ótica das relações de gênero. Ou seja, a análise de casamentos entre pessoas de nacionalidade diferentes a partir do recorte do homem imigrante e da mulher brasileira, cis heterossexuais, com línguas maternas diferentes e na perspectiva da construção social dos papéis de gênero. Não quero afirmar com isso que homens e mulheres de mesma nacionalidade não possuam diferenças culturais, mas que os marcadores identitários de nacionalidade, gênero e língua impactam na construção das diferenças.

Apesar de, aparentemente, a discussão sobre relações conjugais estar relacionada ao ambiente privado, na minha concepção elas apresentam uma relevância política e social. Observo que a análise das conjugalidades interculturais se mostra relevante social e sociologicamente a partir das seguintes afirmativas: i – é a família (e aqui entendo família como um conjunto de pessoas com laços afetivos, sanguíneos ou não) o primeiro ciclo social em que o indivíduo estabelece relações sociais; ii – a família é uma relação social plena, a qual engloba todas as dimensões humanas (PETRINI, 2008); iii – as relações de conjugalidade não estão limitadas às relações no âmbito doméstico mas também aos grupos sociais dos quais os cônjuges fazem parte.

Destarte, esta tese se iniciou *i* – à medida que foram surgindo e aprofundando-se os *insights* sobre a conjunção da categoria sociológica de gênero (campo de estudo desta pesquisadora desde a sua graduação) e migrações (objeto de análise do grupo de pesquisa do qual faço parte); *ii* – a partir do estado da arte das teorias sociológicas que basilar as minhas análises. Assim, posso estabelecer a conexão entre as minhas duas questões teóricas principais, as quais encontram no debate sobre as diferenças o seu ponto de interceção: **os processos migratórios**, que, ao longo da história, são responsáveis por várias transformações sociais e culturais; e as **relações de gênero**, as quais permeiam toda a estrutura da sociedade, tornando-se uma categoria transversal de análise.

A partir deste recorte empírico, esta pesquisa foi instigada com a seguinte pergunta: como são construídos os papéis sociais de gênero nos casamentos interculturais entre mulheres brasileiras e homens imigrantes que vivem em Aracaju?

Portanto, ela tem como objetivo geral compreender como são construídos os papéis sociais de gênero em casamentos interculturais entre mulheres brasileiras e homens imigrantes residentes em Aracaju. Para atingir este objetivo geral, estabeleci os seguintes objetivos específicos: identificar como se processa a transmissão dos rituais familiares em famílias com cônjuges de nacionalidades diferentes; compreender quais as representações sociais

preexistentes sobre o homem estrangeiro e a mulher brasileira; analisar como ocorrem as relações de poder nas decisões do cotidiano destas relações; investigar se nestas relações conjugais os papéis sociais historicamente construídos entre homens (espaço público) e mulheres (espaço privado) são repetidos; investigar quais as disputas e tensões destas relações.

A hipótese central desta tese é que a construção social dos papéis sociais de gênero em relações interculturais preserva as características de dominação masculina e mantém as assimetrias de poder entre homens e mulheres. E quando digo assimetrias de poder não me refiro apenas à subordinação da mulher ao homem enquanto detentor do poder masculino mas também ao poder da mulher sobre o homem enquanto possuidora da cultura local.

Dito de outra forma, são os homens, mesmo aqueles que estão na condição de imigrantes, que possuem superioridade de poder em relação às mulheres. No entanto, quando articulado com outros marcadores identitários como classe, raça, nível educacional, estas assimetrias tendem a aprofundar ou sumirem. Em uma relação conjugal onde a mulher é chefe de família, branca e com alto nível de escolaridade estas relações tendem a serem simétricas, ou até mesmo de dominação feminina. No entanto, quando homens e mulheres possuem características identitárias similares, o poder masculino é evidente, mesmo o homem sendo imigrante.

Como hipóteses secundárias, baseio-me na afirmativa de Saffioti (1987), que não acredita numa sociedade dividida na qual homens e mulheres estão em lados opostos e os primeiros sejam apenas os dominadores e as segundas as dominadas. Isso porquê existem mulheres que dominam mulheres e mulheres que dominam homens pelo que o patriarcado não é o único poder estruturador da sociedade. Dito de outra forma, o gênero, a divisão da população em classes desiguais e o forte preconceito racial são estruturadores da sociedade brasileira. Logo, os marcadores de classe e raça, assim como o gênero, são importantes para a construção destes papéis sociais aqui analisados.

Dessa forma, penso que o fato de o homem ser imigrante – o diferente culturalmente – não faz com que estabeleça com a mulher brasileira uma simetria de poder. Ademais, a divisão sexual do trabalho doméstico ainda é fortemente delineada como papel feminino (TORRES, 2001) principalmente nas relações em que ela divide com o homem as despesas domésticas, pois estas mulheres, além do trabalho na esfera pública, são constantemente sobrecarregadas na esfera privada. Portanto, tenho como hipótese secundária a ideia de que a nacionalidade, o gênero e a língua são fortes marcadores identitários neste tipo de relação, o

que vai determinar a construção dos papéis sociais de gênero expressados nas relações conjugais.

No Brasil, vários grupos de pesquisa têm ampliado o conhecimento sobre migrações. Atualmente existem grupos de pesquisa com este foco em dezoito Estados e no Distrito Federal<sup>1</sup>. Alguns deles possuem notoriedade pela sua produção acadêmica, a exemplo do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) da Universidade de São Paulo, do Laboratório de Estudos sobre as Migrações Internacionais (LAEMI) da Universidade de Brasília e do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO) da Universidade de Campinas. Em Sergipe, mesmo não aparecendo na relação do OBMigra, este campo do saber começa também a ampliar os seus conhecimentos através do Grupo de Estudos e Pesquisa Processos Identitários e Poder – GEPPIP, do qual faço parte.

Apesar de novata na discussão sobre migrações, o meu processo de namoro com a categoria de gênero iniciou-se desde pequena, quando questionava os meus pais e avós por que os meus primos podiam fazer coisas que eu não podia, por que existia brincadeira de menina e de menino e, principalmente, após o falecimento da minha mãe, quando a minha avó falava: “cuidado, você é menina e não tem mãe”. Foi então que, na graduação de serviço social, apaixonei-me pelo processo de pesquisa e casei com a discussão teórica da categoria gênero como análise das relações sociais. Realizei o Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social debatendo as representações dos servidores da Delegacia de Atendimento a Grupo Vulneráveis – DAGV de Aracaju frente à violência sexual, o qual foi premiado pelo Governo do Estado de Sergipe como um dos trabalhos mais relevantes na área. No mestrado, já no programa de pós-graduação em sociologia, orientada também pela Professora Dra. Maria Helena Cruz, busquei compreender as representações sociais dos peritos médico-legais de Sergipe sobre a violência sexual – este tema demandou de mim certa insistência, tendo em vista sua originalidade e a resistência dos profissionais em deixar uma pesquisadora das ciências sociais penetrar aquele espaço. Pode-se observar que o tema “gênero” esteve presente durante todo o meu processo formativo, em princípio na relação entre gênero e violência e atualmente na conexão entre gênero e migrações.

Como mulher, pude perceber que as assimetrias de gênero sempre estiveram presentes em minha trajetória. Ineri-me numa profissão majoritariamente feminina, com a qual atuo, enquanto servidora pública do município de Aracaju, na proteção às mulheres em

---

<sup>1</sup> Dados disponíveis em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/publicacoes-obmigra/grupos-de-pesquisa>, acessado 04/06/2021. O que me chamou a atenção nesta postagem do OBMigra é que apenas o Estado de Sergipe não aparece na relação das Unidades Federativas.

situação de violência doméstica. Os vários papéis assumidos por mim, no decorrer do meu processo formativo enquanto pesquisadora, fizeram perceber sobremaneira os pesos impostos pela sociedade às mulheres que decidem romper com o padrão social lhes imposto: o de mãe e dona de casa.

Ou seja, é impossível discutir as categorias de gênero e de modo particular os seus papéis sociais sem conectar-se com nossas vivências e experiências cotidianas. Portanto, compreendo que os estudos sobre as relações de gênero devem dialogar com vários universos de pesquisa, com várias áreas do saber. As relações de gênero são constituintes e constituidoras das relações sociais. As análises sobre gênero são transversais, e esta categoria deve ser sempre observada no universo da pesquisa social já que as relações sociais são estabelecidas entre pessoas, formadas numa sociedade, onde “ser homem” e “ser mulher” possuem padrões definidos do que é masculino e feminino. E dessa forma constatei a necessidade de aprofundar questões relacionadas aos casamentos de brasileiras com parceiros estrangeiros em Aracaju. Essa proposta se justifica dada sua originalidade empírica, principalmente no contexto sergipano. Do ponto de vista do embasamento bibliográfico, foram encontradas algumas pesquisas com o recorte nos casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes (LAEMMLE, 2014; ASSUNÇÃO, 2012; SILVA, 2012; PISCITELLI, 2011, 2008; LIND, 2008; MONSMA, TRUZZI e BÕAS, 2004; BREGER; HILL, 1998, RAPOSO; TOGNI, 2009, PASQUALIN, 2018). A maioria destas referências é de universidades europeias, e apenas Pasqualin (2018) centraliza na busca de compreensão dos papéis sociais de gênero entre mulheres brasileiras e homens imigrantes residentes no Brasil. No caso dessa pesquisa, o objetivo é compreender as vivências a partir de marcadores étnicos e religiosos existentes no casamento entre brasileira (muçulmana ou não) e muçulmano estrangeiro.

No tocante aos estudos que possuem como pano de fundo as relações de conjugalidade entre casais de nacionalidades diferentes, cito algumas pesquisas relacionada ao tema: “AS “ALEMOA” E AS BRASILEIRAS: com quem eu devo me casar? Casamentos interétnicos e relações de gênero na cidade de Joinville” (LAEMMLE, 2014), pesquisa brasileira que discute a relação das noras brasileiras com as sogras imigrantes alemãs; “Casamentos e migrações internacionais: notas a partir de uma etnografia sobre os relacionamentos afetivos entre brasileiras(os) e holandeses(as)” (ASSUNÇÃO, 2012), pesquisa elaborada na Holanda que relata os casamentos interculturais dos imigrantes brasileiros residentes naquele país; “Casamento franco-brasileiro: mulheres brasileiras casadas com franceses e morando na França” (SILVA, 2012), pesquisa da Universidade de

Paris que relata os casamentos interculturais de brasileiras com franceses moradores da França; “Casais biculturais e monoculturais: diferenças e recursos” (LIND, 2008), pesquisa do departamento de psicologia social da Universidade de Lisboa que trata dos casais biculturais em Portugal; e “Entre a paixão e a família: casamentos interétnicos de jovens italianos no oeste paulista, 1890-1914” (MONSMA, TRUZZI e BÔAS, 2004), pesquisa brasileira que analisa como ocorriam os casamentos interétnicos no início do século passado. Por fim, “Papéis”, interesse e afeto, relacionamentos amoroso/sexuais e migração” (PISCITELLI, 2011), que discute casamentos entre brasileiras com espanhóis.

As migrações são um tema já presente na agenda das ciências sociais há bastante tempo, com mais investimento desde a década de 1980. Isso ocorre também com os casamentos entre pessoas de nacionalidade diferentes, os quais ganharam notoriedade com a articulação entre os estudos migratórios e os estudos de gênero, ou seja, discutir conjugalidade entre pessoas de países diferentes não é algo inovador. Logo, o debate sobre cultura e gênero é algo que já vem sendo travado ao longo dos anos, porém o olhar das assimetrias de gênero na perspectiva das assimetrias culturais é inovador. Pensar a construção dos papéis de gênero na perspectiva da diferença cultural, fruto de nacionalidades e línguas maternas diferentes se mostra instigante, pois nesta tese, a mulher – historicamente subalternizada em relação ao homem – também detém um poder. Neste caso, cultural, pela língua nativa, pelas relações familiares e afetivas. A inovação se mostra no confronto destas assimetrias em uma relação conjugal, na cultura e no gênero.

Nominar casamentos de interculturais não é afirmar que as demais formas de casamento não possuem diferenças culturais entre os cônjuges. Obviamente que casais com religiões e etnias diferentes provavelmente possuem matrizes culturais distintas; nem mesmo aqueles que possuem a mesma etnia, gênero e religião fogem dessa possibilidade. Afinal, ambos possuem personalidades diferentes e foram criados em famílias distintas, com rituais díspares. No entanto, nesta forma de casamento os cônjuges possuem origens de cultura, de língua e de nacionalidade diferentes, fazendo com que as percepções e os sistemas de símbolos entre os parceiros sejam percebidos de formas distintas, o que impacta em suas relações.

No contexto das migrações, dada a necessária conexão para a análise do problema de pesquisa, aciono os estudos de Ennes, Ramos e Suárez (2018) para compreender o interculturalismo na perspectiva migratória. Os autores utilizam da interculturalidade como mecanismo de compreensão das políticas de integração e gestão da diversidade. Para eles, o interculturalismo se opõe à ideia de assimilação cultural e possibilita o “desenvolvimento”

cultural do país receptor. Ao utilizar destes autores, comungo com a ideia de que o interculturalismo é um modelo que rompe com o multiculturalismo ao possibilitar a gestão da diversidade a partir do pluralismo de ideias e da visão individualista da integração que o multiculturalismo propõe.

Compreendo que o valor heurístico desta investigação consiste no questionamento sociológico sobre a construção social dos papéis sociais de gênero desempenhados pelos atores estudados e, neste contexto, coloco em debate conceitos como interculturalidade e gênero. Não quero com este estudo essencializar a ideia de passividade feminina, como se as mulheres fossem apenas observadoras da história, coadjuvantes, a parte fraca e oprimida da relação. Quero, ao contrário, analisar as relações sociais, que ora possibilitam às mulheres um papel superior ora inferior. Os homens e mulheres aqui estudados foram construídos a partir destas relações: eles, imigrantes, buscando se estabelecer no país receptor; elas, já estabelecidas, mas ainda com as amarras do patriacado. Não busco encontrar os algozes e as vítimas da relação, mas as suas contradições. E é nessa conjugação de forças e de relações de poder em que minha análise se processa.

A partir destes objetivos, encontrou-se nos estudos de Scott (1995), Izumino (1988), Saffioti (1987), Lugones (2014), Piscitelli (2002) e Gomes (2013) base para compreender as discussões de gênero e de decolonialidade, as quais foram articuladas com os estudos sobre o patriarcalismo de Castells (1999), (2008) e Castro e Lavinás (1992). Diante da proposta apresentada, opto em dialogar com as teorias sociológicas sobre a cultura e unir os escritos de Cuche (1999), Canclini (2007) e Appadurai (2004) com a interculturalidade apresentada por Ennes (2001, 2004 e 2016), Ramos (2007, 2013) e Ennes, Ramos e Suárez (2018). Porém, é através das discussões sobre migrações apresentadas por Dutra (2013), Lind (2008), Schütz (2010) e Piscitelli (2011) que encontramos argumentos para sustentar nosso modelo de análise.

É importante pontuar também que esta análise demanda a articulação de várias teorias dada a heterogeneidade da minha amostra. Ademais, tanto as análises de gênero como as de migrações demandam a junção de várias teorias para a sua compreensão. Homens e mulheres, imigrantes e nativos são plurais, e, em razão disso, foi necessário beber em várias fontes.

A opção em estudar casamentos entre brasileiras e imigrantes em Aracaju deu-se em razão de ser uma das menores capitais do Brasil, no Nordeste, que ainda preserva aspectos da família tradicional – marcada pela tendência ao patriarcalismo. Sua fonte de recurso econômico primária não é a indústria (que atrai boa parte das migrações), diferentemente do eixo Rio/São Paulo, e não possuir colônias de imigrantes. No entanto, paralelamente a essas

características, existe um crescente número de imigrantes residentes nesta capital, como veremos adiante.

O processo metodológico de abordagem da temática se dará na interlocução da teoria e dos dados coletados na pesquisa a partir das análises qualitativas e quantitativas. Para tanto, serão utilizadas fontes documentais, orais e de observação direta através do estudo de documentos/pesquisas relativos à migração brasileira e sergipana, e entrevistas que foram realizadas com casais interculturais de mulher brasileira e homem imigrante.

Assim, através das histórias orais de cada um destes nove casais, procuro analisar não apenas os indivíduos ou casais, mas conectar suas falas com a coletividade, com os estudos nas áreas de migração e gênero. Portanto não irei apenas nomear, mas sim, qualificar, “captar o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social” (LANG; CAMPOS; DEMARTINI, 2010, p. 18).

Busco dessa forma articular a pesquisa qualitativa a dados quantitativos como forma de aprofundar a análise a partir do mapeamento dos dados da imigração mundial, nacional e regional, bem como dos casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes. A opção por conectar várias fontes de informações se dá em razão da necessária articulação dos vários elementos que constituem os casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes. Dito de outra forma, é a articulação entre os dados quantitativos referentes a migrações, a observação e as fontes documentais e orais que irão produzir informações úteis sobre o objeto estudado (QUIVY, CAMPENHOUDT; 2008).

A observação se confunde com a realização das entrevistas, afinal, no ato de entrevistar, é necessário observar os silêncios, os gestos, os olhares, movimentos que a gravação da entrevista não capta, mas que diretamente ligados ao ato de entrevistar. É na entrevista que se tem o contato direto com o entrevistado (IDEM), o que possibilita a análise acima descrita. E foi através delas, em sua forma não diretiva, com perguntas abertas, que os entrevistados falaram abertamente e sem fugir do objeto de análise central a fim de comprovar a minha hipótese.

Importante pontuar que mesmo compreendendo que a entrevista do casal conjunto pode inibir algumas falas dos entrevistados, esta opção se dá por várias razões: i. por se tratar de uma pesquisa sobre gênero, não sobre mulheres ou homens, o que significa dizer que é necessário compreender as relações construídas no espaço doméstico, sendo importante a análise de ambas as falas, seus silêncios, olhares e gestos; ii. por ser uma pesquisa sobre processos migratórios, é fundamental a fala do imigrante, ou seja, do homem, mas também da

nativa, a mulher; iii. por fim, por ser um estudo no campo da família, é também importante a percepção da fala dos cônjuges.

Estruturei esta tese a partir das etapas:

A *introdução* apresenta o tema e os objetivos da tese. A hipótese que eu proponho defender é o convite para a leitura do meu trabalho, o “cartão de visita”.

No *capítulo I* exponho meu marco metodológico, instrumentos, técnicas e fontes utilizadas no meu processo de construção teórica e de investigação empírica. Nesse capítulo apresento o perfil dos meus entrevistados, além de demarcar “o quê” e “o porquê” considero casamentos interculturais. Noutras palavras, irá demonstrar os caminhos que percorri na minha pesquisa, entre caminhos teóricos, metodológicos e empíricos, os quais serão aprofundados nos capítulos seguintes.

No *segundo capítulo* apresento meu *estado da arte*, apoiada na conceitualização de cultura e interculturalidade. Apresento dados quantitativos referentes à imigração e aos casamentos entre pessoas de diferentes nacionalidades no Brasil e no mundo. O objetivo deste capítulo é mostrar ao meu leitor como visualizo a cultura e a interculturalidade, mas também mostrar um panorama das migrações, ou seja, articular os dados quantitativos da migração mundial, nacional e regional com a discussão teórica.

No *capítulo III*, abordo a questão de gênero, o histórico do movimento feminista e como a categoria vem sendo discutida na contemporaneidade. Este capítulo serve para demonstrar ao meu leitor de qual perspectiva estou falando. A teoria de gênero é vasta, com diversificadas abordagens. Opto, nesta tese, por uma visão da categoria gênero a partir dos estudos decoloniais e da interseccionalidade.

Já no *quarto capítulo* descrevo quem são meus entrevistados, como se deu nossa aproximação, como os casais se conheceram, suas trajetórias enquanto casais e enquanto imigrantes. Neste capítulo começa a imersão nos meus dados empíricos e, para melhor compreensão, dividi-o em tópicos que contam um pouco da história de cada casal e, posteriormente, outro irá discorrer sobre as trajetórias imigrantes.

Em seguida, no *capítulo cinco*, discuto sobre os rituais familiares, as representações sociais, as relações de poder, os papéis sociais, as disputas e tensões que permeiam estas relações interculturais. Chamo este capítulo da alma do meu texto porque é onde a teoria e a empiria se fazem mais presentes e coloco em debate interculturalidade e gênero.

Por fim, nas considerações finais, busquei responder meus questionamentos com esta tese, além de levantar novas observações a partir dos dados que foram colhidos durante o

processo de pesquisa. Mas sobretudo, apontar novas possibilidades de pesquisa, caminhos ainda obscuros que podem aprofundar o conhecimento sobre famílias interculturais.

## CAPÍTULO I – O CAMINHAR METODOLÓGICO DA PESQUISA

*“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê”.*  
(Arthur Schopenhauer)

A discussão sobre os caminhos metodológicos da pesquisa vai além da apresentação dos instrumentos e técnicas operadas na coleta de dados. Ela é sobretudo a articulação entre esses elementos e o referencial teórico aplicado na análise dos dados coletados. Portanto, é importante compreender o objeto de análise a partir da conexão entre as técnicas, instrumentos e a teoria, pois fazer pesquisa em sociologia, para além de estudar os objetos empíricos, é fazer a relação da empiria com as teorias utilizadas, é olhar o objeto social através da lupa do olhar sociológico, é lembrar que seu “objecto contém também a virtualidade de uma distorção teórica na medida em que a situação do decifrador e de intérprete inclina a uma representação hermenéutica das práticas sociais” (BOURDIEU, 1994. P, 138-139).

Compreendo que a pesquisa social não busca explicar a realidade em si, não tem a pretensão de desvendar fatos dados, mas fatos socialmente construídos. Portanto, a importância de uma pesquisa não se justifica tão somente pelo mérito dos objetos, mas, sim, pelo modo de análise da pesquisadora frente a eles. Como bem ressalta Bourdieu (2007a), o mais interessante no processo de pesquisa é a construção do seu objeto.

Sobre a construção do objeto, Bourdieu (2007a) argumenta que, apesar de ser o momento mais importante na pesquisa, é a mais ignorada em razão da dicotomia entre teoria e metodologia, que, por vezes, alguns os pesquisadores cometem deslizamentos teórico-metodológicos ao ignorar a articulação entre estas duas etapas da pesquisa. No entanto, para o bom andamento/conclusão da pesquisa não se deve fazer esta distinção, “pois estou convencido de que não se pode reencontrar o concreto combinando duas abstrações” (p. 24). Portanto, compete ao pesquisador realizar uma acurada análise do objeto de estudo, observada a complexidade de ser mensurado.

Com base nos objetivos propostos nesta pesquisa, parto da compreensão dos processos identitários de Ennes e Marcon (2014). Ao estudá-los, chamo a atenção para o fato de que eles são articulados às relações de poder. É importante compreender que as identidades imigrante e autóctone não são essências e nem podem ser naturalizadoras, mas construídas a partir das suas relações sociais já que elas são relacionais. Portanto, na análise ora

apresentada, busco não reessencializar as identidades a partir dos seus marcadores de diferença e alteridade (nativas X imigrantes; homens X mulheres), pois, como afirmado anteriormente, por serem relacionais, observo as “ambiguidades” e “ambivalências” desses processos, bem como da “emergência e (re)inserção social de atores em contextos sociais, políticos e culturais que são caracterizados pelo descentramento, pela fragmentação e pela efemeridade” (ENNES; MARCON, 2014, p. 277). Pensar os casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes sob a ótica desses processos identitários é compreender que não só esses casais também os indivíduos que os compõem construíram-se de maneiras diferentes, não só porque são de países diferentes, mas porque têm histórias de vida díspares.

Desse modo, surgem alguns questionamentos paralelos à pergunta de partida norteadora desta pesquisa, quais sejam: como se processa a transmissão dos rituais familiares em famílias interculturais? O que leva esses imigrantes a casarem com brasileiras? Seriam as representações sociais existentes sobre esta mulher? Partindo do pressuposto de que eles nem sempre são desejados no país receptor, conforme descreve Bauman, “os imigrantes tornaram-se os principais portadores das diferenças que nos provocam medo e contra as quais demarcamos fronteiras” (BAUMAN, 2004, p. 04), questionamo-nos: o que leva as brasileiras a casarem com imigrantes? Como se dão as relações de poder no campo doméstico dessas relações? Quais são as tensões e disputas que essas relações encontram?

Dessa forma, como mecanismo de obtenção das respostas a esses questionamentos, busco a compreensão dos processos identitários a partir de suas dinâmicas, para a qual, no entendimento de Ennes e Marcon (2014), são necessárias quatro dimensões de análise: os atores, as disputas, as normas e os contextos históricos e sociais. A partir de então, compreendoos cônjuges em análise como “os atores”, pois eles possuem características próprias de suas culturas; “as disputas” como a primazia nas decisões do cotidiano – e como bem nos lembra Ennes e Marcon (2014) “está em disputa o poder de nomear, autoneamar-se e aceitar ou resistir à nomeação imposta pelo outro” (2014, p. 296); “as normas”, a legislação brasileira, as culturas, normas e tradições diferentes de ambos os cônjuges; e, por fim, o “contexto social e histórico” que orienta a sociedade brasileira, especificamente a sergipana, bem como os fluxos migratórios contemporâneos.

Conectar os processos identitários com os casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes é entender que ambos homens e mulheres possuem matrizes culturais diferentes, as quais podem cristalizar suas ambivalências naquilo que os diferencia enquanto nativa e imigrante, mas podem gerar experiências interculturais na família e nos

grupos com que convivem. Logo, a opção em constituir um relação intercultural aponta para identidades mais abertas ao novo, ao diferente.

Para melhor compreensão deste capítulo, divido-o em duas partes. Na primeira apresento meu entendimento acerca do que nomeio **casamentos interculturais**. Em seguida, aprofundo-me nos instrumentos e técnicas utilizadas na coleta dos dados, bem como na apresentação do perfil dos atores aqui entrevistados, além de demonstrar como ocorreu o processo de análise dos dados colhidos na pesquisa de campo.

### **1.1 O problema de pesquisa: Casamentos como relações interculturais**

Pensar as relações de conjugalidade a partir da teoria de gênero é refletir sobre as relações sociais que envolvem homens e mulheres na sociedade atual. Estas relações são, em grande medida, caracterizadas pelas assimetrias que existem entre os sexos. Convém pontuar que elas não são naturais ou biológicas, mas construídas ao longo da história e variáveis de cultura para cultura, de formação educacional, de classe social, de raça, de sexualidade. As relações sociais entre os gêneros, como vimos atualmente, foram construídas ao longo do tempo e conectam-se com as transformações da família, do sistema econômico e do Estado. Dito de outra forma, não podemos pensá-las a partir de uma perspectiva determinista, essencializadora e universal.

Engels, no seu célebre texto “A origem da Família, da propriedade privada e do Estado” (ENGELS, [s.d.]), apresenta-nos o processo de formação da família através das relações sexuais entre homens e mulheres. Neste texto, com sua primeira publicação, datada de 1884, é possível visualizar o gênero feminino para além dos aspectos biológicos. Apesar do autor reduzir a dominação masculina a opressão de classe, Engels, demonstra como a mulher sofreu com a subordinação, a dominação masculina, o controle da reprodução biológica, dos seus bens econômicos e da propriedade privada.

É importante destacar que falar em construção da família nos remonta a ideia de casamentos. Nesse sentido, Engles também vai aprofundar-se nos modelos de casamentos e como eles foram alterando-se ao longo da história. Em sua obra, a partir dos estudos realizados por Morgan, o autor mostra que os primeiros indícios de relações de parentescos se dão a partir de casamentos grupais. O autor então divide as famílias a partir das seguintes denominações: i. *famílias consanguíneas* – primeiro estágio da família, na qual todos da mesma geração eram irmãos e irmãs, maridos e mulheres; ii- *família punaluana* – segundo

estágio, “exclui pai/mãe e filhos/filhas da relação sexual recíproca” (ENGELS, [s.d.], p. s/p);  
 iii- *família de um par* - esposo e esposa têm um parceiro principal, não excluindo os demais;  
 iv- *família monogâmica* – nascimento do patriarcado, forma de resguardar a paternidade dos filhos e filhas, pois os mesmos um dia serão herdeiros do patrimônio paterno. É neste estágio em que a mulher se submete incondicionalmente ao homem. Nesta perspectiva, a família para Engels é “um novo organismo social, cujo chefe submetia mulher, filhos e filhas e certo número de escravos ao seu poder paterno romano, com direito de vida e morte sobre todos eles” (ENGELS, [s.d.], p. s/p).

Destarte, a discussão sobre casamentos e a condição feminina ganharam importância na sociologia no final do século XIX, início do século XX, principalmente no tocante à liberdade feminina. Neste aspecto, as obras de Marianne Weber<sup>2</sup> ganham notoriedade. Feminista e uma das maiores intelectuais desse movimento, é popularmente conhecida por ser esposa de um dos pilares da sociologia, Max Weber. Marianne analisa o casamento como campo de ação da esposa e da mãe a partir das expectativas que são criadas em relação à vida conjugal. Em outras palavras, a autora contribui para “repensar a agenda teórica contemporânea que remete à relação entre vida a dois, direito e a emancipação da esposa e mãe na modernidade” (MATA, 2017, p. 27).

No entanto, é importante pontuar que o casamento é visualizado também como uma modalidade econômica enquanto a ideia de casamento por amor remonta aos tempos atuais. Antigamente, as mulheres eram “trocadas como mercadorias que faziam a ligação entre famílias poderosas e garantiam a fusão de terras, fortunas e cargos políticos” (LESSA, 2019, p. s/p). Berquó(1989), ao realizar um estudo demográfico da família ocidental, aponta que o perfil dos casais, no início do século XX, começou a alterar-se. O casamento deixou de ser apenas um contrato e passou a ser também a união de duas pessoas que decidem unir-se em matrimônio, passando o amor a ser um fundamento para a união e a casa torna-se um espaço reservado.

Para a autora houve, nos países industrializados, mais especificamente na Europa Ocidental, um maior número de casamentos tardios, famílias monoparentais, aumento da idade no primeiro casamento, declínio da nupcialidade e crescimento dos divórcios até 1935. Outro dado importante levantado pela autora é que o período pós II Guerra Mundial, com a

---

<sup>2</sup> Ver: MATA, G. V. DA. **O ideal e sua forma: Casamento e condição feminina na sociologia de Marianne Weber**. [s.l.] Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

inserção da mulher no mercado de trabalho, com a Declaração Universal dos Direitos do Humanos – DUDH, em 1948, a família ganhou papel de destaque no contexto social. A partir da DUDH, homens e mulheres maiores de idade passaram a possuir igualdade de escolhas dos seus cônjuges.

Art. XVI 1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes (ONU, 1948, p. 9).

Anchieta (2021b) analisa os casamentos por amor como a “primeira revolução sexual”, visto que, anteriormente a ele, era impensável uma união entre pessoas com recursos financeiros, origem familiar e cultural diferentes. As classes sociais puderam se aproximar através do afeto, do amor. E a autora vai ainda além: afirma que essa nova concepção de casamento alterou não só as relações entre os cônjuges, mas sobretudo as configurações familiares, surgindo, assim, o sentimento de família, de pertencimento a um núcleo mais íntimo, e tornando-se uma “sociedade fechada”.

Nota-se, portanto, que falar de relações conjugais significa falar sobre relações familiares modificadas ao longo da história. Torres (2001) nos lembra que falar em casamento é falar sobre família, e que os estudos com foco nesses temas tiveram significativos avanços a partir de teóricas feministas. E nesse caso observo que, ao mudar os padrões das relações conjugais, principalmente pela inserção da mulher no mercado de trabalho, mudam-se também as relações e modelos familiares. No contexto mais contemporâneo, Giddens, no seu texto “A Transformação da Intimidade” (1993), mostra-nos que os últimos anos geraram uma revolução na sexualidade, o que possibilitou mudanças nas relações amorosas por permitir uma maior liberdade e romper alguns limites impostos na sociedade, a exemplo da legalização dos casamentos homoafetivos.

Apesar de iniciar seu texto na discussão sobre sexo, o autor percebe a necessidade de pontuar as questões ligadas aos relacionamentos e aos gêneros femininos e masculinos. Para o autor a, ideia de amor romântico posta no século XXI, gerou alterações no conceito de família e impactou sobremaneira nas mulheres, pois as colocou no seu lugar. O lar, o amor romântico para o autor “pode ser encarado como um compromisso ativo e radical com o ‘machismo’ na sociedade moderna” (GIDDENS, 1993, p. 10).

Um dado importante me chama a atenção. A partir do modelo de “família de um par”, confirmada no modelo de “família monogâmica”, explicadas por Engels ([s.d.]), até o modelo de “amor romântico” de Giddens (GIDDENS, 1993), o padrão de família patriarcal é

mantido. Altera-se apenas o *modus operandi*, o que, no primeiro modelo, ocorre em razão da hereditariedade; posteriormente ocorre em função da ideia de cuidado, de romantismo, de príncipe forte e corajoso que salva a pobre moça em perigo e indefesa tão bem explorada pelos filmes da Disney, principalmente até a década de 2010, e pelos romancistas da época, corroborando assim o arquétipo de família patriarcal.

No entanto, observo que ao longo dos anos as relações de conjugalidade têm-se diversificado, a exemplo de casais que optam por conviver sem legalizar a união, outros que preferem morar em casas separadas, casais homoafetivos, casais com filhos biológicos, outros com filhos adotivos, e outros sem filhos. Ou seja, o modelo tradicional conjugal “patriarcal e hierarquizante” está cada vez mais em desuso, quer seja em razão das novas formas de relações sociais em função da inserção da mulher no mercado de trabalho e das várias conquistas femininas nos últimos anos ou das novas manifestações políticas e econômicas (MEDEIROS, 2011). No entanto, ele ainda é utilizado, mesmo nos dias atuais, como padrão familiar. As pessoas ainda escolhem seus parceiros na perspectiva de articular os interesses pessoais e atender a uma expectativa social: “é um ato complexo que baseado em emoções, na sexualidade, no inconsciente e na busca de uma vida socialmente compatível com o outro” (ALENCAR, 2011, p. 15).

Discutir o processo histórico dos casamentos e como ele possibilitou a alteração no modelo das famílias é importante no contexto desta tese, pois nos insere no debate sobre os casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes, objeto central desta pesquisa.

Do ponto de vista dos casamentos entre pessoas de nacionalidade diferentes é possível notar que eles sempre ocorrem. Nota-se, a partir dos estudos anteriores a este, a exemplo de Ennes(2001) e Monsma, Truzzi e Bôas (2004), que os imigrantes aqui chegados estabelecem alguns vínculos, dentre eles as relações conjugais. Porém, segundo os autores, nem sempre essas relações ocorrem de maneira pacífica. Observo que existe uma certa tensão porque algumas famílias imigrantes nutrem o desejo de retorno ao país de origem, o que é dificultado quando se assume um matrimônio no Brasil.

Ennes (2001), ao analisar a inserção dos japoneses no município paulista Pereira Barreto, esclarece que a migração japonesa para o Brasil ocorreu em três momentos: um primeiro como uma estratégia de trabalho, com curta duração; o segundo como uma estratégia de trabalho de longa duração; e, por fim, a permanência no Brasil. O autor argumenta que, nas primeiras fases, em razão da provisoriamente da migração, mantinha-se um rígido controle das tradições, o que inviabilizou os “casamentos interétnicos”.

Já Monsma, Truzzi e Bôas (2004) ao discutiremos “casamentos interétnicos” de jovens italianos em São Paulo, esclarecem que, no século XIX, com a vinda de vários imigrantes italianos para o Brasil, eram comum os casamentos entre as duas nacionalidades. Isso não quer dizer que eles eram estimulados; pelo contrário, segundo os autores, os casamentos entre essas duas nacionalidades eram motivados pela paixão, e aconteciam através do rapto das mulheres para que pudessem casar. Os autores chamam a atenção para o maior número de raptos de mulheres italianas em comparação às mulheres brasileiras, mesmo existindo mais casamentos entre italianos (homens) com brasileiras (mulheres). Isso se deu em razão de não existir resistência por parte dos pais brasileiros de suas filhas casarem-se com imigrantes, ao passo que houve muita resistência dos pais italianos de suas filhas casarem-se com outras nacionalidades, principalmente a brasileira. E muitos eram os fatores, como os autores explicam:

muitos pretendiam voltar à Itália, e casamentos interétnicos dificultavam o projeto; também preferiam solidificar laços com outras famílias italianas, sobretudo oriundas de suas respectivas regiões; achavam que a presença de noras ou genros não italianos poderia causar conflitos e tensões na família extensa; e sentiam ainda preconceito contra outras etnias, atitude intensificada no caso de brasileiros pretos, pardos ou caboclos. Em alguns casos, é possível que a oposição dos pais italianos se devesse principalmente a fatores outros, que não a etnia ou cor do namorado ou da namorada de seu filho(a): às vezes, os pais afirmavam que a filha era jovem demais para se casar, ou apontavam características individuais do pretendente –o que pode ser desculpa para não admitir o preconceito perante autoridades brasileiras. Em outros casos, especialmente os de pais viúvos, suspeita-se que os pais não queriam perder a ajuda da filha nas lides domésticas.(MONSMA, TRUZZI E BÔAS, 2004, p. 4-5)

Assim, posso compreender que o imigrante aqui estabelecido casa, constitui uma família, insere-se no mercado de trabalho, tem filho, cria vínculos sociais e está em processo de “desestruturação” e “reestruturação” cultural. No entanto, eles não estão no seu *habitat* cultural nativo. Portanto, sua percepção da cultura nativa também está em transformação. À medida que ele se insere em uma cultura estrangeira, as culturas do imigrante e do autóctone estão em constantes confronto, troca e conexão.

Nesta tese a mulher não é o indivíduo que está distante de sua cultura, o “diferente”, o “outro”; aqui ela é a nativa, a que detém a cultura e a língua local. No entanto, isso é o bastante para considerá-la possuidora do “capital cultural”? O país de origem do cônjuge interfere nessas relações de poder? O casamento com um homem branco europeu terá a mesma aceitação que o casamento com um negro haitiano ou um índio venezuelano? Não quero, contudo, estabelecer uma competição de valoração de culturas, ou estabelecer parâmetros julgadores, pois não parto da perspectiva de uma cultura superior, nem acredito que ela seja imutável por estar em processo permanente de hibridação (CANCLINI, 2013). O

que busco é compreender como ocorrem as interações desses nativos e imigrantes a partir de sua nacionalidade, é articular marcadores de gênero, nacionalidade, classe e raça na análise do meu objeto.

Considero a ideia de interações entre as culturas nativas de cada cônjuge, daí um dos motivos de considerá-los **casais interculturais**. Obviamente todos os casais e todas as relações sociais estão sempre em processo de troca e, a partir deste ponto de vista, todos os casamentos seriam interculturais. Apesar disso, esta pesquisa mostra casais que possuem características diferentes, pois têm raízes culturais distintas, países e línguas maternas diferentes (LIND, 2008); ou seja, não possuem o mesmo “mapa conceitual” de linguagem e representação (HALL, 2016). Pensá-los a partir da interculturalidade é entendê-los sob a perspectiva do movimento de (re)criação de identidades e alteridades (GOES, 2020), é compreender que essas relações de poder estabelecidas entre a autóctone e o imigrante possuem conflitos e disputas que diferem dos casais com o mesmo “mapa conceitual”.

Não obstante, esses não são os únicos elementos que me fazem pensar na interculturalidade como “chave analítica” da pesquisa. Além deles, a articulação com as questões de diferença, diversidade e desigualdade trazidas pela categoria de interculturalidade como veremos mais adiante.

A opção de recortar o estudo para os casais de línguas maternas diferentes também é uma escolha a partir de aspectos culturais. Lind (2008) acredita que a língua tem fundamental importância na cultura, pois ela pode ser utilizada como um laço entre duas nações de mesma língua. O autor crê que a língua é o “espelho da cultura” e, a partir desta análise acreditamos que a construção dos papéis sociais entre casais interculturais, com línguas maternas distintas, diverge, por exemplo, da construção de casais interculturais falantes da mesma língua.

Hall (2016) nos mostra que a língua é um forte marcador cultural, que as pessoas nascidas numa mesma cultura possuem um “mapa conceitual relativamente parecido”, e estamos presos a estruturas culturais, mentais; e a língua nos dá pistas para entender esse universo conceitual. Logo, indivíduos que não possuem a mesma língua materna não dispõem desse mapa cultural e linguístico semelhante. Dutra (2013a), pesquisadora colombiana, ao estudar as mulheres peruanas trabalhadoras domésticas que residiam em Brasília, argumenta que um ponto de convergência importante para a sua interação com as pesquisadas foi a língua materna, o espanhol. Daí porque acredito que a diferença nas línguas maternas dos meus entrevistados pode estabelecer relações diferenciadas em comparação Aos casais com línguas maternas iguais – por exemplo, uma brasileira com um português.

Esse processo de movimentação entre indivíduos gerado pelas migrações possibilita trocas culturais, tanto o imigrante adquire hábitos e costumes do país em que reside como a localidade contrai traços da cultura imigrante. Para Canclini (2013), não existe uma forma cultural homogênea, “pura”, sem interseção de outras culturas. O autor nomeia essa fusão de “hibridação” e alerta que ela “não é sinônimo de fusão sem contradições”; define essa categoria como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (p. XIX).

Não obstante as distintas formas de designações e de ênfases na análise de casamento entre pessoas de nacionalidades/culturas diferentes, vale conhecer como o tema vem sendo bastante estudado principalmente por pesquisadores europeus e norte-americanos. Lind(2008) faz uma análise dos estudos que debateram acerca dos casamentos biculturais<sup>3</sup> e aponta que, anteriormente, estes matrimônios não eram bem vistos na sociedade. Na oportunidade o autor esclareceu algumas dificuldades que essas relações encontravam, tais como “fronteiras confusas na família, rejeição, por parte de um cônjuge, da sua cultura de origem, problemas de identidade e incapacidade dos cônjuges de se relacionarem com ambas as famílias de origem” (LIND, 2008, p. 56). Ainda nessa análise, o autor apresenta algumas características das pessoas que resolvem se casar com indivíduos de outras nacionalidades: são pessoas não tradicionais; românticos ou aventureiros; compensadores; rebeldes; internacionais (LIND, 2008).

Ainda sobre essa forma conjugal, saliento que algumas análises apontam para uma maior adaptação da mulher migrante à cultura do marido. Para o Lind (2008), a mulher possui uma maior “capacidade de adaptação” à cultura estrangeira, ao passo que o homem encontra mais dificuldade em amoldar-se. Portanto, casamentos de homens nativos com mulheres imigrantes seriam menos “problemáticos” que casamentos nos quais o homem é o imigrante<sup>4</sup> (McGOLDRICK et al. *apud* LIND, 2008).

Os casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes não é algo da contemporaneidade: ao longo dos séculos, essa foi uma das formas de ampliação dos reinados, porém sua análise ganhou notoriedade a partir dos anos 2000. Nessa época os estudos centravam-se nos “processos de adaptação e as motivações para procurar um cônjuge estrangeiro” (ASSUNÇÃO, 2016). Do ponto de vista histórico, Lind (2008) acredita que os

---

<sup>3</sup>Como apresentado anteriormente, casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes possuem variadas nomenclaturas. O autor em questão opta por chamá-los de “biculturais”.

<sup>4</sup>Infelizmente este é um dado que não terei como apurar nesta tese.

casamentos biculturais no Brasil foram estimulados pela necessidade de povoação do território. Para o autor, “a miscigenação” brasileira ocorreu por razões sociopolíticas, em que a corte portuguesa incentivava os laços entre colonos portugueses e a população local ou oriunda de África.

No entanto, o incentivo a casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes nem sempre é bem visto. Silva et al. (1997) apontam que, no período de 1870 a 1939, os casamentos interétnicos<sup>5</sup> na comunidade luterana, em Curitiba, eram superior a 80%, enquanto pós 1940 chegou a 57%. Segundo os autores, corroborando já apresentado por Ennes (2001), Monsma, Truzzi e Bôas (2004), essa redução ocorre em razão de essa comunidade ser muito fechada e “resistia em integrar-se ao novo meio” (SILVA et. al, 1997, s/p), sendo os homens quem mais rompiam com a cultura endogâmica da comunidade luterana.

Atualmente existe uma vasta literatura sobre essa forma de casamentos. Sua análise centra-se nos casamentos entre homens do Norte com mulheres do Sul e foca em aspectos como “*mail order brides*, agências matrimoniais, motivações para a procura de um cônjuge em outros países, ou, ainda, em suas relações com o turismo sexual” (ASSUNÇÃO, 2016). Porém, segundo a autora, a literatura atual não debate as experiências que esses indivíduos possuem porque são pessoas distintas e estão nas mais variadas fases da vida.

Vale pontuar que, ao longo da história, as formas de encontrar parceiros conjugais foram alterando-se. A princípio, existiam os casamentos arranjados pelas famílias. Posteriormente, a comunicação se deu através de cartas, passeios nas praças, de telefonemas para o disque-amizade em busca de namoro, sexo ou apenas alguém para trocar afagos. Schaeffer(2016) lembra que, no período que compreende as décadas de 1930-1940, as mulheres da elite mexicana colocavam anúncios no jornal com o intuito de encontrarem empresários e diplomatas estadunidenses que residissem na Cidade do México. Hoje as pessoas utilizam os aplicativos de encontro para se relacionar, não só com pessoas de nacionalidades diferentes mas também com quem residem na mesma cidade. Esta é uma forma de flertar e de fazer novas amizades. Destaco que, no início da pandemia do novo Coronavírus, no primeiro semestre de 2020, o aplicativo Tinder liberou, na versão gratuita, a possibilidade de visualizar pessoas que residissem em outros países<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> O autor utiliza esse termo para se referir a casamentos entre pessoas que fazem parte da comunidade luterana e pessoas que não fazem.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/04/01/tinder-libera-gratuitamente-funcao-para-conversar-com-pessoas-do-mundo-todo.htm> acessado em 21 de maio de 2020.

A internet hoje disponibiliza vários aplicativos para conversas entre pessoas de nacionalidades diferentes, não só com objetivo de relações amorosas mas também como formas de treinar o idioma, conhecer a cultura e fazer novas amizades. Isso facilitou o encontro de pessoas de outras nacionalidades, a exemplo de Pedro e Leopoldina, como veremos mais adiante, que se conheceram pelo Tinder na Espanha, e Tom e Gisele, que se conheceram em uma rede social para treinar o inglês. Alguns dos mais famosos aplicativos de encontro são<sup>7</sup>: C-date – primeiro sítio de encontros da Europa, conecta pessoas de 30 a 50 anos de idade –, Tinder – o mais famoso dos sites de relacionamento; basta clicar no coração que aparece na foto da pessoa desejada, o clique ser correspondido e então se abrirá uma aba para conversa privada –, Happn – aparecem na *timeline* do usuário as pessoas que cruzaram o seu caminho; A outra metade – utilizado por pessoas com mais de 30, é considerado ideal para os “românticos à moda antiga”–, Divino amor – destinado brasileiros evangélicos –, Grindr – destinado ao público homossexual–, Femme – aplicativo que se propõe, originariamente, a mulheres homo e bissexuais; Ashley madison – destinado a pessoas comprometidas –, Cuddli– une pessoas *nerds* ou *geeks*; Astromatch – une pessoas a partir das características astrológicas<sup>8</sup>.

Além destes aplicativos, pude verificar a existência de algumas agências especializadas em casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes. Como exemplo, listo os sites *futuromarido.com* – empresa lotada em Recife – PE, há mais de 21 anos no mercado e com a experiência de mais de 15.000 casamentos realizados<sup>9</sup>, sendo 900 deles entre brasileiros e europeus; *Rosebrids.com*, com mais de 60.000 membros em 157 países<sup>10</sup>; *marlu.com*, fundada em 1993, em São Paulo – SP, com ênfase em casamentos entre brasileiros(as) e alemães(ãs)<sup>11</sup>.

Diante do exposto, observa-se que a sociedade sempre encontrou formas de relacionar-se com pessoas de outras nacionalidades. Seja por arranjo ou pelas redes sociais, o fato é que a busca por relações conjugais entre pessoas de países diferentes sempre ocorreu. No tocante aos estudos sociológicos, não existe uma nomenclatura hegemônica para nominar

---

<sup>7</sup> Dados de maio de 2020, com o avanço das tecnologias e a criação de novos aplicativos este panorama e alterado com muita rapidez.

<sup>88</sup> Dados encontrados em: <https://canaltech.com.br/entretenimento/10-sites-e-apps-de-relacionamento-para-voce-encontrar-a-metade-de-sua-laranja/> - acessado em 19 de maio de 2020

<sup>9</sup> Dados fornecidos pelo *site*, disponível em <https://www.futuromarido.com/index.php?pg=quemSomos>- acessado em 06 de julho de 2020.

<sup>10</sup> Dados fornecidos pela empresa, disponível em: <https://www.rosebrides.com/pt/quem-somos/>- acessado em 06 de julho de 2020.

<sup>11</sup> Dados encontrados em: <https://www.marlubrasil.com>- acessado em 06 de julho de 2020.

essa forma de união conjugal. A exogamia cultural existente nesses relacionamentos é nominada de diferentes formas, as quais muitas vezes são sinônimos, no entanto, em outras possuem aspectos conceituais um pouco diferentes. Após revisão da literatura, encontrei algumas delas: *inter-cultural, international, interethnic, interracial, cross-cultural, bicultural, binational, biracial ou multicultural, marriages (families, couples) ou intermarriages* (LIND, 2008)<sup>12</sup>.

Lind (2008) apresenta um panorama das principais nomenclaturas utilizadas nas línguas portuguesa, inglesa e alemã para nominar casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes. Na sua pesquisa ele detalha que, na língua portuguesa, este é um tema pouco estudado. Já na língua alemã as nomenclaturas mais utilizadas são binacional, bicultural e multicultural. Entre os países de língua inglesa, os termos mais comuns são interacial ou biracial, interétnico ou biétnico.

No Brasil, o termo mais utilizado para designar essa forma de conjugalidade é “casamentos mistos”, o qual, para Raposo e Togni (2009), já foi superado, pois está mais associado à ideia de pessoas com origens nacionais distintas, principalmente com sua experiência colonizadora e “os seus efeitos decrioulização, mestiçagem e miscigenação” (RAPOSO; TOGNI, 2009, p. 42).

Outrossim, para o dicionário Mini Aurélio (2010) “misto” significa mistura, mescla, enquanto o prefixo “inter” é o interior de dois, entre. Logo, compreendo que esse prefixo se adequa mais à minha proposta analítica. Portanto, opto por designar “**casamentos interculturais**”, não só pelos aspectos linguísticos, mas principalmente em razão de compreender que esses casamentos perpassam os princípios básicos desta categoria – diferença e desigualdade, empréstimo e negociação.

Para Rittiner (2006), no casamento intercultural “as características de origem ainda estão conservadas, as fronteiras ainda existem – ou são mantidas –, sejam elas linguísticas, culturais, religiosas, nacionais” (RITTINER, 2006, p. 49). Denominar de casamentos interculturais é uma opção não só linguística, já que não há hegemonia no termo, mas teórica, pois a interculturalidade faz pensar a partir da ideia de pluralidade e de gestão da diversidade (ENNES; RAMOS; SUARÉZ, 2018). Esses casais não possuem apenas as diferenças comuns de todo casamento, mas essas diferenças e desigualdades, analisadas pela ótica da interculturalidade, possibilitam visualizar as hierarquias de poder existentes na

---

<sup>12</sup> Na tese apresentada por Lind (2008) o autor explica cada um dos termos, expondo em quais línguas são mais comuns e suas diferenças e similaridades conceituais.

relação conjugal, não só sob a ótica das relações de gênero, de homens e mulheres mas também sob as relações migratórias, entre imigrantes e autóctones.

Assim, compreendo que a articulação entre categorias como gênero e interculturalidade me possibilitam avançar na compreensão dos relacionamentos entre pessoas de nacionalidade e línguas maternas distintas. E é nesse casamento teórico que sistematizo e analiso os dados levantados através da pesquisa empírica, a qual foi metodologicamente pensada na forma apresentada na próxima seção.

## **1.2 Instrumentos, técnicas e atores da pesquisa**

Esta pesquisa busca articular diversas teorias como mecanismo de análise do objeto estudado visto que o centro desta tese – gênero e migrações – são categorias plurais. A partir de uma visão interseccional, desejo compreender os casamentos interculturais através das categorias cultura, gênero, classe e raça/etnia. Assim, esta pesquisa é caracterizada como uma pesquisa qualitativa, mas não irá ignorar os dados quantitativos, pois “é a associação de ambos os tipos de métodos que permite tanto a obtenção de um perfil mais amplo da realidade estudada como um aprofundamento que leve a sua verdadeira compreensão” (LANG; CAMPOS; DEMARTINI, 2010, p. 10).

Para a compreensão e levantamento do perfil dos casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes no Brasil, usei dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE<sup>13</sup>, que apresenta um levantamento dos registros civis. Eles contêm dados referentes aos registros de nascidos vivos, óbitos, óbitos fetais, casamentos e divórcios dos anos de 1999 a 2017 e do ano de 2019, do Brasil, das suas regiões, dos Estados brasileiros e do Distrito Federal, ao que me detive apenas à análise dos casamentos.

Nas planilhas disponíveis no site do IBGE, as estatísticas referentes a casamentos, às quais me detive na análise, totalizam 46 tabelas do ano de 2017 e mais 46 do ano de 2019<sup>14</sup>. Nelas são apresentados dados referentes a casamentos entre solteiros, recasamentos, idade, mês de ocorrência, dentre outras singularidades. No tocante à nacionalidade dos cônjuges, o Instituto apresenta três estatísticas: a primeira refere-se a casamentos entre cônjuges do sexo masculino e do sexo feminino; a segunda, aos cônjuges masculinos; e a terceira a cônjuges do

---

<sup>13</sup>Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?=&t=downloads> acessado em 10/02/2021

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?=&t=resultados-> acessado em 10/02/2021.

sexo feminino. Ou seja, as duas últimas referem-se a casamentos homossexuais. Apesar de considerar importante as tabelas e pesquisas a respeito de casamento homossexuais, diante do objetivo dessa pesquisa, analiso apenas as planilhas referentes a casamentos heterossexuais.

Os dados dos casamentos apresentados são apenas das uniões oficializadas em cartório, mas sei que existe um vasto número de casamentos não oficiais, inclusive entre as pessoas de nacionalidades diferentes. No universo da minha pesquisa, três casais não tinham a união oficializada. Ademais, acredito que os dados estatísticos são importantes para conseguir entender o universo analisado. Todavia, eles escondem os valores, emoções e sentimentos que se encontram em casamentos nos quais os cônjuges possuem nacionalidades diferentes. Esses dados foram colhidos nas entrevistas realizadas.

Assim, na busca da análise da construção dos papéis sociais de gênero nas relações conjugais interculturais, utilizo como técnica a história oral. Através dela consigo observar as emoções dos sujeitos de pesquisa e captar as experiências, vivências e representações dos narradores. Como lembra Queiroz (1988, p. 19), “tudo quanto se narra oralmente é história, seja a história de alguém, seja a história de um grupo, seja história real, seja ela mítica”.

Portanto, o instrumento para coleta de dados é, primordialmente, a entrevista não diretiva com casais interculturais. Convém pontuar que o recorte desta pesquisa compreende sobretudo os casais heterossexuais, cis, nos quais a mulher é brasileira, o homem é estrangeiro e ambos possuem línguas maternas distintas. O acesso a esses casais ocorreu a partir das redes de relações da pesquisadora: familiares, amigos, amigos de amigos.

Ademais, “o relato oral se apresenta como técnica útil para registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita, o não conservado, o que desapareceria se não fosse anotado; serve, pois, para captar o não explícito, quem sabe mesmo o indizível” (QUEIROZ, 1988, p. 15). A história oral caracteriza-se como um processo sistêmico que utiliza de depoimentos, colhidos através de entrevista e posteriormente transcritos da oralidade para a escrita.

Das narrativas que compõem a história oral, opto pela realização do relato de vida. Ele se caracteriza como mecanismo de obtenção de informações e testemunho sobre determinada situação ou vivência do sujeito de pesquisa. Convém pontuar que, para a sociologia, o relato oral não se constitui como verdade – até porque não cabe ao sociólogo essa busca. Na verdade, o depoimento oral, no sentido sociológico, constitui-se como a versão do sujeito pesquisado (LANG; CAMPOS; DEMARTINI, 2010). Acredito que ela é a que mais irá fundamentar os objetivos propostos, pois no relato de vida “é solicitado ao narrador

que aborde, de modo mais especial, determinados aspectos ou fase de sua vida, embora dando a ele liberdade total de expressão” (LANG; CAMPOS e DEMARTINI, 2010, p. 45).

O colóquio é dirigido diretamente pelo pesquisador; pode fazê-lo com maior ou menor sutileza, mas na verdade está em suas mãos o fio da meada que conduz a entrevista. Da ‘vida’ de seu informante só lhe interessam os acontecimentos que venham se inserir diretamente no trabalho, e a escolha é unicamente efetuada com este critério [...] A entrevista pode se esgotar num só encontro; os depoimentos podem ser curtos, residindo aqui uma de suas grandes diferenças para com as histórias de vida (QUEIROZ, 1988, p. 21).

Visando atingir os objetivos desta pesquisa, foram realizadas nove entrevistas<sup>15</sup>, oito com casais e uma apenas com a esposa. Obviamente, a partir do recorte da pesquisa, todas as esposas são brasileiras e os maridos estrangeiros, cujas nacionalidades são uruguaio, equatoriano, peruano, mexicano, esloveno, espanhol, francês, cubano e sírio. Busquei no ato de agendamento das entrevistas que elas ocorressem na residência do casal, mas isso não foi possível na maioria delas, tendo ocorrido também no local de trabalho dos entrevistados, em sorveterias e bares.

Para melhor compreensão dos entrevistados, elaborei uma tabela com algumas características do perfil deles, conforme tabela abaixo:

**Tabela I: Perfil dos entrevistados**

PERFIL DOS ENTREVISTADOS					
Ordem	Nome <sup>16</sup>	Nacionalidade	Idade <sup>17</sup>	Profissão	Tempo de relacionamento <sup>18</sup>
Casal 01	José	Uruguaio	60	Artesão	33 anos
	Mariana	Brasil	60	Aposentada	
Casal 02	Carlos Gustavo	Peru	42	Engenheiro	04 anos
	Sílvia	Brasil	33	Jornalista e professora de inglês	
Casal 03	Eduardo	Esloveno	57	Engenheiro eletricitista	04 anos
	Wallis	Brasil	43	Funcionária pública	
Casal 04	Francisco	Equatoriano	35	Montador de móveis	10 anos
	Mary	Brasil	32	Engenheira de	

<sup>15</sup> No capítulo quatro apresento mais detalhadamente os sujeitos da pesquisa.

<sup>16</sup> Os nomes utilizados não são os nomes reais dos entrevistados, mas de personagens da história mundial que foram casados com pessoas de nacionalidades diferentes. No capítulo quatro, onde apresento cada um dos casais, conto um pouco da história destes personagens.

<sup>17</sup> Dados fornecidos no ato da entrevista.

<sup>18</sup> Dados fornecidos no ato da entrevista.

				processamento de dados	
Casal 05	Carlos	México	46	Engenheiro de sistemas	01 ano
	Isabel	Brasil	35	Autônoma	
Casal 06	Pedro	Espanha	42	Contador	04 anos
	Leopoldina	Brasil	48	Professora universitária	
Casal 07	Harry	França	66	Professor aposentado	23 anos
	Meghan	Brasil	54	Professora universitária	
Casal 08	John	Cuba	44	Educador físico	10 anos
	Yoko	Brasil	36	Micro-empresária	
Casal 09	Tom	Síria	34	Engenheiro de computação	10 anos
	Giselle	Brasil	29	Advogada	

Fonte: Elaboração própria

Diante do perfil dos entrevistados acima, posso ponderar a heterogeneidade da minha amostra: todos os imigrantes possuem nacionalidades diferentes, com tempos variados de união conjugal e residência no Brasil. Se, por um lado, entrevisto um casal com 33 anos de casamento – caso de José e Mariana –, tendo José quase o mesmo tempo de residência no Brasil, por outro tenho Carlos e Isabel, que só possuem 01 ano de relacionamento apesar de ele já residir do Brasil há mais tempo. Também existe Pedro, que ainda não possui residência fixa neste país. Ademais, é importante pontuar ainda que a faixa etária dos entrevistados contempla jovens de 29 anos a senhores de 66 anos, o que também coloca à pesquisa uma diferença geracional.

A minha amostra também possui uma forte heterogeneidade de crenças religiosas. Há pessoas sem religião declarada, católicos, evangélicos, muçulmanos; casais com filhos e sem filhos; pessoas com apenas o ensino médio e outras com pós-doutorado; desempregados, funcionários públicos, micro-empresários. Ao mesmo tempo que analisar estes variados perfis foi extenuante, a análise também possibilitou um olhar ampliado para os modelos de casamento atuais.

Assim, para que eu conseguisse articular toda essa heterogeneidade foi fundamental a realização das entrevistas. Anteriormente a sua realização, expliquei aos entrevistados os objetivos da pesquisa e solicitei a gravação delas, ao que todos assinaram ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE anexado abaixo. Como instrumento técnico de captação do relato, utilizo o gravador do celular. Apesar da clareza de que isotende a deixar os entrevistados menos livres e à vontade, também me possibilita “a vantagem de conservar

com maior precisão a linguagem do narrador, suas pausas (que podem ser simbolicamente transformadas em sinais convencionais), a ordem que dava às ideias” (QUEIROZ, 1988, p. 17).

Tais entrevistas tiveram como objetivo conhecer as narrativas destes atores frente ao objetivo estudado pela pesquisa. Desta forma, busco compreender como são construídos os papéis sociais de gênero nas relações conjugais interculturais, bem como identificar como se processa a transmissão dos rituais familiares em famílias interculturais, as representações sociais preexistentes sobre o homem estrangeiro e a mulher brasileira, analisar como se processam as relações de poder nas decisões do cotidiano destas relações e investigar se, nessas relações conjugais, os papéis sociais historicamente construídos entre homens (espaço público) e mulheres (espaço privado) são repetidos e quais as disputas e tensões dessas relações.

Entendo que a entrevista é um instrumento de coleta de dados que busca ver nos atores estudados não a explicação do problema de pesquisa, mas a conduta para explicá-lo, ou seja, a entrevista dá “a condição de ver neles não a explicação do comportamento, mas um aspecto do comportamento a ser explicado” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 51). Além disso, no processo de entrevista existe uma troca entre pesquisador e pesquisado, sendo construído entre eles um processo dialógico e dialético o qual altera a perspectiva de ambos sobre a questão analisada. Dessa forma, como já foi dito, a pesquisa não busca explicar a realidade em si, tampouco tem a pretensão de desvendar fatos – fatos essencialmente construídos, pois o sentido da ação não é seu fim, mas o “conjunto das ações que desencadeia (BOURDIEU, 1994, p. 143).

No intuito de captar a construção dos papéis sociais de gênero nessas relações interculturais, privilegiei este instrumental metodológico, pois ele permite uma análise mais aprofundada dos atores que serão estudados por possibilitar ao entrevistado uma maior liberdade para expressar seus pensamentos. Michelat (1980) considera que a entrevista não-diretiva é capaz de obter maior profundidade nas informações coletadas já que permite ao entrevistado, além de certo grau de liberdade, uma análise profunda nas informações que ele pode proporcionar.

Ademais, outra técnica utilizada é a observação. Para Goode e Hatt (1979, p. 155) a “ciência começa com observação e deve no fim voltar à observação”. Além disso, considera-se que essa técnica é a “mais moderna” e “a mais antiga” dentre os procedimentos metodológicos. Dentre as várias formas de observar, opto pela observação direta, uma técnica de coleta de dados que utiliza os sentidos para compreender determinados aspectos da

realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. Ajuda a identificar e obter provas a respeito de situações sobre as quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento (GOODE; HATT, 1979). Ou seja, observar seus gestos, falas e comportamentos, sem esquecer que, fazendo-o, estamos também intervindo, pois observar no processo de pesquisa nunca é algo inocente: deve-se sempre ter um objetivo e só a minha presença naquele espaço já altera, ainda que minimamente, as relações.

Logo, busquei observar, por exemplo, qual dos cônjuges abre a porta quando a campainha toca, quem oferece água, as simbologias domésticas, quem corta a fala do outro. Como nem todas as entrevistas foram na residência do casal, não foi possível notar alguns aspectos. No entanto, tive o privilégio de realizá-la no ambiente de trabalho da família, permitindo-me verificar outros aspectos, como quem estava mais engajado na atividade financeira familiar.

É importante lembrar que esta hermenêutica não é tão simples já que as percepções do pesquisador estão presentes durante o processo de pesquisa, como bem afirma Bourdieu (1994).

O conhecimento não depender apenas, [...] do ponto de vista particular que um observador ‘situado e datado’ toma sobre o objeto, mas do próprio fato de, enquanto espectador que toma um *ponto de vista* sobre a ação, que se retira desta para observar, para a olhar de longe e de cima, constituir a atividade prática em *objeto de observação e de análise* (BOURDIEU, 1994, p. 140).

Dessa sorte, encontro na teoria das representações sociais campo fértil de análise dos dados. Moscovici (2010) entende que a realidade das representações sociais é fácil de captar, porém seu conceito não é tão acessível. O autor, referência nos estudos sobre representações sociais, não apresenta uma definição clara para a categoria. Ele acredita que elas sejam um conjunto de conceitos a partir da vida cotidiana ou a versão atual do senso comum.

Ademais, é importante ponderar que ao estudar cultura é necessário também analisar suas representações. Para Bourdieu (1994) as interpretações linguísticas diferem entre a língua materna e a estrangeira. Em outra análise, Hall (2016) afirma que a representação é a forma de expressar, através da linguagem, o inteligível; é nela que os significados são construídos e compartilhados entre as pessoas e “representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos” (HALL, 2016, p. 31). Ela é capaz de conectar a linguagem à cultura, daí ser importante que os cônjuges possuam línguas maternas diferentes, porque

As pessoas que pertencem à mesma cultura compartilham um mapa conceitual relativamente parecido, elas também devem compartilhar uma maneira semelhante de interpretar os signos de uma linguagem, pois só assim os sentidos serão efetivamente intercambiados entre os sujeitos (HALL, 2016, p. 38).

Portanto, entendo que as representações são criadas através de grupos e pessoas, são móveis e estão sempre em um processo de transformação – umas morrem para dar vida a novas representações. Elas são um retrato das vivências de cada um e “assumem um nível simbólico de cuja elaboração o inconsciente, individual e coletivo, participa ativamente” (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 49). Não cabe, contudo, ao pesquisador julgar as representações sociais como verdadeiras ou falsas, mas “construir instrumentos teóricos claros que permitam defini-las não apenas considerando as relações entre o fenômeno e suas representações, mas diferenciando igualmente o conceito e suas representações empíricas” (PORTO, 2010, p. 16).

No contexto dos estudos de gênero, a análise das representações é importante porque demonstra a “relação e re-conhecimento do eu e do outro” (SAFFIOTI; ALMEIDA, 2005) no que tange à pesquisada nativa e do imigrante, da mulher e do homem, da esposa e do marido. Em função disso, a discussão sobre representações sociais se torna importante do ponto de vista das relações de gênero e, principalmente, no estudo sobre o matrimônio entre pessoas de nacionalidades diferentes. Isso porque ela permite avaliar como estão sendo construídas as imagens e ideias que tidas sobre as mulheres brasileiras e os homens imigrantes, como está ocorrendo a relação/re-conhecimento nativa *versus* imigrante e como são construídas as identidades de estrangeiro e nativo entre os cônjuges.

A partir desses dois conceitos, posso estabelecer uma ligação entre a teoria das representações sociais e a teoria feminista – geradora do conceito de gênero –, pois as duas nascem da crise de paradigmas em que são necessárias “novas” perspectivas de análise do social que expliquem as transformações da sociedade. Base essa essencial para a “metodologia feminista” (TERRAGNI, 2005). Para Terragni (2005), a metodologia feminista possibilita uma perspectiva diferente da clássica, pois permite ao pesquisador “entender a experiência das mulheres, na vida real, no sistema de relações, com a própria linguagem delas” (TERRAGNI, 2005, p. 143).

Características tradicionais como a “dualidade” e o “distanciamento” eram pressupostos dificultadores da pesquisa feminista. Era necessário separar os sentimentos para tornar-se cientista. No contexto da metodologia feminista, este distanciamento é “impraticável” porque a aproximação com o objeto é coerente para a sua compreensão, é

olhar o objeto através da lupa do conhecimento sobre a construção do ser mulher(es). “é necessário quebrar a estrutura vertical da relação entre pesquisador e objeto de pesquisa: eles não são duas entidades distintas, mas constituem uma relação significativa” (IDEM, p. 148) e, dessa forma, não consigo, enquanto mulher, afastar-me das mulheres aqui estudadas. É impossível não me perceber nas questões ligadas ao trabalho doméstico e nas representações do ser mulher. Nesse aspecto Bourdieu (1997) lembra que “a proximidade social e a familiaridade asseguram efetivamente duas das condições principais de uma comunicação ‘não violenta’” (BOURDIEU, 1997, p. 697).

Ademais, encontro também na perspectiva da sociologia relacional – que compreende que as relações sociais são construídas, não essencializadas, em processos dinâmicos e contínuos – a chave analítica para conectar a teoria aos dados empíricos coletados na pesquisa de campo (EMIRBAYER, 2010). Busco, então, romper com os essencialismos tão recorrentes no debate acadêmico de gênero. Pensar este tema sob a perspectiva relacional da sociologia, é compreender que as relações sociais definem-se a partir de conflitos, de disputa por poder, em que os capitais acionados pelos indivíduos interferem nas relações sociais e familiares estabelecidas. E vou além: é nas análises decolônias de Anibal Quijano (2009a) e Lugones (2014) em que encontro mecanismos de compreensão das relações de gênero entre brasileiras e imigrantes, e possibilidades de entendimento de valores positivos e negativos atribuídos aos indivíduos do norte e do sul globais, bem como as representações e o imaginário que povoa a cabeça de cada um dos entrevistados sobre o “ser mulher brasileira” e o “ser homem imigrante” – não apenas ser imigrantes também as concepções em “ser do sul global” e “ser europeu”.

Um ponto importante a ser notado é que os casais, ainda que alguns deles não estejam formalmente casados, constituem uma família, um círculo social de afeto. A família é um projeto que acompanha as transformações políticas e econômicas e, a partir das modificações externas, elabora novos padrões de comportamento (ALENCAR, 2011). Desse modo, entendo família como um ciclo social no qual indivíduos, consanguíneos ou não, unem-se através de laços de afinidade. Com essa compreensão, a família pode ser um casal hetero/homossexual com ou sem filhos, formalmente casados ou não, avós e seus netos, tios, sobrinhos, primos. Essa compreensão fundamenta-se em estudos sobre família a partir de uma perspectiva relacional da sociologia que a visualiza a partir de uma ideia menos reducionista, tendo por base as referências simbólicas e os vínculos estruturais (PETRINI, 2008).

Donati (2008), ao analisar a família sobre a ótica da perspectiva relacional da sociologia, esclarece que, até meados do século passado, a sociologia enxergava apenas os

indivíduos como se eles estivessem fora do contexto familiar: as relações familiares eram, assim, “irrelevantes”, “perniciosas”, “adversários políticos”. A família tradicional conservadora representava o que deveria ser superado. Essa ideia foi superada a partir da década de 1980 e os autores passaram a visualizá-la como um “fenômeno social total”, capaz de reproduzir ideias, preconceitos e hierarquias.

A compreensão das relações de gênero e culturais na família sob a égide da perspectiva relacional da sociologia nos possibilita identificar como se processa a transmissão dos rituais familiares em famílias interculturais; analisar como se constroem as relações de poder nas decisões do cotidiano dessas relações conjugais; e averiguar quais as disputas e tensões existentes nessas relações. Petrini (2008) explica que, em muitos casos, mesmo na contemporaneidade, as diferenças de gênero na família não só permanecem, mas são regeneradas como mecanismo análise.

Uma leitura da diferença/identidade entre os gêneros em chave de emancipação da mulher tende a enfatizar os sinais da igualdade. Mas pode ocorrer que, por esse caminho, não seja apreendida a realidade da forma como efetivamente ela se dá. É verdade que há uma significativa tendência na cultura contemporânea a dissolver as diferenças de gênero, particularmente forte nos meios de comunicação e em algumas instituições como a escola e o mercado unissex, mas é verdade também que crianças, adolescentes e adultos recriam espontaneamente, em seus jogos e em suas relações, novas formas de diferenciação, não observadas, por inadequação do instrumental de análise disponível (PETRINI, 2008, p. 21).

Portanto, não posso compreender as relações construídas das categorias de gênero e dos aspectos culturais a partir da perspectiva relacional da sociologia sem pontuar aspectos da vida familiar desses indivíduos e como eles se construíram enquanto casais. Ademais, compreendo que todo casamento constitui uma família. Entendo que, diferentemente do conceito de família imposto há algumas décadas, no qual quem determinava a escolha do parceiro afetivo/sexual era a família de origem, atualmente a escolha do cônjuge é um ato individual, uma atitude pessoal (ALENCAR, 2011).

Do ponto de vista das interculturalidades, entendo que esses casais estão em conexão e relações contínuas no âmbito familiar, relações essas muitas vezes de troca e de conflito. Assim, elas não devem ser essencializadas porque isso “abandona a categoria de sujeito como a entidade transparente e racional que poderia outorgar um significado homogêneo à ação” (MARIANO, 2008, p. 361).

Compreendendo as matrizes teóricas que nortearam esta tese, busquei através de fontes escritas (revisão bibliográfica, material publicado pela imprensa, catálogos, folhetos, livros), documentais (dados secundários provenientes de órgãos públicos), orais (entrevistas)

e da observação dos atores entrevistados dar sustentabilidade ao meu modelo de análise, responder a minha pergunta de partida e atingir aos objetivos propostos. Dessa forma estabeleci as etapas seguintes da pesquisa.

**1ª Etapa:** compreender o tema de pesquisa e as categorias analíticas que embasaram minha discussão. Posso afirmar que, apesar de ter sido o primeiro passo, foi uma etapa constante no meu processo de construção desta tese porque sua construção foi um ir e vir na teoria. Mesmo sendo a primeira etapa, quando comecei a realizar as entrevistas – e também no processo de análise dos dados levantados –, foi necessário revisitar as teorias e observei, dessa forma, que algumas não conseguiam dar sustentabilidade à minha tese e outras foram respondendo aos meus questionamentos.

**2ª Etapa:** pesquisa documental e bibliográfica acerca dos casamentos e da construção da família. Ademais, nesta etapa busco também sistematizar informações sobre os matrimônios de pessoas de nacionalidade diferentes, no mundo e no Brasil, de modo específico como eles ocorreram ao longo dos anos. Assim, faço um mapeamento sobre as publicações que debatem o tema, mas também outros países que possuem uma tradição maior no tocante aos estudos interculturais, além do mapeamento dos dados estatísticos encontrados no estado de Sergipe.

**3ª Etapa:** pesquisa estatística sobre as migrações do Brasil e sobre casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes através de órgãos públicos como a Polícia Federal – PF, a Organização das Nações Unidas – ONU, o Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**4ª Etapa:** entrevista com os casais interculturais residentes em Aracaju. As entrevistas ocorreram primordialmente com o casal, de preferência em suas residências. No entanto, alguns casais preferiram ser entrevistados em locais públicos, como restaurantes, sorveterias e local de trabalho. O roteiro de entrevista, parte integrante desta pesquisa (apêndice 01), foi elaborado na perspectiva de alcançar alguns esclarecimentos quanto aos objetivos apresentados nesta pesquisa.

**5ª Etapa:** análise do material levantado. Assim como a primeira etapa, apresento esta como a última apenas como forma de organização. A análise do material levantado foi realizada durante todo o processo de pesquisa. Ainda no período de coleta de dados articulei as informações coletadas em entrevista com a teoria utilizada. Assim, busquei refletir, por exemplo, sobre a receptividade do casal, a disponibilidade, o local de encontro. Também sobre as relações que se estabelecem no casal: a articulação entre raça, classe e gênero e como os locais de nascimento e o acesso à educação interferem na posição social do casal. Dessa

forma estabeleci as seguintes etapas para análise: i. audição do áudio das entrevistas; ii. leitura de suas transcrições; iii. categorização das temáticas apresentadas a partir dos objetivos específicos desta pesquisa. Por isso, pude articular os dados que meus interlocutores apresentaram com as teorias que embasam minha tese, na perspectiva de afirmar ou refutar a minha hipótese central.

Diante disso, para análise e interpretação dos dados, foram considerados dois níveis: um voltado à análise teórica do problema e outro relacionado à construção teórica com os dados obtidos no estudo empírico. Ela buscará responder à pergunta de partida proposta nesta pesquisa, confrontando então a teoria utilizada e os dados empíricos levantados, refutando ou afirmando o modelo teórico utilizado para a construção deste estudo, sempre buscando ser precisa, honesta e rigorosa (BEAUD; WEBER, 2007). Assim, fundamentada na perspectiva relacional da sociologia, esta pesquisa analisou os dados a partir das relações estabelecidas entre a fala dos entrevistados e a teoria social utilizada. Ademais, entendo que as respostas dadas aos questionamentos desta pesquisa pelos indivíduos não se encontram neles isoladamente, mas nas suas relações familiares e sociais. E essas respostas tornaram-se questões sociológicas e objeto de análise da sociedade a partir do momento em que há uma interação entre os dados encontrados e a teoria.

## CAPÍTULO II – CULTURA, INTERCULTURALIDADE E MIGRAÇÕES

*“Quem vem de trabalhar bastante  
Escute e aprenda logo a usar toda essa dor  
Quem teve que partir para um país distante  
Não desespere da aurora, recupere o bom humor”  
(Canção Voz da América, Belchior)*

A efervescência do mundo globalizado e capitalista tem lançado novas questões para a sociologia e o debate sobre a multi/interculturalidade se insere neste campo. Com o crescimento dos fluxos migratórios há um maior contato entre pessoas e culturas<sup>19</sup> diferentes. No mundo contemporâneo as populações originárias de diversas culturas têm coexistido no mesmo país, estado, município, na escola e na família. Aracaju não é exceção à regra, pois basta um passeio pelo centro da cidade para percebermos o mosaicopopulacional no município e no Estado de Sergipe. Não à toa várias pesquisas, em nível de mestrado e doutorado, já são produzidas no âmbito do Estado, especialmente por integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisa “Processos Identitários e Poder” (GEPPIP), a exemplo de Goes(2020), Meneses (2020) e Souza (2019).

Dessa forma, pensar na sociedade contemporânea é pensar em uma sociedade plural, híbrida (CANCLINI, 2007, 2010, 2013), onde a diversidade cultural implica não apenas relações de complementaridade mas também de conflito. Essas relações materializam-se nos espaços econômicos, sociais, educacionais, familiares, e conjugais inclusive.

Com o avanço das tecnologias e as redes sociais a mobilidade humana<sup>20</sup> foi sendo facilitada, não só de forma permanente mas também temporária. Isso levou a fluxos migratórios mais rápidos, diversificados e complexos, como mostra Ennes (2016). Esse fenômeno tem gerado fluxos migratórios ambivalentes e contraditórios; se, por um lado, esse imigrante era desejado como mão de obra barata para oxigenar a sociedade capitalista, por outro, ele era visto como “estranho”, “estrangeiro” que desestabilizava a ordem política e social da sociedade receptora (IDEM).

A partir dessa realidade, o debate sobre o “outro” ganhou notoriedade, o que possibilitou o crescimento da discussão sobre a diversidade cultural, principalmente nos países europeus. No entanto, a chegada desses “novos” habitantes nem sempre é aceita com

---

<sup>19</sup> Apresentarei mais a frente o conceito de cultura defendido nesta tese.

<sup>20</sup> Posteriormente, a partir do discutido por ArjunAppadurai(2004) e Cuche(1999), irei debater mais profundamente estas questões.

bons olhos, a exemplo da União Europeia e do aumento nas barreiras migratórias nos Estados Unidos, sobretudo na era do presidente Donald Trump. Outro ponto a ser observado no que concerne à mobilidade humana é o aumento dos conflitos internacionais, a exemplo da guerra na Síria, no continente asiático, e da crise econômica e política da Venezuela, na América Latina, as quais ocasionaram um crescimento de migrantes e refugiados pelo mundo<sup>21</sup>.

Por ser um tema interdisciplinar, os estudos sobre os fluxos migratórios possuem várias possibilidades analíticas. Nesta tese busco problematizar a construção dos papéis sociais de gênero nos casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes sob a perspectiva analítica da interculturalidade e gênero sob a prisma da interseccionalidade. A discussão sobre esses casamentos não é nova, tampouco inovadora na perspectiva mundial das ciências sociais. No entanto, no Brasil, ainda é pouco sistematizada.

É importante destacar que não existe consenso sobre a nomenclatura para casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes. Na bibliografia consultada (PISCITELLI, 2008, 2011; TEDESCO, 2010, 2014; LIND, 2008; BREGER; HILL, 1998) as nomenclaturas mais utilizadas são: *cross-cultural*, casamentos mistos, casamentos biculturais<sup>22</sup>. Ricordeau (2017) apresenta outras formas de denominação: transfronteiriço ou transnacionais.

Nesta tese proponho a ideia de **casamentos interculturais**, aqui entendidos como pessoas de nacionalidades, línguas maternas e raízes culturais diferentes. A opção em nominar casais interculturais se dá em razão de perceber a interculturalidade a partir da compreensão sobre diferença e desigualdade, pois ela “restitui as relações entre poder e cultura e procura dar visibilidade às relações de dominação muitas vezes ocultadas” (ENNES, 2014, p. 204).

É importante pontuar que os papéis sociais de homens e mulheres nas relações de conjugalidade não são iguais em todas as culturas e nacionalidades. Em alguns países homens e mulheres possuem igualdade de direitos; em outros não, conforme aponta Lind (2008). No entanto, não podemos naturalizar o imaginário de que o homem imigrante é sempre cortês, que a mulher brasileira busca um homem estrangeiro por ascensão social ou que o estrangeiro é sempre bem-vindo no Brasil. É necessário, pois, necessário questionar essas “verdades”: nem sempre o migrante é aquele que possui poder econômico e *status* social, a exemplo da onda migratória venezuelana.

Busco com este capítulo realizar uma discussão sobre os aspectos que ligam as dimensões culturais e as migrações, base desta tese. Desta sorte, ele está dividido da seguinte forma: no primeiro momento apresento a categoria cultura e como ela é entendida por mim

<sup>21</sup> No decorrer do capítulo serão apresentados dados que corroboram tal afirmação.

<sup>22</sup> Discutirei mais sobre isso no item 3.

neste trabalho. Para tanto, é inserida a dimensão da interculturalidade como chave analítica para o entendimento da construção de gênero nas relações conjugais aqui estudadas. Em seguida apresento alguns aspectos das migrações internacionais, e por fim da migração brasileira através de estudos históricos e dados mais recentes.

## 2.1 Cultura, interculturalidade e fluxos migratórios

Na proposta apresentada por esta pesquisa, a ideia é aprofundar o estudo sobre as relações conjugais de pessoas de nacionalidades diferentes. Para isso, a sua linha de corte são cônjuges naturais de países díspares com línguas maternas distintas. Os pioneiros nos estudos sobre migrações, como Simmel, utilizavam predominantemente o termo estrangeiro em detrimento do termo migrante. Dutra (DUTRA, 2013b) esclarece que atualmente há uma hegemonia do segundo, e esta alteração ocorreu por razões metodológicas e epistêmicas, pois o primeiro é carregado de significados sociais que lhe coloca marcas pejorativas. Para a autora, a migração é

Como um ir ou sair para talvez voltar ou ficar; isto é, um permanente vir-a-ser do indivíduo moderno. Um movimento que está sempre acontecendo, pois o migrante não sabe até quando, para onde ou como ficará: ele nunca acaba de sair e de deixar suas origens (DUTRA, 2013a, p. 35).

Deve-se, contudo, esclarecer que, para a compreensão dos fluxos migratórios, é necessário que se faça a interlocução com a categoria “cultura”, e assim destaco que os estudos culturais são campo de pesquisa inerentes às ciências sociais, pois, conforme aponta Cuche (1999), o “homem é essencialmente um ser cultural” e a cultura permite não só adaptar o homem ao seu meio como o seu meio a ele. Logo, concordando com a afirmação do autor, é a noção de cultura que fornece os instrumentais necessários para superar as “explicações naturalizadas” para as relações sociais. A cultura não é, portanto, dada, rígida, estanque; ela é produto das relações dos grupos sociais e que se constrói historicamente. Assim,

O processo que cada cultura sofre em situação de contato cultural, processo de desestruturação e depois de reestruturação, é em realidade o próprio princípio da evolução de qualquer sistema cultural. Toda cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução. O que varia é a importância de cada fase, segundo as situações. (CUCHE, 1999, p. 137).

Um outro autor que irá possibilitar a compreensão do que me proponho nesta tese é Appadurai (2004). Para este autor é possível compreender que a cultura não deve ter um olhar de “objeto, coisa ou substância” porque não é uma categoria homogênea. Ele critica esta ideia, pois, a partir dela, a compreensão da cultura passa por uma ótica biologizante, a

exemplo da raça e do gênero. Ele tenta romper com a substancialização da cultura sob a perspectiva das diferenças, contrastes e comparações. Segundo Appadurai (2004), “a cultura é uma dimensão penetrante do discurso humano que explora a diferença para gerar diversas concepções da identidade do grupo” (APPADURAI, 2004, p. 27). Dois dos mecanismos encontrados pelo autor para a superação da substancialização da cultura são a linguística e a identidade de grupo. Com isso, ele quer nos dizer que a cultura não é um substantivo a-histórico, formal, binário, intelectual e textualista, mas uma “dimensão cultural é um “instrumento heurístico ao nosso alcance para falarmos de diferença [...] que exprime, ou serve de fundamento, à mobilização de identidade de grupo” (APPADURAI, 2004, p. 26-27)

Portanto, entendo que o fato de os cônjuges serem apenas de nacionalidades diferentes não é decisivo para constatar que eles possuem culturas alhures, haja vista que alguém que apenas nasceu no Oriente não traz consigo, necessariamente, características desta cultura. A cultura é algo relacional, que está ligada às relações sociais que o indivíduo estabelece ao longo da sua vida, não apenas a biologia, nem tampouco, somente a nacionalidade. Daí porque o recorte da pesquisa são pessoas de nacionalidades, línguas maternas e raízes culturais diferentes.

Corroborando este pensamento, Lind (2008) acredita que a língua tem fundamental importância na cultura, pois ela pode ser utilizada como um laço entre duas nações de mesma língua, a exemplo de Brasil e Portugal. O autor acredita que a língua é o “espelho da cultura” e, a partir desta análise, penso que a construção dos papéis sociais entre casais interculturais com línguas maternas distintas diverge de casais interculturais que falam a mesma língua, pois a linguagem “fornece um modelo geral do funcionamento da cultura” (HALL, 2016, p. 26).

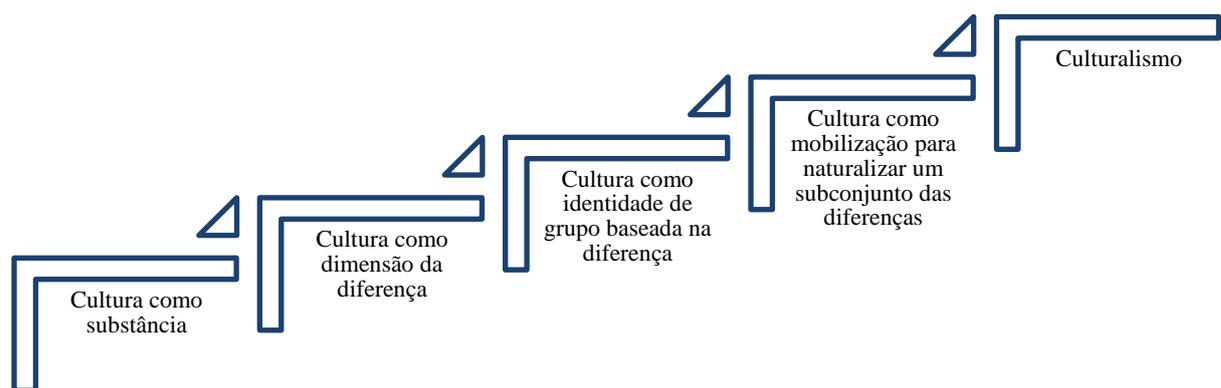
Para compreender a análise contemporânea sobre cultura trago uma dimensão apresentada por Appadurai (2004). A fim de explicar a cultura na contemporaneidade, o autor ressalta a necessidade de articulação entre cultura, política e economia a partir de uma ótica “complexa, estratificante e disjuntiva”. Para isso, ele apresenta a ideia de “paisagem”. Na concepção do autor, os fluxos culturais globais apresentam-se de forma fluida e irregular, os quais são característicos do capital internacional, de “mundos imaginados”. Entendo, com isso, que “todos os ângulos de visão, são construções profundamente perspectivadas, inflectidas pela localização histórica e política de diferentes tipos de actores” (APPADURAI, 2004, p. 50–51). Os “mundos imaginados” são universos construídos a partir da imaginação histórica de cada indivíduo ou grupo de indivíduos espalhados pelo mundo.

Para melhor exemplificar, o autor divide estas paisagens em cinco “dimensões culturais globais”: *etnopaisagem*, *mediapaisagem*, *tecnopaisagem*, *financiopaisagem*, *ideopaisagem*<sup>23</sup>. A *etnopaisagem* diz respeito às pessoas que estão em deslocamento e afeta a política e a cultura do local de origem e do partida, a exemplo dos turistas, imigrantes, refugiados, exilados etc. *Atecnopaisagem* é a influência que a tecnologia, seja ela de ponta ou não, realiza na dinâmica global. Já a *financiopaisagem* é uma dimensão complexa, rápida e misteriosa pois “os mercados de capitais, as bolsas nacionais e a especulação comercial se movem nas placas giratórias nacionais a uma velocidade estonteante” (APPADURAI, 2004, p. 53). Por fim, a *ideopaisagem* e a *mediapaisagem* estão relacionadas: enquanto a *mediapaisagem* é a capacidade de distribuição de informação através de mecanismos eletrônicos (jornal, revista, filmes), a *ideopaisagem* também está relacionada à distribuição de informações, porém mais direcionada a questões políticas e à ideologia do Estado.

Segundo Appadurai (2004), compreender essas “dimensões globais” é necessário para análise da cultura contemporânea. Ele nos lembra que, apesar de essas dimensões sempre terem existido na sociedade, atualmente são mais velozes, com mais informações e volume. Compreendê-las, então, é essencial para a construção de políticas culturais globais.

Para o autor, o processo de estudo da cultura passou por diferentes abordagens, que me atrevi a expressar da seguinte forma:

### Imagem I: Processo de abordagens da categoria ‘cultura’, segundo Appadurai



Elaboração da autora, Appadurai, (2004)

<sup>23</sup> LerAppadurai (2004).

No gráfico acima, percebe-se que o autor estabelece o culturalismo como ponto mais avançado do estudo da cultura. Em sua concepção, o culturalismo quase nunca vem sozinho: está sempre acompanhado dos prefixos *bi*, *multi* ou *inter*. Ele nos chama à atenção que culturalismo é “o movimento que envolve identidades em construção consciente [...] é política de identidade mobilizada ao nível do Estado-nação” (APPADURAI, 2004, p. 29), que está alinhado à história e às memórias da população encontrada fora do seu território nacional de origem: os refugiados, exilados e migrantes. Diferentemente dos termos “cultura” e “etnia”, que denotam uma ideia de biologização, naturalização do inconsciente, o culturalismo entende as diferenças culturais como seu objeto consciente (APPADURAI, 2004).

Do ponto de vista desta tese, busco discutir os aspectos culturais que diferenciam os cônjuges culturalmente e como eles constroem as relações de gênero no ambiente doméstico. Desta forma, o debate é sobre diferenças e desigualdades, sobretudo na esfera doméstica privada. Isto me leva a pensar sociologicamente a partir dos aspectos que os igualam e os diferenciam sem visualizá-los como diferentes pelo simples fato de serem homens ou mulheres, autóctones ou imigrantes. Partindo do pensamento de Appadurai (2004), devo entendê-los como diferenças construídas através de suas relações sociais, e não biologicamente determinadas.

Com base nos conceitos de Appadurai(2004), não quero, com isso, homogeneizar a cultura de um mesmo país e acreditar que, por ser brasileira, tenho a mesma herança cultural de uma pessoa nascida no Sul do país. Entendo, assim, que as pessoas com a mesma nacionalidade não possuem necessariamente uma mesma cultura. De certo, em alguns países nem a língua materna é a mesma. Cito o Brasil como exemplo: um país continental, com índios, negros, com expressões culturais diferentes e a mesma nacionalidade. O que quero argumentar é que o fato de possuírem nacionalidades e línguas maternas diferentes gera diferenças culturais visualizadas no cotidiano familiar. Um casamento entre brasileiros não possui a mesma burocracia (do ponto de vista de oficialização do contrato de casamento) que outro entre pessoas de nacionalidades diferentes, por exemplo. Obviamente que não é apenas nos casamentos que podemos visualizar essas diferenças, mas em todas as relações sociais, que podem ser culturais, de origem, personalidade, financeira, gênero, dentre outras. No entanto, o meu problema de pesquisa recorta os matrimônios de pessoas de nacionalidades diferentes, sendo a mulher brasileira e o homem imigrante.

Esse processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução em uma sociedade globalizada e informatizada possibilita a (re)criação e ressignificação de hábitos e relações culturais entre autóctone e migrantes. Elas podem ser de não aceitação do outro e de

xenofobia ou de pluralismo cultural, aqui entendido como o princípio da igualdade e aceitação do outro sem discriminação de raça, cor, credo, gênero, cultura (ROMERO, 2003).

E é nesse contexto que insiro a categoria de interculturalidade que, assim como a multiculturalidade, é uma das modalidades de compreensão da diversidade cultural. Canclini (2013) aponta que analisar um objeto de pesquisa do ponto de vista da interculturalidade, não é apenas sobre a hibrididade cultural, como se ela ocorresse de forma objetiva, sem contextualização, mas sim, nos processos de hibridação, ou seja, como elas são produzidas, como se dá às relações de poder, na construção dos papéis sociais de gênero nas relações conjugais entre pessoas de nacionalidades diferentes. Assim como o autor, compreendo a hibridação como processo de interseção e transações, tornando possível que a multiculturalidade evite o que tem de segregação e se converta em interculturalidade.

A interculturalidade remete à confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações e trocas. Ambos os termos implicam dois modos de produção do social: *multiculturalidade* supõe aceitação do heterogêneo, *interculturalidade* implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimo (CANCLINI, 2013, p. 17, grifo do autor).

Ao debater a interculturalidade, percebo que Canclini deixa um hiato nas questões de gênero. Daí porque a construção do modelo de análise desta tese busca a interação com fontes que se aproximam do debate aqui proposto. A categoria de gênero, na atualidade, não pode ser pensada isoladamente porque se trata de uma categoria transversal de análise, conforme apresentarei no próximo capítulo.

A ideia de inter/multiculturalidade surge no processo de globalização, principalmente com as crescentes ondas migratórias das últimas décadas, nas quais as diferenças e desigualdades são reordenadas e não suprimidas (CANCLINI, 2010). Aí já surge um dos pontos de discussão sobre esta categoria; a ideia do surgimento da interculturalidade é divergente entre os autores que debatem o tema: enquanto alguns acreditam que ela é um braço da multiculturalidade, outros defendem que são categorias distintas, sendo a primeira a evolução da segunda.

Candau (2008), por exemplo, acredita que a interculturalidade é um dos tipos de multiculturalidade. A autora apresenta três abordagens da multiculturalidade: **o multiculturalismo assimilacionista** – esta abordagem parte da ideia de que vivemos em uma sociedade multicultural onde os indivíduos não possuem as mesmas igualdades de oportunidades; **o multiculturalismo diferencialista ou monoculturalismo plural** – esta abordagem tende a ter uma visão essencialista da identidade cultural e, ao enfatizar a assimilação, nega-se a diferença; e, por fim, **o multiculturalismo interativo ou**

**interculturalidade** – propõe a inter-relação entre diferentes grupos culturais numa mesma sociedade, busca uma análise não essencialista das identidades culturais, sendo, portanto, uma ideia de construção permanente de identidades abertas; ou seja, para essa abordagem estamos em constante processo de hibridação, não existindo cultura pura.

Já Ennes(2016) acredita haver um embate político e analítico entre o multiculturalismo e o interculturalismo. Para o autor, o debate destas duas categorias transita entre os que acreditam que elas possuem mais aspectos que as assemelham do que as distanciam e os que buscam demonstrar a superioridade da segunda como chave analítica “para apreender e explicar as relações de poder inerentes às formas culturais de existência e relacionamento na sociedade contemporânea” (IDEM, p. 231). O autor depreende que “sob o multiculturalismo a diversidade é apropriada pelo consumo e sofre o esvaziamento político, processo contra o qual o interculturalismo procura agir de modo a retomar as relações entre poder e cultura” (ENNES, 2014, p. 198). Ou seja, diferentemente do proposto por Candau (2008), as duas categorias dialogam, mas uma não está contida na outra.

Ramos (2007), que também entende a interculturalidade como uma categoria diferente da multiculturalidade, apresenta-nos algumas das perspectivas fundamentais para o seu debate: a constatação sociológica, a ideologia, a estratégia de superação da multiculturalidade, a perspectiva interdisciplinar, a perspectiva sistêmica e multidimensional, o processo dinâmico e dialético e as perspectivas psicossocial, pedagógica e sociopolítica.

Opto pela compreensão da interculturalidade como chave analítica da minha tese, entendendo-a como relações de poder que estão em constante processo de “negociação, conflito e empréstimo”(CANCLINI, 2013).A interculturalidade não é uma via de mão única. No processo intercultural as culturas estão em conexão, entrelaçadas, e, no caso desta tese, vivendo sob o mesmo teto. Assim, a opção em utilizar a interculturalidade se dá em razão de ela proporcionar “vantagens epistemológicas e de equilíbrio descritivo e interpretativo, leva a conceber as políticas da diferença não só como necessidade de resistir”(CANCLINI, 2007, p. 25). Diante disso, utilizo a interculturalidade como chave analítica do meu objeto e compreendo que ela ocorre também no processo de interação entre os indivíduos e, portanto, ela permeia o meu olhar metodológico, teórico e analítico.

Ennes (2021) afirma que o interculturalismo é uma chave analítica para pensar a sociologicamente a sociedade, porque possibilita ao pesquisador “compreender novas dinâmicas da interface entre cultura, política e economia” (IDEM, p. 191). O autor afirma ainda que esta categoria tem-se mostrado importante para a compreensão social dos processos de troca, intercâmbio e sobreposições culturais.

Interculturalismo é, portanto, um recurso analítico para se compreender o mundo contemporâneo e sua polissemia e é, em si, revelador de sua pertinência. Considerar o interculturalismo como chave analítica implica, por exemplo, em reconhecer as particularidades do fenômeno migratório em um contexto marcado pela globalização e desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação (ENNES, 2021, p. 191).

Contudo, o principal enfoque desta categoria está associado ao âmbito institucional das políticas públicas que dialogam e convivem com a diversidade (o que de certa forma se tornou um ponto de superação para esta pesquisadora) e percebo que estas relações – diferença, diversidade e desigualdade – estabelecem-se também nas relações face a face, do privado, do doméstico. Nesse contexto, o processo intercultural deve ser entendido sob a perspectiva das relações pessoais e familiares aqui estudadas. É importante pontuar que as relações conjugais não ocorrem apenas nas relações face a face entre os cônjuges mas também entre os grupos que convivem com eles – amigos, familiares, relações de trabalho. O casamento é uma instituição social, ou seja, ele também possui um significado simbólico na sociedade (DUAN; CLABORNE, 2011).

Busco discutir os aspectos que diferenciam os cônjuges culturalmente e como eles constroem suas relações de gênero. Desta forma, o debate recai sobre diferenças e desigualdades, entre homens e mulheres, autóctones e migrantes. Esta possibilidade analítica leva-me a pensar sociologicamente a partir dos aspectos que os igualam e que os distinguem.

Ademais, o debate sobre a interculturalidade deixa um hiato nas questões de gênero e nas relações face a face. É como se ela – a interculturalidade – estivesse associada apenas a questões políticas, étnicas, raciais e linguísticas. Em razão deste hiato, a construção do modelo de análise busca a interação com fontes bibliográficas que se aproximam do debate proposto nesta pesquisa. Dessa forma, a categoria de gênero, ponto de análise central desta pesquisa, não pode ser pensada isoladamente, pois é uma categoria transversal de compreensão da sociedade atual, que permeia todas as relações sociais, inclusive a cultura. Neste caso particularmente, os casamentos interculturais.

Assim, compreendo que a cultura faz esta ponte entre as teorias aqui discutidas porque está intrinsecamente ligada às relações de gênero construídas no dia a dia de cada sociedade. Assim, entende-se que o processo de construção sociológica do objeto ora apresentado encontra nas teorias aqui discutidas – gênero e cultura – o campo fértil para sua análise pelo que irão dialogar com os dados colhidos na pesquisa empírica.

## 2.2 Os fluxos migratórios internacionais

Os fluxos migratórios sempre ocorreram ao longo da história. Acredita-se que eles são responsáveis por várias mudanças na sociedade e nas culturas receptoras, o que impacta inclusive nas taxas de natalidade da população. Relatos bíblicos mostram que as populações já se locomoviam em processos migratórios antes de Cristo – a exemplo do êxodo do antigo Egito e da migração grega na região do mar mediterrâneo –, porém é a partir do século XIX que eles se intensificam (BRZOZOWSKI, 2012), oriundas da Revolução Industrial, do capitalismo e em consequência das duas grandes guerras mundiais. Mais recentemente, esse movimento ocorreu com a internet e todas as facilidades advindas dela, tais como as redes sociais.

Contudo, observa-se que, quanto à sociologia clássica, o estudo sobre os processos migratórios apresentou-se de forma transversal, não sendo objeto central de estudo de nenhum dos clássicos da sociologia – Marx, Weber e Durkheim. Oliveira (2014), ao analisar as obras dos autores clássicos da sociologia, informa que a mitigação dos estudos migratórios por estes autores se dá em razão de o imigrante ser, naquela época, “um produto em formação, um resultado do desenvolvimento do capitalismo e da estratificação social em curso e não necessariamente aquele ator cuja ação social requeria análise específica” (OLIVEIRA, 2014, p. 92). Contudo, é importante pontuar que este tema teve seu “impulso inicial” no continente norte-americano, através, principalmente, da Escola de Chicago, e em razão dos fluxos migratórios do final do século XIX e início do XX, para este continente, os quais geraram consequências sociais, culturais e econômicas para o continente.

No contexto europeu, Elias (1993), quando analisa o processo civilizador, explica que uma das maiores ondas migratórias ocorreu nos séculos VIII e IX quando tribos provenientes do leste, norte e sul europeu “desabavam” em ondas sucessivas sobre as partes já povoadas da Europa. Esclarece ainda que dois dos principais motores da mudança na estrutura das relações humanas e das instituições a elas correspondentes são o aumento ou a diminuição da população. Eles ocorrem em grande parte provenientes das migrações. Porém, eles não são os únicos motivos, nem podem ser isolados da dinâmica das relações humanas. No entanto, para o autor, constituem um elemento importante que jamais devem ser ignorados.

Apesar de as migrações serem um processo histórico, existentes em todas as sociedades, atualmente visualizam-se episódios xenofóbicos, de intolerância com o diferente. Xavier (2007) explica que uma das causas desses sentimentos está no “paradigma do imigrante”, o que foi acirrado com a formação dos Estados Nação, fechando-se em sua

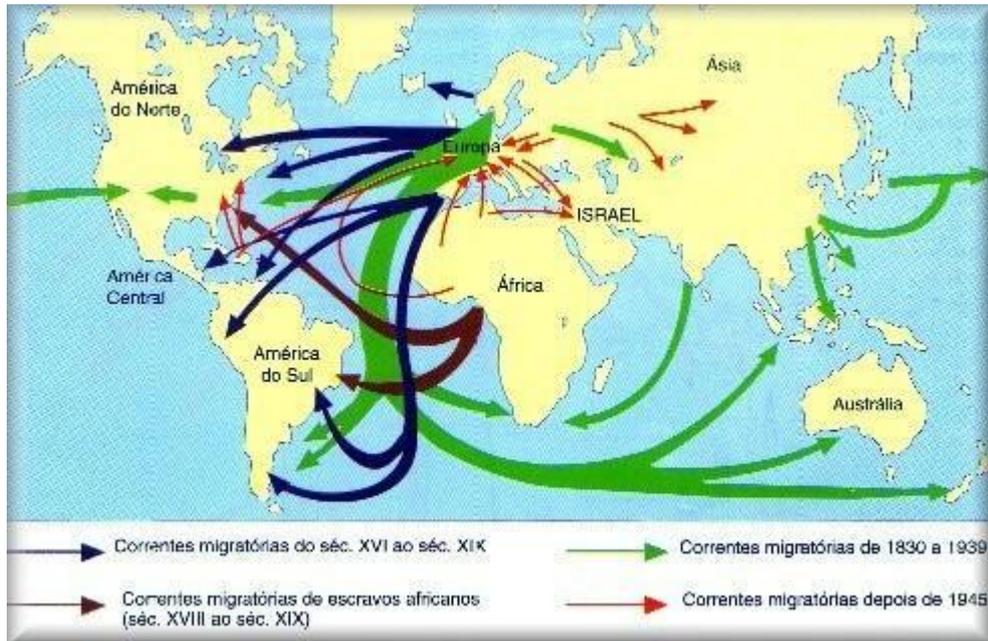
cultura, pregadores da homogeneização, de sua língua oficial e de seus limites territoriais, o que gera forte conflitos entre população nativa e imigrantes.

As migrações podem ser classificadas de diversas formas. Truzzi (2008) estabelece que as migrações possuem alguns tipos comuns. No entanto, sua classificação, por vezes, mostra-se ambígua. Tentando mostrar de forma didática, Truzzi (2008 *appud* TILLY 1978) classifica as migrações da seguinte forma: *locais*, quando o indivíduo desloca-se para ambientes já conhecidos e geograficamente próximos; *circulares*, migrações que ocorrem em determinado período de tempo e, posteriormente, o indivíduo volta para seu local de origem; *de carreira*, migrações relacionadas a oportunidades de trabalho; *em cadeia*, as migrações estimuladas pelos vínculos de parentesco e de conterrâneos já instalados nos locais de origem.

O autor nos esclarece que esta ambiguidade se apresenta visível pela dificuldade de compreensão no enquadramento das primeiras migrações em cada categoria. Ele nos lembra que as migrações locais geram uma cultura migratória, a qual leva à concretização de outras formas de migração. O que se pode perceber na migração italiana para o Brasil no século XIX é que a região já possuía uma cultura migratória local, o que facilitou a migração em cadeia para o Brasil através dos parentes e conterrâneos que repassavam as “informações e alimentavam os deslocamentos” (TRUZZI, 2008, p. 201).

Voltando um pouco na história, observa-se que, durante o século XVI, os fluxos migratórios eram originários da colonização das Américas, pois era necessário povoar as terras recém “descobertas”. Portanto, seus países de origem eram os europeus – os cidadãos civilizados e com alma – e os africanos – os escravos. Conforme mostra a imagem a seguir:

**Imagem II:** Fluxos migratórios do século XVI ao XIX



Fonte: <https://www.proenem.com.br/blog/enem2018/migracoes-internacionais-e-novos-fluxos-migratorios/>

Com as mudanças ocorridas a partir do final do século XX até o século XXI, os fluxos migratórios se transformaram. A questão migratória ainda passava pelo viés econômico, mas já não como “descobrimento” de novas terras, mas como melhoria na qualidade de vida em função de desemprego. Algumas das causas apontadas são: “desastres ambientais, guerras, perseguições políticas, étnicas ou culturais, causas relacionadas a estudos em busca de trabalho e melhores condições de vida” (MARINUCCI; MILESI, 2010, p. 1). Então, o mapa que antes se apresentava conforme a Imagem II passa a ser desenhado como mostra a Imagem III.

As migrações de pessoas fazem parte da modernidade. Para Bauman(2013) a migração moderna é dividida em três fases: a primeira caracterizada pela migração de cerca de 60 milhões de “homens brancos” para as “terras vagas”, marcada pela dizimação de povos nativos; a segunda, que, para o autor, ainda não chegou ao fim, é o retorno da população colonizada para as terras colonialistas; e a terceira fase é considerada a era da diáspora, “é caracterizada por fronteiras ondulantes, flutuantes e porosas, em que fica difícil determinar quem legalmente é de dentro e quem é estranho, quem está em casa e quem é intruso” (BAUMAN, 2013, p. 37–38).

**Imagem III:** Principais fluxos migratórios no final do século XX e início do século XXI



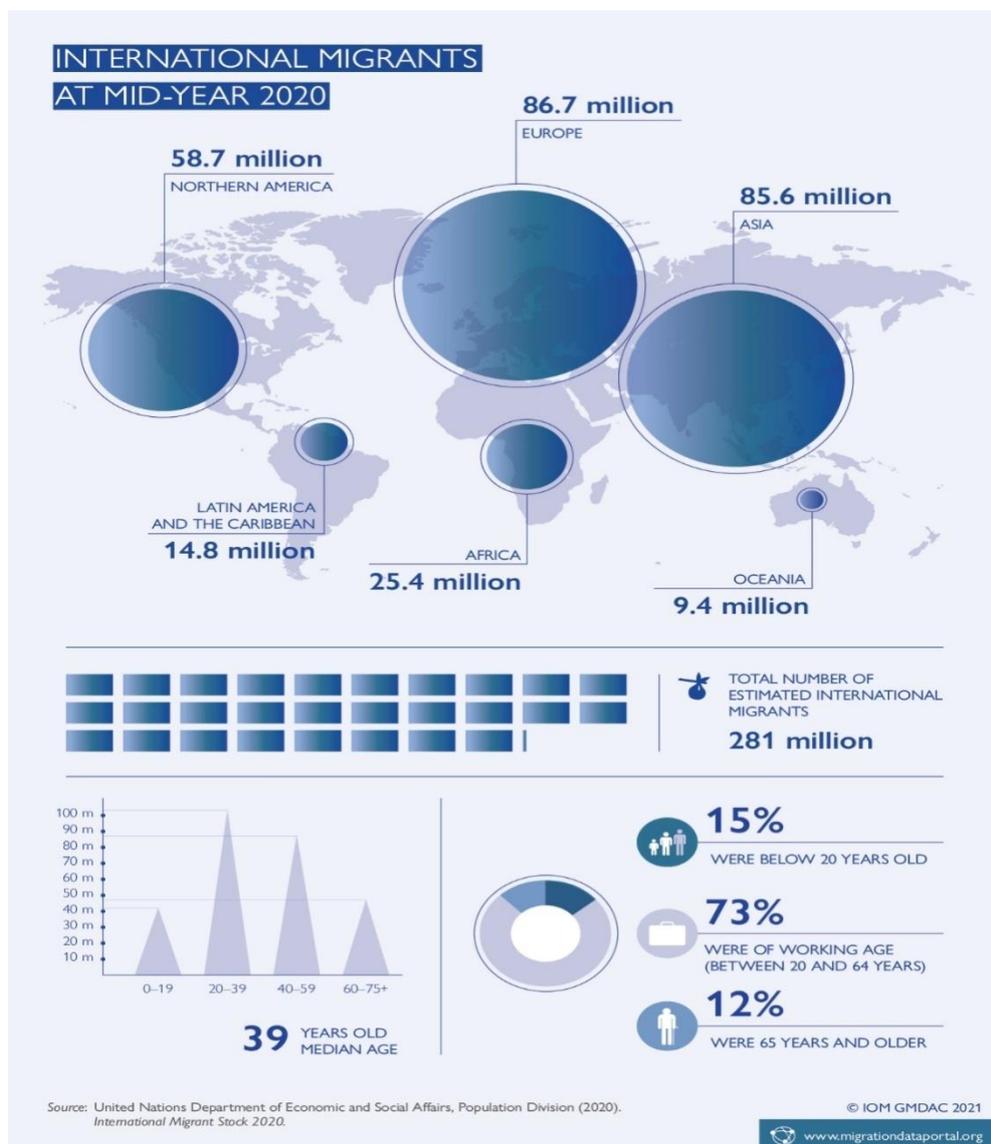
Fonte: (MARINUCCI; MILESI, 2010)

Marinucci e Milesi (2010) demonstram na imagem acima como os fluxos migratórios do início do século XXI passaram a ser diversificados. Tem-se uma grande procura por Estados Unidos, Brasil, Europa e Austrália, com saídas principalmente da Ásia, África e América central.

A imagem abaixo mostra dados bem atuais das migrações<sup>24</sup>. Com 86,7 milhões de imigrantes a, Europa continua sendo a localidade que mais recebe pessoas de outras nacionalidades, seguida pela Ásia, 85,6 milhões, e pela América do Norte, com 58,7 milhões. A estimativa total de imigrantes no mundo, segundo a publicação, é de 281 milhões. Desses imigrantes, 15% possuem menos de 20 anos, 73% estão em idade de trabalhar a faixa etária em que se concentra a população migrante é dos 20 aos 39 anos.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://migrationdataportal.org/themes/international-migrant-stocks> - acessado em 01 de agosto de 2020.

**Imagem IV:** Ações de migrantes internacionais, registro do ano de 2020

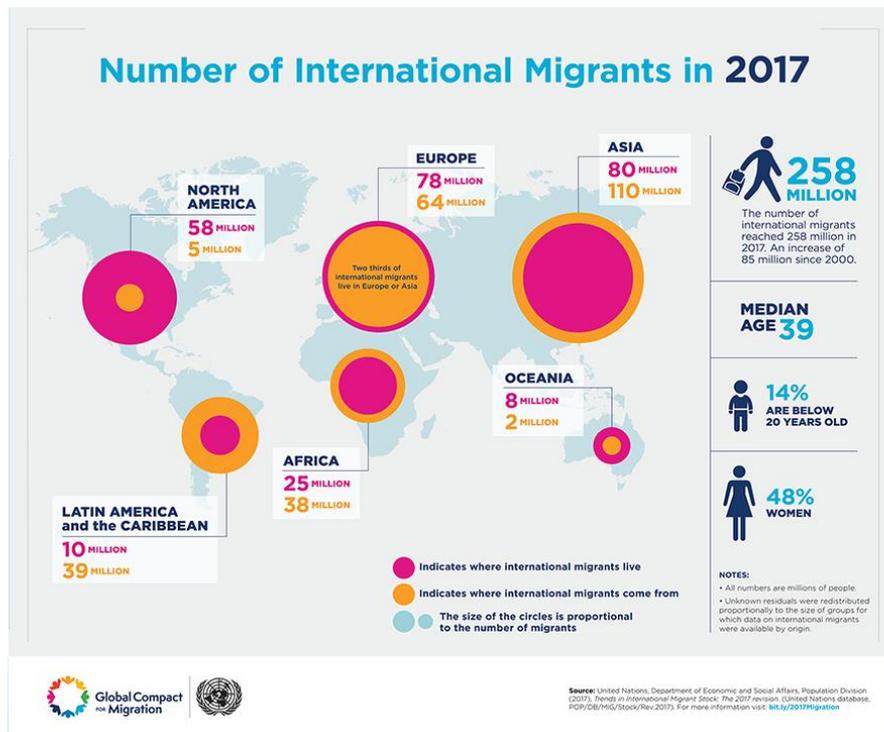


Fonte: <https://migrationdataportal.org/themes/international-migrant-stocks> - acessado em 01 de novembro 2020

Na mesma publicação, a Organização das Nações Unidas – ONU mostra que este aumento de 281 milhões de imigrantes no mundo em 2020 é superior aos 248 milhões de 2015, 220 milhões de 2010, 191 milhões em 2005 e 173 milhões em 2000. Porém, apesar do acréscimo nos números absolutos, os percentuais de população migrante mantiveram-se estáveis entre 2,4% e 3,6%. Já as estimativas preliminares demonstram que, em razão da COVID-19, haverá uma taxa zerada das migrações no período que compreende 1 de março a 1 de julho de 2020.

Corroborando o apresentado anteriormente, no ano de 2017<sup>25</sup> a ONU mostra que os imigrantes estão em maioria na Europa, com 64 milhões, enquanto a Ásia é quem mais exporta migrantes, com 110 milhões, totalizando 258 milhões de imigrantes no mundo. No contexto da América Latina e Caribe, os dados apresentados pela ONU apontam que 10 milhões de migrantes vivem nesta localidade, enquanto 39 milhões são originários destes países.

**Imagem V:** Número da migração internacional em 2017



Fonte: <https://migrationdataportal.org/themes/international-migrant-stocks> acessado em 11 agosto

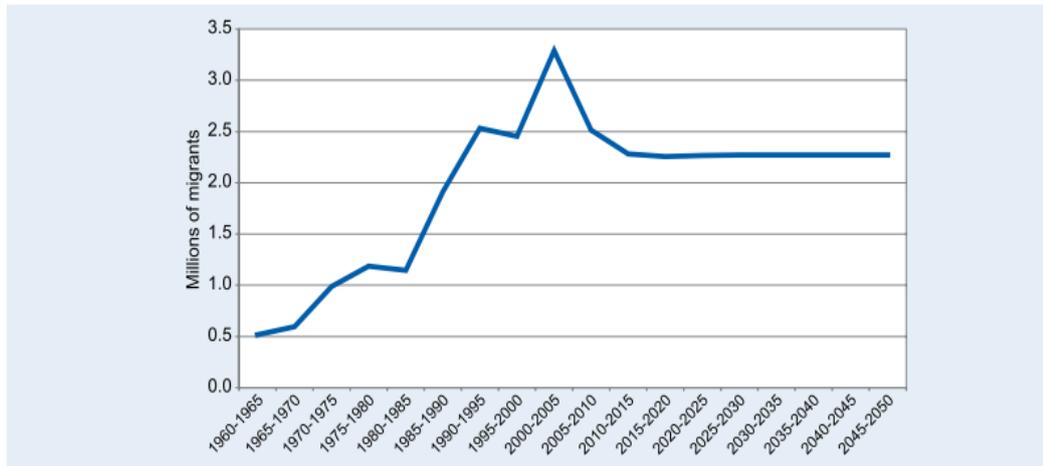
2019

A International Organization for Migration (IOM) fez um panorama das migrações a partir da década de 1960 e projetou o cenário até os anos de 2050. No período que compreende 2000-2005, o número de migrantes chegou a 3,3 milhões de pessoas/ano e com uma projeção até 2050 de 2,3 milhões de pessoas por ano. Outro dado importante a se destacar é que num período que compreende cinco décadas, de 1960 a 2010, o número de imigrantes triplicou, de 76 milhões em 1960 para 214 milhões em 2010 (IOM, 2008). Essa onda migratória gerou profundas transformações na economia global e nos padrões migratórios, não só nos países receptores como nos países de origem (conforme aponta a

<sup>25</sup> Disponível em: <https://migrationdataportal.org/themes/international-migrant-stocks>- acessado em 11 de agosto de 2019.

imagem III) e isso foi decorrente das guerras mundiais, da descolonização e da Guerra Fria. A Europa Ocidental deixou de ser exportadora de mão-de-obra a partir de 1945 para ser receptora de imigrantes, principalmente da África do Norte, do Oriente Médio e do Subcontinente indiano (BRZOZOWSKI, 2012).

**Imagem VI:** Número médio de migrantes para as regiões mais desenvolvidas



Fonte: (IOM, 2008)

A Organização das Nações Unidas – ONU (2013) apontava que em 2013 existiam 232 milhões de imigrantes internacionais, sendo 60% residentes de países desenvolvidos. Os dados mais atuais apresentam um aumento nesse número. A ONU mostra que atualmente 281 milhões de pessoas no mundo são migrantes, um aumento de 23 milhões comparado aos dados de 2017, recém apresentados nesta tese. E, confrontado com as estimativas da década de 1970 – que era de 84 milhões –, é um número bem mais alto, ainda que irrisório se comparado à população mundial. As 281 milhões de pessoas migrantes equivalem a apenas 3,5% da população mundial, ou seja, a maioria das pessoas reside em seu país nativo. É necessário pontuar também que a mesma publicação esclarece que grande parte das migrações ocorrem internamente, ou seja, dentro do país de origem: foram cerca de 740 milhões no ano de 2009.

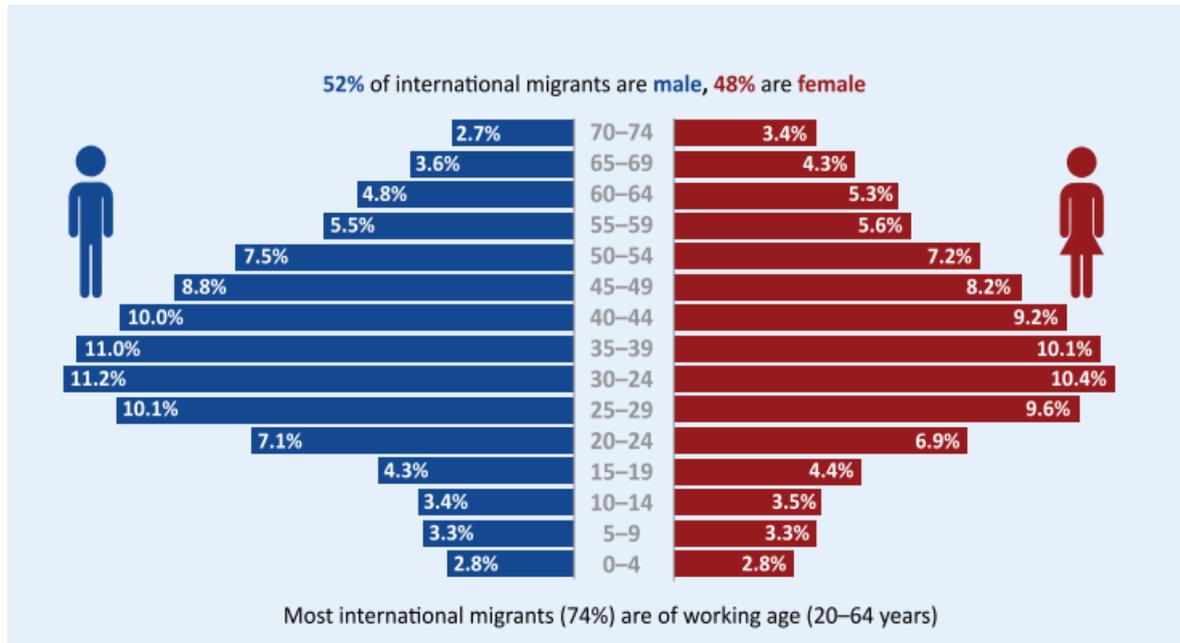
Destaca-se que estas migrações ocorrem por diversos motivos, alguns gerados pela vontade individual, como trabalho, família, estudos; outros de maneira mais trágica, como conflitos, perseguição, desastre. Porém, é importante pontuar que esse segundo bloco de motivos não compõe a maioria dos migrantes, sendo uma pequena porcentagem populacional. No entanto, é a parcela da população migrante que necessita de mais auxílio e de políticas públicas (IOM, 2020), pois está em maior vulnerabilidade social, necessitando de itens básicos.

A ONU (2013) apresenta um panorama sobre as tendências das migrações atuais. São elas: mesmo com a crise mundial, a migração continua a aumentar apesar de seu *stock* mundial ter diminuído desde 2007; em 2013 a migração sul-norte praticamente igualou a migração sul-sul; no mesmo ano, os migrantes de sexo feminino oscilaram entre 52% no Norte e 43% no Sul; o número de migrantes com ensino superior aumentou 70% na última década; os migrantes masculinos foram fortemente atingidos pela crise econômica, o que gerou aumento nos índices de desemprego (ONU, 2013).

Em termos de distribuição global dos fluxos migratórios a IOM (2020) mostra que, em 2019, a Europa e a Ásia juntas tinham 61% da população migrante do mundo, tendo a Europa 82 e a Ásia 84 milhões de pessoas, seguidas pela América do Norte, com 59 milhões – 22% do total, África com 10%, América Latina e Caribe com 4% e Oceania com 3%.

No contexto da relação entre sexo e faixa etária dos migrantes, a IOM(2020) aponta que 52% dos migrantes são do sexo masculino e 48% do sexo feminino. Em outras palavras, o processo migratório feminino ocorre tanto quanto o masculino e deve também ser analisado apesar de ter sido, ao longo do tempo, invisibilizado pelos estudos migratórios (DUTRA, 2013a, 2013b; GOMES, 2013; GIRONA, 2008). Outro dado que chama a atenção é que as mulheres acima de 55 anos migram mais que os homens, conforme mostra a figura abaixo. Nesse sentido, é nas faixas etárias acima de 60 anos em que os percentuais mostram-se mais significativos. No tocante à faixa etária, ocorre maior fluxo migratório entre 30-34 anos, no auge da idade produtiva, seguida por 35-39 e 25-29. Vale pontuar ainda que 74% da população migrante possuem de 20 a 64 anos.

**Imagem VII:** Relação sexo e faixa etária da população migrante do mundo



Fonte:(IOM, 2020)

De acordo com dados da IOM (2017b), cresceu o número de migrantes intrarregionais na América do Sul e aproximadamente 70% de toda a migração é proveniente da própria América do Sul. Ganham destaque os países Chile, Brasil e Argentina, que, no período 2010-2015, tiveram um aumento entre 10 a 15% no número de entrada de imigrantes. Para a IOM, essas migrações ocorrem por razões econômicas, pela busca de melhores condições de vida e de trabalho. Apesar de trazer dados de 2020, é importante lembrar que estamos em um momento pandêmico que alterou este mapa migratório<sup>26</sup>: segundo dados da IOM (2020), a pandemia desacelerou as migrações em cerca de 30% – ou 2 milhões de imigrantes a menos nos anos de 2019 e 2020.

Contudo, não posso deixar escapar os deslocamentos forçados. Dados da Agência da ONU para Refugiados – ACNUR apontam que 85 milhões de pessoas no mundo são vítimas de perseguição, conflitos e violação dos direitos humanos, das quais 26,4 milhões são refugiadas<sup>27</sup>. Deste último número, 68% são de apenas cinco países: Síria, Venezuela,

<sup>26</sup> Por se tratar de um dado secundário, não foi sistematizado para esta tese, visto o prazo para sua conclusão.

<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/06/18/declaracao-do-alto-comissario-da-onu-para-refugiados-por-ocasio-do-dia-mundial-do-refugiado-2021/> acessado em 16 de julho de 2021

Afganistão, Sudão do Sul e Mianmar. Já os países que mais recebem refugiados são Turquia, Colômbia, Paquistão, Uganda e Alemanha. A Agência também retrata as questões que envolvem as crianças e informa que 290 a 340 mil crianças nascem anualmente na condição de refugiadas. Esses dados são importantes e precisam ser analisados posteriormente, principalmente neste momento pandêmico e em vista de as solicitações de refúgio, como as migrações, terem caído em função disso. Segundo a ONU, a redução gira em torno de 2 milhões só no primeiro semestre de 2020. No Brasil, o Comitê Nacional para Refugiados – CONARE aponta para a existência de 57.099 pessoas refugiadas, sendo as nacionalidades com maior número de pedidos os venezuelanos, sírios e congolese<sup>28</sup>.

Ao analisar a teoria das migrações internacionais, Patarra (2006) esclarece que esse movimento migratório envolve fenômenos, grupos sociais e implicações diversas. Assim, não se pode falar de imigrações de uma forma homogênea. Daí por que é importante dialogar com várias teorias para que se possa analisá-las. No entanto, na tentativa de compreensão deste fenômeno, estudiosos da área dividiram os movimentos migratórios em dois grupos: o movimento internacional contemporâneo, através do desenvolvimento da sociedade urbana industrial, e “teorias que se referem à continuidade ou persistência, no tempo e no espaço, dos fluxos migratórios” (PATARRA, 2006, p. 09). Dessa forma, para melhor compreender o objeto de análise desta tese, é necessário entender os fluxos migratórios que se estabeleceram no Brasil.

### **2.3 Os fluxos migratórios no Brasil**

O fluxo migratório no Brasil nos últimos, em comparação aos Estados Unidos, países da União Europeia, entre outros, é considerado discreto, o que não quer dizer que não exista. Dados da IOM (2017a) apontam que no ano de 2017 o Brasil ainda possuía mais emigrantes que imigrantes: saíram mais brasileiros do que estrangeiros vinham morar aqui e, em termos numéricos mundiais, o Brasil não está entre os 20 países que mais recebem imigrantes nem entre os 20 que mais emigram (IOM, 2020). Dentro deste cenário, a Polícia Federal aponta que, no período de janeiro 2017 a abril de 2019, 15.921.965 pessoas entraram no país e 15.622.965 saíram, saldo de 299.000 de imigrantes. No tocante aos brasileiros que entraram e saíram, os números são de 17.114.42 e 17.940.856, respectivamente, ou seja, um saldo positivo de 826.427 de saídas (MJSP, 2019).

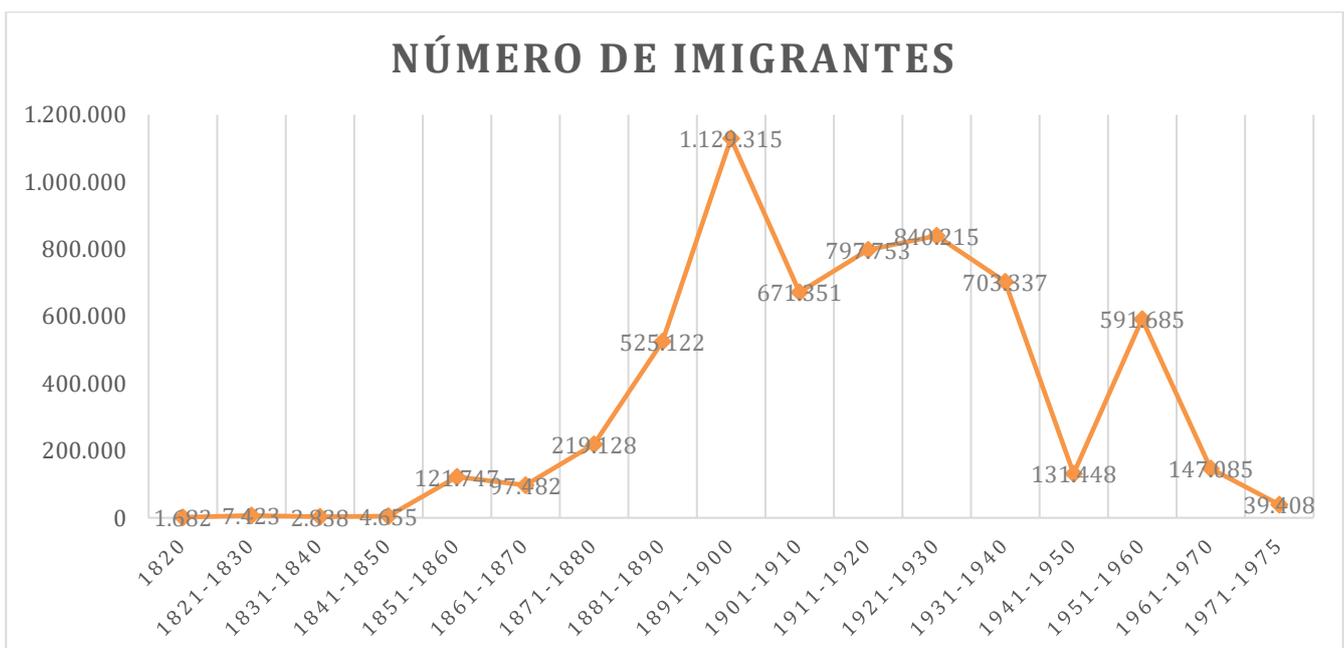
---

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/> acessado em 16 de julho de 2021

O quadro imigratório observado no Brasil nas últimas décadas não é representativo da história da imigração no país. Observe-se o gráfico abaixo, elaborado a partir de dados do IBGE<sup>29</sup>, contendo os números de entradas de estrangeiros no Brasil desde o ano de 1820. O período com maior número de entradas foi na década de 1891-1900, com 1.129.315 imigrantes chegando ao país. Em termos históricos é importante notar que, a partir da década de 1870, o país começa a investir na vinda da população europeia para o Brasil, mais especificamente dos italianos. Além disso, a abolição da escravatura em 1888 estimulou ainda mais essa política migratória, o que pode ser observado na duplicação de imigrantes da década de 1881-1890 (525.122) para 1891-1900.

Iotti (2010) divide a política de imigração implantada pelo governo republicano (1889-1914) em três fases. A primeira vai de 1889 a 1891, que dá continuidade à política de imigração do império e mantém a concessão de transporte e instalação dos imigrantes; a segunda vai de 1891 a 1907 e transfere para os Estados a responsabilidade de gerir a imigração e a colonização; por fim, a terceira, de 1907 a 1914, quando a União volta a responsabilizar-se pela imigração e promulga uma série de medidas de estímulo. Este período é também marcado pelo investimento da iniciativa privada, “tanto que, nestes anos, foram criadas 102 colônias, sendo que 84 (83%) eram particulares, 16 (15%) federais e 2 (2%) estaduais” (IOTTI, 2010, p. 12).

**Gráfico I: Imigração total no Brasil (1820-1975)**



Fonte: (IBGE, 2000). Elaboração da autora

<sup>29</sup>Diponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-total-periodos-anuais.html> - acessado em 07/02/2021

Já Xavier (2007) divide a imigração brasileira em cinco momentos. O primeiro é no período de colonização e com a chegada dos escravos, considerada uma imigração forçada; em seguida, o período que compreende o século XIX, mais especificamente na década de 1825, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães; posteriormente, a década de 1920, com a forte imigração italiana e japonesa fruto da revolução industrial e da necessidade de substituir a mão de obra escrava; depois veio o período de 1970, que se caracterizou com a entrada dos imigrantes de países vizinhos em decorrência das ditaduras militares na América do Sul – são imigrantes políticos e clandestinos; por fim, os anos 1990, com a entrada de imigrantes de outros países orientais.

Goes(2020) esclarece que, na atualidade, os fluxos imigratórios para o Brasil mostram-se diferentes daqueles registrados na segunda metade do século XIX, início do século XX. O número de pessoas que adentram ao país na condição de imigrante é menor que os registrados no período citado. No entanto, eles apresentam-se mais diversificados, o que tem gerado nas ciências sociais novas formas de análise, superando a ideia de migração exclusivamente econômica e incorporando novas categorias analíticas.

Um dado importante a ser destacado, e que tem importante papel na incorporação destas novas categorias de análise, é o crescente número de mulheres migrantes, não só no Brasil como em todo o mundo. Tedesco (2010) esclarece que, de 1994 a 2004, houve um aumento de 35% de mulheres imigrantes na Itália e em 2009 esse número já subiu para 49,9%, sendo a imigração brasileira a mais representativa, com 56% do total. O autor esclarece que “em geral, há o peso do contingente de mulheres que migram e reagrupam maridos, mas há os maridos que reagrupam mulheres como regra mais geral ainda” (TEDESCO, 2010, p. 1–2).

A análise dos processos migratórios no mundo, em especial no Brasil, tem se fortalecido e ampliado suas discussões nos últimos anos, assim como os estudos sobre casamentos mistos, corroborados pelo aumento da circulação das pessoas no mundo. Dutra(2013a) esclarece que cerca de 26 milhões de latino-americanos vivem fora do seu domicílio, dos quais 3,7 milhões circulam na América Latina. A autora acrescenta que o Brasil é o principal destino de migrantes latino-americanos. Isso acontece em grande parte porque é historicamente um país que oferece boas condições de trabalho. Para ela, os grupos que mais se destacam nas últimas décadas são os argentinos, chilenos e uruguaios. Na década de 1970, quando fugiram dos regimes militares e, atualmente, os peruanos, bolivianos e mais recentemente os haitianos. Recentemente, a “bola da vez” são os venezuelanos com o agravamento da crise pela qual o país está passando. De acordo com dados oficiais, entraram por Pacaraima/RO, no período de 2017 a abril de 2019, um total de 262.307 venezuelanos

(MJSP, 2019). Em todo o ano de 2019 foram 223.163 venezuelanos que se movimentaram pelos postos de fronteira no Brasil, enquanto em 2020 o número desceu para 66.956. Essa diminuição da entrada de venezuelanos é fruto das consequências da pandemia de COVID-19, que assolou o mundo a partir do final do ano 2019<sup>30</sup> (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020b).

Corroborando o argumento, destaco que os fluxos migratórios do início do século XXI se diferenciam daqueles do final século XIX início do século XX. Cavalcanti e Oliveira (2020c) lembram que estes fluxos migratórios que chegavam ao Brasil eram majoritariamente de europeus. Já no início deste século, em decorrência da crise econômica de 2008 dos Estados Unidos, Europa e Japão, os imigrantes foram originários do Sul global, de modo particular de Senegal, Congo, Haiti e Venezuela. Aliado a essa crise econômica mundial, considerado uma potência emergente, o Brasil passava por momento de desenvolvimento econômico, além de ser sede de dois grandes eventos mundiais – Olimpíadas e Copa do mundo de futebol, (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020c), panorama que se inverte em 2014 com as crises política e econômica no país (OLIVEIRA, 2020).

No tocante às diferenças sexuais desses migrantes, observa-se uma primazia na migração masculina. O último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE, em 2010, aponta que o Brasil possui 431.319 estrangeiros, dos quais 231.200 são homens e 200.119 são mulheres, existindo 161.250 brasileiros naturalizados (88.683 homens e 72.567 mulheres) e um total de pessoas residentes no Brasil de 190.755.799 (93.406.990 homens e 97.348.809 mulheres).

**Tabela I:** População residente no Brasil, por nacionalidade

Nacionalidade	Sexo	
Brasileiros natos	Total	190.163.229
	Homens	93.087.107
	Mulheres	97.076.122
Naturalizados brasileiros	Total	161.250
	Homens	88.683
	Mulheres	72.567
Estrangeiros	Total	431.319
	Homens	231.200

<sup>30</sup>Para maiores informações sobre os efeitos da COVID-19 nos fluxos migratório, Cf: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, W. F. DE. Os efeitos da pandemia de primeira aproximação a partir e o refúgio no Brasil: uma COVID-19 sobre a imigração dos registros administrativos. In: **Dimensão da Migração Internacional: Desigualdades, Formalização no Mercado de Trabalho e Status Migratório**. Brasília: OBMigra, 2020a. p. 17–40.

	Mulheres	200.119
	Total	190.755.799
Total	Homens	93.406.990
	Mulheres	97.348.809

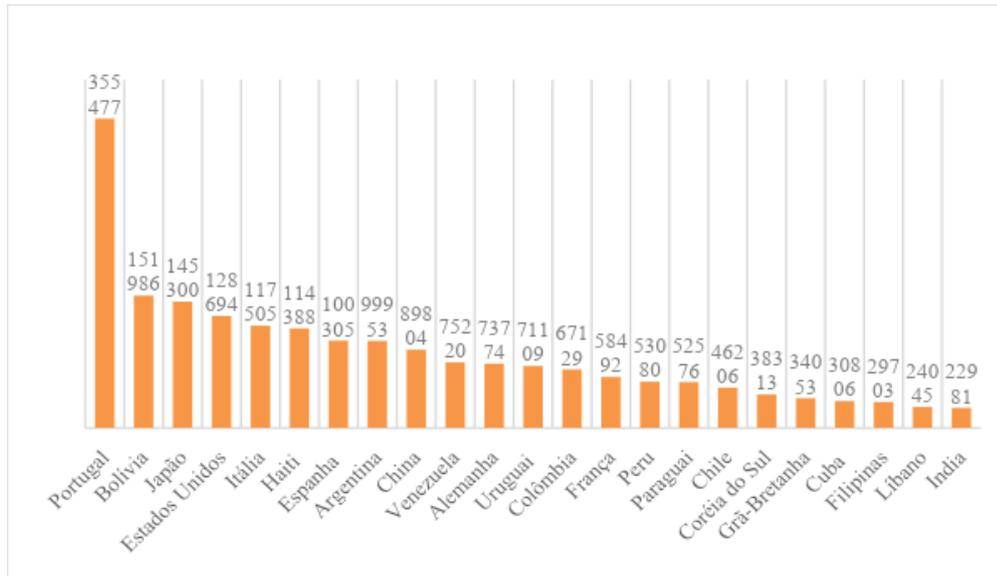
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em Sergipe, dados do Censo Demográfico de 2010 mostram que o Estado possui 54 brasileiros naturalizados, dos quais 43 são do sexo masculino e 11 do feminino; já os estrangeiros atingem o total de 526, sendo 304 homens e 222 mulheres. Dados preliminares fornecidos pela Polícia Federal<sup>31</sup> apontam que, até agosto de 2016, na seccional Sergipe, foram feitos 253 atendimentos para visto permanente, sendo que 19 pessoas conseguiram em razão de casamento com brasileiros(as) e 11 por serem filhos de brasileiros(as)<sup>32</sup>.

Do ponto de vista da análise dos processos migratórios em Sergipe, Goes, Souza e Ennes (2020) apontam para uma invisibilidade dos fluxos migratórios para o Estado de Sergipe, porém existe uma diversificação destas dinâmicas: eles também demonstram a forte presença de asiáticos, principalmente chineses e sul-coreanos, atuando no ramo de roupas, produtos importados e lanchonetes. A publicação informa que, em Sergipe, no ano de 2011, existiam 23 estabelecimentos chineses, dos quais 14 de produtos importados e 9 de alimentos; já os sul-coreanos, em 2018, tinham 09 estabelecimentos do ramo de pastelaria. Importante pontuar que a imigração para Sergipe ocorre, segundo os autores, de forma indireta, ou seja, o Estado não seria o destino inicial do seu percurso migratório. Este dado também será confirmado nas minhas entrevistas, como veremos adiante.

<sup>31</sup> Não são dados oficiais. Foram fornecidos por agentes da polícia Federal, a partir de planilhas de fluxo interno elaboradas por eles, sem o rigor metodológico.

<sup>32</sup> É importante acrescentar a categoria de filho, pois quase sempre, segundo a Polícia Federal, são filhos de casais interculturais em que a mãe ou o pai é brasileiro.

**Gráfico II:** Número total de Imigrantes no Brasil (ativos e inativos) abril de 2019

Fonte: (MJSP, 2019)

Vale lembrar que, pós-2010, temos um marco na legislação migratória brasileira: a Lei 13.445 de 24 de maio de 2017. Tal lei dispõe sobre os direitos e deveres do migrante e do visitante que chegam ao Brasil. Ademais, ela também especifica quem são imigrante, emigrante, residente fronteiriço, visitante e apátrida (BRASIL, 2017). Não obstante algumas críticas a esta legislação, ela se mostra um marco na garantia de direitos dos imigrantes e emigrantes no país e assegura o acesso às políticas de saúde, educação e assistência social.

Os primeiros estudos sobre migração na sociologia datam dos séculos XIX e XX. Esses estudos apontam que os fluxos migratórios dessa época ocorreram em decorrência do avanço do capitalismo e da busca de melhores condições de vida da população em centros industriais. Lopes e Vilela (2011) assinalam que os fluxos migratórios no Brasil podem ser divididos em antes e depois de 1970. Antes existia uma onda de migração internacional para o país; posteriormente esse panorama foi invertido e o Brasil passou a ser um país de emigração, conforme apontado anteriormente. A década de 1990, para os estudos migratórios brasileiros, é marcada pelo avanço das pesquisas nesta área. Segundo as autoras, a sociologia e a antropologia detinham, no período de 1995 a 2009, 75% da produção científica sobre a imigração internacional (VILELA; LOPES, 2011).

Centro minha análise na perspectiva de compreensão das relações entre migrantes e autóctones, na perspectiva da convergência das relações sociais construídas, em que o “eu” e o “outro”, as instituições e os indivíduos estão em constante relação. Pensar o imigrante não é entendê-lo apenas como um indivíduo que nasceu em um país diferente do Brasil, mas pensar

as relações que estabelece no país receptor: vida social, familiar, cultural, econômica. Ou seja, busco não re-essencializar suas identidades a partir dos marcadores de gênero, classe, raça, nacionalidade, mas, analisar sob a ótica da diferença, da alteridade, na perspectiva relacional da sociologia.

Portanto, a ideia de imigrante é também construída, e, ao longo dos anos, sua definição foi modificando-se e alterando-se. Para compreender o “ser imigrante” é necessário questionar-se: “o que é um imigrante?”. Para Durand e Lussi (2015) o imigrante diz respeito àquela pessoa que vive fora do seu país; já para Sayad (1998) o imigrante está relacionado ao trabalho, sendo o ser imigrante diretamente ligado ao ser trabalhador, de modo que ser imigrante desempregado é uma ambiguidade.

Afinal, o que é um imigrante? Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito (...) foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que empurra para o não-ser (SAYAD, 1998, p. 54–55).

Todavia, no contexto de globalização, de relações fluidas, de redes sociais e de distâncias encurtadas poderíamos pensar no imigrante tão somente como mão-de-obra trabalhadora? Ou alguém que apenas nasceu em um país diferente do que habita? Ou imigrante seria apenas aquele que o Estado diz que é? Entendo que a construção do ser imigrante se processa nas relações com os nativos, dá-se através do reconhecimento da sua identidade, do seu pertencimento.

Nos últimos anos, estudos migratórios apontaram para uma nova perspectiva de análise das migrações – o transnacionalismo, que ultrapassa o conceito de mobilidade, e vem influenciando as pesquisas sobre migrações (DURAND; LUSSI, 2015). Com essa nova categoria os fluxos migratórios passaram a ser vistos como “realidades transnacionais”, a qual observa o imigrante não apenas como alguém em outro país mas como um indivíduo que se conecta ao seu país de origem e que possui relações familiares<sup>33</sup> (PUERTA; MASDÉU, 2010), econômicas, sociais, organizacionais, religiosas, políticas para além das fronteiras territoriais.

O estudo sobre os processos migratórios no contexto da sociologia é algo mais recente. Isso se dá pelo fato de, por vezes, a análise dos processos migratórios remeter a um problema social e não sociológico. No entanto, podemos avançar na análise sociológica ao

---

<sup>33</sup> Sobre famílias transnacionais, ler Puerta e Masdéu (2010).

tentar compreender, interpretar e explicar ações socialmente construídas e suas implicações no seio das famílias ora estudadas.

Para Lind (2008), no mundo contemporâneo, existe uma tendência a diversidades culturais, o que gera casais e famílias interculturais, sendo este um grande desafio para novas pesquisas e formas de intervenção. Dessa forma, compreendo esta questão sociológica a partir da construção social dos papéis sociais desempenhados pelas mulheres brasileiras e homens imigrantes. Nesse contexto, coloco em debate conceitos como interculturalidade e gênero, pois entendo gênero, como já foi dito anteriormente, enquanto categoria de análise transversal em todos os estudos. Realizar uma pesquisa a partir do olhar da categoria de gênero e “adotar uma perspectiva intercultural proporciona vantagens epistemológicas e de equilíbrio descritivo e interpretativo, leva a conceber as políticas da diferença não só como necessidade de resistir” (CANCLINI, 2009, p. 25).

No panorama de análise social, estudar os processos migratórios é interpretá-los a partir de sua importância nas alterações sociais; é “compreendê-los como participante de processos de mudanças sociais de extrema relevância (DUTRA, 2013a, p. 32). Ademais, devemos atentar-nos ao fato de que os casamentos são formas de transmissão cultural e de patrimônio e podem gerar continuidade ou descontinuidade de arranjos econômicos e sociais.

Recentemente, o Observatório das Migrações, em Portugal, divulgou uma pesquisa<sup>34</sup> sobre os casamentos mistos na Europa. Tal pesquisa aponta que os países possuidores dos maiores índices deste modelo de casamento são Suíça (36%) e Luxemburgo (29,7%), onde a imigração é mais antiga; e os que possuem menores índices são Polónia (2,0%) e Hungria (2,5%). A pesquisa mostra que nos países em que o fluxo migratório é maior as taxas de casamentos mistos serão maiores, já aqueles onde o histórico de migração não é intenso terão taxas menores.

No Brasil, a partir de dados fornecidos pelo IBGE no ano de 2017, encontrei o seguinte panorama nos índices de casamentos no Brasil: quando o homem é brasileiro e a mulher também é brasileira, ocorreram 1.051.104 casamentos; já quando o homem é brasileiro e a mulher é imigrante, foram 2.584; quando o homem é estrangeiro<sup>35</sup> e a mulher brasileira, somaram-se 5.314 e, no oposto, 992 casamentos. No caso do Estado de Sergipe temos 7.472 (homem brasileiro, mulher brasileira); 1 (homem brasileiro, mulher estrangeira); 37 (homem estrangeiro, mulher brasileira); 1 (homem estrangeiro, mulher estrangeira), e na

---

<sup>34</sup> Disponível em: <http://www.om.acm.gov.pt/-/ver> acessado em 24 de fevereiro de 2018.

<sup>35</sup> O uso do termo “estrangeiro” se dá em razão de ser a nomenclatura utilizada pelo IBGE.

capital sergipana 2.757 (homem e mulher brasileiros); 0 (homem brasileiro, mulher estrangeira); 33 (homem estrangeiro, mulher brasileira); 1 (homem e mulher estrangeiros). Conforme mostra a tabela abaixo:

**Tabela II:** Casamentos, por nacionalidade dos cônjuges masculino e feminino, segundo o lugar do registro – 2017

	Homem brasileiro		Homem estrangeiro	
	Mulher brasileira	Mulher estrangeira	Mulher brasileira	Mulher estrangeira
<b>Brasil</b>	1.051.104	2.584	5.314	992
<b>Sergipe</b>	7.472	1	37	1
<b>Aracaju</b>	2.757	0	33	1

Fonte: IBGE<sup>36</sup>

Panoramasimilar foi encontrado no ano de 2019, quando o número de casamentos entre homens estrangeiros e mulheres brasileiras no país foi de 5.073 – em Sergipe 12 e em Aracaju 9. O que os dados mostram é que, tanto no ano de 2017 como no ano de 2019, o número de matrimônio de pessoas de nacionalidades diferentes (homem estrangeiro e mulher brasileira) são maiores que o percentual de casamentos quando os dois são estrangeiros. Cena similar é quando apenas a mulher é estrangeira, o que me possibilita afirmar que a entrada de homens estrangeiros no Brasil é maior. Dito de outra forma, existem mais homens imigrantes no Brasil que mulheres, conforme aponta a tabela I. Esse dado também é corroborado por Tonhati e Macedo (2020) ao apresentarem o número de registro de imigrantes nos meses de abril a julho de 2020: em todos os meses analisados a imigração masculina foi superior à feminina. Sendo assim, esse número maior de homens imigrantes irá se expressar também nos dados de casamentos entre brasileiras e estrangeiros.

Esta dinâmica não é observada necessariamente em outros países. Por exemplo, ao analisar os casamentos mistos na Espanha, o panorama é diferente. Em estudo realizado por Girona, Mardeu e Puerta (2012), observou-se que, no ano de 2009, houve aproximadamente 5.000 casamentos a mais entre homens espanhóis e mulheres estrangeiras em comparação aos casamentos entre homens estrangeiros e mulheres espanholas. E esse dado não é apenas do ano de 2009, mas é reafirmado durante todo período que os autores analisam, que compreende 1996 a 2009.

<sup>36</sup>Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?=&t=downloads>

**Tabela III:** Casamentos, por nacionalidade dos cônjuges masculino e feminino, segundo o lugar do registro – 2019

	Homem brasileiro		Homem estrangeiro	
	Mulher brasileira	Mulher estrangeira	Mulher brasileira	Mulher estrangeira
<b>Brasil</b>	1.002.829	2.112	5.073	1.521
<b>Sergipe</b>	7.194	6	12	1
<b>Aracaju</b>	2.593	1	9	0

Elaboração própria. Fonte: (IBGE, 2020)<sup>37</sup>

Algumas hipóteses são levantadas para explicar esta diferença entre os casamentos de pessoas de nacionalidades diferentes no Brasil e na Europa. Algumas delas têm relação com o turismo sexual, com a representação social do europeu como um homem mais cortês, gentil e menos ciumento, além da busca pelo visto de permanência na Europa. Esses fatores gerariam na mulher brasileira o desejo em manter matrimônio com um europeu (PISCITELLI, 2011, 2016; SCHAEFFER, 2016). Por outro lado, há a hipótese de que, com a ascensão da mulher ao mercado de trabalho e sua consequente emancipação material – e também sentimental – gerou-se uma “crise na masculinidade” dos homens europeus e eles, por sua vez, começaram a buscar mulheres em outros países, as quais “priorizariam o lar e a família em detrimento da profissão e do trabalho e aceitariam as relações de gênero com base em um certo grau de submissão e dependência do marido (GIRONA; MASDEU; PUERTA, 2012, p. 688, tradução livre).

Os estudos mostram que esta imigração feminina ocorreu por anos em razão do reagrupamento familiar. No entanto, este cenário vem alterando-se. Nas últimas décadas, as mulheres ingressaram no mercado de trabalho e têm mais anos de estudos: isso tem consequências também no aumento dos números de mulheres imigrantes no mundo, o que possibilitou-lhes a saída do espaço privado para o público. “trabalho, desemprego, condições de precariedade, falta de reconhecimento, necessidade de capacitação, discriminação retributiva, segregação ocupacional, vulnerabilidade” (DUTRA, 2013a, p. 179) possibilitam

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?=&t=resultados> acessado em 10/02/2021.

as mulheres de todos os cantos do mundo entrarem no projeto migratório. Portanto, elas não migram apenas para o reagrupamento familiar mas também por melhores condições de vida.

A autora acrescenta que, além das características elencadas anteriormente para a imigração, a imigração feminina ainda possui outros fatores mais específicos, como a pobreza e a falta de oportunidades, a violência e opressão para com a mulher dentro do próprio núcleo familiar e comunitário, assim como a vontade de se emancipar e realizar sonhos (DUTRA, 2013a, p. 180).

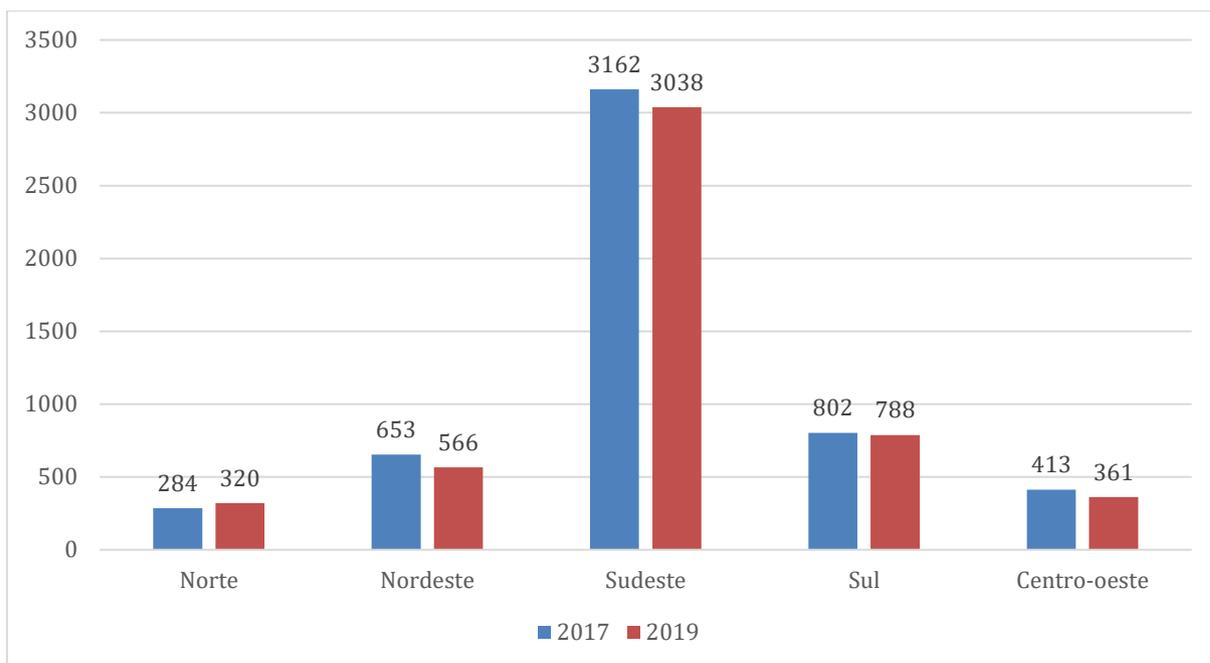
Contudo, é importante destacar que recaem sobre estas mulheres imigrantes as características mais cruéis da sociedade sexista. As interseccionalidades classe, gênero e raça, no tocante às mulheres imigrantes, possibilita uma maior vulnerabilidade social, pois é sobre essa camada da população que recai a maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho e de discriminação. Quando na condição de imigrantes, elas ocupam os trabalhos ligados ao cuidado e ao espaço doméstico; estão em trabalhos precarizados e na informalidade em razão do acesso desigual a recursos materiais, culturais, simbólicos e documentação<sup>38</sup>.

Ao analisar os casamentos entre brasileiras/os e imigrantes, por região, no Brasil, a partir de pesquisa realizada na base de dados do IBGE, com base nos anos de 2017 e 2019, encontrei os seguintes números: a região Sudeste possui o maior número deste tipo de casamento 3.162 e 3.038; seguida pela região Sul – 802 e 788; Nordeste – 653 e 566; Centro-Oeste – 413 e 361; e, por último, o Norte – 284 e 320. Observe-se que os números não possuem muita diferença entre os anos estudados, mas o número de casamentos de brasileiras/ose imigrantes em 2017 foi maior em todas as regiões, exceto na região Norte. Esta região chama a atenção por ser a que possui o menor número deste modelo de casamento, pelo que, nos últimos anos, houve um fluxo migratório muito grande de haitianos e venezuelanos nesta localidade. Todavia, é importante lembrar tratar-se de uma migração mais recente, além de analisar quem são essas pessoas que migram para a Região Norte, painel não explorado nesta tese. Já a região Sudeste ser a que possui um maior número deste modelo de casamento não é novidade: São Paulo e Rio de Janeiro são os Estados que possuem maior número de registros (ativos e inativos), no ano de 2017, sendo 1.051.362 e 405.973 respectivamente.

---

<sup>38</sup> Sobre mulheres imigrantes, tema de extrema relevância de análise, mas não tratado nesta tese, ler: Gomes (2013); Padilla et al. (2012); Dutra (2013a, 2013b); Dutra, Bandeira (2015).

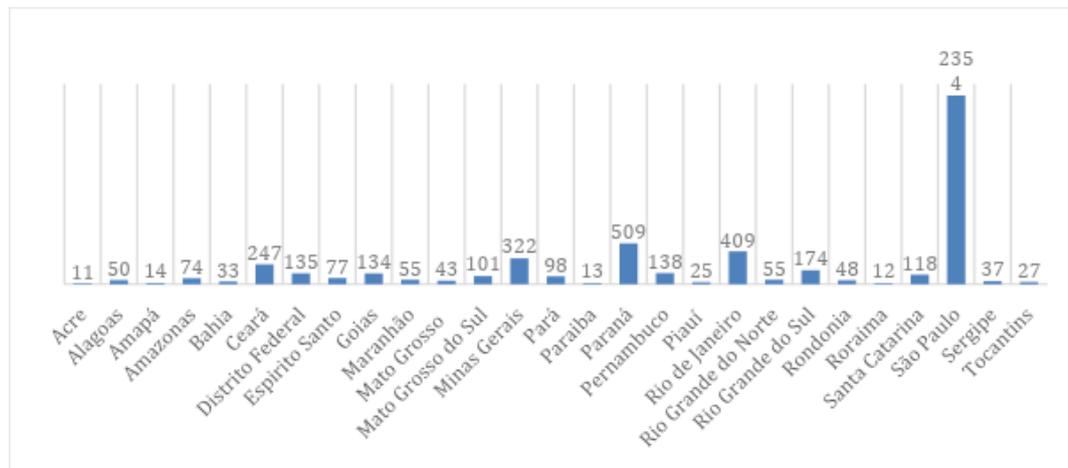
**GRÁFICO III:** Casamentos de homem estrangeiro com mulher brasileira, por região – Ano 2017 e 2019



Fonte: IBGE

No tocante às Unidades Federativas, observo que o Estado que possui mais casamentos entre imigrantes e brasileiras é São Paulo, com 2.354, e o que possui o menor índice é o Acre, com 11 casamentos. Sergipe ocupa a 20ª posição, ficando à frente, inclusive, da Bahia, Estado com maior investimento no turismo e com uma população maior que a de Sergipe.

**GRÁFICO IV:** Casamentos de homem estrangeiro com mulher brasileira, por Estado – Ano 2017



Fonte: IBGE<sup>39</sup>

Sobre as uniões entre imigrantes e nativos, Piscitelli (2011) nos apresenta alguns tipos de casamentos classificados pelo União Europeia:

- 1) resultado de relacionamentos sentimentais; 2) arranjos; 3) de conveniência (para driblar regulamentações referidas ao ingresso ou permanência em um país estrangeiro, envolvendo “venda” de casamentos e/ou por conveniência em termos econômicos); 4) forçado; 5) vinculados a reunificação familiar e, finalmente, 6) casamentos de reparação da honra (PISCITELLI, 2011, p. 106).

Vale pontuar o fato de que estes fluxos possibilitam às pessoas estabelecerem relações de conjugalidade, o que é observado ao longo da história, inclusive relatado na Bíblia desde o antigo testamento, a exemplo do casamento da Rainha de Sabá (árabe) com Salomão (hebreu). Especificamente no Brasil, durante o período colonial, as uniões entre pessoas de nacionalidades diferentes foram instigadas. Para Lind (2008), os casamentos biculturais no Brasil foram estimulados e “a miscigenação” brasileira ocorreu por razões sociopolíticas: a corte portuguesa incentivava os laços entre colonos portugueses e a população local ou oriunda da África.

Porém, nem sempre esta relação se deu de forma pacífica. Ennes (2001), quando analisa a comunidade nipo-brasileira no interior de São Paulo, esclarece que existia muita resistência dos imigrantes japoneses dos casamentos de brasileiros com eles e seus descendentes. Na concepção do autor esta problemática está ligada a alguns fatores, a exemplo da confiança em retornar ao Japão. No entanto, Lind (2008) argumenta que, no século XX,

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?=&t=downloads>

houve um aumento no número de casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes, e isso ocorreu em decorrência da facilidade de comunicação e da mobilidade entre nações. Ademais, ainda segundo o autor, contribuíram para isso a) a facilidade dos meios de transporte e comunicação (acrescento a este item a importância das redes sociais); b) o turismo; c) o fluxo migratório de pessoas em busca de melhores condições de vida; d) abertura das fronteiras<sup>40</sup>; e) a globalização do mercado; e f) os projetos de cooperação de internacional em áreas como a cultura, política e ensino<sup>41</sup>.

Portanto, convém lembrar que o objeto sociológico não é um dado estanque, não se auto justifica, mas, sim, é construído a partir da realidade que se pretende estudar, a partir dos questionamentos feitos pelo pesquisador, como bem nos aponta Lenoir(1998). Dessa forma, não nos interessa apenas a descrição dos casais de nacionalidades diferentes, mas as relações sociais que se processam nestas famílias, as construções dos papéis sociais de gênero e sua relação com o fato de o casamento envolver cônjuges de nacionalidades diferentes. Chamamos à atenção as relações que se estabelecem entre os cônjuges e partimos do pressuposto de que, mesmo nos dias atuais, em que se presume existir um maior “companheirismo” entre os cônjuges, a organização familiar ainda baseia-se na supremacia do homem.

Dutra (2013a) esclarece-nos que “as lógicas de organização do núcleo familiar, continuam sendo androcêntricas, pois as relações continuam a se desenvolver majoritariamente, em função dos homens, mantendo-se um modelo de divisão de atribuição dentro e fora do lar” (DUTRA, 2013a, p. 178). Outro dado importante que deve ser destacado é a representação que os estrangeiros possuem sobre a mulher brasileira. Belisário (2009), quando relata a ideia de mulher brasileira apresentada pela imprensa internacional, esclarece que esta imagem ainda é bastante sexualizada e os meios de comunicação nacional também estimulam tal representação. Os estereótipos da brasileira são Carmem Miranda, a Garota de Ipanema, passistas seminuas, “mulheres belas, sensuais e disponíveis fazem parte da identidade nacional e do imaginário de milhares de turistas masculinos norte-americanos e europeus que, anualmente desembarcam no país do carnaval” (BELISÁRIO, 2009, p. 02).

Outro ponto importante a ser questionado é que existe no imaginário popular a ideia de que as mulheres brasileiras buscam os homens imigrantes para assim poder sair do Brasil, tentar uma vida melhor economicamente em outro país. No entanto, não se faz o

---

<sup>40</sup> O autor fala da abertura das fronteiras europeias, mas no caso brasileiro podemos citar a abertura das fronteiras nos países que compõem o Mercosul e para países que estão em guerra.

<sup>41</sup> A esse respeito podemos citar o mais amplo projeto de intercâmbio cultural e de cooperação que o governo brasileiro fez durante os últimos anos: o “Ciências sem fronteiras”.

questionamento contrário: será que estes homens imigrantes também não buscam mulheres brasileiras para manter relações matrimoniais? Piscitelli (2011), ao analisar casais de nacionalidades diferentes, transcreve uma fala de um marido espanhol:

Finalmente, le dije: “A ver, que usted quiere saber? Usted me pregunta las cosas para saber si me caso por interés, a si ella se casa por interés, por los papeles y así? Pues sí. Si señor, me gustaría ser brasileiro” [...]. Siempre se partede la ideia de que es la brasileña que quiere ser de aqui. Nunca se parte de la idea de que yo quiero ser brasileño (PISCITELLI, 2011, p. 112).

No trecho acima observa-se uma fala de um catalão, de 51 anos, casado com uma brasileira de 28 anos. Esse trecho é um fragmento no qual o entrevistado relata sua experiência durante a oficialização do casamento com sua esposa. Ele vai demonstrar, na sua fala, como as pessoas acreditavam que o casamento deles acontecia apenas por “interesse nos papéis<sup>42</sup>”, e como isso irritava-o. O que posso observar nesse relato é que existe no imaginário social a ideia de que o casamento de um imigrante com um nativo ocorre apenas mediante o interesse pelos “papéis”, principalmente quando este imigrante é de um país pobre e o nativo de um país rico. Isso me recorda de uma situação de quando eu era criança e minha família acolheu um cubano trazido por um padre vindo de uma missão religiosa em Cuba. No período em que ele deveria voltar ao seu país nativo, a opção de ele casar com alguma brasileira foi cogitada.

Assunção (2012), quando analisa as uniões interculturais de brasileiras com holandeses, esclarece que elas potencializam as características dos holandeses em detrimento dos homens brasileiros, tais como: “masculinidade sensível”<sup>43</sup>, ajudam nas tarefas domésticas, não têm ciúmes e aceitam filhos de relações anteriores, possuem maior autonomia em relação aos relacionamentos anteriores com brasileiros. Dito de outra forma, elas os caracterizam de “forma homogeneizante, sem nuances, como camada e origem social ou faixa etária. Elas os descrevem em comparação com os homens brasileiros. Em relação a estes, os holandeses não seriam machistas seriam mais leais e honestos” (ASSUNÇÃO, 2013, p. 56). Essas características de educação superior dada ao homem europeu denotam estudos decolonias, os quais discutirei mais adiante.

Do ponto de vista da discussão das relações sociais de gênero e do patriarcado, convém analisar como são construídas estas relações, com vistas à tese apresentada por alguns estudiosos da temática que faz a análise a partir da subordinação feminina (CASTELLS,

---

<sup>42</sup> Forma de denominar os casamentos nos quais o/a imigrante casa com o/a nativo/a para que possa residir no país de acolhida.

<sup>43</sup> Cf. Assunção (2012, 2013, 2016)

1999; IZUMINO, 2004; PISCITELLI, 2002; CASTRO, LAVINAS, 1992 e LUGONE, 2014). Outrossim, devo recordar que os imigrantes são homens na qualidade de diferentes da culturalocal. Diante deste panorama, reafirmo a proposta em compreender a construção de papéis sociais de gênero em casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes, pois entendo-as como campo fértil da pesquisa sociológica visto sua originalidade empírica e em razão de as discussões sobre os processos migratórios serem um campo de análise em amplo crescimento no discurso científico e popular. Este objeto de estudo se mostra original, pois coloca em debate duas parcelas da população – as mulheres e os imigrantes – que, em certa medida, podem ser vulneráveis.

Certamente pondero a possibilidade de esses imigrantes serem aceitos socialmente na sociedade receptora – a brasileira –, bem como de essas mulheres terem mais autonomia que a maioria das mulheres brasileiras. Todavia, de modo geral, as mulheres são um grupo vulnerável e os imigrantes também.

Portanto, compreendendo o gênero e a interculturalidade a partir destas perspectivas teóricase, enquanto categorias analíticas do meu objeto, estabeleci meu modelo de análise acerca dos casamentos interculturais, aqui assim denominados.

## **CAPÍTULO III – A CATEGORIA GÊNERO E SUA IMPORTÂNCIA PARA PENSAR OS CASAMENTOS INTERCULTURAIS ATUAIS SOB A LUZ DA SOCIOLOGIA**

*“Vemos que as mulheres tem sido a causa de grandes desentendimentos e de muita desgraça para os Estados e têm causado muitos danos aqueles que os governam”.*  
(Nicolau Maquiavel)

Este capítulo busca apresentar o posicionamento da categoria gênero como uma matriz de análise da sociedade contemporânea. Aqui quero refazer os caminhos teóricos que tornaram e tornam a categoria teórica “gênero” palco para a compreensão do meu problema de pesquisa. Portanto, busco, com este capítulo, mostrar que a invisibilidade dos estudos migratórios sobre a categoria “mulher” não está destoante do contexto histórico da produção de conhecimento sobre gênero, mas além disso, traçar historicamente o percurso da categoria “gênero”, bem como sua atualidade nas ciências sociais.

No esforço de construir a problemática e explicar meu objeto de análise procuro refletir o gênero a partir das seguintes temáticas abordadas neste capítulo: a invisibilidade do gênero como campo de investigação da sociedade e nas ciências sociais; o processo histórico dos movimentos sociais feministas, os quais se articulam com a produção teórica sobre o tema; espaço público/privado; e a interseccionalidade da categoria gênero com alguns marcadores identitários necessários para compreensão do meu objeto, a saber: classe, raça e cultura. Para pensar estas questões lanço mão da perspectiva decolonial, que compreende ‘ser homem’ e ‘ser mulher’ numa perspectiva relacional, sem a rigidez das categorias impostas pelo colonizador. Penso que não posso essencializar a ideia do “homem dominador”, sobretudo nesta minha pesquisa, visto que, neste caso, esse homem é o imigrante, o diferente.

### **3.1. O desafio da teoria de gênero na produção intelectual**

A sociologia busca compreender a sociedade, interpretar, analisar e estudar as relações sociais existentes no mundo. Ela é uma ciência que estuda as condições sociais e seus processos de mudança, “constitui-se como a forma de conhecimento da sociedade moderna” (MARIANO, 2008, p. 347). Não obstante, ela possui posicionamentos que, muitas vezes, podem ser contraditórios e tensos, pois explica a sociedade a partir de compreensões diversas da realidade social. Um exemplo é que seus principais expoentes clássicos, Marx, Weber e

Durkheim, apresentam perspectivas metodológicas e analíticas distintas da sociedade. Por se tratar de uma análise da sociedade, de uma ciência humana, ela não produz um conhecimento unívoco, tampouco objetivo.

Para Mariano (2008), a sociologia possui temas clássicos para a compreensão social moderna: “sociedade civil e estado nacional, classe social e revolução, ordem e progresso, normal e patológico, racional e irracional, tradição e modernidade, público e privado” (MARIANO, 2008, p. 350). Esses temas são explicados por diversos autores de diferentes formas já que existem diferenças analíticas, metodológicas e epistemológicas de análise da sociedade. No entanto, os temas clássicos depararam-se nas últimas décadas com o surgimento de um novo desafio: os “novos sujeitos sociais”<sup>44</sup>. O sujeito sociológico do século XX rompe com a ideia iluminista centrada num indivíduo homogêneo e racional. Através do avanços dos movimentos sociais ligados a minorias sociais, surge esse novo sujeito sociológico, que, incorporado pela crítica feminista, apresenta-se como “um sujeito que se faz na interação com os outros” (MARQUES, 2004, p. 88).

Não só a sociologia necessitou, contudo, acionar novas configurações e modelos metodológicos de abordagem social, mas várias outras ciências sociais tiveram que introduzir novas perspectivas analíticas. Destacam-se aí, “os questionamentos oriundos do surgimento do feminismo como movimento político e pensamento social, que tem colocado em suspenso a validade de muitas categorias com as quais a Sociologia estava habituada a operar” (IDEM), tendo em vista a inserção da mulher no mercado de trabalho formal, além das lutas por direitos civis, políticos e sexuais. Compreendo, portanto, que o movimento feminista possibilitou a inserção desses “novos atores sociais”, e a teoria de gênero nos dá uma “caixa de ferramentas” para explicar o mundo e as relações sociais pelo que o gênero é uma categoria transversal a todas as análises sociais, no entanto, ela sozinha é esvaziada, pois ela não consegue explicar problemas como desigualdade, violência, entre tantos outros; é necessário que o gênero seja conectado a outras categorias (BENTO, 2021).

E foi na efervescência do movimento feminista na década de 1970 – período esse reinado pelo positivismo enquanto paradigma dominante – em que as estudiosas feministas tiveram de enfrentar o duplo conflito entre pertencer ao mundo do conhecimento científico tradicional, positivista, com métodos, conceitos e formas de poder definidas ou ao movimento feminista, militante, radical e denunciar as assimetrias entre os sexos.

---

<sup>44</sup> Machado (1994); Mariano (2008); Mendes (2002); Terragni (2005).

Ao longo dos anos as ciências sociais – e também as exatas e biológicas – foram majoritariamente ocupadas por homens brancos e heterossexuais<sup>45</sup>. As classes marginalizadas como mulheres, negros e homossexuais não constituíam pautas de discussão dos clássicos da sociologia, tampouco fizeram parte da produção do conhecimento social: eram categorias “marginalizadas”. Mesmo sendo as relações de dominação objeto clássico de análise da sociologia, as existentes entre homens e mulheres, a divisão sexual do trabalho, as várias formas de subordinação e opressão feminina não foram temas de análise da sociologia clássica. Dessa forma, ao longo do tempo, os estudos feministas e de gênero foram invisibilizados no debate acadêmico, fruto de uma ciência androcêntrica, a qual reproduzia a dominação masculina existente no âmbito social<sup>46</sup>.

A crítica feminista contra a sociologia é que esta operou através de categorias de pensamento masculinas, usadas de modo acrítico, excluindo a própria perspectiva de análise a experiência social das mulheres ou no caso, observando-a através de “lentes” culturalmente “distorcidas” [...]. As mulheres, sujeito antes invisíveis, são procuradas e descobertas, muitas pesquisas são conduzidas e dados acumulados. Dar voz para elas e explicá-las são, todavia, paradigmas tradicionais: as categorias são aquelas usadas para compreender a experiência masculina, os métodos são aqueles que preferem um ponto de vista casual (TERRAGNI, 2005, p. 144).

Por mais que fale da invisibilidade que os clássicos apresentam acerca das relações de dominação, observo que, nos dias atuais, o debate sobre gênero<sup>47</sup> ainda é colocado à margem nas discussões científicas; ele muitas vezes é confundido com um debate apenas do campo dos movimentos sociais, e por vezes o cientificismo desqualifica-o. No contexto do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, atualmente, inexistente um professor permanente que realize esta discussão<sup>48</sup>, o que inviabiliza a oferta de disciplinas optativas sobre o tema. E vou além: nas disciplinas obrigatórias dos cursos de mestrado e doutorado do programa, poucas são as obras de autoras do sexo feminino, e menor ainda as obras feministas.

Apesar desta “cegueira” científica, as pesquisas com foco no gênero objetivam a construção e a desconstrução de identidades do sujeito moderno. A construção do “ser mulher” ocorre no processo de suas relações sociais: “não se nasce mulher, torna-se mulher”, citando a celebre frase de Simone de Beauvoir, filósofa francesa, feminista e existencialista,

---

<sup>45</sup>Cf: Satrapi(2019) o filme conta a trajetória de Marie Curie, uma polonesa, naturalizada francesa, com estudos nas áreas de física e química, os quais renderam dois prêmios Nobel. Curie é a primeira mulher a ganhar o prêmio e a única pessoa a ganhar em categorias diferentes, Nobel de física em 1903 e de química em 1911.

<sup>46</sup> Mariano (2008); Mendes (2002)

<sup>47</sup> Me refiro ao gênero enquanto categoria de análise da sociedade, não enquanto especialização.

<sup>48</sup> Existe apenas uma professora, mas na condição de colaboradora.

que deixou sua grande contribuição em 1949, sendo uma das maiores representantes do feminismo e considerada uma figura de transgressão social. Simone de Beauvoir escreve: “Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 1980, p. 99).

Dessa forma, a sociedade define o gênero de cada ser humano e isso não pode ser tomado como algo natural, biológico, mas definido socialmente. A filósofa tenta desconstruir essa ideia natural e busca a igualdade entre os gêneros, demonstrando que mulheres e homens devem ter os mesmos direitos. Assim, o debate acadêmico sobre o gênero possibilitou o rompimento com “categorias fixas, totalizantes e universalizantes, implementando práticas em busca de cidadania e democracia” (MARQUES, 2004, p. 83) e vem desconstruindo muitas ideias essencializadoras e colonizadoras de outrora.

Isso é fruto de uma análise da categoria “gênero” não como uma reflexão das relações sociais que possibilita a compreensão da sociedade – uma teoria ampla de análise –, mas como uma área de especialização que possui um foco. Assim, “os estudos sociológicos incluem “gênero” como um adendo ou uma ressalva, sem, no entanto, incorporar suas contribuições para a análise” (MARIANO, 2008, p. 354). Outra questão é o gênero ser um campo de conhecimento multidisciplinar que bebe de várias áreas do conhecimento, o que, para os pesquisadores mais rigorosos e tradicionais, é um entrave.

Para Machado (1994), o campo intelectual possui uma dívida com os estudos de gênero.

É um campo que constitui a produção teórica na tensão persistente entre a "revelação/constatação" da "dominação masculina" (para uns) ou da "posição secundária do feminino na hierarquia de valor da diferença sexual" (para outros) e o pensamento crítico que se posiciona como estrangeiro a esta "dominação" e que postula a "revelação/constatação" da arbitrariedade e inconsistência de quaisquer argumentos que a inscreveram universalmente no tempo (MACHADO, 1994, p. 04).

Não quero com isso dizer que a Sociologia é omissa à discussão da categoria de gênero, ou que pouco se produziu sobre o tema. Muito pelo contrário, nos últimos anos muitas publicações sobre o tema foram feitas, muitos grupos de pesquisa criados, teses, dissertações e artigos científicos no campo da sociologia foram publicados. Ainda são as ciências sociais e humanas as maiores pesquisadoras da temática. A crítica é: por que, mesmo no século XXI, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, com o aumento da escolaridade feminina, a categoria de gênero ainda não é vista como um tema central de análise da sociedade, mas apenas como uma especialização? Por que a Sociologia ainda é tão resistente à análise no

campo da teoria de gênero? Analisá-la sob a ótica do militantismo, ainda que muitos pesquisadores sejam militantes, significa dizer que sua produção não possui cientificidade?

Nesse ponto, Mariano (2008) chama-nos à atenção de que o livro mais famoso, no tocante à dominação masculina, é o de Pierre Bourdieu. No Brasil, ele é mais difundido que obras feministas que também retratam a dominação masculina. Para a autora é como se tivéssemos a necessidade de que um homem europeu, fora do campo feminista, adentrasse na discussão para legitimá-la.

É como se as discussões realizadas por mulheres estarão sempre marcadas pelo seu gênero, não serão objetivas; já as masculinas se mantêm “neutras”, pois eles “gozam de autoridade para falar da humanidade em geral, da cultura em geral, das relações sociais em geral, [...] jamais serão suspeitos de produzirem um conhecimento marcado e limitado pela especificidade de seu gênero” (MARIANO, 2008, p. 369).

Obviamente que com esse apontamento não quero diminuir a importância do autor. Pelo contrário, ela é um marco nos estudos de gênero. Corroborando inclusive a argumentação, o autor reforça ao afirmar que “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção” (BOURDIEU, 2010, p. 18). Assim, a visão masculina é considerada a neutra, não só nas ciências mas também, como o próprio autor ressalta, na percepção social e na linguagem.

A obra de Bourdieu “A Dominação Masculina”, marco dos estudos de gênero, possibilita-nos compreender, através da análise da comunidade Cabila, as assimetrias entre o feminino e o masculino na sociedade. O autor nos adverte sobre o erro em acreditar num “eterno feminino” ou “masculino”, que seria a eternização e fixação da dominação masculina, visualizando-a como “invariável e eterna”. Ele acredita que a dominação masculina é “*produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução*, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igrejas, Escola, Estado” (BOURDIEU, 2010, p. 46 grifo do autor).

Ademais, a teoria sociológica do autor francês irá me munir com outros três conceitos importantes para a compreensão não só das relações de gênero mas também, nesta tese, da articulação com o processo migratório. O conceito de *habitus*, que se “constitui de esquemas que se definem pela inscrição nos corpos e depende das experiências sociais” (MONTEIRO, 2018, s/p), é entendido como um conhecimento adquirido e histórico, mutável. Logo, são as relações sociais – sejam elas familiares, escolares, de trabalho, ou grupo de amigos – que este indivíduo terá ao longo da sua vida que farão com que ele incorpore valores,

crenças e normas sobre o mundo. Ou seja, o *habitus* me permite não apenas entender porque as relações de gênero se estabelecem de tal maneira mas também como elas se estabelecem.

O *habitus* não obedece, por assim dizer, a um princípio inalterável. O agente não nasce com o *habitus*, adquire-o. A socialização assume centralidade nesse processo, quer seja a socialização primária (por meio da família) quer a socialização secundária (por meio da escola, por exemplo). A partir disso, os indivíduos realizam a aprendizagem das relações sociais entre os seres humanos, o que lhes permite incorporar (trazer a cultura a impregnar-se no corpo) valores, normas e crenças do mundo externo (MONTEIRO, 2018, s/p).

O campo são os espaços das disputas sociais e os capitais o que se disputa. Para o autor, as disputas não são apenas por valores monetários, pois existe uma multiplicidade de capitais; as disputas, na verdade, irão depender do campo em que está atuando o “agente”. No caso específico das relações de gênero, estas disputas estão situadas no campo da dominação masculina. E nesta tese as disputas analisadas articulam não apenas as relações hierárquicas de gênero mas também são acionados outros capitais, como o econômico e cultural<sup>49</sup>.

A partir desta compreensão, é importante destacar que a categoria “gênero” foi desenvolvida e sempre usada para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que a biologicamente dado.

[...] Aqui, “gênero” é tipicamente pensado como referência a personalidade e comportamento, não ao corpo; “gênero” e “sexo” são, portanto, compreendidos como distintos. De outro lado, “gênero” tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos femininos” de corpos “masculinos”. (NICHOLSON, 2000, p. 09).

Para Nicholson (2000), apesar de esse segundo sentido de gênero ter predominado no discurso feminista, a herança do primeiro sobrevive: o “sexo” ainda permanece na teoria feminista como aquilo que fica de fora da cultura e da história, sempre a enquadrar a diferença masculino/feminino. Este último uso, conforme a autora, apareceu quando muitos perceberam que a sociedade forma não só a personalidade e o comportamento mas também as maneiras como o corpo aparece. O próprio corpo biológico muitas vezes é visto através de uma interpretação social, o “sexo” não pode ser independente do “gênero”; antes, sexo nesse sentido deve ser algo que possa ser subsumido pelo gênero.

---

<sup>49</sup> Para Bourdieu, os capitais econômicos e culturais estruturam a sociedade contemporânea. O primeiro está relacionado ao patrimônio material, já o segundo está ligado aos recursos intelectuais produzidos no sistema educacional e os repassados pela família; este pode ser compreendido em três estados: incorporado, objetivado e institucionalizado (BOURDIEU, 2007b). A teoria do autor apresenta outras três formas de capitais: social, simbólico e político (MONTEIRO, 2018).

Joan Scott<sup>50</sup> fornece uma eloquente descrição desse segundo sentido de "gênero", na qual fica clara a formadada ao "sexo":

Gênero é a organização social da diferença sexual. Mas isso não significa que o gênero reflita ou produza diferenças físicas fixas e naturais entre mulheres e homens; mas propriamente, o gênero é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais. (...). Não podemos ver as diferenças sexuais a não ser como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos.(SCOTT, 1988, p. 02 Tradução Livre).

As diferenças de gênero são formadoras da sociedade em que vivemos. Como nos lembra Butler (2003), a identidade de gênero é anterior à construção da própria identidade, apontando para o fato de que, embora a teoria feminista considere que há uma unidade na categoria mulheres, paradoxalmente introduz uma divisão nesse sujeito feminista. Butler (2003) quis retirar da noção de gênero a ideia de que ele decorreria do sexo e discutir em que medida essa distinção sexo/gênero é arbitrária; chamou a atenção para o fato de a teoria feminista não problematizar outro vínculo considerado natural: gênero e desejo. Ainda assim é notável que a importância da teoria feminista no campo político é superior ao seu papel no campo teórico, analítico, mesmo na sociologia contemporânea.

Gênero, como categoria analítica elaborada nos estudos feministas, tem a função de colocar luz sobre as diferentes posições ocupadas por homens e mulheres nos diversos espaços sociais, dando destaque ao modo como as diferenças construídas socialmente resultam em critérios de distribuição de poder, portanto, em como se constroem as relações de subordinação(MARIANO, 2008, p. 356).

Portanto, para entender a discussão sobre a construção de papéis sociais em relações interculturais, objeto de análise desta tese, devem-se considerar os estudos feitos no campo da teoria de gênero, pois acredito que os papéis sociais de gênero são construídos no meio em que vivemos, das nossas relações sociais, no nosso nível educacional, financeiro, da classe e da raça das quais estes homens e mulheres fazem parte. Daí a importância de se analisar o problema de pesquisa a partir de questões teóricas e conceituais relacionadas a esta categoria analítica, pois é arquitetada a partir de construções culturais, sociais e psicológicas e não algo biologicamente definido, essencializado. Logo, entendo que o gênero é uma categoria de análise e estudar tais categorias é pensar como elas são decididas a partir do que são

---

<sup>50</sup>SCOTT, Joan. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.

masculino e feminino e fazer esse exame é estabelecer uma relação tanto social como simbólica (SCOTT, 1995).

Acredito que a intelectualidade não possibilita romper com as assimetrias de gênero arraigadas na sociedade, as quais compõem também o campo científico. Compreendo que o gênero é um espectro da sociedade que ordena e hierarquiza as relações sociais e isso não só se apresenta nas camadas mais desprovidas de instrução mas também naquelas com alto de nível acadêmico.

### 3.2. Dos estudos feministas aos estudos de gênero

Apesar de atualmente a teoria feminista realizar uma crítica aos pilares tradicionais da sociologia e da filosofia, ela, na sua gênese, também adotou as concepções essencialistas e universalistas. No entanto, com o passar do tempo ela foi adquirindo um caráter amplo e relacional (MENDES, 2002). Os primeiros estudos sistematizados sobre as desigualdades entre homens e mulheres datam de 1960. Os estudos feministas, posteriormente, foram sendo substituídos pela discussão de gênero em meados da década de 1980. As teóricas compreendiam que suas análises ainda estavam respaldadas a partir da universalização e normatização, pautada no binarismo homem/mulher. O protagonismo de mulheres homossexuais, mulheres pobres e mulheres negras foi essencial para a superação das pautas e utilização da interseccionalidade entre raça/etnia, gênero e classe na análise. No Brasil, o expoente desta discussão foi Heleieth Saffioti<sup>51</sup>, socióloga marxista que difundiu a categoria gênero no debate contemporâneo brasileiro, pioneira nos estudos sobre violência de gênero e nos fez pensar sobre a articulação patriarcado-capitalismo-racismo.

O foco principal do feminismo é “mudar as relações sociais de poder imbricadas no gênero” (BRAH, 1991, p. 342). A partir deste objetivo, o feminismo se dissipa em duas vertentes: a *política*, vinculada aos movimentos sociais na luta por igualdade de direitos, igualdade salarial, direito a voto, aborto, dentre outras tantas pautas colocadas ao movimento ao longo da sua história, e a *teórica*, a partir de áreas como ciências sociais, história, psicanálise.

---

<sup>51</sup>Cf; SAFFIOTI, Heleieth. A Mulher na sociedade de classes: Mito e realidade. Petrópolis (RJ): Vozes, 1976. SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987. SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215. SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Coleção Brasil Urge. 2011. SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely Souza. Violência de gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.

O que eram considerados estudos feministas, que visualizavam a categoria mulher como universal e homogênea, passou a ser estudo de gênero, o qual visualiza a mulher sob a perspectiva relacional. Esta alteração mudou não apenas o objeto de estudo, mas sua base epistemológica, divididas em *feminismo de igualdade*, *feminismo de diferença* e *estudos relacionais de gênero*.

O histórico do movimento feminista, apesar de sempre terem existido ao longo da história mulheres que não aceitavam as relações assimétricas entre os sexos, é dividido em três ondas: a primeira delas, datada do final de século XIX, quando as mulheres, principalmente na Inglaterra, reuniram-se para lutar pelos seus direitos, em particular ao voto – são as chamadas “sufragistas”. Elas foram presas, fizeram greve, manifestações e alcançaram o direito ao voto, na Inglaterra, em 1913. No Brasil, o feminismo de primeira onda teve a mesma pauta, e alcançou o direito ao voto em 1932. Pinto (2010) esclarece que, no Brasil, o movimento feminista anarquista denominado “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas” foi expoente nesta luta. Essa primeira onda começou a perder força a partir de 1930 no Brasil e no mundo e aparece, em 1960, a segunda onda. Foi teoricamente considerada como *feminismo de igualdade*, em que teóricas e pesquisadoras, influenciadas pelo movimento, tornam públicas as relações de dominação e exploração vivenciadas pelas mulheres dada a necessidade de igualar a mulher ao homem (MENDES, 2002).

A segunda onda do feminismo é marcada por uma obra – “O segundo Sexo” – de Simone de Beauvoir e pela icônica frase: “não se nasce mulher, se torna mulher”. O movimento feminista desta época lutava em especial pelo direito ao aborto, pelo reconhecimento das diferenças, pela liberdade feminina, melhores condições de trabalho e renda<sup>52</sup>. Mas não apenas isso: elas também lutavam “por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo” (PINTO, 2010, p. 16). Nancy Fraser (2007), ao apresentar o feminismo de segunda onda, propõe uma crítica à visão de progresso desta onda, em que o movimento exclusivista, encabeçado por mulheres brancas, deu vazão ao movimento inclusivo de mulheres trabalhadoras e negras. Para a autora, o movimento está dividido em três fases: a articulação com os novos movimentos sociais (feminismo da América do Norte e Europa Ocidental), a política de identidade (Estados Unidos) e a política transnacional (Europa). No contexto do cenário brasileiro vivíamos a ditadura militar, cerceando o direito de liberdade de

---

<sup>52</sup> O documentário “Feministas: o que elas estavam pensando” retrata o movimento feminista de segunda onda nos Estados Unidos a partir de depoimentos de militantes, acadêmicas e artistas.

expressão, manifestação e pensamento, o que resultou na clandestinidade do movimento. A ditadura visualizava o movimento feminista como “política e moralmente perigosas” (PINTO, 2010). No contexto teórico este momento é caracterizado como o *feminismo de diferença*, que proporcionou o conhecimento da realidade feminina.

Com o passar dos anos o movimento foi visualizando a necessidade de articulação entre algumas categorias, e o conceito de interseccionalidade e começou a reconhecer as diferentes formas de ser mulher: é o feminismo de *terceira onda*. Neste momento as feministas não acreditam em conceitos fixos, mas em construções sociais, rompendo com as características de universalidade e homogeneidade. Denominados, teoricamente, de *estudos relacionais de gênero*, eles “questionavam o sentido universal e generalizado de mulher, negando as concepções que tomavam este termo como um fato único e que poderia ser explicado em todos os lugares, sob os mesmos ângulos” (MENDES, 2002, p. 225). Adotar o conceito de gênero legitima os estudos acadêmicos e amplia o escopo de investigação, os quais passam a considerar não apenas a mulher como um ser isolado, mas participante do processo de relação social.

Mais recentemente, surgiu a “*quarta onda do feminismo*”, que, segundo Matos(2010), é caracterizada como: a) a institucionalização das demandas femininas em razão da sua entrada nos poderes legislativo e judiciário; b) a criação de órgãos, no poder executivo, para gerir políticas públicas voltadas às mulheres; c) a consolidação de Organizações Não Governamentais – ONGs– que trabalham com o feminismo, principalmente em razão da articulação com organismos internacionais e transnacionais; d) e uma nova concepção teórica do feminismo a partir da discussão de teorias do Sul mundial (MATOS, 2010).

Anchieta (2021a) encara esse processo de autonomia feminina a partir de uma outra ótica. Para a autora, a autonomia veio através da sua humanização no fim da Idade Média, “tentando desvencilhar-se do destino inevitável de serem bruxas ou santas” (p. 18). Em seguida vieram a sua individualização, e

o desejo de ter uma face única e reconhecível, que ganha forma na imagem das stars, torna-se gradualmente o desejo de todas as mulheres, horizontalizando a disputa por visibilidade. Desde então a mulher tem sido plural: mulheres. Existe apenas na forma particular que a encerra (IBIDEM)

Machado (1994) e Mariano (2008) compreendem que a análise sobre a dominação feminina e a perspectiva de existência de várias formas de ser mulher<sup>53</sup> sob a perspectiva de

---

<sup>53</sup> Ou mulheres, utilizando o termo de Judith Butler.

estudos de gênero e não dos estudos feministas são uma estratégia de manter cientificidade aos estudos porque o segundo termo é carregado de militância, que é associado à utopia.

É possível encontramos pesquisadoras que nos dizem que fazem “estudos de gênero” e não “estudos feministas”, pois isso as lançaria em um gueto mais restrito. Falar de estudos feministas seria admitir um caráter militante que se associa ao utópico e isso, na tradição científica, é um obstáculo para o exercício da atividade científica, inclusive na Sociologia (MARIANO, 2008, p. 361).

Esse panorama é necessário para compreender que o movimento feminista não nasceu ao acaso, mas a partir de lutas sociais que estavam atreladas às histórias política, econômica e social pelas quais o mundo estava passando. E isso interfere diretamente na produção teórica sobre o tema, sobretudo no que diz respeito à análise da sociedade. Nesse período o mundo passou por várias transformações: duas grandes guerras mundiais, surgimento de várias ditaduras, Guerra Fria, queda do muro de Berlim, ascensão e queda do Socialismo Soviético, inserção da mulher no mercado de trabalho, globalização.

Apesar de perceber que a teoria feminista é colocada muitas vezes apenas no patamar do militantismo, é importante salientar o seu papel no debate pós-moderno e descentrar a visão do sujeito “fixa e universalizante” para uma perspectiva relacional. A crítica feminista pôde elevar o debate a categorias invisíveis na análise sociológica. Para Hall (2002, p. 45–46), o papel do feminismo na sociologia é importante porque: a) questionou a clássica distinção entre o “dentro” e o “fora”, o “privado” e o “público”; b) abriu arenas políticas inteiramente novas: família e sexualidade, trabalho doméstico, divisão doméstica do trabalho, cuidado com as crianças, etc.; c) “politicizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação”; d) incluiu a formação das identidades sexuais e de gênero; e) e questionou a ideia de que homens e mulheres fazem parte da mesma identidade – a humanidade.

Porém, para a análise sociológica acerca da construção dos papéis sociais em casamentos interculturais, objeto de análise desta tese, é necessário pontuar as bases teóricas que sedimentam as desigualdades de gênero e a sua consequente produção teórica: patriarcado-capitalismo-racismo, na visão de Saffioti (1987), ou gênero-classe-raça/etnia a partir dos estudos da interseccionalidade. Pensar a construção deste objeto de pesquisa é lembrar que homens e mulheres, imigrantes e autóctones são categorias construídas, sem universalizações e essencializações. Por isso, acredito que o gênero é “uma categoria de análise capaz de desestabilizar o que é ‘ser homem’ ou ‘ser mulher’ apenas quando percebido não como uma categoria primária, secundarizando a raça, mas como categoria junto a ela

produzida” (GOMES, 2018, p. 69, grifo meu) e acrescento, nesta análise, os marcadores de classe e de herança cultural.

### 3.3A interseccionalidade gênero-classe-raça/etnia: Por um estudo decolonial

Para compreender a categoria de gênero, os estudos contemporâneos apontam para a necessidade de estabelecer uma relação entre as categorias: gênero-classe-raça/etnia, ou patriarcado-capitalismo-racismo<sup>54</sup>. As análises atuais entendem que é necessário observar os estudos do gênero sob a ótica das relações sociais que se estabelecem nesse tripé. É preciso compreendê-lo a partir da articulação ou “simbiose” das três categorias, como aponta Saffioti (1987).

A dominação patriarcal é um fenômeno que ocorre desde o sistema feudal e que se contrapõe a outras formas de dominação. É considerado o mais antigo sistema de dominação-exploração de que se tem registro. Antes mesmo do surgimento do capitalismo já existiam a dominação masculina sobre as mulheres e o racismo. Ocorre que, com o surgimento do capitalismo, houve uma “simbiose” entre estes três sistemas, transformando-os em um único sistema de dominação-exploração, o que Saffioti (1987) denomina de “patriarcado-racismo-capitalismo”. No entanto, para Brah (1991), são as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres que ocasionam a principal “dinâmica de opressão das mulheres”, muitas vezes suprimindo a classe e o racismo.

Existe uma tese que acredita que o patriarcado surgiu com a dominação doméstica pelo homem, chefe do núcleo familiar, o que resultou em um sistema social de dominação das mulheres pelos homens. Ela pode ser visualizada através da divisão sexual do trabalho, da dominação do corpo das mulheres. No entanto, três críticas foram realizadas a esta ideia: i. seu caráter *universalista*, que busca compreender as relações entre homens e mulheres independentemente de suas cultura, classe social e raça; ii. *a-histórico*, pois crê que a dominação masculina sempre existiu, mesmo em períodos mais longínquos; iii. *reduz os problemas das mulheres* exclusivamente às questões de poder<sup>55</sup>.

O mecanismo utilizado para a superação destas críticas foi a introdução das análises articuladas entre gênero, classe e raça. Observou-se então que a ordem patriarcal não se

---

<sup>54</sup>Cf: Saffioti (2004; 1987).

<sup>55</sup> Informações disponíveis na aula 02 do curso “Introdução as teorias Feministas” ofertado pela Universidade Aberta do Chile <https://www.youtube.com/watch?v=cRLcjbEfrGQ&feature=youtu.be>, acessado em 31/10/2019.

estabelece apenas no espaço da família, mas impregna toda a estrutura do Estado e os modos de produção e reprodução.

Na família, a figura do pai/patriarca concentra o poder doméstico e o poder público. A família, enquanto espaço específico da reprodução, é a expressão da dominação capitalista e, ao mesmo tempo e de forma inseparável, também a expressão da dominação patriarcal [...] O que se quer é destacar que o patriarcado teria, em sua essência, um sistema de dominação social, cultural, política, ideológica e econômica que explicaria, por exemplo, o uso indiscriminado da força de trabalho (CRUZ, 2005, p. 38).

Com os estudos de gênero há um avanço no aspecto relacional entre homem e mulher, não mais como uma hierarquia que subordina as mulheres, mas como uma relação entre os sexos que deve pensar-se como relação social. Castells (1999) acredita que na sociedade contemporânea o patriarcado deu espaço ao patriarcalismo. No patriarcado as assimetrias entre os sexos centram-se no espaço doméstico, familiar, privado. Na perspectiva de Castells (1999), o patriarcalismo é uma relação de poder que se expressa em todas as formas de dominação e opressão, sejam elas em espaços privados ou públicos.

Compreendendo o patriarcalismo da mesma forma como o disposto pelo autor e posso afirmar que ele permeia toda a organização social, a família, as relações sociais, políticas e econômicas e está em todas as sociedades contemporâneas. Castells (1999) esclarece que não se deve esquecer que o patriarcado é enraizado na estrutura familiar e na reprodução sociobiológica, as quais são contextualizadas a partir da história e da cultura. No entanto, é importante lembrar que a forma de expressão desta dominação varia visto que ela está articulada com os marcadores de classe e raça.

Portanto, a dominação patriarcal está aprofundada na sociedade, sobretudo na estrutura familiar. Segundo o autor é a família a responsável pela reprodução das características patriarcais da sociedade: sem ela o patriarcalismo já teria acabado. Ela é nosso primeiro núcleo de socialização. No entanto, a inserção da mulher no mercado de trabalho vem colocando à prova esse modelo de dominação e trazendo novos contornos para a sociedade. Dessa forma, “o patriarcalismo dá sinais no mundo inteiro de que ainda está vivo e passando muito bem” (CASTELLS, 1999, p. 278).

Saffioti (1987), contrapondo esse modelo adotado por Castells (1999), considera o patriarcado um sistema de exploração que não se resume apenas à dominação. Na visão da autora, a dominação resume-se aos campos políticos e ideológicos, enquanto a exploração amplia-se até o terreno econômico. Portanto, a mulher dona de casa, responsável pelas tarefas domésticas e que acumula duas jornadas de trabalho, sofre exploração no plano familiar tanto

quanto a mulher assalariada, que percebe remuneração inferior aos homens: “fica patente a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração (SAFFIOTI, 1987). Exploração esta que se avoluma nas classes menos economicamente favorecida e na população negra.

Ademais, o patriarcado também dá origem às relações assimétricas de poder e à violência nos relacionamentos interpessoais nas relações conjugais e na própria personalidade do indivíduo. Assim, entende-se o patriarcado como um sistema caracterizado pelo comando masculino sobre mulher e filhos, mas não fechado apenas no espaço privado, pois pensar o patriarcado apenas a partir da esfera privada resume-se à ideia de que ele não se expressa no espaço público, o que, por vezes, não ocorre dado seu processo de dominação-exploração. Observam-se, destarte, os casos de violências no espaço laboral, a exemplo do assédio sexual de que várias mulheres ainda são frequentemente vítimas.

Desta sorte, considero o patriarcado como um sistema de poder, com base no recorte de gênero, que possibilita aos homens, sobretudo ao homem branco e heterossexual, uma hierarquia frente às mulheres e aos filhos, a qual se sedimenta e perpetua através da família, do matrimônio, da divisão sexual do trabalho<sup>56</sup> e se alastra pela produção e pelo consumo, pela política, pela legislação e pela cultura<sup>57</sup>.

Acredito que o papel da mulher na sociedade é variável, depende do momento histórico, da cultura e do local que se analisa. Piscitelliet *al.* (2002) creem que a subordinação da mulher é universal, pois ela percorre todas as partes e períodos históricos. Contudo, não se deve naturalizá-la, pois ela é construída socialmente. Trazer à tona no espaço acadêmico a discussão sobre as diferenças de gênero não é debater acerca das diferenças sexuais, diferenças biológicas entre macho e fêmea: o “uso do ‘gênero’ coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade”(SCOTT, 1995, p. 7).

Trata-se do desafio de se respeitarem as diferenças e de integrá-las em uma unidade que não as anule, mas que ative o potencial criativo e vital da conexão entre diferentes agentes e entre seus respectivos contextos. Isto vale, de fato, tanto para o discurso das diferenças étnicas e culturais, de gênero e de gerações, a serem acolhidas na escola, na sociedade e no seio das relações de conjugalidade quanto para a distinção e a interação entre os povos, a ser

---

<sup>56</sup>Cf: CRUZ, Maria Helena Santana. **Mulher e Trabalho: Matrizes teóricas.** In: Trabalho, gênero, cidadania: tradição e modernidade. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Texeira, 2005 (p. 35-77). SAFFIOTI, Heleith. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

<sup>57</sup>Cf: CASTELLS, M. **O Poder da Identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

considerada nos equilíbrios internacionais e planetários, ou seja, desigualdade, diversidade e diferença.

Historicamente, as diferenças biológicas entre homens e mulheres foram colocadas como forma de diferenciar os sexos, atribuindo à mulher um papel inferior ao homem tanto nas questões biológicas como físicas. Esse contexto gerou diversas formas de segregação contra a mulher no espaço público – segregação ocupacional, em setores de baixo *status*, com remuneração menor que a dos homens (POSTHUMA; LOMBARDI, 1997) – e no espaço privado, com o controle da sexualidade feminina. No Brasil, o uso de gênero como categoria de análise, assim como das migrações, entrou para os estudos de mulheres por meio da sociologia do trabalho e dos estudos sobre os movimentos sociais (CASTRO, M. G. LAVINAS, 1992). Paradigmas como o patriarcado, a divisão sexual do trabalho, a separação entre produção-reprodução e as relações sociais entre os sexos foram questionados por diversas pesquisadoras.

o homem é associado ao público e ao racional, logo, a mulher é associada ao privado e irracional, emocional. Assim, o ato de invocar a “condição feminina”, o que implica dizer, a subjetividade, para tecer uma análise e, na origem da Sociologia e em certo grau ainda hoje, uma conduta desaprovada pelos parâmetros científicos objetivos, racionais (MARIANO, 2008, p. 365).

Mas o que o racismo e a etnia têm a ver com isso? Ora, o racismo também é uma forma de dominação. Neste caso, de dominação dos branco sem relação aos negros. São os negros, em função da histórica desigualdade social existente no Brasil e em todo o mundo, que têm menos acesso a políticas públicas de educação, saúde, assistência social, habitação, etc., o que retroalimenta a desigualdade social. A raça é um “marcador aparentemente inerradicável de diferença social” (BRAH, 1991, p. 331). São as mulheres negras que sofrem uma dupla discriminação: por serem mulheres e por serem negras, a elas restam os papéis de “empregada doméstica e de objeto sexual” (SAFFIOTI, 1987) e a ideia de “mulata do samba”<sup>58</sup>; é sobre elas que recaem as mais altas taxas de desemprego, analfabetismo, violência e feminicídios, cujo maior número se dá na população negra (IPEA, 2020).

Essa discussão ganhou, nos estudos de gênero, destaque importante, pois a forma de articulação dessas categorias, ou basicamente de opressão e exploração, apesar de relevante, tornou-se “fora de moda”<sup>59</sup> para algumas estudiosas. Já outras buscaram explicar teoricamente tal relação. A discussão perpassa a ideia de que não basta descrever o fenômeno:

---

<sup>58</sup>Cf: Piscetelli (2011); Gomes (2013)

<sup>59</sup> Barroso (2018)

é necessário construir bases teóricas que possam explicá-lo (ARRUZZA, 2015). Barroso (2018) apresenta algumas das teorias que embasam tal perspectiva:

a tese da indiferencialidade do capitalismo sobre as opressões (Wood, 2011); o ponto de vista da teoria unitária (ARRUZZA, 2015); a perspectiva da interseccionalidade (CRENSHAW, 1989 e 2002) e a perspectiva da consubstancialidade e coextensividade das relações sociais (KERGOAT, 2010; SAFFIOTI, 2004; CISNE, 2014) (BARROSO, 2018, p. 449).

Barroso (2018) esclarece que, na tese de Wood, as opressões sofridas por mulheres são produto de formações sociais anteriores ao capitalismo, sendo o capitalismo indiferente ao patriarcado ou ao racismo. O capitalismo não se preocupa com as identidades sociais das pessoas que explora, e agregará quaisquer opressões que estejam disponíveis à sua exploração.

Já Arruza (2015) explica três destas teses: i – a “teoria dos sistemas duplos ou triplos”, que considera o gênero e as relações sexuais constituintes de um sistema autônomo ao capitalismo; ii – o “capitalismo indiferente”, no qual o sistema capitalista é indiferente ao gênero e ao racismo e pode superá-los, e; iii – a “tese unitária”, defendida pela autora. Nesta teoria, no capitalismo, os sistemas patriarcal e racista não são autônomos, mas parte do sistema capitalista.

A tese essencial da “teoria unitária” é a de que o feminismo marxista, a opressão de gênero e a opressão racial não correspondem a dois sistemas autônomos que possuem suas próprias causas particulares: eles passaram a ser uma parte integral da sociedade capitalista através de um longo processo histórico que dissolveu formas de vida social precedentes (ARRUZZA, 2015, p. 57).

A consubstancialidade é uma tese apresentada por Danièle Kergoat desde a década de 1970, que busca compreender as relações sociais praticadas entre homens e mulheres no tocante à divisão social do trabalho a partir das dimensões de classe, gênero e origem, sendo elas “móveis, ambíguas e ambivalentes”. Na tentativa de explicar as relações sociais que se estabelecem através da divisão sexual do trabalho, a autora pontua que essa é resultante das relações sociais de gênero, as quais são socialmente construídas e atribuem prioritariamente aos homens a esfera produtiva e a esfera reprodutivas às mulheres. Na divisão sexual do trabalho, eles são responsáveis pela provisão de bens e alimentos, já elas pela administração da casa e pelo cuidado dos filhos.

Todavia é necessário pontuar que esta divisão sexual do trabalho possui suas exceções, principalmente no contexto da inserção da mulher no mercado formal de trabalho. Daí ser necessário analisar a partir das demais categorias que formam o indivíduo, não só a

partir das relações de gênero. Uma mulher negra e pobre está mais vulnerável aos impactos das relações hierárquicas de poder que uma mulher branca e rica. Quando insiro a categoria de imigrante, esse panorama tende a piorar. Por isso é necessário que se estabeleça uma análise dos dados a partir das relações entre as várias categorias identitárias.

Estas relações sociais não são amistosas; muito pelo contrário, são conflituosas (KERGOAT, 2010). O tripé entre gênero, raça e classe é uma relação de produção e, conseqüentemente, é uma relação de “exploração, dominação e opressão.” Para a autora,

as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 94).

Danièle Kergoat (2010) realiza uma crítica à interseccionalidade, pois, para a autora, ao entrecruzar as relações sociais, estamos categorizando-as, o que constitui um problema para o movimento negro e o pós-colonialismo. Outra forte crítica apresentada pela autora é que a interseccionalidade prioriza as questões raciais em detrimento da classe social.

A ideia da interseccionalidade, a qual tem como expoente a autora americana Kimberlé Crenshaw, nasce como o movimento feminista negro americano, *Black Feminism*, o qual se contrapõe ao movimento feminista branco – de classe média, heteronormativo e surgido nos anos 1970 e difundido na década de 1990. Crenshaw busca, a partir de um exemplo de trabalhadores e trabalhadoras da *General Motors*, demarcar o posicionamento de que as mulheres negras sofrem uma dupla discriminação, e que se deve analisar a situação desses indivíduos a partir desta conexão, ou intersecção. No contexto do exemplo oferecido pela autora,

as mulheres negras se viram diante da situação de ter sofrido uma discriminação racial baseada unicamente nas experiências de homens afro-americanos e uma discriminação de gênero baseada unicamente nas experiências de mulheres brancas (CRENSHAW, 2002, p. 11).

Concordo com o fato de que a autora prioriza as questões raciais em detrimento das relações de classe. No entanto, ela nos faz pensar que a primazia está na ideia da diferença. “A interseccionalidade são formas de capturar as conseqüências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo” (PISCITELLI, 2008, p. 267) e aqui realizo a articulação das minhas categorias analíticas acerca dos casamentos interculturais. Esta perspectiva analítica me proporciona ferramentas para articular múltiplas formas de diferenças e desigualdades, para além exclusivamente da desigualdade de gênero.

Ela trabalha com a “diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos” (IDEM, p. 266).

Crenshaw (2005) define a interseccionalidade da seguinte forma:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2005, p. 177).

A partir desse entendimento da interseccionalidade, eu concordo com Sardenberg (2015), que associa a interseccionalidade a um caleidoscópio ao estudá-la, em que as categorias de gênero, idade, classe, raça e etnia são “prismas sociais” e os espelhos contextos que “refletem no tempo e espaço sociais”. Na concepção da autora a metáfora do caleidoscópio possibilita a compreensão das relações sociais “na medida em que o “prisma de gênero” interage com os demais “prismas sociais” (de raça, etnia, idade, sexualidade, classe social, etc.), produzindo “mosaicos” distintos, ou complexos padrões de identidades e relações” (SARDENBERG, 2015, p. 60). Nesta tese utilizo os “prismas” de gênero e de cultura, na intersecção com os demais “prismas” sociais – classe, raça, nível educacional. Acredito que é a combinação dessas várias categorias que irá estabelecer as relações e a construção dos papéis sociais de gênero nos casamentos interculturais estudados nesta pesquisa. Assim como em um caleidoscópio, busco produzir “imagens” diferenciadas, sem naturalização ou essencializações, pois as relações sociais são construídas “histórica, social e culturalmente” e não devem ser pensadas sob a perspectiva de contextos diferenciados. Ou seja, não posso analisar a construção dos papéis sociais de gênero em casamentos de pessoas de nacionalidades diferentes em Aracaju a partir da experiência de casais que residam na Europa: cada experiência é única.

O gênero não é uma categoria homogênea. Suas relações não ocorrem de formas iguais entre mulheres e homens de classes sociais altas de baixas, burgueses e trabalhadores, negros e brancos, e de nacionalidades diferentes, de culturas e graus de escolaridade díspares. Ele se manifesta de maneira diferente dentro das relações de poder (BRAH, 1991), que permeiam toda a estrutura social. Para Brah, a inserção feminina ocorre a partir de uma “miríade de processos econômicos, políticos de ideológicos” (BRAH, 1991, p. 341). Ou seja, não devemos essencializar o ser “mulher”, pois possui outras categorias que o diferencia:

“mulheres trabalhadoras”, “mulheres camponesas”, “mulheres imigrantes”. E digo mais: é necessário sair das ideias fixas sobre a subordinação da mulher e a dominação do homem, pois ‘ser homem’ e ‘ser mulher’ são categorias construídas a partir das relações sociais e das conexões com os marcadores identitários.

De nada adianta realizar análises de gênero com pretensões expansivas partindo de suposições de fixidez: “há um patriarcado”, “há uma dominação”, “o homem é sempre o dominador”. Essa forma de teorizar cai em, ao menos, dois riscos: o primeiro, o risco colonizador, o pressupor que as noções de gênero podem ser vistas sempre por esse mesmo ângulo como se universal fosse e que é em realidade apenas a formação ocidentalizada. (...) O segundo risco é o de que se a estrutura de dominação é fixa, precisaremos advogar, como faz Mackinnon (1987), alguma espécie de pensamento salvacionista, já que sair de uma estrutura como essa característica não é possível (GOMES, 2018a, p. 73).

Portanto, para compreender a construção dos papéis sociais de gênero em casamentos de pessoas de nacionalidades diferentes, quando as mulheres são brasileiras e os homens imigrantes, não basta apenas entender as relações de gênero e as históricas relações patriarcais na família e na sociedade. É necessário perceber sobretudo como outros marcadores identitários se articulam, tais como a classe, a raça, a cultura e a geração. Brah (1991) lembra que esses marcadores se cruzam e estão em constante relação.

Seria muito mais útil compreender como relações patriarcais se articulam com outras formas de relações sociais num contexto histórico determinado. Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela (BRAH, 1991, p. 351).

Ademais, é fundamental compreender o processo de colonização vivenciado pelos povos das Américas e do Caribe, o qual impôs o que é humano e não humano, a partir da ótica colonial do homem branco ocidental e colonizador (LUGONES, 2014)<sup>60</sup>, trazendo dicotomias hierárquicas, principalmente nas relações entre homens e mulher. O humano é marcado pela representação do homem heterossexual, branco, europeu. Já a mulher, ainda que branca e europeia, é apenas um complemento do primeiro. E o que vemos é que as “condutas dos/as colonizados/as e suas personalidades/almas eram julgadas comobestiais e portanto, não gendradas, promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas” (LUGONES, 2014, p. 936–

---

<sup>60</sup> A discutir sobre a colonialidade de gênero, Lugones (2014) apresenta a ideia do que é humano e não humano, sendo os colonizados desumanizados: “ao usar o termo colonialidade, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos. Isso contrasta fortemente com o processo de conversão que constitui a missão de cristianização” (LUGONES, 2014, p. 937).

937). Tal perspectiva faz-me pensar em como as representações do “ser mulher brasileira” e do “ser homem europeu” são construídas.

Do ponto de vista desta tese, pensar sob a ótica da colonialidade do gênero, do ser, do poder e do saber me faz compreender as estruturas sociais que sedimentam as relações hierárquicas de poder não só entre homens e mulheres mas também entre nativos e imigrantes, entre imigrantes europeus e latinos e a construção dos imaginários que essas pessoas fazem umas das outras. Nessa perspectiva, Lugones (2008) vai pontuar acerca dos homens, que, por “indiferença”, continuam sendo vítimas “da dominação racial, e da colonialidade do poder, inferiorizados pelo capitalismo global” (LUGONES, 2008, p. 57, tradução livre).

Assim, ao fazer uma pesquisa sobre gênero é necessário articular outras categorias que não apenas o gênero. Lugones (IDEM) pontua que, para pensar a colonialidade do gênero, é necessário articular as categorias de raça, classe, gênero e sexualidade. Sem elas, não conseguimos dar conta de explicar epistemologicamente as categorias de dominação e exploração. A partir desta perspectiva a autora chega ao que nomeia de “sistema moderno-colonial de gênero”.

Para Pimentel (2017), a interseccionalidade é um “elemento essencial, inseparável de qualquer projeto feminista que tenha por propósito dar visibilidade às opressões sofridas pelas mulheres em qualquer espaço de sociabilidade” (PIMENTEL, 2017, p. 75). Logo, analisar este modelo de casamento não se esgota na compreensão sobre gênero, raça e classe, mas na articulação de outras várias formas de subordinação, opressão e vulnerabilidade social, a exemplo dos aspectos culturais e linguísticos. É preciso perceber e analisar questões que não estão diretamente ligadas a este tripé, mas que compõem um marcador de diferença. As questões aqui trazidas para o debate são fundamentais, mas não devem ser essencializadas, analisadas com rigidez, limitando a compreensão, pois estão em processo de relações sociais construídas a partir da relação do “eu” e do “outro”. São, portanto, recursos analíticos para esta tese tais como a interculturalidade.

De outro modo, busco demonstrar como são construídas estas relações do “eu” com o “outro”, pois eles são codependentes. Somos essencialmente seres sociais, e essa sociabilidade faz com que formemos nossa identidade a partir do que nos aproxima e nos diferencia. A grande questão atual é que focalizamos mais no que nos diferencia ao invés de fortalecer o que nos aproxima: a nossa humanidade. Não que se deva esquecer o que nos diferencia; pelo contrário, deve-se saber que somos diferentes um dos outros, que temos peculiaridades, processos sócio-históricos diferentes, mas que todos somos humanos e, por

essa razão, não deveriam existir hierarquias. O problema consiste em como o fortalecimento destas diferenças tem gerado violência, opressão, preconceito e segregação.

Dessa forma, estudar casamentos interculturais é analisar diferenças, mas diferenças aproximantes, que resultam em uniões conjugais. Diferenças que são expressadas, muitas vezes, através da língua materna, do sexo, da nacionalidade, do grau de escolaridade, da cultura, da raça, da classe social. Brah (1991) me auxilia a pensar a diferença a partir de quatro posicionamentos: *diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade*.

Para a autora, a *diferença como experiência* é um conceito chave para o movimento feminista, pois tem sido usada para dar voz coletiva a experiência de mulheres. Contudo, a experiência não reflete a realidade pré-determinada porque é uma construção social: “a experiência é o lugar da formação do sujeito” (BRAH, 1991, p. 360). Pensar a diferença a partir da experiência é percebê-la “como um lugar de contestação: um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas” (IDEM). A diferença como experiência significa que a percepção que alguém possui de determinado acontecimento em sua vida tem a ver com a sua experiência de vida, a forma como esse indivíduo foi “culturalmente construído”.

Já a *diferença como relação social* significa compreendê-la através dos discursos econômicos, culturais, políticos e práticas institucionais. A *diferença como subjetividade* tem estreita relação com a psicanálise, que viu na subjetividade freudiana não unificada e nem fixada, uma explicação para a diferença sexual; a diferença sexual é algo a ser explicado e não suposto (BRAH, 1991, p. 368). Por fim, a *diferença como identidade*: para a autora esta diferença está ligada às questões sobre a experiência, a subjetividade e as relações sociais, pois a identidade não é fixa, nem singular, sendo marcada pela multiplicidade.

a identidade pode ser entendida como o próprio processo *pelo qual a multiplicidade, contradição e instabilidade da subjetividade é significada como tendo coerência, continuidade, estabilidade; como tendo um núcleo – um núcleo em constante mudança, mas de qualquer maneira um núcleo – que a qualquer momento é enunciado como o “eu”* (BRAH, 1991, p. 371 grifo da autora).

Pensar a diferença sob estas óticas é um mecanismo de superação dos essencialismos nos quais, em muitos casos, acabamos caindo. É necessário analisar e compreender cada casal a partir de suas similaridades e diferenças, a partir do que os torna parecidos – mulheres brasileiras e homens estrangeiros – e do que os tornam diferentes – cultura, língua, hábitos. Utilizar a interseccionalidade como mecanismo de análise das relações interculturais não

significa dizer que iremos esgotar todos os marcadores identitários deste casais, mas compreender as “*diferenças que fazem diferença* em termos específicos, históricos, localizados e, obviamente, políticos”(HENNING, 2016, p. 11 grifo da autora).

### **3.4 Conexões: gênero e migrações**

Os estudos que relacionam gênero e migrações foram sendo ampliados à medida que a teoria feminista foi se aprofundando nas pesquisas, porém eles estiveram, por anos, atrelados ao mercado de trabalho porque tanto a teoria feminista como os estudos migratórios tinham o foco nas relações de trabalho. No campo das migrações, as análises estavam focadas quase sempre nas razões financeiras que levavam estes indivíduos a migrarem, e eles o faziam em busca de melhoria econômica. As pesquisas que dialogam com as categorias de gênero e migrações não estão distantes desta realidade. Os estudos brasileiros sobre gênero e migrações quase sempre estiveram conectados aos estudos sobre trabalho, mesmo se a mulher está na condição de imigrante no Brasil ou se é brasileira no exterior. Assunção (2016) nos lembra que a categoria de gênero não deve ser pensada apenas como uma variável na análise dos processos migratórios, mas como um “conjunto de relações” que os organizam.

No tocante à discussão acadêmica sobre o gênero e sua relação com a migração, estudos datam que sua inserção ocorreu a partir da década de 1980, pois, até a década anterior, os fluxos migratórios de mulheres eram “invisíveis” e analisados a partir do binarismo homem/mulher ao invés das relações sociais de gênero. Os estudos anteriores a estes se concentravam exclusivamente nas migrações masculinas, “tradicionalmente enfocavam fluxos, aspectos laborais, demografia, questões legais e pensavam o migrante enquanto homem” (GOMES, 2013, p. 867). Assis (2007) nota que o processo migratório para inserção no mercado de trabalho é condição masculina, já a mulher se restringe ao reagrupamento familiar, aquelas que acompanham maridos e filhos.

No contexto dos estudos mais atuais, Tonhati e Macedo (2020) esclarecem que os estudos sobre migrações femininas possuem dois paradigmas hegemônicos de análise que buscam responder os motivos que levam as mulheres a migrarem, sendo eles: o “*globalcarechain*” e mais recentemente o “*carecirculation*”. Um fator importante levantado pelas autoras é o fato de as construções teóricas, empíricas e metodológicas ocorrerem a partir das experiências migratórias Sul-Norte, fato que explica, segundo as autoras, as análises que reproduzem os papéis de gênero ligados ao cuidado nas atividades laborais: empregadas

domésticas, cuidadoras de idoso e enfermeiras. Porém, estes paradigmas não se aplicam às imigrantes que chegam ao Brasil, daí a importância das pesquisadoras e pesquisadores brasileiros dialogarem com os estudos sobre migrações do Sul global. Dados de 2019 apontam que no Brasil não existe escassez desta mão de obra; muito pelo contrário, este é um campo disputado no país. O perfil dessas imigrantes é o seguinte: solteiras, de 25 a 40 anos, com nível médio completo de escolaridade, inseridas em atividades de serviços, vendedoras do comércio em lojas, mercados e originárias, em sua maioria de Venezuela, Haiti e Bolívia (TONHATI; MACEDO, 2020).

É importante notar também que, quando a brasileira está em outro país, as abordagens analíticas tendem a visualizar o mercado da prostituição internacional<sup>61</sup> e, mais recentemente, as representações que os estrangeiros possuem desta mulher brasileira imigrante. Nos últimos anos houve uma ampliação dos estudos que relacionam estas duas categorias em razão do aumento da migração feminina e de LGBTTQIA+- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Assexuais e inclusão de outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero (GOMES, 2013; PISCITELLI, 2011). Os estudos que dialogam com estas duas categorias começaram a abordar temas como os seguintes.

a forma como as relações de gênero afeta de forma diferente mulheres e homens migrantes, mudanças nos papéis e nas subjetivações de gênero no contexto migratório, emancipação da mulher migrante, imigração LGBTT, o racismo e o sexismo interseccionados no contexto da migração, entre outros (GOMES, 2013, p. 867).

Piscitelli (2011) aponta que a migração brasileira na Espanha, predominantemente feminina, aumentou significativamente na última década, triplicando o número entre os anos de 2004 e 2008. Tanto Piscitelli (2011) quanto Gomes (2013) demonstram como os europeus<sup>62</sup> associam essa imigração feminina ao imaginário da hipersexualização, e completa que as notícias televisivas sobre as brasileiras na Espanha são acompanhadas a três temas: prostituição, violência de gênero e delitos.

Neste texto analiso as relações de conjugalidade pensando a partir da teoria de gênero e reflito sobre as relações sociais que envolvem homens e mulheres de origens nacionais e culturais diferentes na sociedade, que são caracterizadas pela assimetria existente

---

<sup>61</sup>Piscitelli (2011) informa que o Brasil é o país com maior número de mulheres inseridas na prostituição, seguido pela Rússia, Romênia e Colômbia, mesmo não sendo o trabalho que mais emprega estas mulheres. Por isso, são marcadas pela sexualização, o que afeta quem não está na indústria do sexo e cria um imaginário sobre a mulher brasileira.

<sup>62</sup>Piscitelli (2011) analisa o imaginário que os espanhóis possuem da mulher brasileira, já Gomes (2013) estuda o contexto português.

entre ambos os sexos<sup>63</sup>. Ainda que não busque vitimizar a mulher, esta categoria está inserida em um contexto histórico de relações sexistas e machistas. Analisar este objeto é realizar a interseccionalidade entre raça, gênero, classe, etnia, nacionalidade e sexualidade já que estas assimetrias não são naturais, mas construídas ao longo da história e varia de cultura para cultura.

E em se tratando de cultura, é importante destacar que no Brasil a estrutura de gênero é pensada e organizada a partir das assimetrias de poder, que visualizam o feminino como inferior, enquanto que o masculino é a norma, é superior. Dito em outras palavras, a normatização da sociedade é a prevalência do masculino, branco, heterossexual em detrimento do feminino, do negro, do homossexual. Observa-se que as narrativas sociais utilizadas para inferiorizar um homem, quase sempre estão associadas e feminização a sua feminização. Ou seja, os casamentos aqui analisados, mesmo sendo com homens imigrantes, é importante lembrar que estamos em uma sociedade marcada pelo patriarcado.

È importante pontuar também o que Ricordeau (2017) lembra que nos casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes, quando analisados no contexto atual, homens e mulheres podem encontrar dificuldades para constituírem casamento com uma pessoa de outro país, principalmente as mulheres de terceiro mundo. Isso ocorre em razão do recrudescimento das políticas antimigratórias, as quais resultam em controle, restrições e suspeitas para com a população migrante. Além disso, existe também a repressão ao tráfico de pessoas, que busca proteger as mulheres, mas acaba criando mais um obstáculo para estes casamentos visto que os países emissores de migrantes fazem campanha pela dissolução de casamentos de mulheres com estrangeiros. Um exemplo, segundo o referido autor, é a proibição do governo de Camboja de casamentos entre mulheres cambojanas e homens imigrantes, em março de 2011.

Deste modo, este estudo converge com a onda das análises sobre as representações sociais que os imigrantes possuem sobre a mulher brasileira, sobretudo a discussão das assimetrias de gênero nos casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes, aqui denominados casamentos interculturais. Questiono-me então: será que mesmo estando no seu país, rodeada por pessoas da sua família, seus amigos, sua cultura, as diferenças culturais e de gênero ainda recaem com mais força sobre a mulher? Será que as diferenças de gênero

---

<sup>63</sup> A ideia de sexo neste texto não é usada como oposição ao gênero (gênero – construção social; sexo – biologicamente determinado) como foi desenvolvida por algumas estudiosas feministas. Entendo o gênero como qualquer construção que distingue o que é masculino e o que é feminino, e aqui incluo as construções dos corpos feminino e masculino, pelo que o corpo e o sexo são também uma construção social: “o gênero é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais” (SCOTT, 1995).

sobrepõem-se às diferenças culturais? Ou seriam as diferenças culturais que recriam as relações de gênero?

## **CAPÍTULO IV- BRASILEIRAS E IMIGRANTES: PARA PENSAR A CONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA INTERCULTURAL**

*“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor,  
mas lutei para que o melhor fosse feito. Não  
sou o que deveria ser, mas Graças a Deus,  
não sou o que era antes”  
(Marthin Luther King)*

Este capítulo visa apresentar os casais que foram entrevistados para a realização desta pesquisa, como ocorreu minha inserção no campo, a aproximação com os sujeitos, suas histórias de migrações e sua relação matrimonial. Conforme apresentado no Capítulo I desta tese, realizei nove entrevistas, oitodelas com os casais e uma apenas com a mulher. Por motivos técnicos, apenas uma das entrevistas não foi gravada.

O objetivo deste capítulo é fazer com que o leitor conheça os sujeitos e compreenda o contexto de cada um dos casais. Longe de ser uma etnografia, este capítulo busca narrar o processo de pesquisa e as histórias de cada um dos casais entrevistados para que o leitor possa conhecer mais profundamente quem são, como se conheceram, como está sendo construída esta família intercultural e as trajetórias migratórias destes casais.

Os nomes aqui apresentados não correspondem aos seus nomes reais, preservando suas identidades, porém procurei nomes de casais de nacionalidades diferentes que compõem a história mundial. Respeitando a ordem cronológica de realização das entrevistas, nomeiei-os José e Mariana, Carlos Gustavo e Sílvia, Eduardo e Wallis, Francisco e Mary, Carlos e Isabel, Pedro e Leopoldina, Harry e Meghan, John e Yoko e Tom e Gisele.

Todos os entrevistados assinaram o Termo de Livre Consentimento, conforme apresentado na metodologia e disponível nos anexos deste texto. Ademais, as entrevistas foram gravadas, exceto a de Pedro e Leopoldina, que, apesar de ter sido gravada, não foi salva pelo aparelho, o que só foi percebido ao final. No entanto, ao notar que não consegui a gravação, e ao término da entrevista, tomei nota e posteriormente enviei aos entrevistados, que realizaram a adição de alguns pontos importantes não inseridos na minha transcrição.

Desta forma este capítulo está dividido da seguinte forma: a princípio relato a história de cada um dos nove casais entrevistados, como foi nosso contato, um pouco da história de cada um dos cônjuges e do formação deste casal intercultural; em seguida, discorro sobre a formação desta família intercultural, pois entendo que, mais que casais interculturais,

eles compõem uma família, sendo quatro deles com filhos gerados esta relação; por fim, analiso como ocorreram as trajetórias migratórias destes indivíduos.

#### **4.1 Apresentação dos sujeitos**

##### **4.1.1 José e Mariana<sup>64</sup>: Perdidos e achados**

José e Mariana foram o primeiro casal a que tive acesso, antes mesmo da escolha do tema de pesquisa. Eles participam da minha rede de amizades, porém nunca houve uma aproximação entre nós: éramos apenas conhecidos. Quando optei pela escolha do tema, uma amiga em comum sugeriu entrevistá-los, daí começamos nossa aproximação, o que gerou algumas conversas antes da entrevista gravada, que aconteceu no dia 28/01/2019.

Esta minha amiga sempre me falava que, quando fez graduação na UFS, na década de 1980, havia vários imigrantes da América do Sul e seu grupo de amigas envolveu-se afetivamente com eles. Minha amiga namorou por 08 anos com um boliviano, já a irmã desta minha amiga casou e teve dois filhos com um outro imigrante do mesmo grupo. Mariana também manteve um relacionamento afetivo com um imigrante antes de José.

A história dos dois é marcada por perdas. Os dois conheceram-se em um barco na travessia de Aracaju para a Barra dos Coqueiros<sup>65</sup>. Ele, um artesão sem residência fixa, já havia percorrido outros países e vários Estados do Brasil. Ela, funcionária pública, havia recém-perdido a mãe e estava morando na casa de conhecidos.

No primeiro dia em que se viram, ela não o tinha observado, porém ele notou aquela jovem, que chorava do outro lado do barco, e resolveu segui-la. Após alguns dias sem se encontrarem, reencontraram-se durante a travessia e começaram a se aproximar e apaixonar.

Ela havia terminado recentemente um longo namoro com um imigrante que fazia parte daquele grupo de latinos relatado há dois parágrafos. Como estava em momento de tristeza pela perda materna e pelo término do relacionamento, resolveu se aventurar com José por outros Estados e deixou para trás a família e o emprego, regressando pouco depois.

Ele é um homem criado apenas pelo pai, no interior do Paraguai, em uma colônia de alemães; concluiu apenas o ensino médio, mas não conseguiu validação no Brasil em razão de

---

<sup>64</sup> José I (1714-1777) foi rei de Portugal do período de 1750 até sua morte, filho de do Rei João V e da rainha Maria Ana, da Áustria. A sua esposa, Mariana Vitória de Bourbon (1718-1781), era filha do Rei da Espanha Felipe V e da sua segunda esposa, Isabel. O matrimônio é fruto das relações comerciais dos dois países na América do Sul. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temahistoria/jose1.html>, acessado em 03/06/2019.

<sup>65</sup> Cidades sergipanas separadas pelo Rio Sergipe. Até o ano de 2006, a travessia das suas cidades se dava apenas por via fluvial, o que mudou com a inauguração da Ponte Construtor João Alves no citado ano.

não ter toda a documentação necessária. Antes de vir para o Brasil, José havia passado por outros países: era um andarilho e trabalhava com artesanato, fazendo esculturas em madeira. Chegou aqui com mais três amigos.

Após a decisão de ficarem juntos, em razão da insistência da família de Mariana para que retornasse ao Estado por conta do seu vínculo empregatício, ambos resolveram regressar. José continuou seu trabalho de artesanato, talhando madeira, e Mariana voltou para o seu emprego público. Os dois tiveram uma filha, hoje adulta. Nunca casaram oficialmente por ela receber uma pensão do seu pai, militar. Ele ainda trabalha informalmente fazendo marmitas e já possui cidadania brasileira e ela, atualmente, é servidora pública federal aposentada.

#### **4.1.2 Carlos Gustavo e Sílvia<sup>66</sup>: Trabalhar, viajar e se apaixonar**

Meu acesso ao casal foi através de um amigo do grupo de pesquisa ao qual estou vinculada, Grupo de Estudos e Pesquisas “Processos Identitários e Poder” – GEPPIP. Este meu amigo foi colega de turma de Sílvia no ensino médio. Em contato com ela, e exposição da minha pesquisa, e dos objetivos da mesma, Sílvia aceitou o convite e realizamos a entrevista no dia 02/02/2019. Ao chegar à residência do casal, fui recepcionada por Sílvia, que estava ao telefone com sua sogra – peruana –, já Carlos Gustavo acabara de chegar do trabalho e estava à mesa, almoçando.

Ela é uma jovem mulher de 33 anos, formada em jornalismo, atualmente professora de inglês de escola primária; ele, um homem de 42 anos, peruano, formado em engenharia mecânica, recém-contratado em uma empresa, mas não exerce a sua profissão.

Assim como Mariana, Sílvia conheceu Carlos Gustavo após uma desilusão amorosa. Ela trabalhava na Secretaria Estadual de Turismo de Sergipe e soube que uma empresa de cruzeiro marítimo fazia seleção de pessoas para trabalhar. Então inscreveu-se e, em um período bem curto, já estava contratada e tinha seu primeiro cruzeiro para realizar.

Carlos Gustavo trabalhava na mesma empresa de cruzeiros pela qual Sílvia foi contratada e foi lá em que os dois se conheceram. Quando se encontraram, ambos acreditaram que seria apenas um “namoro de cruzeiro”: ela porque acreditava que os namoros começam e

---

<sup>66</sup> Carlos XVI Gustavo (1946), rei da Suécia desde 1973, casado desde 1977, com a rainha Sílvia Renata (1943), alemã, filha de um empresário também alemão com uma brasileira. A rainha Sílvia Renata residiu em São Paulo no período pós segunda guerra mundial, de 1947-1967. Disponível em: <https://br.blastingnews.com/tv-famosos/2017/03/a-brasileira-que-conquistou-o-mundo-e-se-tornou-rainha-da-suecia-001541817.html> acessado em 03/06/2019.

acabam na viagem; eleem razão de uma representação social de que a mulher brasileira não quer assumir compromisso.

Ao desembarcarem cada um em seu país de origem, os dois continuaram namorando virtualmente e se tornaram um casal. Posteriormente, ela visitou a família dele e ele, a dela. No entanto, após algumas viagens juntos, cansaram de viver passando vários meses longe de casa, embarcados no navio e, quando estavam em suas residências originais – ela no Brasil e ele no Peru –, resolveram casar e morar em Aracaju por acreditarem que, aqui, eles teriam mais oportunidades de emprego.

Os dois casaram-se em uma celebração evangélica e a família de Carlos Gustavo veio do Peru para assistir à celebração. Atualmente, moram em uma casa construída no mesmo terreno onde os pais de Sílvia residem, porém os imóveis são independentes. Ainda não possuem filhos biológicos, mas criam a filha da irmã de Sílvia e têm o desejo de gestar um filho biológico.

#### **4.1.3 Eduardo e Wallis<sup>67</sup>: Tão diferentes e tão parecidos**

Meu acesso ocorreu através de outro casal, Francisco e Mary, os próximos a serem entrevistados. Como não conseguia uma data para realizar a entrevista com Francisco e Mary, questionei-lhes se indicavam algum outro casal intercultural para eu poder realizar a entrevista e eles indicaram Eduardo e Wallis.

Entrei em contato com Wallis, por mensagem, através do aplicativo WhatsApp, e conseguimos agendar nossa entrevista, que ocorreu no dia 08/02/2019 na residência do casal. Na oportunidade, entrevistei apenas Wallis, que me contou sobre a história do casal. Como os dois estavam em processo de construção de uma casa, seu companheiro estava na obra no momento da entrevista.

Ela é uma paraense, formada em direito, que, em razão de sua aprovação em um concurso público federal, veio morar em Aracaju. Ele, um esloveno, que, após uma viagem de férias para Ilhéus/Bahia, encantou-se com as belezas do local e resolveu voltar definitivamente. Os dois se conheceram através de amigos em comum. Ela, em razão da sua trajetória profissional, passou uma temporada naquele litoral baiano, onde conheceu seu

---

<sup>67</sup> Eduardo (1894-1972) foi rei da Inglaterra de 20 de janeiro a 11 de dezembro de 1936. Abdicou ao trono inglês ao se apaixonar e decidir casar com a *socialite* estadunidense, divorciada duas vezes, Bessie Wallis Warfield (1896-1986). Disponível em: <https://tvi24.iol.pt/sociedade/dia-dos-namorados/historias-de-amor-tragicas-eduardo-e-wallis> - acessado em 03/06/2019

companheiro. Atualmente, os dois possuem união estável e não possuem filhos do matrimônio; Eduardo, contudo, possui filhos, que ficaram em seu país nativo.

#### **4.1.4 Francisco e Mary<sup>68</sup>: ainda em busca de um lar**

Conheci primeiramente Mary através de amigos do GEPIIP, os quais me apresentaram a ela; trocamos telefones e tentamos agendar nossa entrevista, que ocorreu no dia 19/03/2019 em uma sorveteria próxima à casa dos dois.

Ela é analista de sistemas e bolsista da UFS; ele, equatoriano e com ensino médio completo. A história dos dois representa bem a trajetória migratória. Após concluir a graduação, Mary embarcou em uma aventura para Portugal: queria fazer mestrado naquele país e tinha o desejo de morar fora do Brasil, de conhecer novas culturas. Após um tempo em Portugal resolveu ir para a Espanha. Ele, filho de pai equatoriano e mãe espanhola, já tinha na sua família uma história de migrações e resolveu, no intuito de obter melhores condições de vida, morar na Espanha. Como geralmente os imigrantes, com intuito de reduzirem despesas, dividem a moradia, Francisco e Mary conheceram-se dividindo a mesma habitação.

Começaram a namorar, resolveram voltar ao Brasil e tiveram uma filha. Ela começou uma nova faculdade, conseguiu uma bolsa na UFS e ele arrumou um emprego de montador de móveis em uma loja da capital sergipana. Porém, as coisas não ocorreram como o planejado e os dois resolveram repensar a morada no Brasil.

Ressurgiu neles a vontade de emigrar, dessa vez para o Canadá. Na mesma época a irmã de Mary, professora da UFS, viajou para aquele país e, no supermercado, conheceu uma brasileira que se disponibilizou a ajudá-los. Então o casal decidiu partir em busca de novos rumos.

Quando realizei a entrevista com o casal, era véspera da viagem de Francisco. Como em muitas trajetórias migrantes, o combinado entre o casal foi ele ir primeiro e, após um ano, a depender de como as coisas se processarem no país receptor, Mary e a filha iriam também.

---

<sup>68</sup> Francisco II (1544-1560) foi o rei da França de julho de 1559 até sua morte. Casou-se com Mary Stuart (1542-1587), rainha da Escócia de 14/12/1542 até sua abdicação, em 24/07/1567. Após sua rápida viuvez, casou-se com seu primo, Henrique Stuart, e, ficando viúva novamente, casou-se com o Conde Jaime Hepburn. Após uma tentativa de golpe contra a coroa, pediu asilo a sua prima Isabel I, rainha da Inglaterra, e abdicou do trono em favor do seu filho. Disponível em <https://rainhastragicas.com/2015/12/18/mary-stuart-e-francisco-de-valois/> acessado em 03/06/2019.

#### 4.1.5 Carlos e Isabel<sup>69</sup>: Viver também é uma batalha

Conheci Carlos e Isabel através de um contato fornecido por um dos integrantes do GEPPIP. Este integrante me repassou o telefone de uma pessoa, que vou chamar de Rose, a qual tinha vários conhecidos imigrantes. Ao contatá-la, fui informada de que ninguém na sua rede de relações tinha o perfil pesquisado – mulheres brasileiras casadas com imigrantes. Porém, uma semana após o primeiro contato, Rose me ligou informado que conhecera um imigrante mexicano que se encaixava no perfil. Ela, que, ao me ligar, estava com o casal, colocou-me em contato com Isabel.

O primeiro contato com Isabel ocorreu através da ligação realizada por Rose, ao que peguei o número de telefone de Isabel e começamos a nos corresponder via WhatsApp e agendamos a entrevista para o dia 30 de julho de 2019 na sorveteria do casal.

Conforme combinado, cheguei ao estabelecimento comercial do casal às 18h da mencionada data. Isabel, apesar de acometida por *Chikunguya*, solicitamente me recebeu e informou que Carlos iria demorar alguns minutos para chegar por ter levado a sua moto para o conserto. Aproveitamos para conversar<sup>70</sup> um pouco, e Isabel me falou coisas do seu passado, que não estão no roteiro de entrevista, mas que considero importante destacar.

Isabel me informou que já havia sido casada anteriormente e que, nessa relação, havia sofrido cárcere privado enquanto gestava sua última filha, hoje com cinco anos. Após o nascimento, Isabel conseguiu romper com este relacionamento abusivo, todavia teve que recomeçar sua vida financeira porque seu ex-marido ficou com o estabelecimento comercial que eles possuíam. Acredito ser importante destacar esse ponto da vida de Isabel porque impacta na aproximação com Carlos.

Ela é uma jovem mulher de 35 anos, alagoana, empresária, residente em Aracaju há quinze anos e com o ensino médio incompleto. Da sua primeira relação conjugal nasceram as suas duas filhas. Carlos é um mexicano de 46 anos, engenheiro de processamento de dados, trabalha atualmente como *motoboy* e reside há dez anos no Brasil. Assim como Isabel, também já teve um outro relacionamento conjugal, no México, e possui três filhas. Chegou ao Brasil pela primeira vez em uma missão do exército mexicano na Amazônia. Antes disso, ele já havia passado por outros 25 países em missão, inclusive enquanto combatente de guerra, o

---

<sup>69</sup> Carlos V (1500-1558), belga, imperador Romano-germânico, casado com Isabel (1503-1539), portuguesa, filha dos reis de Portugal, Manuel I e Maria de Aragão. Disponível em: <http://jessi-aleal.blogspot.com/2014/08/isabel-uma-imperatriz-portuguesa-e-linda.html>- acessado em: 03/06/2019.

<sup>70</sup> Conversa não gravada

que lhe deixou muitas marcas no corpo e na sua saúde mental – tais como insônia e lapsos de memória.

O casal se conheceu no estabelecimento de Isabel e de pronto Carlos já se apaixonou. No entanto, não houve reciprocidade. Durante muito tempo Carlos tentou, sem sucesso, namorar Isabel. Ela acreditava que ele, pelo fato de ser imigrante, iria sequestrá-la e, em razão disso, não aceitou o relacionamento. Com o passar do tempo, após conhecer Carlos um pouco mais através de uma amiga em comum, Isabel cedeu às investidas e começaram a namorar. Eles se conhecem há três anos, possuem um ano de namoro e um mês compartilhando a residência.

#### **4.1.6 Pedro e Leopoldina<sup>71</sup>: Uma vida na ponte área Aracaju/Madri**

O meu contato com este casal se deu de forma muito inesperada. Era uma manhã de sábado, dia 15 de novembro de 2019, e estava na casa do meu então namorado, que, na oportunidade, recebera uma visita de Minas Gerais, a qual estava em Aracaju para algumas atividades laborais. Como a mesma já havia vindo à capital sergipana em outros momentos, já havia estabelecido aqui algumas relações pessoais. Então, neste sábado a nossa visita convidou um casal de amigos dela e, para a minha surpresa, encaixavam no perfil da minha pesquisa.

Obviamente que, ao perceber que o casal se enquadrava no meu perfil de pesquisa já estabeleci contato, expliquei meu objeto de estudo e questionei-os sobre a disponibilidade de dele participarem. Como Pedro iria voltar para Espanha na segunda seguinte, fizemos a entrevista naquele momento. Leopoldina, uma professora pública federal, mineira de 48 anos e Pedro, um madrileno, contador, de 42 anos.

Pedro e Leopoldina são um típico casal dos tempos modernos, conheceram-se através do aplicativo Tinder quando Leopoldina estava em Madri fazendo pós-doutorado. Após algumas semanas mantendo contato através de redes sociais, eles resolveram encontrar-se pessoalmente em um museu. Do primeiro encontro até os dias atuais já se passaram quatro anos.

Como Leopoldina é funcionária pública no Brasil e também possui vínculo empregatício na Espanha, os dois optaram em manter a relação na ponte área. Não são

---

<sup>71</sup> Pedro de Bragança (1798-1834), primeiro imperador do Brasil, casou-se por procuração com a arquiduquesa austríaca Maria Leopoldina de Habsburgo (1797-1826). A união é marcada por várias traições do príncipe. Disponível em: <https://historiahoje.com/d-leopoldina-e-d-pedro-o-avesso-dos-contos-de-fadas/> acessado em 08/07/2020.

casados oficialmente, mas assim se considerame se tratam como um casal e como uma família. Buscam sempre estarem juntos seja ele aqui no Brasil ou ela na Espanha.

#### 4.1.7 Harry e Meghan<sup>72</sup>: Os entre dois

Este casal foi mais uma das indicações de um dos componentes do grupo de pesquisa do qual faço parte. Então, estabeleci contato via rede social com Meghan, que prontamente se disponibilizou em realizar a entrevista. Ocorre que, na oportunidade do primeiro contato, Meghan estava na França, onde passa parte do tempo. Optamos então em realizar a entrevista no seu retorno ao Brasil. Então, no dia 14 de janeiro de 2020, por indicação da entrevistada, realizamos a entrevista em um bar no bairro 13 de julho.

Ao chegar ao bar, Meghan já estava me esperando, fumando e tomando sua cerveja. Informou-me que Harry havia ido fazer compras no supermercado, mas que chegaria em breve, e poderíamos começar a entrevista. Ao que me ofereceu um copo de cerveja, como estava trabalhando, optei por recusá-lo e beber água.

Meghan é uma mulher de 54 anos, servidora pública, Harry, um francês de 66 anos, aposentado. Conheceram-se quando Meghan estava fazendo um curso de francês em Aracaju. Na ocasião, Harry era professor da escola de línguas em que a entrevistada estudava. Ele havia vindo morar em Aracaju, com sua então esposa e filhos, para administrar a tal escola.

Aqui, Harry teve um dos seus três filhos – hoje todos adultos. Foi aqui também que ele e Meghan se apaixonaram. Eram, contudo, ambos casados e viveram um “romance secreto”<sup>73</sup>. O tempo passou, Meghan separou-se, pois o seu casamento já estava desgastado e Harry teve que voltar para França. Os dois se distanciaram fisicamente, mas mantiveram contato. Ocorre que Meghan foi para aquele país para fazer um curso de doutorado e, então, se reencontraram. Harry separou-se da esposa e os dois ficaram juntos. Como Meghan é servidora pública, teve que voltar para o Brasil com a conclusão do doutorado, e passaram a viver nesse “entrelugar”, como gostam de nominar.

---

<sup>72</sup>Henrique Carlos Alberto David, mais popularmente conhecido como Harry (1984), sexto na linha de sucessão ao trono britânico, casado do Meghan Markle (1981) atriz estadunidense. Após o casamento, o príncipe herdeiro abdicou da realeza e decidiu morar com sua esposa no Canadá. A decisão ocorreu em meio a muita discussão acerca dos ataques racistas que a duquesa de Sussex sofria pela imprensa britânica. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/cinco-fases-da-relacao-de-harry-meghan-de-conto-de-fadas-rebeliao-24179983> Acessado em 08/07/2020.

<sup>73</sup> Termo cunhado pela entrevistada.

#### 4.1.8 – John e Yoko<sup>74</sup> – “Caí num buraco e saí casada”

Este casal também foi uma indicação de uma integrante do GEPPIP, que em uma conversa me informou sobre o casal e me repassou o contato de Yoko. John, 44 anos, era atleta profissional de boxe por Cuba, mestre em educação e veio para o Brasil após desertar<sup>75</sup>, há 12 anos. Em princípio, John ficou na Venezuela e, posteriormente, adentrou ao Brasil. Ficou clandestinamente no início, conseguindo a cidadania brasileira em 2009 após o governo de Lula anistiar os imigrantes que aqui se encontravam ilegalmente. Chegou a Sergipe a convite de uma academia para ser professor. Na ocasião teria moradia e emprego, o que não foi cumprido. Esse fato marcou profundamente a relação de John e Yoko.

Yoko, 36 anos, brasileira, microempresária, conheceu John quando fazia atividade física na academia em que ele era professor e nasceu ali o interesse dos dois. Ocorre que, após 15 dias do início do relacionamento, John perdeu o emprego e também a moradia. Então ela o convidou para residir na sua casa, com sua mãe, irmãs e um cunhado. Segundo ela: “caí num buraco e saí casada”.

Este fato já tem 10 anos e desta relação nasceram dois filhos, um menino de 07 anos e uma menina de 03. Atualmente, eles continuam residindo com toda a família de Yoko. John está sem emprego formal e sua esposa mantém financeiramente a casa com os recursos provenientes de uma microempresa de revenda de laticínios.

#### 4.1.9 – Tom e Gisele<sup>76</sup>: Conectados por fibra ótica

Utilizando de um neologismo futebolístico, posso afirmar que cheguei a esse casal na “prorrogação” da partida chamada “defesa de tese”. Conheci-os através de uma amiga de longa data. Em uma das nossas conversas informais, ela me relatou sobre esse casal, que, de cara, já achei interessante por terem um restaurante árabe na cidade. Então, solicitei o contato telefônico para poder contatá-los. De posse do número telefônico de Gisele, fiz o primeiro

---

<sup>74</sup> John Lennon (1940-1980) músico inglês, líder e guitarrista da banda The Beatles, casou-se com Yoko Ono (1933), artista plástica japonesa, em 1969. Tiveram um relacionamento marcado por protestos contra a guerra do Vietnã e por atitudes que marcaram a época, a exemplo da inclusão, por ele, do sobrenome dela. Alguns historiadores da música creditam o fim da banda The Beatles à forte influência que Ono exercia sobre Lennon. Disponível em <https://reverb.com.br/artigo/por-que-as-pessoas-odeiam-yoko-ono>

<sup>75</sup> Termo usado para os nativos de Cuba que saem clandestinamente do país.

<sup>76</sup> Tom Brady (1977) é um dos maiores jogadores de futebol americano da atualidade. É casado há 10 anos com a ativista ambiental e modelo brasileira Gisele Bündchen (1980). Os dois formam um dos casais mais populares do século XXI.

contato através do Whatsapp, expliquei o objetivo da minha tese e solicitei a entrevista, que prontamente foi aceita – agendamos a entrevista para ser realizada no restaurante do casal.

Ao chegar lá, fui recebida agradavelmente por Gisele, que logo me chamou para sentar e convidou seu marido para participar da conversa. Ela, uma jovem advogada de 29 anos, e ele um homem de 34 anos, sírio, engenheiro de computação.

Os dois se conheceram pela internet, em um site que estudantes de línguas usam para treinar seu idioma – no caso deles, o inglês. À medida que os dois conversavam, surgia também o interesse pelo outro, até que um amigo de Tom disse que ela estava apaixonada por ele, o que foi confirmado por ela quando questionada.

Os dois começaram a se relacionar à distância e após dois anos ele veio ao encontro dela em Aracaju – do primeiro encontro ao casamento foram três meses. Tom chegou ao Brasil sem conhecer o idioma, matriculou-se em uma escola para aprender o português e, em pouco tempo, já estava dando aulas de inglês posteriormente coordenando a escola de idiomas posteriormente. À época Gisele ainda era estudante de graduação.

Atualmente os dois possuem uma filha, educada no português, mas com muito acesso à cultura paterna. O casal possui um restaurante árabe em Aracaju, que, antes da pandemia da COVID-19, realizava encontros com danças e músicas dessa cultura. Gisele já visitou a família do seu cônjuge e compreende o idioma árabe, além de ter se tornado muçulmana e praticar algumas das tradições, a exemplo do Ramadã<sup>77</sup>.

## **4.2 O Nascimento da Família Intercultural**

Segundo Bento (2021) a família é central para pensar a sociedade atual, ela é o bem simbólico mais caro para analisar o Estado nação, ela é o primeiro ciclo social que o indivíduo tem acesso, através dela criamos e criamos comportamentos e visão de mundo. Portanto, compreender a família atual é ter consciência das suas várias formas de ser família. A ideia de família mononuclear como modelo de família estrutural ainda é fortemente presente na sociedade, todavia o que se pode notar é que estas relações familiares estão cada vez mais diversificadas. A busca pelo amor romântico nas sociedades modernas, que nasceu a ideia de um “relacionamento puro”, gerou o controle sexual dos homens sobre as mulheres. No entanto,

---

<sup>77</sup> O Ramadã é o nono mês do calendário islâmico, a época mais sagrada para os muçulmanos, onde eles jejuam e abstêm-se de relações sexuais da alvorada ao pôr do sol (REDAÇÃO, 2021). Disponível em: <https://iqaraislam.com/ramadan>- acessado em 16 de março de 2021.

este controle vem perdendo força e, com isso, gerando violência de homens sobre mulheres (GIDDENS, 1993) e formando novas configurações familiares.

Estas novas configurações familiares são fruto de investidas do movimento feminista que, há anos, luta por igualdade de direitos civis, sociais e políticos entre homens e mulheres. Os ganhos deste movimento possibilitaram às mulheres sua inserção no mercado de trabalho, gerando uma parcial autonomia nas esferas pública e privada. Parcial porque, no tocante às percepções dos papéis sociais entre homens e mulheres, ainda temos muito a avançar; ainda são elas as responsáveis pelos cuidados domésticos e familiares; ainda temos menores salários em comparação aos homens, mesmo exercendo as mesmas funções; e nossa representação política ainda é bem menor que a dos homens.

No entanto, todos estes avanços proporcionaram uma nova cara às famílias modernas, e uma delas é a família intercultural. Uma das grandes diferenças que os estudos sobre família e sobre conjugalidade apontam é a ascensão do amor romântico em detrimento das relações conjugais com foco na posição social e econômica, como acontecia em tempos pretéritos. Evidentemente que essas alterações não trouxeram apenas benefícios: segundo Giddens (1993), estas mudanças afetaram mais as mulheres, que as colocou “em seu lugar – o lar”.

No contexto dos aspectos internos e partindo de uma perspectiva psicanalista, Passos (2005) apresenta a ideia de família a partir de três noções, as quais auxiliam a compreensão do sujeito em seu contexto histórico e cultural, o grupo enquanto sujeito coletivo e a sociedade na relação sujeito X grupo. Estas noções, para a autora, são o eixo central da família: intrassubjetividade, que diz respeito às questões internas do indivíduo como desejos, sonhos e fantasias; a intersubjetividade, que é a relação desses sujeitos em seus grupos como a família e os amigos; e a transsubjetividade, que está relacionada à dimensão social. Portanto,

É o grupo que investe e reveste o sujeito de conteúdos, protegendo-o, respondendo às necessidades que a imaturidade humana incapacita-o de satisfazer, apresentando o mundo externo e povoando o mundo interno, interditando e lançando o sujeito em seu percurso subjetivante. O grupo investe, reveste, veste e recheia o sujeito de conteúdos (FÉRES-CARNEIRO, 2005, p. 29-30).

Posso pensar então que esse indivíduo, ao interessar-se em casar e constituir uma família, com filhos ou não, articula estas três noções e, com elas, o que há de novo e de velho na contemporaneidade visto que, sozinho, não tem como romper com as determinações sociais – o individual e o coletivo, o visível e o invisível. Daí porque também podemos pensar que estes casais interculturais tiveram, em certa medida, aproximação com as migrações, sejam elas internas ou internacionais, a trabalho/estudo ou definitivas.

Nesse sentido, Alencar (2011) pontua que, para surgir o interesse em casar e construir uma família, é necessário que existam “condições objetivas”, que eles saibam da existência um do outro, que interajam e convivam. Logo, a escolha do parceiro conjugal depende de eventos que irão contribuir para a formação dessa união e “as escolhas decorrentes dos inúmeros eventos que colocam as pessoas em contato contribui para a reprodução das relações existentes nesta estrutura social” (IDEM, 2011, p. 40). Articulando com a perspectiva decolonial<sup>78</sup>, Kohn (1998) vai apontar que as nossas ideias de amor romântico são construídas a partir da história de cada indivíduo, mas sob uma definição particular euro-americanizada, o que gera a falsa ideia de exclusividade do amor romântico às culturas do Norte global. Ademais, é importante lembrar que essa noção de família ligada ao espaço privada é datada do século XVIII: antes, o espaço público era o dominante, conforme apresentado anteriormente.

Quando você junta isso a um estereótipo popular e acadêmico que imagina que o outro tribal não tem capacidade, nem tempo e recursos para se entregar a idealizações românticas, seja antes ou durante o casamento, você acaba com uma curiosa escassez de descrição romântica fora da sociedade europeia e norte-americana (KOHN, 1998, p. 68, livre tradução).

As famílias nas quais os cônjuges possuem nacionalidades diferentes, como já vimos no início desta tese, sempre existiram, sejam como forma de união política entre países ou como – no caso brasileiro – mecanismo de povoamento do território e branqueamento da população. O fato é que elas sempre estiveram presentes na história da humanidade. Hodiernamente, vemos, por um lado, pessoas que se unem conjugalmente no intuito de poderem residir em definitivo no novo país – o que os autores chamam de união por papéis (PISCITELLI, 2011), e, por outro, pessoas que escolhem e se apaixonam por alguém de outra nacionalidade.

Oliveira (2021) ao analisar o poder das famílias no Brasil observa que os imigrantes que obtiveram assenção social no Brasil casaram-se com pessoas de famílias que já possuíam poder. Na concepção do pesquisador, para analisar as famílias brasileiras é importante visualizar sua genealogia, pois em regra, os atuais detentores do poder no Brasil são na verdade herdeiros. Ele salienta ainda, que as novas migrações que chegaram ao Brasil e obtiveram ascensão social reforçaram a sociedade desigual e latifundiária, reproduzindo as

---

<sup>78</sup> A autora não utiliza a teoria decolonial, nem o termo. No entanto, utilizei esta autora para pensar que até as nossas relações amorosas são construídas e baseadas a partir de uma lógica do Norte global. Não à toa, como já expressei em outras passagens desta tese, somos educadas/os para sonhar com príncipes e princesas dos contos das Disney. As histórias infantis são baseadas, nestes contos, em detrimento dos contos brasileiros.

mesmas estruturas de poder tradicionais e o nepotismo. Em sua pesquisa ele observou que quando um imigrante sobe na economia ele se casa com uma pessoa de família tradicional<sup>79</sup>.

Essas famílias de origem imigrante passaram a formar parte do estamento burocrático com seus privilégios e poderes, muitas vezes se associando na grande e antiga teia de nepotismo, de escravidão, exclusão social e coronelismo das antigas e sempre atuais oligarquias familiares da classe dominante. (OLIVEIRA et al., 2017, p. 10)

Girona et. al.(2009) recordam que a busca por parceiros de outras nacionalidades é potencializada pelo mundo globalizado. Através do processo de globalização podemos comer, gastar e consumir várias culturas sem sair do nosso país. Este processo global é bastante observado nas tecnologias de informação e comunicação visto que assumem papel singular na vida da sociedade, ligando pessoas e culturas distantes e diferentes. Outro ponto levantado por Girona et. al, são as novas formas de relações de gênero e o próprio conceito sobre o amor e sua relação com as migrações. Emergindo na década de 90, estas novas formas de migração ganharam importância no campo dos estudos migratórios, denominadas pelo autor de “migrações por amor” (IDEM).

As transformações ocorridas nas sociedades ocidentais, principalmente através do processo de modernidade líquida (BAUMAN, 2013) ou modernidade reflexiva (GIDDENS, 1993), alteraram a conceituação do amor e das formas de organização familiar. Duas características desta modernidade nas relações conjugais são a ideia do amor romântico, “que pressupõe a possibilidade de se estabelecer um vínculo emocional durável com o outro” (GIDDENS, 1993, p. 10) e a “sexualidade plástica”, que é a “sexualidade descentralizada, liberta das necessidades de reprodução (IBIDEM). Estas novas formas de visualização do mundo, das relações familiares, conjugais e sobre o amor fizeram com que as escolhas pelos parceiros sexuais não fossem apenas um meio para obter privilégio e ascensão social, mas para a construção de um relacionamento conjugal e de uma família.

Ademais, quero pontuar também que atualmente possuímos uma maior facilidade em conhecer pessoas, em romper relações amorosas. Há não muito tempo, não existia a possibilidade de divórcio, ainda que estas relações, na prática, fossem desfeitas; oficialmente estas pessoas continuavam ligadas. Muito se fala sobre a liquidez que a modernidade trouxe para as relações sociais, mas devo admitir que, apesar de muitas relações serem descartáveis, é notório que a modernidade também possibilitou a configuração de novas formas familiares,

---

<sup>79</sup> Cf: OLIVEIRA, Ricardo Costa. O poder das famílias no Brasil. Guilhotina, Le Monde Diplomatique Brasil, episódio 138, Deezer, versão para podcast, 2021

mais importante, a possibilidade de romper com relações violentas e abusivas que tanto aprisionavam, e ainda aprisionam, muitas mulheres.

Alencar (2011) aponta também para a construção do casamento com fim na realização pessoal. Evidentemente que esse ideal de realização pessoal é construído a partir das nossas experiências de vida, de tudo que vivemos e aprendemos ao longo da vida, inclusive na ideia de amor romântico.

O modelo de casamento estrutura-se sobre um fenômeno mítico (o amor romântico) que os envolve numa cadeia de representações sobre normas econômicas, filosóficas, morais, educacionais, demográficas e todo um conjunto de justificativas que é-lhes apresentada para explicar o porquê de ser “normal” na sociedade moderna a união com fim exclusivo de realização pessoal (ALENCAR, 2011, p. 41).

Então o que haveria de novo na conjugalidade entre pessoas de nacionalidades diferentes? Bom, a ideia central desta tese é compreender como são construídos os papéis sociais de gênero em casamentos interculturais. É compreender como dois marcadores identitários, de gênero e de nacionalidade, articulam-se no contexto doméstico. É importante lembrar que as análises destas formas de casamentos quando a mulher está na condição de imigrante costuma ser diferente<sup>80</sup> já que ficam sob seus ombros os dois marcadores que a coloca em inferioridade: ela é mulher, ela é imigrante. Não busco aqui argumentar que estes casamentos são desiguais em comparação às uniões endogâmicas, mas entender como estas diferenças – de gênero e nacionalidade – articulam-se e dialogam no cotidiano doméstico.

Ricordeau (2017), ao analisar os casamentos de mulheres filipinas e como elas são marcadas no imaginário social como mulheres inseridas no mercado internacional do casamento, pontua que esta forma de conjugalidade sempre existiu e que o mercado de casamentos no século XX existia através de catálogos, cartas, fotografias e, mais tarde, por fitas de VHS. O que a globalização e as mídias sociais possibilitaram, segundo o autor, foi a exogamia pelo que, anteriormente, estes casamentos se fixavam a um mesmo grupo social e étnico. Todavia um dado importante levantado pelo autor é que, tendo em vista que os casamentos homossexuais ainda são marginais em termos globais, esta forma de conjugalidade é essencialmente heterossexual.

Como toda a relação humana, essas também possuem momentos de tensão. A ideia desta tese não é afirmar que casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes possuem mais ou menos tensão que casamentos endogâmicos; o foco central é compreendê-las, entender como estes casais articulam as diferenças de nacionalidades e de gênero nestas

---

<sup>80</sup> Ler (GIRONA; MASDEU; PUERTA, 2012), (GIRONA et al., 2009), (GIRONA, 2008), (PISCITELLI, 2011), (GOMES, 2013).

relações conjugais. A proposta de nominá-los casais interculturais se dá, como já expressado anteriormente, ao que Canclini vai considerar como a capacidade de gestão de uma cultura estranha, ou seja, a capacidade de lidar com a diferença é reconhecer que há uma mescla complexa de culturas no âmbito doméstico, é lidar com a pluralidade não de forma passiva, mas gerindo as diferenças encontradas ao longo da convivência conjugal e familiar. Logo, ao considerá-los casais interculturais não quero desconsiderar as outras formas de interculturalidade existentes<sup>81</sup>, inclusive no espaço doméstico. Menos ainda, com isso, considerar que existe apenas essa denominação a esta forma de casamento, já que, como apresentado anteriormente, não existe um consenso em relação à nomenclatura desta forma conjugal.

Quero, na verdade, a partir desta denominação, demarcar meu posicionamento teórico e minha lupa de análise destas relações conjugais. Ademais, quero pontuar (novamente) que a denominação de casamentos interculturais/famílias interculturais, dá-se em razão da minha opção analítica de utilizar a interculturalidade: não é objetivo desta tese a análise epistemológica das nomenclaturas utilizadas para denominar casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes por não haver uma unanimidade no termo a ser utilizado, como já demonstrado anteriormente. Assim, articulando as teorias apresentadas ao longo desta tese, bem como os dados empíricos colhidos nas nove entrevistas realizadas, busco responder a minha pergunta de partida.

#### **4.2.1 A trajetória Migratória**

Analisar os fenômenos sociais é uma tarefa deveras complicada, pois envolvem pessoas de trajetórias, experiências, expectativas e objetivos de vida muito diferentes e diversificados. Aqui é importante que conheçamos as trajetórias migratórias dos casais analisados nesta tese. Parto da ideia das hierarquias entre homens e mulheres, autóctone e imigrante. À mulher cabe o espaço do privado, do doméstico, do cuidado da casa e dos filhos, e ao imigrante credita-se o lugar do estranho, de um indivíduo com identidade múltipla, própria da pós-modernidade (como se eles só existissem agora), produtor de diferenças, de perigo social e cultural – e por que não também de perigo civilizatório (TEDESCO, 2016).

---

<sup>81</sup> Como as questões ligadas às políticas públicas, pessoas de etnias diferentes, de culturas diferentes, mas no mesmo país. Enfim, a interculturalidade não se dá apenas ao fato de serem de nacionalidades diferentes.

Pensar em trajetórias migratórias é, antes de mais nada, ter em mente que estas pessoas que decidem migrar optam por moverem-se do espaço físico ao qual pertencem, sejam estas migrações internas ou internacionais. Nesse caminho, migrar é descolar-se do espaço físico habitual onde o indivíduo possui suas relações sociais, sua cultura, sua família, para outro espaço (SAYAD, 1998). Esse movimento gera, não só no indivíduo migrante mas também na sociedade que o recebe, transformações de ordem cultural, social, econômica e política.

Para pensar esta dinâmica, Brito (2010) aciona o conceito de “habitus migrante”, que corrobora esta ideia, pois entende o movimento migratório como um processo de aquisição de experiências. Ou seja, as experiências desses indivíduos migrantes vão sendo construídas e reconstruídas durante a sua trajetória migrante.

O habitus de migrante é uma segunda natureza, que se constrói através da sucessão de experiências vividas durante os processos de mobilidade espacial, durante os quais as pessoas que se deslocam adquirem novos esquemas mentais e novas disposições morais e corporais (BRITO, 2010, p. 433).

Nessa mesma perspectiva, Claude Dubar (2009) afirma que as pessoas constroem e desenvolvem “identidades para si” a partir de identificações que podem ser culturais e estatutárias. Segundo ele, no processo identitário de um indivíduo imigrante, ocorrem três “experiências-chave: o multipertencimento, o desenraizamento e o dilema da naturalização” (DUBAR, 2009, p. 220). Logo, a construção dessa identidade migrante vai além da nacionalidade, além do documento e da legislação: ela é remanejada e reconstruída durante a sua trajetória; ele – o imigrante – é um indivíduo “dividido entre dois mundo” (DUBAR, 2009, p. 221).

Tedesco (2016), ao analisar a obra de Simmel, descreve o estrangeiro da seguinte forma:

é um sujeito-síntese (como o é a modernidade), uma configuração entre familiaridade e estranhamento, emoção/afetividade e indiferença, engajamento e liberdade, suspeição e perigo; é um recém-chegado e que terá de definir sua situação/localização e representação no mundo; alguém que tem grande tendência de permanecer nas margens, uma vez que seu mundo natural é outro e a sociedade de acolhimento não consegue lhe assegurar inclusão, mas que atrai e está no centro das atenções (TEDESCO, 2016, p. 290-291).

É importante pontuar que as análises recentes sobre os estudos migratórios apontam para a pluralidade de razões que levam a esta mobilidade física, porém os primeiros estudos sobre imigrações acreditavam que se imigrava apenas na condição de trabalhador: a imigração ocorria exclusivamente a partir da vertente econômica. Como já demonstrei no capítulo II,

para Sayad (1998), ser imigrante desempregado é uma ambiguidade, afinal “foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante”.

Outros estudiosos do tema possibilitam a análise das migrações a partir de outras perspectivas. Durnad e Lussi (2015) acreditam que as teorias migratórias podem ser analisadas a partir dos seguintes temas: abordagens históricas, econômicas e dos processos humanos e socioculturais. Já Girona (2008) afirma que clássicos da teoria das migrações apresentam-se através de dicotomias como “a migração interna e a internacional, a forçada e a voluntária, a temporal e a permanente, a legal e a ilegal” (GIRONA, 2008, p. 434, tradução livre).

Dentre os casais entrevistados, os homens imigrantes mudaram-se pelas mais variadas situações. Houve quem estava em busca de aventura e também de melhores condições de vida, atrelando assim aspectos econômicos apessoais; outro se apaixonou pelas belezas naturais do Brasil em uma viagem de turismo – aspecto pessoal; também houve aquele que veio para o Brasil já casado com sua esposa brasileira, por acreditar que, sendo sua esposa brasileira, teriam melhores condições de trabalho – aspecto econômico; também houve quem saísse do seu país nativo por querer mais liberdade, por questões que envolviam o sistema político do país nativo; aquele que imigrou exclusivamente para construir uma família – “migração por amor”.

O último é o caso de Carlos Gustavo e Tom, no qual a imigração ocorreu através do sentimento ou, como Girona (2008) nos mostra, “migrações por amor”.

Eu conheci minha esposa quando ela começou a trabalhar no navio, aí começou a relação. Começou primeiro com uma amizade, mas em uma época em que eu tinha que desembarcar do navio e eu fui para o Peru, mas eu sempre estava em contato com ela porque ela ficou no navio [...] Eu sou uma pessoa muito responsável e sei o que quero e foi quando eu falei para ela, eu vou atrás de você, e depois eu vim para cá (CARLOS GUSTAVO).

Vejam que Carlos Gustavo conta que conheceu sua esposa em um navio, até que um dia percebeu que deveria dar um passo a mais e ir para o Brasil. Tom é objetivo ao ser questionado sobre sua trajetória migrante: “conheci ela”. Ou seja, o Brasil só se tornou uma possibilidade de migração após conhecer Gisele e, com o nascimento da paixão entre eles, tornou-se uma decisão.

Assim, é importante notar que a decisão de migrar ocorre por várias questões, que podem ser de cunho econômico, político, social ou por razões que envolvem laços afetivos, sejam eles por outras pessoas ou pela natureza. Um exemplo disso é o caso de Eduardo, esloveno de naturalidade, que decidiu morar no Brasil porque se encantou com o clima e com o “verde”.

Ele veio para passar férias aqui no Brasil e lá na Bahia tinha uma senhora eslovena que tinha uma fazenda, e ele veio passar férias nesse lugar. Porque ela era eslovena, ele ouviu falar, aí veio, chegou e se apaixonou, se encantou pelo Brasil... aqui tinha verde. Lá, na verdade, era uma fazenda e tinha muito verde, muitamata e ele resolveu vender tudo, deixar tudo e ficar no Brasil porque ele queria morar perto da natureza, ter uma vida mais tranquila. Foi isso (WALLIS<sup>82</sup>).

Naturalmente que as questões ligadas à migração por trabalho ainda estão fortemente presentes na decisão de imigrar. Cavalcanti e Oliveira (2020a) apontam que, de 2010 a 2019, o número de imigrantes com sistema formal de trabalho quase triplicou: foram inseridos no final da cadeia produtiva do agronegócio, em frigoríficos de aves e suínos na região Sul e no Estado de São Paulo, sendo a imigração haitiana a maior responsável por esse aumento. Goes(2020), ao analisar a imigração haitiana em Manaus, lembra que

Vemos imigrantes de muitos países periféricos, vizinhos ou mais distantes, deslocando-se para uma periferia em situação menos dramática sob o ponto de vista do trabalho e da infraestrutura socioeconômica. [...] Os imigrantes são força de trabalho provisória, caso se cesse o trabalho e eles precisem, por exemplo, de assistência da rede de proteção estatal, serão vistos como invasores ou responsáveis por algum tipo de crise local e até nacional (GOES, 2020, p. 125–126).

Um dado importante para o qual os estudos sobre migração apontam é como eles vão formando redes através dos vínculos sociais. Alguns imigrantes, ao chegarem ao país receptor, já possuem algum familiar, algum amigo que o acolhe; outros vão construindo essa rede. Por questões econômicas é comum que eles dividam o alojamento onde residem. Em minha rede de relacionamentos pessoais, alguns dos amigos emigrantes dividem residência com outros imigrantes das mais diversas nacionalidades e esse dado foi apontando em uma das entrevistas, inclusive sendo o local onde o casal se conheceu.

Porque lá na Espanha a gente divide quartos, um sistema de apartamento conjugados. Então, eu aluguei em um quarto e no outro quarto ficava a prima dele. Como ele ficava trabalhando em vários povoados da Espanha, e sempre ia visitar a prima que morava junto comigo. E aí, a gente se conheceu e ficamos amigos, amigos, amigos. Depois a gente saiu desse apartamento e fomos morar juntos dentro de um quarto só, e foi quando nos apaixonamos (MARY).

Esse mapa não é exclusivo dos brasileiros que emigram, mas é vivenciado por imigrantes que aqui chegam, como analisam Sílvia e Fernandes (2017, p. 52) através da fala de uma imigrante haitiana em Porto Velho: “Lá em Brasiléia moravam homens, mulheres e crianças num só lugar porque o espaço era muito pequeno, não dava para caber todo mundo. O banho nesta casa tinha mais de 500 pessoas, tinha só um banheiro e uma sala para tomar banho”. Outro pesquisador que relata algo parecido é Goes (2020). O autor detalha o processo

---

<sup>82</sup> Esta entrevista foi realizada apenas com a mulher. Por esta razão o relato é feito por ela

de vulnerabilidade que os haitianos enfrentavam quando chegaram ao Brasil: sem residência, muito doentes, com crianças pequenas, mulheres grávidas.

A estrutura que estes imigrantes tiveram ao chegar no Brasil não foi um dado explorado mais a fundo por esta pesquisa, mas alguns dos entrevistados tiveram dificuldades quando chegaram neste país. Um deles foi John, que entrou no Brasil por Roraima e, ao receber uma proposta de trabalho, veio para Aracaju. Ocorre que o empregador não cumpriu com o acordo e John ficou sem salário, sem casa e sem qualquer rede de proteção até receber o convite de Yoko para morar em sua casa.

Ele foi chamado para morar aqui em Aracaju com esse vizinho aqui na rua, dizendo que iria ter uma boa proposta de emprego, boa para ele com bom salário. Aí, ele caiu no ‘conto do vigário’ e foi enganado. Como eu já tinha tido uma discussão com esse vizinho aqui na rua e ele descobriu que a gente estava se relacionando, ele expulsou ele de casa, e como ele estava sem ter pra onde ir, sem moradia, desabrigado, sem ninguém, foi então que eu disse – vamos morar lá em casa, você numa situação difícil não tem como se manter, não tem como ficar desse jeito aí – Foi aí que a gente acabou ficando desse jeito, ai são oito anos assim, Foi uma enrolada só (YOKO).

Do ponto de vista da análise dos imigrantes estudados nesta tese, é importante destacar que quatro entrevistados estavam em empregos formais no Brasil, outro já estava aposentado pelo seu país nativo – a França –, o sexto mantinha vínculo de trabalho formal também no país nativo – a Espanha – e os demais, três, ou estavam na informalidade ou desempregados. Portanto, não podemos acreditar que exista uma ambiguidade em pensar num imigrante desempregado visto que, no ato das entrevistas, dois deles estavam desempregados e outros já haviam passado pela mesma experiência. Isso me faz lembrar da importância em realizar a análise dos nossos objetos a partir de estudos que dialogam com a realidade estudada. Assim, para analisar as migrações que envolvem relacionamentos afetivos, seja este relacionamento conjugal ou outra forma de vínculo, não se pode pensar apenas pela via econômica. De igual modo, ao estudar estas migrações tendo como objeto os fluxos migratórios para o Brasil, não podemos pensar a partir de modelos teóricos eurocêntricos.

Um exemplo disso é o relatado por Carlos Gustavo e Sílvia: eles contam a experiência do peruano ao chegar em Aracaju, de como foi complexa sua inserção no mercado laboral e que apenas se sucedeu em função da articulação de Sílvia com seu então chefe. Seu chefe deu uma oportunidade a Carlos Gustavo e abriu portas para que pudesse se inserir em outras empresas, porque contratantes achavam que o peruano não entendia e nem falava português e por acreditarem que ele estava no país ilegalmente. Ademais, segundo o meu interlocutor, o país estava em crise e isso dificultou ainda mais sua inserção no mercado de trabalho.

Ap princípio eu sofri cerca de dois anos sem conseguir um trabalho. Era sempre um bico, mas trabalho, assim, direito, era muito difícil. Um por ser estrangeiro, outro porque pensavam que eu não tinha documentação, pensavam que eu estava ilegal, mas não: eu tinha minha documentação, tinha tudo e, outra, época de crise, não tinha trabalho para você brasileiro, imagine para mim, que vinha do exterior (CARLOS GUSTAVO).

Já a experiência de José ocorreu da seguinte forma: seu país de origem, o Uruguai, estava em crise econômica; a princípio, ele pensou em iniciar sua trajetória de imigração pelo Brasil até chegar a Europa, porém essa ideia não foi confirmada e ele iniciou seu percurso a partir da Argentina e se estabeleceu, após viajar por vários Estados, em Sergipe. Um ponto convergente dos entrevistados é que eles não conseguiram, ao chegar aqui ao Brasil, empregos na sua área de formação, não estando alguns deles até hoje na área.

Tudo começou porque a situação do Uruguai estava começando a ficar ruim. Eu era soldado militar, músico e aí o Uruguai começou a importar coisas da Argentina e do Brasil e as indústrias do Uruguai já fecharam e eu fiquei sem emprego e uma das saídas foi viajar e o primeiro país que escolhi foi o Brasil. Apesar que vivi dois anos na Argentina, depois deste problema foi o Brasil, com intenção de chegar na Europa, não era ficar aqui no Brasil não, mas, depois de dois anos já conhecendo bastante do Brasil, eu acho que é melhor deixar de viajar para Europa e ficar aqui no Brasil que já era bom demais, e aí conheci *Mariana* (nome fictício) e aí pronto. (JOSÉ)

Observa-se que José pretendia continuar sua viagem pelo mundo até chegar à Europa. Sua saída do Uruguai ocorreu por razões econômicas, mas a causa da sua permanência no Brasil foi afetiva; sua imigração não foi por amor, mas sua permanência sim. Portanto, para mim, analisar o processo migratório vai além do que poderia chamar de trânsito migratório, do deslocamento do país nativo para o país de destino. O processo migratório começa no planejamento e continua durante todas as decisões em permanecer no país receptor, ou continuar migrando, como é o caso de Francisco e Mary.

O processo migratório deste casal é marcado pelas mudanças de países: mesmo com uma filha, eles continuaram em trânsito. Francisco e Mary possuem trajetórias migratórias. Conheceram-se na Espanha, quando Mary resolveu fazer mestrado em Portugal, o qual não foi bem-sucedido e, por isso, ela resolveu ir para Espanha, onde conheceu Francisco.

Minha trajetória foi um pouco mais diferente. Me formei com 22 anos na UNIT, e aí quis tentar um mestrado em Portugal. E aí fui primeiro em Portugal, foi quando eu não consegui convalidar meus estudos e fiquei 1 ano em Portugal, e depois eu desci para Espanha e fiquei por 10 anos...

**Entrevistadora: 10 anos?**

Isso, 10 anos... E aí, nos conhecemos e nos casamos lá e voltamos pra cá porque começou a crise na Espanha e em toda a Europa em si. E a gente tentou, pensou que o Brasil estaria um pouquinho melhor e voltamos. E aqui a gente tem 6 anos e agora. (MARY)

Outro caso que nos faz pensar as questões que envolvem a ideia da migração por aspecto econômico é o de John. Ele era um atleta de alto rendimento em seu país de origem, Cuba: viajava o mundo, mas sentia necessidade de mais liberdade e resolveu desertar o sistema político do país.

Mas, em algum momento tentou me engolir (o sistema) e eu - opa dá pra mim não! - E aí eu escolhi ir para fora, deixei minha mãe, meus irmãos, meus amigos, minha família, deixei tudo lá, um trabalho que tinha... tudo. Para a condição de trabalho cubano era muito bom, mas vou assumir minha vida, lógico... tomei alguns prejuízos, erros, acertos, que faz parte da vida do imigrante (JOHN).

Portanto, ainda que as migrações tenham uma maior tendência a ocorrerem por razões econômicas, é necessário que a academia e que os estudos sobre esta temática ampliem seus objetos e incluam novos sujeitos de pesquisa e novas formas de analisar o sujeito migrante. Figueiredo e Zanelatto (2017) já apontam para a ampliação das pesquisas acadêmicas sobre outras formas de migração, questões estas ligadas à busca da cidadania universal, de direitos humanos e de outros desafios ligados à contemporaneidade. Essa ampliação das pesquisas ocorre em razão da heterogeneidade das migrações, que se caracterizam como um

Processo de deslocamento de indivíduos dentro de um espaço geográfico, de forma temporária ou permanente, que pode ser desencadeado por vários motivos: econômicos, culturais, religiosos, políticos e naturais (secas, terremotos, enchentes etc.) (FIGUEREDO; ZANELATTO, 2017, p. 77).

Nota-se, portanto, que não se pode demarcar um padrão para a decisão de migrar e, assim, reduzir a análise apenas ao fator econômico. Ainda que este aspecto da vida dos imigrantes seja um marcador fundamental para esta decisão, ele não pode ser visto como único. Outras questões também são importantes, não só na decisão de imigrar como na decisão de permanecer, tais como: momentos de crise – econômica e ambiental –, psicológica e social; a qualificação profissional; aposentados em busca de uma vida mais tranquila; e a imigração por amor.

Para Bógus e Fabiano (2015), é necessário reconhecer a complexidade das migrações e superar uma resposta padronizada para o fenômeno, pois existe uma “gama ilimitada” de situações que justifiquem as migrações e suas causas. Em alguns casos, possuem motivos específicos de relação com as histórias de vida de cada indivíduo. Portanto, é necessário incorporar outras dimensões para sua análise.

No contexto das relações familiares e ligadas aos sentimentos, base da minha tese, Girona (2008) acredita que a imigração por amor ocorre da seguinte forma:

Dessa forma, o procedimento usual envolve a viagem do homem ao local de residência da mulher, seja como primeiro passo da busca por uma esposa, seja como um clímax a um período de contatos virtuais à distância, após essa primeira viagem, e geralmente de mais alguns que estão acontecendo durante um certo intervalo de tempo, se a relação se consolida a migração de mulheres para o país de residência do homem se dá. Estamos, então, diante de uma realidade em que, se nos é permitida a expressão com propósitos sintético-ilustrativos, o homem aparece como um turista amoroso e a mulher como migrante do amor. Isso, em grande medida, está mais ou menos diretamente relacionado a dois fenômenos que começaram a atrair a atenção de algumas pesquisas mais ou menos recentes. Nomeadamente: as migrações realizadas pelas mulheres e o chamado turismo sexual e/ou sentimental (GIRONA, 2008, p. 437, tradução própria).

A partir dessas afirmações quero questionar algumas características da produção teórica sobre os processos migratórios:

a) Ainda se visualiza bastante ênfase na análise da mulher como migrante por amor e/ou turismo sexual ou reagrupamento familiar, e não as migrações femininas por qualificação profissional, melhores condições de trabalho, dentre outros; a visão das pesquisas sobre gênero e migrações ainda passa pela análise da mulher voltada ao espaço privado. Ela migra pelo reagrupamento familiar, por amor, por turismo sexual. Seria errado não pontuar tais fluxos migratórios. No entanto, também é contestável pensar na migração feminina apenas por esta vertente. As mulheres migram também por questões econômicas e por qualificação profissional: vejam o caso de Sílvia, Mary, Meghan e Leopoldina, que também possuem trajetórias migratórias internacionais e todas por questões ligadas ao trabalho e à qualificação profissional; também há Wallis, ainda que no seu caso a sua migração tenha sido interna, foi através do movimento que ela conheceu Eduardo – e também ocorreu por razões laborais.

b) Devemos dialogar e problematizar também sobre o hiato existente na produção teórica que possibilita a compreensão desse homem como migrante por amor, como vimos na entrevista de Carlos Gustavo e Tom. Ainda que casos assim sejam em menor número em comparação aos casos das mulheres “migrantes por amor”, não podemos essencializar e padronizar as migrações como se isso fosse apenas uma característica feminina.

c) Por fim, chamar a atenção para o cuidado na utilização de fontes. O perfil dos sujeitos pesquisados por Girona (2008) é espanhol e, neste caso, há uma maioria de casamentos de mulheres estrangeiras com homens espanhóis, o que difere do contexto brasileiro, conforme já demonstrado no capítulo III.

Ainda no contexto das trajetórias migratórias, quero chamar atenção para as diferenças existentes entre os imigrantes latino-americanos e os imigrantes europeus. No primeiro caso, estes imigrantes se estabeleceram no Brasil – ou pelo menos fixaram residência

apenas neste país, como é o caso de José e Mariana, Carlos Gustavo e Sílvia, Carlos e Isabel, John e Yoko, a única exceção é Francisco e Mary. Já no segundo caso os casais que entrevistei ou estão em constante movimento externo – entre o Brasil e o país de origem do homem, o caso de Pedro e Leopoldina, Harry e Meghan – ou movimento interno, por razões laborais da mulher, como Eduardo e Wallis. O caso de Tom e Gisele, por se tratar de uma relação com um muçulmano, possui algumas singularidades em relação aos demais entrevistados<sup>83</sup>.

Tal assertiva pode ser, na minha concepção, analisada a partir de perspectivas que podem ser socioeconômica, política e individual. Como já pontuado anteriormente, o processo migratório ocorre antes da decisão de migrar, no ato e durante todo o período em que o imigrante decide permanecer no país receptor. Dito de outra forma, a migração se estabelece em pelo menos quatro etapas: a decisão de imigrar; a viagem para o país receptor; o primeiro contato com os nativos, as primeiras sensações, medos e angústias de estar em um país diferente; e a decisão em permanecer.

Esta decisão em permanecer no país receptor pode ocorrer por razões pessoais, as quais têm relação com o processo de adaptação com o país nativo. Carlos Gustavo nos faz pensar nessa assertiva quando comunica em que, para ele, todos os imigrantes são iguais: são pessoas que buscaram se adaptar à cultura local e argumenta: “se estou no Brasil, quero morar no Brasil, eu tenho que me adaptar aos costumes do brasileiro, por que vou querer impor os meus?”. Para Daure e Reveyrand-Coulon (2009) esse processo de assimilação ocorre em razão de uma “desculturação”, que seria o esquecimento do que o torna diferente, da sua cultura nativa, e com isso conseguir uma aceitação e semelhança. Outro ponto importante é a construção dos laços afetivos e de pertencimento, o qual irei aprofundar posteriormente.

O pilar de sustentação metodológica da minha tese se encontra na perspectiva analítica fundada na interseccionalidade e na perspectiva relacional da sociologia, bases conceituais que me fazem pensar que as trajetórias migratórias dos sujeitos da minha pesquisa não são homogêneas, tampouco essencialistas, mas relacionais, que se conectam no cruzamento entre gênero, classe, raça, nível educacional e cultura. O fato de os casais nos quais o marido é europeu terem maior mobilidade entre o Brasil e o país nativo, de estarem em constante movimento, faz-me pensar a partir da perspectiva do transnacionalismo – e não só do homem europeu no Brasil como também da mulher brasileira na Europa. Esse é o caso

---

<sup>83</sup> Para mais informações sobre casamentos ente brasileiras e muçulmanos ler Pasqualin(2018).

de Pedro e Leopoldina/Harry e Meghan, em que tanto os maridos como as esposas estão em constante trânsito.

Percebo que os casais cujo marido é europeu possuem uma tendência a estarem em constante mobilidade. Para tanto aciono a ideia de transnacionalismo, que entende as migrações internacionais como redes sociais que estabelecem vínculo entre o país de destino e o de origem. E vou além: ele se caracteriza como os “deslocamentos entre um país de origem e um de destino, variadas formas de comunicação, circulação, relação e gestão de bens, serviços e informações em nível transnacional, incluindo também outros países” (DURAND; LUSSI, 2015, p. 47).

Entender esses casamentos como transnacionais é visualizá-los como casais divididos entre duas residências, em dois países diferentes (PUERTA; MASDÉU, 2010), como os casos de Pedro e Leopoldina, que se dividem entre a Espanha e o Brasil e de Harry e Meghan, que ficam entre o Brasil e a França.

Quando a gente começou como casal mesmo que vive juntos, meu período de doutorado eu morava lá, mas a gente morava junto, a gente era namorado. Então nisso durou de noventa e nove a dois mil e três, então foi lá. Dois mil e três eu voltei e ficamos separados, na verdade eu ia lá em quatro e quatro meses, e em dois mil e seis a gente descobriu que ele tinha hepatite C, e era um tratamento barra pesada, durante cinco, seis anos eu ia toda vez que ele precisava de tratamento eu ia lá. Precisou de quatro tratamentos pra ficar curado, porque foi uma desgraça na vida de nós dois. Eu dava uma aula um semestre aqui, o vírus voltava eu ia pra lá, às vezes eu ficava seis meses, às vezes ficava um ano, outro momento fiquei um ano e meio acompanhando no tratamento, nesse período aproveitei e fiz um pós-doutorado lá. Depois de dois mil e onze foi ao contrário, ele que veio pra cá e adquiriu a carta de permanente dele (MEGHAN).

Vejam que Meghan relata que deste 1999 está nesse “entre dois”, como ela mesma nominou. O casal vive em trânsito entre o Brasil e a França. Nesse período ela fez doutorado e pós-doutorado. No entanto, tanto ela manteve seus vínculos no Brasil, a exemplo do trabalhista, enquanto ele manteve os dele na França, a exemplo do tratamento que realizou contra a hepatite C. Portanto, pensar as migrações a partir da transnacionalidade é entender que estas pessoas possuem novos modelos de projetos profissionais, de vínculos familiares e reprodutivos, de interações sociais e “identidades híbridas” através dos quais estes indivíduos buscam manter a identidade de origem e construir outra coletiva no lugar de destino (PUERTA; MASDÉU, 2010). Estes novos modelos se caracterizam pelo contato que estes imigrantes mantêm com seus países de origem, a exemplo do envio de remessas, da vinculação com sua família de origem, da comunidade e da cultura.

Outro casal que vive nesse “entre dois” são Pedro e Leopoldina. Assim como Meghan e Harry, eles vivem entre a Espanha e o Brasil, porém também possuem histórico de

aproximação com as migrações. Ela fez pós-doutoramento fora do Brasil e reside há mais de 19 anos fora do seu estado de origem; ele, mesmo não possuindo um histórico de fixar residência em outro país, trabalhava na LATAM, empresa de transporte aéreo, o que inclusive facilitou no processo de aproximação linguística.

Já realizei trabalhos na LATAM, viajei bastante, mas não possuo uma trajetória migratória com o objetivo de fixar residência. Porém, tem a possibilidade, a depender as condições políticas brasileira de fixar definitivamente residência no Brasil (PEDRO).

Já no caso dos imigrantes latino-americanos observo que eles possuem uma tendência maior à integração com a cultura de destino. E aqui é importante articular as categorias de classe e formação educacional dos latino-americanos entrevistados, visto que alguns deles não são firmados financeiramente no Brasil, como relata José:

Eu reparo mais nos estrangeiros, que eu me identifiquei super bem, são todos mais ou menos iguais a mim, não se formaram, são autônomos, eles aceitam todo tipo de cultura. Se ele tem que mudar por causa da cultura, eles mudam, eu mudei. Se estou no Brasil, quero morar no Brasil, eu tenho que me adaptar aos costumes do brasileiro, por que vou querer impor os meus? Eu penso que os estrangeiros, eles entram nisso, mas aquele que se formou, tem dinheiro, quer nem saber se o brasileiro é assim ou assado. “Faço o meu do jeito, do jeito que quero, brasileiro que me considere ou não”. Mas, geralmente, quem é autônomo, quem é simples, procura sempre se adaptar (JOSÉ).

José toca em pontos muito importantes no processo de migração. Para ele, o fato de ser autônomo, não ter formação superior e não possuir um padrão financeiro alto faz com que ele se adapte à cultura brasileira, diferentemente de quem possui outros predicados, como formação superior e “dinheiro” – utilizando-me das suas palavras. Bauman(2004), ao proferir sua palestra no Congresso “Confiança e Medo na Cidade”, relata que, através dos imigrantes, conseguimos perceber aquilo que nos provoca medo e criamos as fronteiras. Ele vai discorrer sobre os “supérfluos” e como o mundo globalizado produz e marginaliza os “supérfluos”; por “supérfluos” ele chama as pessoas inúteis economicamente, “que não podem ser exploradas de maneira profícua” (BAUMAN, 2004, p. 04). Assim, essas pessoas que não estão em uma camada mais abastada socialmente são, para Bauman, superfluas e, portanto, detentoras daquilo que provoca medo e estabelece fronteiras. Como mecanismo de diminuição desses medos e fronteiras, muitos se adaptam às sociedades receptoras e negam aquilo que os diferencia, negam suas raízes culturais.

Outro entrevistado que aponta as questões ligadas à adaptação é Francisco. Ele lembra que antes de migrar é necessário ao menos gostar da cultura e saber minimamente

cumprimentar as pessoas: “Tem que tratar de gostar daquela cultura, se não, não adianta você viajar. Tem que falar ‘hello’ pelo menos alguma coisa” (FRANCISCO).

Nota-se que as questões ligadas às diferenças entre as pessoas, neste caso entre os autóctones e os imigrantes, são pontos de conflito nas relações. Scott (2017) vai argumentar que as diferenças e igualdades não são opostas, mas conceitos interdependentes que se encontram em tensão. Para a autora, “a igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim, o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração” (SCOTT, 2017, p. 15).

Por outro lado, é importante também pontuar que a diferença possui seu lado exótico, atrativo, o que gera nas pessoas vontade de conhecer, de desvendar. Khatib-Chahidi, Hill e Paton(1998) apontam que um dos atrativos iniciais em casamentos interculturais é a diferença. Nessa pesquisa, uma das características apresentadas aos seus compatriotas era “boring”, que, em tradução livre, é enfadonho. Segundo as autoras, este sentimento era estimulado pelo “sonho do ‘outro exótico’”; outra autora que fala sobre as questões ligadas ao “outro exótico” é Konh (1998) no texto “The Seductionoftheexotic: Notes onMixedMarriage in East Nepal”. As autoras apontam ainda que estas diferenças que os atraíam eram percebidas de várias maneiras, mas elas sempre estavam atreladas a características favoráveis e complementares à própria personalidade do sujeito e da qual ele (o sujeito) sentia falta, e citam alguns exemplos como “ele tinha uma natureza ‘legal’, não como seu namorado anterior, que tinha ciúmes [...] ele não era excessivamente agitado e histérico como todos em sua família” (KHATIB-CHAHIDI; HILL; PATON, 1998, p. 52 Tradução livre)

Ao voltar para minha pesquisa, percebo um fator comum a todos os meus entrevistados: eles não possuem uma comunidade imigrante, como os chineses, japoneses e coreanosdo bairro da liberdade em São Paulo ou os italianos do Brás e Mooca no mesmo Estado; ou os alemãesno Rio Grande do Sul. Por ser uma cidade com pouca imigração, Aracaju não possui uma comunidade de imigrantes e, em razão, disso as festas típicas de cada cultura, o contato com a língua, a culinária, os costumes se resumem às histórias de família, ao contato telefônico com os parentes e amigos que ficaram no país de origem.

Um outro ponto no tocante à trajetória dos imigrantes são as questões políticas no Brasil ou no seu país de origem. Quando questionados sobre a permanência no Brasil, Leopoldina afirma: “nós estamos pensando sobre isso, tudo vai depender como irá se configurar o painel político brasileiro” (LEOPOLDINA); Meghan vai mais longe pelo trânsito

entre o Brasil e a França. Ela afirma que a eleição de Jair Bolsonaro, em conjunto com problemas de saúde foram cruciais para que ela resolvesse passar uma temporada na França.

Foi fundamental, quer dizer, foram duas coisas básicas, *Bornout*<sup>84</sup> não somente no trabalho, *Bornout* do Brasil, porque desde dois mil e quinze, na verdade em dois mil e treze, eu já comecei a achar estranho, vim para uma manifestação, e quando entrei na manifestação, quando chegou aqui em João do Alho, eu disse: “e vamos sair dessa manifestação de merda e esquisita, e ir para um bar encher a cara porque isso não é uma manifestação, isso é uma espécie de pré-caju, não sei de onde isso vem”. Mas, a partir de 2015, quando comecei a preparação para destituir Dilma Rousseff, eu comecei a me obcecar por isso, comecei a me cansar com preocupação com Brasil e o trabalho [...]. Eu passava o dia a ler as notícias, a me desesperar com as notícias. (MEGHAN)

Um relato que me marcou bastante foi o de Sílvia. Não quis cortar o seu relato pois ele traz tantas questões para pensar o que envolve a decisão de ficar no país de origem ou migrar que achei fundamental para o entendimento desta tese. Neste relato, minha entrevistada é decisiva ao afirmar que não sabe ao certo o futuro já que, após a eleição de Bolsonaro, o futuro das políticas públicas brasileiras é nebuloso. Argumenta ainda como o Brasil está avançado em termos de garantia de direitos aos trabalhadores e ao cidadão em geral quando comparado ao Peru, país natal do seu companheiro. E vai dissertar sobre um episódio no qual sua sogra necessitou de atendimento médico aqui no Brasil – tendo sido atendida e recebido suas medicações, o que não é uma realidade peruana – e finaliza afirmando que, se esses direitos forem negados, irá, sim, para o Peru: ao menos lá não se vive em uma ditadura.

Direto eu falo para ele, principalmente depois da eleição do “coiso” (referindo-se ao presidente Bolsonaro). Eu falo direto para ele, “Môvamo embora”, porque se continuar do jeito que tá aí, e eu tenho muito medo pela minha sobrinha, pelo meu sobrinho, Minha vontade é de pedir para minha irmã que ela fale com os pais dos meus sobrinhos, que dê permissão para a gente poder morar com eles em outro país (...).Cada vez que vejo uma notícia dessa doida da Damaresou do Ministro da Educação, que fica falando que ensino superior é para poucos, não é para todos, aí eu fico pensando o que é que eu tô fazendo aqui ainda? O problema é que lá não tem emprego com as vantagens que a gente tem aqui no Brasil, enquanto a gente ainda tiver essas vantagens tá valendo a pena, essa questão do plano de saúde, das passagens. Lá você arruma um emprego...as passagens é por sua conta, plano de saúde? Isso não existe. O próprio SUS na verdade lá não existe. Só para quem é mendigo de rua mesmo, mas se você não é, se você tem alguma renda, alguma coisa, você tem que pagar, por exemplo, vinte reais numa consulta do médico. Você tem que pagar a aplicação da medicina, o próprio medicamento você tem que pagar... essas coisas assim que aqui tem e lá não tem, a minha sogra, quando veio para cá, ela passou muito mal por causa do calor, ela ficou com labirintite por causa do calor, e aí eu levava ela direto no posto de saúde ou então no Augusto Franco (Unidade de Pronto Atendimento – UPA) e ela ficava admirada como que ela recebia o tratamento aqui gratuito, completamente gratuito, o médico atendia, dava o remédio

---

<sup>84</sup>A Síndrome de *Burnout* ou Síndrome de Esgotamento Profissional, como o próprio nome já diz, está ligada ao ambiente laboral e manifesta-se mais em profissões ligadas ao cuidado, como as áreas de saúde, educação e serviços humanos (TRIGO; TENG; HALLAK, 2007).

para ela de graça, porque aqui no posto ainda deram o remédio para ela tomar, deram o remédio de diabetes, mesmo ela não tendo a carteirinha do SUS, deram para ela, e aí ela ficou achando – “que país de primeiro mundo” – porque a gente tem acesso a essas coisas que lá não tem. E quando Carlos Gustavo falou que conseguiu esse trabalho que dá transporte, plano de saúde para ele e para mim – “nossa o Brasil é muito bom” – porque lá não tem isso, mas se chegar ao ponto da gente perder isso, aí se for para ficar na mesma coisa eu prefiro ir para lá porque pelo menos lá não é ditadura (SÍLVIA)

Outro casal que pontua as questões políticas brasileiras são Francisco e Mary. Desse modo, é importante que as pesquisas sobre imigrações analisem o permanecer destes indivíduos no país escolhido. Eles eram migrantes na Europa e, quando o continente entrou em crise, resolveram vir para o Brasil. Após a eleição de Jair Bolsonaro, decidiram morar no Canadá. Ou seja, as condições que fazem este migrante migrar podem não se manter durante o período de estadia e fazer com que eles repensem ficar no país. Logo, a análise sobre fluxos migratórios devem ser feitas na perspectiva das relações que se estabelecem antes e durante o processo migratório. Eles fazem o seguinte relato:

**Francisco:** Não tenho medo de viajar, tenho mais (medo) de ficar aqui...

**Mary:** Com esse governo (tom irônico).

**Francisco:** Aposentadoria, aposentadoria é tenso aqui. O trabalho no Brasil é muito pesado, lá fora não, você trabalha menos e ganha mais, aqui você trabalha mais e ganha menos.

Apesar de eles terem vindo da Europa para o Brasil, notaram que a qualidade de vida aqui, na opinião deles, é ruim haja vista que aqui trabalha-se mais para ganhar menos. Não são apenas as questões políticas do Brasil que interferem na decisão de migrar mas também as do país de origem, como no caso de John, cubano, que não compactuava com a ideia de ser controlado pelo sistema político do país.

Agora assim, para nós cubanos tem muita restrição, porém uma parte da população prefere a vida moral do país, cultura, seio familiar e viver na sua cultura, na sua população. Dito que, como o governo interfere, não sei a nomenclatura, mas interfere na vida privada das pessoas. Então, nem todo mundo se adequa a esse sistema, principalmente aquelas pessoas que têm possibilidade de conhecer outras pessoas, de outras culturas, de outros pensamentos, e aí você começa a comparar a sua realidade com outros pensamentos, uma coisa, sem ter outras... e no caso meu, pessoalmente, eu sempre fui parte do sistema, sistema político do país. Mas, em algum momento tentou me engolir e eu – opa, dá pra mim não! (JOHN).

É necessário também destacar a importância dos capitais acionados no processo migratório, sejam eles econômico, político, cultural, artístico, intelectual, educacional ou científico. Os imigrantes latino-americanos possuem uma condição socioeconômica e educacional diferente daqueles advindos da Europa, o que faz com que eles possuam experiências migratórias diferentes.

Ao falar sobre trajetórias migrantes é necessário compreender também que o processo migratório, por vezes, depende da história familiar e pessoal de cada indivíduo. A trajetória desses casais é fruto dos eventos que marcaram suas vidas e os significados que eles atribuem às suas experiências são fruto do que eles “aprenderam vendo, ouvindo e sentindo” (ALENCAR, 2011, p. 41) e do “meio social do qual ele faz parte e que forma sua cultura representa o *locus* da produção de sentidos para suas ações” (IBIDEM). O que observei foi que os meus entrevistados já possuíam históricos de imigrações, fossem elas locais ou internacionais, pessoais ou de pessoas próximas do seu convívio (ALENCAR, 2011, p. 41). Dos nove casais analisados nesta pesquisa, sete homens já tinham experiências migratórias anteriores ao Brasil: Francisco, equatoriano, morava na Espanha antes de vir para o Brasil; Carlos Gustavo, peruano, trabalhava em um cruzeiro e estava longe do seu país de origem na maior parte do ano; Harry já havia passado um tempo no Brasil por motivos profissionais; John, antes de firmar residência no Brasil, passou pela Venezuela; Tom já residia em outro país antes de vir para o Brasil; e no relato de Carlos, que serviu às forças armadas mexicanas e viajou por diversos países antes de chegar aqui, observo que ele também já possuía histórico de migração.

Eu fiquei um tempo em Letícia. Conhece Letícia? Letícia é uma fronteira entre Brasil, Colômbia, Peru e Equador, mas fica na Colômbia. Fica próximo a Manaus, Rio Amazonas, passa o rio, está aqui a ponte para passar para o Brasil e está aqui a última ponta que fica na Colômbia, aí onde fabrica...tem uma parceria entre Brasil e Colômbia para fazer aqueles navios, barcos gigantes, que o Brasil é um país muito exportador dos barcos para as forças armadas, a força naval, então, quando fui para o exército fiquei lá estudando em Letícia e passava aqui para o Brasil. Gostei muito, tinha uma parte de conhecimento, mas nunca me relacionei muito com a língua, falava minha língua, outras línguas, mas não tive evolução porque foi muito rápido. Estudando, me relacionava com pessoas de outros países e aqui com o exército daqui do Brasil. Foi uma parceria de dois anos, essa foi a primeira vez. Depois foi que retornei já com minha roupa e tudo já pra morar, trabalhar e já realizar minha vida (CARLOS).

Nota-se que os imigrantes já possuíam familiaridade com as migrações, que suas experiências migratórias não foram construídas no vácuo (BRITO, 2010), que, em alguns momentos da sua vida, eles já possuíam alguma experiência com a migração, fosse ela interna ou externa, definitiva ou temporária, por trabalho ou por conhecimento. Ou seja, a ideia de morar em outro país já gestava no interior de cada um desses indivíduos antes de eles partirem para a viagem migratória, quando surgiu a vontade de imigrar nestes indivíduos, eles já possuíam terreno fertilizado para o crescimento desse projeto. Brito (2010) apresenta três fatores que levam à concretização do sonho migratório: “familiaridade com os processos de mobilidade espacial; o segundo, uma certa familiaridade, imaginária ou concreta, com o

exterior; e o terceiro, uma certa familiaridade com os estudos num país estrangeiro” (BRITO, 2010, p. 435).

De modo mais abrangente, devo recordar de Elias (1994) ao nos afirmar que todas as pessoas necessitam de outras que existiam antes delas para poderem crescer. Muito embora exista uma liberdade individual do movimento, há também uma “ordem oculta” e aparentemente imperceptível. Essa liberdade de escolha é restrita, depende do meio no qual a pessoa nasce e cresce, da sua situação financeira da sua família, da sua educação, ou seja, o indivíduo vive e viveu em uma rede de dependência impossível de ser rompida, ficando presos a “formalismos” de cada ocasião.

Essas “redes” de relações não surgem do somatório de pretensões pessoais individualmente, mas, sim, de decisões comuns de pessoas individuais, ocorrendo num contexto exterior ao próprio indivíduo. Essas decisões ocorrem de forma encadeada: estão relacionadas a terceiros e dependem uma da outra. Esse encadeamento de funções, ou seja, essa “rede” de funções dá origem à sociedade.

A rede de interdependência entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexos do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações. Eis o motivo porque [...] não é particularmente frutífero conceber os homens à imagem do homem individual (ELIAS, 2011, p. 240).

Portanto, pensar a construção destes casais ou famílias interculturais é compreender que eles são frutos dessas redes e relações que foram gestadas antes mesmo da formação do casal/família. Um outro entrevistado que já apresentava familiaridades com as migrações é José:

**José:** Morava numa colônia alemã.

**Entrevistadora:** Você foi criado numa colônia alemã?

**José:** Eu cheguei com cinco anos nesta colônia alemã.

**Entrevistadora:** E ficou até quantos anos?

**José:** Fiquei até os vinte...vinte e...acho que não chegou os vinte.

José morava em uma comunidade alemã, mesmo residindo em seu país nativo e viajou bastante, antes de se estabelecer no Brasil e, em particular, em Sergipe. O Brasil era apenas parte do seu roteiro migratório, pois seu destino final era a Europa. Contudo, no meio do percurso, encontrou sua companheira e aqui resolveram fincar suas raízes desde então.

E por falar em decisão, Carlos Gustavo e Tom contrariam a maioria dos estudos sobre conjugalidade e migração, como também os estudos sobre gênero que mostram serem

as mulheres que migram para realizar o reagrupamento familiar, ou abdicam de seus sonhos profissionais em detrimento do esposo. Eles saíram de seus países nativos, de sua cultura, do seio da sua família e dos seus ciclos de amizades para casarem-se e residirem no Brasil. Eles ainda não eram casados com suas companheiras: isso ocorreu posteriormente à chegada ao Brasil. Eles decidiram vir para cá para e ficar com suas – à época – namoradas. No caso de Tom, sequer conhecia pessoalmente Gisele.

Conforme já pontuado anteriormente, quando questionei Tom sobre como ocorreu sua decisão de imigrar, sua resposta foi objetiva: “Conheci ela” (TOM). E Gisele dá mais detalhes:

**Gisele:** Nos conhecemos através da internet em 2010, na copa de 2010, e aí a gente ficou conversando 1 ano e alguns meses. E ele disse que viria ao Brasil.

**Entrevistadora:** Pelo Facebook?

**Gisele:** Não foi pelo Facebook, foi pelo site que meu professor de inglês me passou para a gente conversar com outras pessoas de outras nacionalidades, e aí foi neste site que a gente foi nos conhecendo.

Ela ainda completa que ele veio com a única finalidade de conhecê-la e casaram-se três meses depois: “Ele veio e já ficou. Chegou em novembro de 2011 e a gente casou em janeiro de 2012. Três meses depois” (GISELE). E, quando questionados sobre a existência de um segundo plano caso o relacionamento não desse certo, ambos foram enfáticos:

**Tom:** A gente se conheceu pela internet. O conhecimento que eu tinha dela era esse.

**Gisele:** Não tinha um ‘plano B’. Foi o único plano...

Como observa-se, os casais estudados nesta tese se caracterizam pela heterogeneidade de histórias, de nacionalidades, culturas, raças. Nenhum dos homens entrevistados possui a mesma nacionalidade e isso deixa o trabalho mais abrangente, interessante e complexo visto que são muitos marcadores identitários a se sistematizarem. Entendo que cada pessoa é uma, singular, ímpar, possui suas peculiaridades e difere de qualquer outra no mundo e que suas histórias, percepções e vivências irão construí-las e formar sua personalidade, orientar suas decisões. E é adentrando esta afirmação que, no próximo capítulo, irei apresentar e analisar os rituais familiares destes casais, as representações sociais que eles possuíam sobre seus cônjuges, as relações de poder existentes na relação, os papéis sociais, as disputas e tensões destas relações conjugais.

## **CAPÍTULO V: GÊNERO, FAMÍLIA, CASAMENTO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

A intimidade é acima de tudo uma questão de comunicação emocional, com os outros e consigo mesmo, em contexto de igualdade interpessoal. As mulheres preparam o caminho para uma expansão do domínio da intimidade em papel como as revolucionárias emocionais da modernidade (GIDDENS, 1993, p. 146)

O estudo sobre casamentos de pessoas de nacionalidades diferentes vem ao longo dos anos avançando, muito em decorrência da globalização, da facilidade de ir e vir através das viagens, das migrações internacionais, do avanço da tecnologia e de aplicativos de relacionamento. Neste capítulo busco, através da análise das entrevistas dos casais interculturais e em diálogo com as teorias apresentadas nesta tese, identificar como se processa a transmissão dos rituais familiares em famílias com cônjuges de nacionalidades diferentes; compreender as representações sociais preexistentes sobre o homem estrangeiro e a mulher brasileira; analisar como ocorrem as relações de poder nas decisões do cotidiano destas relações; investigar se nelas os papéis sociais historicamente construídos entre homens (espaço público) e mulheres (espaço privado) são repetidos; e, por fim, investigar quais as disputas e tensões destas relações.

Portanto, neste último capítulo da tese quero dialogar com os meus interlocutores a respeito dos dados colhidos através das entrevistas realizadas com os nove casais estudados. Vale lembrar que as entrevistas são a fonte primária de coleta dos meus dados e, por isso, considero este capítulo a alma da minha tese.

Como já apresentado, analiso a construção dos papéis sociais de gênero em casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes, neste momento, quero abrir parênteses importantes para que o meu interlocutor possa compreender de onde falo. Torres(2001), ao analisar sociologicamente os casamentos, admite que, por vezes, os estudos sobre este tema colocam família e casamento como sinônimos: entendo que não o são. Na minha concepção, não só teórica de família mas também prática, visto que sou uma

profissional que trabalha com famílias diariamente em meu labor, entendo que família é o conjunto de pessoas, com laços sanguíneos ou não, que se entende por família, ao qual existe um laço de pertencimento. Diante disso, quero dizer que a família não é apenas composta por casais heterossexuais com seus filhos, que está baseada na concepção tradicional de família patriarcal. Entendo que famílias também são mulheres casadas com outras mulheres, homens casados com outros homens, com filhos ou não; mães ou pais sozinhos, dentre outras formas.

Importante pontuar então que duas pessoas que se relacionam conjugalmente, seja esta relação oficializada perante um cartório de ofício ou não, também constituem uma família, mesmo que não existam filhos advindos ou desta relação. Além disso, entendo que nem toda família é um casamento já que existem famílias sem casamento, mas todo casamento constitui-se como família.

Ademais, quero recordar que não compõe objeto de investigação desta tese a análise mais profunda das relações conjugais e familiares como um todo, mas, sim, da construção dos papéis sociais de gênero nos casamentos de pessoas de nacionalidades diferentes, especificamente quando a mulher é brasileira, o homem é imigrante e residem em Aracaju. E aqui, utilizando mais uma vez de Torres (2001), lembrá-los de que a perspectiva sociológica da família é encabeçada pelos estudos sobre gênero, e essa afirmação gera vários questionamentos, a exemplo de ‘Por que são os estudos de gênero quem encabeçam estas análises?’. Porém, não vou me aprofundar, pois já daria uma nova tese.

De modo geral, as relações de conjugalidade entre homens e mulheres não são isoladas, fixas e absolutas. No meu campo de análise isso se mostra ainda mais visível pela heterogeneidade dos casais entrevistados. Contudo, sabe-se que as mulheres historicamente estão em numa posição de subalternidade em relação aos homens, mas, no caso desta tese, estes homens são imigrantes, com línguas maternas diferentes. Por outro lado, também existem neste campo de pesquisa, homens brancos, europeus e, em razão dessa multiplicidade de perfis, é ingênuo – e em certa medida inapropriado – estabelecer um padrão nas formas de relacionamento conjugal entre brasileiras e imigrantes. Portanto, a partir da perspectiva decolonial, torna-se imprescindível, articular as categorias de gênero, classe, raça, cultura e grau de escolaridade para compreender como são estabelecidas estas relações conjugais. Ao contrário seria substancializar uma realidade dinâmica, relacional e, desse modo, afasto-me “do erro racista e do senso comum em querer compreender as práticas sociais e culturais a partir delas mesmas” (BOURDIEU, 1996, p. 17).

Para Torres (2001, p. 76, apud BURGESS), “o casamento é uma unidade de personalidades em interação, existindo primordialmente para o desenvolvimento e

gratificação mútua dos seus membros unidos mais por coesão interna do que por pressões externas”. Dito de outra forma, o casamento, em geral, é a união entre duas pessoas com as mais variadas diferenças (de gênero, raça, cultura, gostos, personalidades, vivências pessoais). Acrescentem-se a essa receita as diferenças de nacionalidade e de língua.

Pois bem, este é o objeto desta pesquisa: esta união, que, quando endogâmica, já possui tensões, conflitos e diferenças e encontra ingredientes ainda maiores quando inseridas as dimensões culturais e linguísticas.

Para melhor compreensão, dividi este capítulo da seguinte forma: na primeira parte intitulada “os rituais familiares e o encontro entre duas culturas”, relato como ocorrem os rituais familiares destas famílias, se existe a presença de rituais da cultura nativa do cônjuge masculino e como se dá essa interação entre estas duas culturas. Em seguida analiso as representações sociais que ambos os cônjuges – homem e mulher – possuíam dos seus parceiros, como eles visualizavam e visualizam a mulher brasileira e a ideia que elas possuíam e possuem desses homens imigrantes – nesta parte, busco, a partir de uma visão decolonial, argumentar como essas representações preexistentes têm relação com nosso processo de colonialização do poder, do ser, do saber e principalmente com a colonialidade de gênero. Posteriormente, discorro sobre as relações de poder encontradas nesses casamentos, principalmente nas decisões do cotidiano. Os papéis sociais de gênero são o tópico seguinte e, nele, analiso como ainda são preservados nos dias atuais. Por fim, dialogarei sobre as disputas e tensões encontradas nessas formas de conjugalidade.

## **5.1 Os rituais familiares e o encontro entre duas culturas**

Os rituais marcaram, ao longo dos séculos, as transformações sociais e as transições de ciclos familiares. Eles possibilitam mudanças nas relações sociais, como a criação de novas formas de relacionar-se. Para Lind (2008), no contexto familiar, os rituais possibilitam fortalecer a coesão familiar e os laços afetivos, além de melhorarem a saúde familiar, o bem-estar e o “ajustamento psicossocial da família”. Devo discordar do autor a respeito do “ajustamento”: este termo me remete à ideia de determinação, como se houvesse um padrão psicossocial de família, o que, a meu ver, está equivocado.

Ainda segundo o mesmo autor, os rituais possuem funções importantes na dinâmica social: eles possibilitam gerir mudanças como também manter a estabilidade; podem definir ou preservar a estabilidade familiar; facilitam as transmissões de valores e crenças; formam, exprimem e mantêm relações interpessoais; exprimem crenças e valores que contribuem para

a coesão familiar; facilitam na forma como lidamos com as diferenças e perdas. Dessa forma, ele argumenta que os rituais

Podem sustentar e validar a ordem social, promover a estabilidade inter-grupal e um espaço seguro para resolver problemas pessoais e sociais; por outro lado, podem transformar ou mesmo destruir a ordem social e estabelecer novas normas e tradições. Desta forma, os rituais não só podem marcar a transição como também fazer a transição ao mesmo tempo [...] podem determinar e clarificar os papéis familiares e o estatuto de cada membro, podem delimitar as fronteiras e estabelecer ou manter uma determinada hierarquia [...] conseguem manter as tradições religiosas e culturais. Ajudam a construir ou reconstruir mapas do mundo, que têm uma origem no passado mas são vivenciados no presente [...] Os rituais ajudam-nos a verificar as nossas interacções e tornam possível definir ou redefinir e explorar os nossos padrões de relacionamento, papéis, regras e oportunidades. [...] os rituais podem fornecer uma "porta de entrada" excelente para compreender o que une uma família, isto é, a sua identidade. Os membros de uma família podem ter crenças sobre si próprios que poderão ser aprovados ou desaprovados pela família (LIND, 2008, p. 100–101).

Conforme apontado pelo autor, os rituais familiares possibilitam uma maior interação social e satisfação conjugal, os quais, no contexto dos matrimônios de pessoas de nacionalidades diferentes, mostram-se relevantes, pois constroem fatores de proteção nas relações intra e extrafamiliares. Para Daure e Reveyrand-Coulon (2009), famílias neste modelo utilizam-se de estratégias para reduzir as tensões geradas pelo conflito cultural, o que os autores nominam de “mecanismos de defesa contra a assimilação”. Para eles, esta estratégia é dolorosa, complexa e gera conflitos intra e interpessoais, tais como: idealização do país receptor; supervalorização do país receptor; utilização, no espaço público, dos códigos do país receptor e, no privado, dos códigos do país de origem; interação entre a cultura nativa e receptora. É nessa última característica que os autores acreditam estar a chave para compreender a integração das duas culturas.

Para Sílvia e Carlos Gustavo, este ponto é algo que está sendo trabalhado e dialogado constantemente. O ponto de maior choque entre as culturas ocorreu no momento da refeição, tanto no que diz respeito à comida, ao tipo de comida, quanto ao fato de o sergipano adorar cuscuz, feijão, arroz, comidas que não fazem parte do cotidiano peruano: o cuscuz ele não conhecia e o feijão era um alimento que comiam apenas uma vez por semana. O peruano não come abacate doce (nem conhecia), apenas salgado, algo que é pouco conhecido no Nordeste brasileiro<sup>85</sup>. Mas, além dessas diferenças, outro ponto informado pelos entrevistados foi o ritual da alimentação. Sílvia conta que, em sua família, era comum cada indivíduo fazer sua refeição isoladamente; com a inserção de Carlos Gustavo na família, esse momento passou a

---

<sup>85</sup> A cultura de comer abacate salgado está sendo um pouco mais divulgada nos últimos anos em função da globalização e um crescente número de restaurantes, principalmente mexicanos e peruanos, também o serve na capital sergipana.

ser compartilhado por todos, tornou-se um momento de reunião familiar. Atualmente todos sentam à mesa para a refeição sem a utilização de aparelhos eletrônicos como o celular. Quando questionados sobre o que eles consideram as maiores diferenças entre eles, ressaltam:

**Sílvia:** E mais a questão da comida. Ele cozinha muito bem. Vitamina de abacate, ele não encosta nem a pau. Ele acha nojento misturar leite, com açúcar e abacate. Ele pega o abacate bota no pão e bota sal e come, ou na salada (...). Eu sou menos relutante em experimentar comida deles do que ele as nossas e principalmente quando tem milho, porque ele não é muito fã de milho. E eu ofereço algumas coisas a ele e ele já diz que não gosta (...), mas a gente se dá bem porque as comidas peruanas eu gosto da maioria delas.

**Carlos Gustavo:** Eu aprendi aqui a tomar café. Brasileiros, não sei se são todos brasileiros ou só aqui em Sergipe, estão acostumados a beber café. Eu não *tava* acostumado a beber café lá no Peru, mas quando a gente fazia temporada no navio aqui a gente sempre descia em Itajaí. E em Itajaí tem uma familiar (*irmã da igreja de Sílvia*), que sempre íamos almoçar na casa dela. E aí a tia fazia assim: dez horas da manhã uma xícara de café, um café gostoso, a gente almoçava e depois do almoço, outra xícara de café, três horas da tarde, antes de vir para o navio, outra xícara de café.

**Sílvia:** Eu não gosto de café.

**Carlos Gustavo:** Então eu acostumei, aprendi a tomar café, a feijão, porque lá no Peru nós comemos feijão, mas nem todos os dias, como aqui é acostumado a comer arroz e feijão todos os dias, se não é feijão, não é almoço e eu não estou acostumado. Lá se come em 15 dias uma semana... aprendi a comer tapioca, cuscuz.

**Sílvia:** Agora cuscuz ele só gosta recheado, se for só o cuscuz com manteiga ele não é muito fã, não.

Sobre as questões voltadas aos rituais alimentares, Carlos Gustavo ressaltava que conseguiu realizar algumas alterações na família da sua esposa

Eu falei com minha sogra, porque queria me sentir em família [...]. Agora é assim: termina de comer, pede com licença, agradece a todos que estão presentes, agradece a Deus, pega seu prato e coloca na pia [...] e todos temos que comer juntos (CARLOS GUSTAVO)

E Sílvia completa que ela também discutiu com sua mãe sobre isso, como forma de deixar Carlos Gustavo mais à vontade, de se “sentir em família”.

E quando ele chegou aqui, conversando com mainha, para ele se sentir em casa, a gente foi fazendo isso (alimentar-se à mesa todos juntos) (SÍLVIA).

Daure e Reveyard-Coulon(2009) acreditam que, no geral, os momentos de refeições em famílias da mesma cultura acontecem de forma natural. No entanto, em famílias interculturais este processo não ocorre de forma tão natural visto que “os mitos, os rituais, as regras e normas que encontram fora da pátria não são necessariamente as mesmas que as do país de adoção” (DAURE; REVEYRAND-COULON, 2009, p. 417).

No que tange à família de Carlos Gustavo e Sílvia, houve a necessidade de realizarem acordos, não especificamente em razão das nacionalidades diferentes mas das definições entre o casal e dos desejos dos pais de Sílvia, fato que foi visualizado através do ritual de casamento quando o casal decidiu como ocorreria.

Eu, por mim, tinha esperado e fazia uma festa simbólica quando a gente fizesse um ano, e passava ao longo do ano pagando a festa, para chegar no dia da festa e tá tudo pago, tudo bonitinho, só que aí minha mãe disse “não” e meu pai também disse “não”, que tinha que ser feito, que era minha filha, e as coisas foram se arrumando. E aí a gente conseguiu um pacote muito bom do aluguel (SÍLVIA).

Lind (2008) lembra que os rituais possuem sua origem a práticas religiosas. No caso do corpo de entrevistados, dois casos nos chamam a atenção neste quesito: Carlos Gustavo e Sílvia, ele católico e ela evangélica; e Tom e Gisele, ele muçulmano e ela evangélica. No caso do casamento do primeiro casal, os dois decidiram conjuntamente como se daria o rito de casamento.

Ele é católico e eu sou evangélica e a gente tinha conversado isso muito antes, né, amor? Antes da gente decidir casar mesmo, morar aqui no Brasil, porque eu conversei muito com ele, porque eu tinha tido em outros relacionamentos essa briga. Porque a pessoa era católica e queria porque queria casar na igreja católica e eu não sou da igreja e não acho certo, acho desrespeito com a igreja com a fé dele e desrespeito comigo (SÍLVIA).

Antes do casamento, quando estávamos nos conhecendo, a gente conversou e eu falava para ela, depois vemos, mas sempre conversamos. Aí eu falei com ela, tá bom, se vai casar que não seja nem no evangélico, porque eu ia assistir, tampouco será na minha. E outra coisa, quando a gente começou a namorar, nós já estávamos convivendo, então eu sempre falei para ela, falamos entre nós dois, seus pais também tinham que respeitar, meu sogro é católico, minha sogra é da mesma religião, evangélica, mas esse era um princípio, queria que (CARLOS GUSTAVO)-

**Sílvia interrompe e fala:** Minha mãe queria chamar um irmão da igreja para fazer a bênção.

**Carlos Gustavo continua:** então eu como já havia falado com “Sílvia”, sabe amor, eu não quero que sua mãe se meta no que já havíamos planejado, entende? Então a gente conversou. Eu falei com minha sogra, falei: “olha eu sou católico”. Eu assisto o culto, não sou obrigado, mas não vou participar, não vou, assim como eu respeito a religião dela ela respeita a minha, vai comigo também a missa, o pensamento foi que faz aqui em casa, e fizemos o casamento aqui.

Já o segundo casal resolveu a questão da religião quando Gisele se converteu ao islã, porém, na época em que casaram, Aracaju não possuía nenhuma mesquita, nem alguém que pudesse realizar o casamento dos dois pelo que a união ocorreu tão somente no civil. Quando questionados sobre a prática do islamismo, os dois destacam que não frequentam nenhum grupo, mas que praticam o ramadã e educam sua filha nos preceitos da religião islâmica.

**Tom:** Minha religião é Deus, eu faço comigo, nunca participei de nenhum grupo.  
(...)

**Gisele:** É igual ao catolicismo, tem gente que segue e tem gente que escuta música, ler a bíblia, reza um pai nosso, reza um terço, e aí, é a mesma coisa...

No caso específico de Gisele e Tom, a religião interfere nos hábitos alimentares e na forma de se relacionarem com as pessoas. Gisele lembra que, na Síria, as mulheres não devem expor o corpo com roupas de alça ou curtas, pois essas atitudes não difamam apenas a mulher

mas toda a família. Ela recorda que, quando encontrou com a família de Tom, teve que observar questões ligadas à vestimenta e a comportamentos, como o fato de homens e mulheres não poderem estar na mesma roda de conversa. Ela recorda que, quando fora para Turquia encontrar com a família de Tom, estranhava este costume de ter que ficar em cômodos diferentes dos homens e lembra que, em um dado momento, em uma ligação de vídeo com o seu pai, que ficou no Brasil, elas (Gisele e sua mãe) estavam gargalhando alto na varanda da residência em que estavam quando ouviu os vizinhos dizendo que iriam chamar a polícia já que as mulheres não devem chamar atenção<sup>86</sup>.

**Gisele:** Quando eu fui para lá, tive que me vestir de forma mais adequada, então eu não podia usar roupa decotada, de alcinha *short* curto. Entendeu?

**Entrevistadora:** Mas isso é considerado crime, se uma mulher se vestir assim?

**Tom:** Crime não é não.

**Gisele:** Não irão falar mal de mim, irão falar da esposa de Tom que é filho de Maomé. Então irão falar mal da família inteira. Qualquer decisão que o homem ou a mulher vai tomar repercute na família toda.

Notem que Gisele utiliza o termo “adequada” ao referir-se a sua vestimenta, ou seja, a necessidade de ajustar-se à cultura do seu cônjuge, ao país receptor. O que chama a atenção não é a mudança na forma de vestir-se, afinal existe uma forte pressão cultural nos países árabes quanto à vestimenta feminina, mas o uso do termo “mais adequada”, como se no Brasil não fosse. Outro dado que chama à atenção no que diz respeito a questões rituais ligadas à religião ainda no caso de Gisele e Tomé a interferência nos hábitos alimentares. É importante lembrar que a conexão religião e hábitos alimentares não é característica exclusiva da religião muçulmana: o catolicismo também tem seus ritos alimentares, como o de não comer carne vermelha na semana santa e em alguns dias no período da quaresma, que vai da quarta-feira de cinzas até a semana que antecede a semana santa.

No contexto da religião muçulmana, Ferraz (2018) recorda que seus praticantes possuem características diaspóricas e que “a alimentação pode ser uma forma de recordação da terra natal para o muçulmano, uma maneira de transmitir ensinamentos a outras gerações e fazer as vezes de compartilhamento material e simbólico diante de um convidado” (IDEM, p. 03). A alimentação muçulmana tem alguns pontos específicos que vai do que pode ser consumido até a forma de abate do animal. Para esta cultura, só é permitida a ingestão de carne sem sangue e que, durante o abate, o animal não sofra. Como, segundo Ferraz (2018), alimentação com estas características é muito difícil no Brasil, os praticantes optam por abençoar o alimento dizendo “bismillah”, ou “em nome de Deus”. Sobre este aspecto Gisele afirma:

---

<sup>86</sup> Relato não gravado.

Ele não come nada de porco, que tem sangue, por causa da religião, a gente não come calabresa, não come bacon, presunto tem que ser de peito de peru ou de frango (GISELE).

Deve-se ponderar então que estas pessoas estão em relação social, foram construídas em espaços sociais, possuem famílias, frequentavam escolas/faculdade/trabalho, estão inseridas em ciclos de convivência social, em um país que possui sua própria cultura. Analisar estas características me faz pensar na interculturalidade não só como categoria analítica mas também política, que visualiza as culturas como incompletas e dá a possibilidade de comunicação e intercâmbio, que, por sua vez, “oportuniza a produção do pertencimento, da alteridade e da desigualdade” a partir de perspectiva de que elas não são excludentes, mas sim interdependentes (ENNES, 2021).

Dessa forma, apesar de o ritual alimentício ser um marco cultural importante, os casais aqui entrevistados encontraram estratégias de superação dos conflitos. Pensando na perspectiva da interculturalidade, eles observaram as diferenças existentes, mas convivem com elas, o que não significa, vez ou outra, que não possa gerar conflito. No caso de José e Mariana, um costume que causou estranhamento em José é o fato de o brasileiro ir ao supermercado e realizar uma compra grande, pois, no Uruguai, compra-se apenas o necessário para aquele momento.

**José:**É, no começo eu sentia muito porque não tenho os costumes, lógico né, depois fui me adaptando. O único costume que hoje em dia que eu fico cabreiro, eu, que ir no supermercado fazer compra grande e no Uruguai só vamos fazer o necessário. A gente tá na cozinha – ah, faltou o açúcar – agente vai e compra 1 kg de açúcar, não vou comprar feijão, não vou comprar arroz, não só vou comprar açúcar. E aqui não, tem que comprar tudo não pode faltar é nada e a feira também (JOSÉ).

**Mariana:**Eu não, já compro carne pra quinze dias, antigamente era pra um mês quando a gente não tinha freezer (risos). Hoje em dia ele sente isso, que ele acha que tudo tem que ser na hora, tudo tem que ser fresquinho, o que vai usar no momento. Isso a gente se bate(MARIANA).

Para Daure e Reveyrand-Coulon(2009), o processo migratório é doloroso para o imigrante, pois ele deixa o mundo que conhece, sua língua, seus ritos e cultura, seus laços de pertencimento e parte para um “mundo desconhecido”. No entanto, esses imigrantes encontram na família o local de transmissão de sua cultura, porque ela é “a unidade representativa das particularidades sociais e das tradições do país de origem, além de único espaço de transmissão cultural” (DAURE; REVEYRAND-COULON, 2009, p. 416).

Observem que, para Carlos Gustavo, esse processo foi muito complicado e difícil, principalmente em razão da burocracia existente.

**Carlos Gustavo:**Para mim foi um pouco difícil porque é muita burocracia para eu poder fazer minha documentação para eu estar aqui no Brasil, em Aracaju. Eu só podia ficar três meses, mas eu queria ficar mais tempo, muitos trâmites, muita documentação, mas foi muito, muito difícil para eu conseguir fazer minha

documentação. Porque a gente tinha planejado já casar e fomos ao cartório, apresentar a documentação se precisava e no cartório pedia uma documentação, outra documentação (CARLOS GUSTAVO).

**Silvia:** Toda vez que a gente ia era um documento novo que eles pediam. Eles chegaram a pedir comprovante de residência dele de lá do Peru, e eu dizia: ‘mas ele não mora mais lá’ (SÍLVIA).

Pode-se observar que cada casal vai procurando encontrar mecanismos de diálogo para a convivência com as diferenças entre eles, as quais não são apenas de personalidade mas também das formas de interpretação do mundo, de linguagem e de cultura. Essas diferenças estão presentes também nos rituais dessas famílias, que, na minha amostra, não se tornaram conflitantes na dinâmica do casal.

Dos casos analisados nenhum deles relatou grave conflito em razão dos rituais familiares; muito pelo contrário, houve uma interação. É de certa forma até ingênuo da minha parte acreditar que não existe conflito nas relações, que são relações bem pacíficas, todavia não foi algo que, durante a entrevista, ficou explícito. Seria necessário uma vivência maior com os casais para poder visualizar onde estão as tensões e conflitos omitidos por esses casais. Contudo, sabe-se que cada indivíduo vai elaborando percepções sobre o outro, antes mesmo de conhecê-lo, para isso, é necessário compreender as representações que cada um dos cônjuges cria, criou e continua a criar sobre seus parceiros.

## **5.2.Representações sociais sobre o homem estrangeiro e a mulher brasileira**

Não quero nesse tópico fazer um aprofundamento teórico sobre as representações sociais, porém é necessário que o leitor possa compreender o meu olhar sobre as representações sociais – não é apenas uma muleta teórica, mas, sim, um modelo de análise das minhas entrevistase, para tanto, é importante conhecer, ainda que superficialmente, a sua gênese.

Um dos primeiros teóricos a discutir representações é Durkheim. Em sua análise as ideias sociais são elaboradas a partir das vivências individuais, porém não são universais: nascem a partir de “fatos sociais, passíveis de observação e interpretação”(MINAYO, 1994, p. 89). Esse é um dos conceitos chaves da teoria sociológica de Durkheim, para esta autor, existe uma “consciência coletiva”, a qual é resultado das experiência individuais, mas não se restringe a elas, visto que ela não é apenas o resultado das consciencias individuais. Dito de outra forma, “a consciência coletiva só existe em função dos sentimentos e crenças presentes nas consciências individuais, mas se distingue, pelo menos analiticamente, destas últimas,

posi evolui segundo suas próprias leis e não é apenas a expressão ou o efeito das consciências individuais (ARON, 2008, p. 300).

Para Durkheim essa “consciência coletiva” é variável em função da sociedade que o indivíduo esteja inserido, a qual irá exercer maior ou menos força. Para o autor, nas sociedades arcaicas os sentimentos comuns aos indivíduos são extensão de toda a sua existência, ao passo que nas sociedades de solidariedade mecânica a maior “parte da existência é orientada pelos imperativos e proibições sociais” (IDEM).

Um outro teórico que disponibiliza boa parte de sua produção às representações é Moscovici. No entanto, ele acredita que as representações coletivas não conseguem explicar as sociedades modernas, que são caracterizadas pela sua pluralidade, dinamicidade e pelas rápidas mudanças econômicas, políticas e culturais, e nomina-as de representações sociais.

No sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo”(MOSCOVICI, 2010, p. 49)

Para Moscovici (2010), as representações sociais são criadas através dos “saberes populares”, do senso comum, porém não são as únicas formas de encontrá-las. Elas também podem ser visualizadas através das ciências, religiões e ideologias visto que são expressões de pensamentos construídos socialmente. Para o autor, as representações possuem duas funções: a primeira é que elas “convencionalizam os objetos” – ou seja, associam determinado objeto a modelos previamente definidos ainda que não sejam exatamente semelhantes aos modelos –; e a segunda é que elas são “prescritivas” – ou seja, já existem antes de nós.

Dentro dos estudos culturais, Stuart Hall também busca compreender as representações. Ele, assim como para Moscovici (2010), entende que as representações sociais se expressam através da linguagem. Um aspecto peculiar para compreender as representações sociais, o qual é usado recorrentemente, refere-se às trocas de nomenclaturas de determinadas categorias encabeçadas principalmente pelos movimentos sociais. Atualmente não se deve utilizar a expressão “portador de deficiência”, mas “pessoa com deficiência”; não “menor infrator”, mas “adolescente em conflito com a lei”; não “mulher vítima de violência”, mas “mulher em situação de violência”; não “magia negra” e tantas outras expressões que exprimem o preconceito e subordinação dos mais vulneráveis. E por que alterar? Seria apenas uma mudança linguística? Segundo os militantes desses segmentos, essas alterações ocorrem

em razão de essas expressões serem carregadas de preconceitos e estereotipagens que subordinam os grupos mais vulneráveis – podemos dizer que são que as representações sociais que foram construídas sobre estas minorias e que pairam no imaginário popular.

Assim, as representações sociais, expressadas e construídas através da linguagem, são as formas como as pessoas veem e pensam o mundo: elas operam como um “sistema representacional”.

Na linguagem fazemos uso de signos e símbolos – sejam eles sonoros, escritos, imagens eletrônicas, notas musicais e até objetos – para significar ou representar para outros indivíduos nossos conceitos, ideias e sentimentos. A linguagem é um dos “meios” através do qual pensamentos, ideias e sentimentos são representados numa cultura. A representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos (HALL, 2016, p. 18).

Logo, estudar as representações sociais visa a analisar sobretudo o entendimento e a sistematização que os indivíduos fazem da realidade que vivenciam; busca interpretar as ideias que povoam o imaginário social do entrevistado, que é produtor e produto de representações sociais. É também compreender como identidade e diferença se articulam no sistema representacional, pois as representações dão significado ao mundo e posicionam o sujeito, possuem o poder de construir sentimentos que “variam da vergonha à estima pública” (ANCHIETA, 2021, p. 19). No contexto que se apresenta nesta tese, busco analisar as representações sociais que os cônjuges possuem um sobre o “outro”, o imigrante – no caso das mulheres – e a nativa – no caso dos homens.

Mas por que o olhar do outro é tão importante para nós? Por que as ciências sociais e humanas se debruçam com afincamento nestas construções do imaginário e das representações sociais acerca do outro? Por que nós precisamos tanto dessa necessidade de nos reconhecer, de nos fazer ver? Parafraseando Rousseau, Anchieta (2021a) diz que “não há felicidade sem os outros” e acrescenta que nossa humanidade “coincide com o olhar do outro” (p. 13). Este olhar nos possibilita reconhecer o que nos iguala e o que nos diferencia e questionar os estereótipos sociais construídos e reconstruídos ao longo da história.

É importante que pensemos as representações sociais como relações que não são homogêneas, lineares ou fixas, que estão em constante processo de mudança. Assim, “as imagens são resultado de uma longa e complexa espiral de interações que envolvem intenções e sentimentos diversos” (IDEM, p. 18)

Tendo por base o feminismo decolonial, que busca superar os discursos machistas, sexistas e racistas essencializados, não só de mulheres e homens brasileiros mas das relações sociais entre os países colonizadores do Norte e as colônias da América do Sul, Caribe e África, objetivo compreender quais as representações sociais preexistentes sobre o homem

estrangeiro e a mulher brasileira, principalmente porque existe, no imaginário social, a ideia da mulher brasileira ligada à mulata do samba, boa de cama, e do europeu como educado, gentil, cortês.

Contudo, é necessário desromantizar essa ideia, desmistificar os padrões sociais que historicamente foram impostos à sociedade que, em certa medida, dá aos europeus a superioridade em comparação ao homem brasileiro. Ele é visto como machista, grosseiro e ciumento, enquanto a mulher europeia é desprovida de sexualidade, virgem, imaculada, a “Nossa Senhora de Fátima” (GOMES, 2018b, p. 421).

Em conversas informais com um emigrante brasileiro atualmente residente na Irlanda, ele relatou que algumas vezes já foi acionado para salvar brasileiras de agressões físicas praticadas pelos seus companheiros europeus. Fato corroborado pela reportagem da BBC News de 04 de janeiro de 2021, cuja manchete é “O drama das brasileiras que sofrem com violência de maridos estrangeiros na Europa”<sup>87</sup>. A reportagem traz relatos de algumas brasileiras que sofrem com a violência física e psicológica praticadas por seus companheiros europeus. A matéria ainda destaca que, segundo o Itamaraty, de janeiro de 2019 a novembro de 2020 foram registrados 213 casos de violência doméstica e tráfico de seres humanos com vítimas brasileiras no exterior (WENTZEL, 2021).

Na minha pesquisa notei que a ideia do europeu como um indivíduo mais civilizado foi representada também na fala de uma entrevistada casada com um cubano. O fato de ele ser mais introspectivo dá-lhe a ideia dele ser menos expansivo que os brasileiros, ou seja, um pouco europeu: “Casei com um europeu preto, pintado de preto” (YOKO). Outra entrevistada argumentou que, do ponto de vista da sexualidade, o homem brasileiro não sabe se relacionar com a mulher brasileira:

Digo logo, a sexualidade. Já tive, tive homem brasileiro, eu não digo que é homem francês, é...é homem francês porque ele que é o meu, pra mim é mais difícil de encontrar um homem brasileiro que goste realmente de transar com mulher, pra mim homem brasileiro ele precisa de uma fechadura, de uma cabra, do prazer, o homem brasileiro fica olhando se você é bonita se não é. Enquanto que o homem...quando comecei a namorar com Harry, o que me encantou, que me deixava assim meio espantada, a quantidade de elogios do nada, do fio do cabelo, de um olhar que você dá, de uma valorização pelo o que você é, e não de um modelo de mulher que tá lá, ele por exemplo, até hoje ele adora peito grande, e que na fase que ele me conheceu eu estava com um peito menor possível, eu estava esquelética, e o que ele dizia – que peito pequeno bonito – essa coisa de, de olhar pro outro e procurar o que é bonito nele.[...] brasileiro realmente é uma batalha, ele não está com você, está com um modelo de mulher patriarcal (MEGHAN).

E segue:

---

<sup>87</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55055732>- acessado em 03 de março de 2021.

Se você pensar bem no meu rol de amigas mais próximas, eu tenho quatro ou cinco casadas com estrangeiros, e eu acho que todas têm isso de encontrar ou de buscar (o estrangeiro), e mesmo que depois que se decepcione, o modelo masculino que não seja brasileiro, eu não sei se já cheguei a dizer, mas já disse isso a outras pessoas, eu tenho a impressão que na França tem um mito que francês e brasileira se atraem, eu já ouvi isso quando que andava naquele bar franco-brasileiro, e eu, quando me disseram isso eu disse: ‘é porque acho que realmente mulher e homem brasileiro não combinam, eles não se entendem, o que a mulher quer não tem nada a ver com o homem brasileiro, eles realmente são completamente desconhecidos’. O fato dele ser francês, não foi isso que me apaixonou, mas, que foi importante pra me sentir feliz em estar com ele, foi, independentemente da qualidade da relação (MEGHAN).

No primeiro relato Yoko qualifica a personalidade do esposo em razão do seu comportamento. Por não falar alto e ser comunicativo, ele seria um “europeu pintado de preto” em razão da cor da sua pele. O que chama a atenção é que Yoko nunca esteve na Europa e ela fala a partir da imagem que socialmente é repassada como educação europeia. Por outro lado, Meghan, casada com um europeu, fala sobre a sexualidade masculina, de como o homem francês, já que é a nacionalidade do seu esposo, é mais gentil, tece mais elogios à parceira. John, ao se autoanalisar, também se considera um europeu:

Os cubanos também são assim (barulhentos), sou eu que não sou assim. Você né cubano não, é europeu? Sou eu que sou assim, não gosto muito de barulho, tem muitas populações muito alegres, iguais, brasileiros, dominicanos, porto-riquenhos, são barulhentos, são. Eu sou mais tranquilo, não gosto muito de barulho, passo horas estudando (JOHN).

O que analiso nestes dois relatos é que existe uma hierarquização entre europeus e latinos, que dão aos primeiros características mais “civilizadas”<sup>88</sup>, que creditam ao brasileiro a ideia de não “gostar realmente de transar”. Essas falas me fazem pensar na perspectiva dos estudos decoloniais, que possibilitam a compreensão do “ser homem” e do “ser mulher” a partir da ideia da conjunção de vários marcadores identitários, não só das relações existentes entre os gênerosmas também na articulação entre classe, raça, gênero, sexualidade. Mais ainda, a partir da compreensão sobre acolonialidade, em que os corpos das ex-colônias são automaticamente ligados ao imaginário de seres mais sexuais, exóticos, menos cultos e educados. E nesse aspecto Anibal Quijano (2009b) me faz pensar a partir da ideia com a qual visualiza a Europa como centro cultural do mundo, onde todas as civilizações partiram dela, “centro mundial do capitalismo que colonizou o resto do mundo” (IDEM, p. 75), concretizando a ideia central da teoria decolonial, que é romper com “uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos” (IBDEM). Os

---

<sup>88</sup> Utilizando o modelo europeu, colonizador de civilidade.

irracionais, inferiores, primitivos e tradicionais são os nativos das ex-colônias, ou seja, o Sul global. Dessa forma, não convém pensar as relações de gênero e as representações sociais do homem imigrante e da mulher brasileira de forma essencializada, ou seja, pensar nesse homem brasileiro como mais sexualizado, menos educado e gentil, e reafirmar aspectos que inferiorizam homens e mulheres do Sul global.

Não quero aqui dizer que homens europeus são mal-educados, ou que homens brasileiros são gentis, mas que essa essencialização vem de uma ideia colonial. Quero dizer, com isso, que existem homens e mulheres construídos a partir de suas relações sociais e que essa forma de valorizar homens do Sul e do Norte globais tem relação à colonialidade do poder que Quijano (2009) apresenta. Logo, não devemos essencializar e analisar de forma fixa o ser “homem e mulher brasileiro/a” e o ser “homem e mulher europeu/ia”, fixar esses padrões e reafirmar a dominação global que classifica o colonizador como um “humano superior” e o colonizado como “menos humano”, um “humano inferior”. Entender essas reproduções do imaginário de homens e mulheres sob a lupa da teoria decolonial é perceber que essas afirmações estão articuladas ao sistema de dominação cultural que controla a produção e reprodução das subjetividades a partir de uma ótica eurocêntrica que classifica e hierarquiza a sociedade mundial (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019).

Em contrapartida, do ponto de vista das relações de poder no espaço público, Oliveira (2021) afirma que os imigrantes europeus que ascenderam socialmente casaram-se com pessoas de famílias tradicionais, que compuseram a oligarquia brasileira. Estes imigrantes não transformaram o padrão de desigualdade social brasileira, eles não alteraram o *status quo*, ao contrário, fortaleceram o conservadorismo e reforçaram a estrutura social racista e preconceituosa.

Uma análise importante feita por Piscitelli (2011) é a articulação do nível educacional com a força da colonialidade exercida nessas pessoas. A autora observa que as suas entrevistadas com menor nível educacional justificam escolhas como “um marido totalmente diferente do brasileiro”, “limpa toda a casa”, “amável”, “carinhoso”. Na concepção da autora, esses argumentos

Reiteram o recorrente procedimento de utilizar o gênero como linguagem para aludir à posição desigual das nacionalidades – ou “culturas” – em jogo. Nele, os estilos de masculinidade valorizados remetem a noções de “avanço” e “modernidade”, as quais se expressam no igualitarismo nas relações entre homens e mulheres (PISCITELLI, 2011, p. 118)

A partir de outra perspectiva, Lópes (2009), quando analisa o imaginário que os espanhóis possuem acerca dos latinos e africanos, credita sexualização e objetificação dos

seus corpos ao discurso publicitário que estrutura o sistema econômico. Neste sentido, a venda destes imaginários sexualizados está alinhada à lógica de mercado para vender bens e serviços. A construção desse imaginário serve para seduzir o receptor através do sexo, pois, segundo o autor, quando excitados, nossos instintos superam a nossa racionalidade. Concordo com o autor sobre a estruturação da lógica de consumo que objetifica pessoas, mas por que esses corpos são latinos e africanos? Por que não os americanos do Norte?

Essas construções sociais hipersexualizadas do “ser homem e mulher brasileiros” são expressões racistas que hierarquizam a humanidade, que geram padrões de humanidade e constroem signos entre as pessoas do Sul, que os aproximam à natureza e aos animais, aos “não-humanos”, parafraseando Lugones (2014). Ao analisar o relato de Yoko, observo que, segundo ela, o homem sergipano gosta de “enganar” sua companheira, de se fingir de “santinho”; no entanto, seu cônjuge, cubano, é mais respeitador, porém “já tentou umas paquerinhas pela internet”.

A diferença do homem sergipano é que, no caso dele, o sergipano ele gosta de, dá um de... dizer que é o certo, eu não engano você, é santinho, um homem direito para a família da mulher e quando vira as costas vai pontear, machista, quando vira as costas é um cachorro. Com relação aos cubanos, em relação a ele, porque os que conheci antes eram iguais aos brasileiros, com relação a ele, é um cara respeitador. Já tentou umas paquerinhas pela internet, e ele sabe onde o pau que trepa, e comigo é mais embaixo, me respeita, quer dá uma fugidinha, mas sabe a hora de recuar, mas sabe que a coisa fica feia (YOKO).

Aqui temos um cubano preto, o que pode gerar ao leitor uma ideia de que não existe a hierarquia, porém, do outro lado, temos os estereótipos de homem nordestino “cabra-da-pestre”, grosseiro, mal-educado, machista e mulherengo. Dessa sorte, o que pude observar com essas falas é que, mesmo o Brasil deixando de ser colônia de Portugal em 1822, apenas deixamos de ser colônia política, mas ainda não conseguimos romper com as relações culturais, de produção do conhecimento impostas pelo Norte pois o processo de colonialidade sobrevive ao colonialismo. A colonialidade produz as estruturas sociais a partir da matriz colonial (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019). Portanto, ainda que o Brasil não seja mais colônia de Portugal desde o século XIX, as representações sociais que pairam no imaginário social sobre o “ser brasileiro” reproduzem a colonialidade do poder, do ser, do saber e do gênero.

Ao falar sobre seus relacionamentos anteriores, Mariana corrobora as falas das entrevistadas anteriores.

Acho que, sim, eu não tive muitos relacionamentos com brasileiro, não. Alguns poucos ficantes, entre o primeiro namorado que era peruano e ele, e alguns ficantes. Mas, assim, tem diferença sim, o brasileiro por si, eu acho mais curtidor, né,

curtidor, é bem essa palavra. O estrangeiro não, eles são mais sérios, são mais comprometidos, eu acho isso (MARIANA).

Piscitelli(2011) percebeu em suas entrevistas com brasileiras a mesma situação. Em uma das transcrições de suas entrevistas a sua interlocutora relata: “o brasileiro te pega, te joga na parede, te chama de lagartixa, é bem vagabundo, é gostoso. Agora o espanhol não, mas ele quer manter a casa, a família” (IDEM, p. 119). Essas falas me mostram como a colonialidade de gênero nos ajuda a analisá-las, compreendendo como esses corpos tanto dos homens como das mulheres do Sul são sexualizados, dotados apenas do sexo biologizante. Faz-me perceber que não apenas as mulheres brasileiras possuem este estereótipo mas o imaginário do homem brasileiro também é sobrecarregado de estereótipos hipersexualizados.

No marco da colonialidade do gênero, há mais do que um estereótipo, mas um processo em que se nega a determinados corpos o componente construído, cultural, racional, relacional. São apenas corpos, dotados não de gênero, desejo e sexualidade, mas de sexo, instinto, impulso. Hipersexualizados, esses homens e mulheres são alvo de representações racistas que usam de representações de sexo/gênero ao mesmo tempo, criando novas e outras hierarquizações que não se resumem apenas aquela de masculino/feminino e que transformam pessoas negras (e assim também pessoas indígenas) em uma espécie de padrão de negatividade(GOMES, 2018a, p. 75).

É importante notar que a representação da mulher brasileira também está ligada à sexualidade. Gomes (2018b) lembra que o imaginário da mulher branca europeia foi construído a partir da ideia de “Marias/mães/esposas/virgens”, enquanto o da indígena, negra e mestiça são as “Evas/pecadoras/prostitutas”. No caso da colonização portuguesa, há um agravante que está ligado ao que alguns pesquisadores chamam de “mito da democracia racial” e ao discurso luso-tropical: “um imaginário que oculta as violências da escravidão e propaga que os portugueses se misturaram sexualmente com as mulheres negras e indígenas, formando uma sociedade não racista miscigenada” (GOMES, 2018b, p. 409).

Gomes (2013), ao analisar o imaginário da mulher brasileira em Portugal, consegue perceber que há a ideia de que as ex-colônias são espaços ligados ao turismo natural, ao passo que a Europa está voltada ao turismo cultural.

imaginário colonial que construía as colônias como paraísos naturais e selvagens *versus* a Europa como civilização e cultura [...] Destaca-se o uso da expressão “A maior oferta de destinos turísticos no Brasil...500 anos depois”, a qual remete ao período do “descobrimento” do Brasil pelos portugueses. A fim de divulgar o Brasil como um destino turístico atual, a publicidade retoma o imaginário de Brasil como destino colonial. Percebe-se que as ideias de beleza, sensualidade e disponibilidade sexual estão imbricadas entre si no imaginário “Mulher Brasileira”, através da ordem discursiva hegemônica que remete a relações de poder colonial, racista e sexista (GOMES, 2013, p. 875–876).

Um outro relato que me chama a atenção no tocante a essa ideia hipersexualizada da mulher brasileira é a fala de Sílvia, a qual corrobora as teses das autoras acima citadas. Ela conseguiu perceber e sentir na pele o preconceito que existe para com a mulher brasileira. Trabalhando em um navio com os mais diversificados sotaques e línguas, num espaço onde coabitam as mais diversas nacionalidades, ela sentia que recaía sobre ela e às demais brasileiras a ideia de sexo fácil, ainda que ela observasse que outras mulheres, de outras nacionalidades, prostituíssem-se. Ela credita esse imaginário ao fato de as brasileiras serem mais comunicativas, por “gostarem mais de festa”.

Inclusive, quando ele desembarcou para resolver as questões da documentação, que tinha vencido, um outro cara me cantou, era da Guatemala (*imitando as vozes, a entrevistada fez o seguinte diálogo*) – agora você pode me dar uma chance – e eu disse que tinha namorado – mas ele desembarcou (*retrucou o guatemalteco*) – mas eu continuo com namorado (*respondeu Sílvia*) – mas você não é brasileira? – E daí que eu sou brasileira, eu continuo tendo namorado (...) e o cara ficou sem entender porque que eu brasileira depois que Carlos Gustavo foi embora não dei chance para ele. Era esse o mal que eu sofria lá, pegar essa fama que brasileira tinha lá de que porque o namorado deu as costas já pode ir para outro (SÍLVIA).

E um pouco mais à frente a interlocutora acrescenta:

Agora sabe o que era engraçado? Que a mulher brasileira leva a fama, mas lá no navio, é de conhecimento público e notório que as filipinas são as mais safadas, eram as filipinas quem faziam prostituição dentro do navio e brasileira não fazia isso, mas como a gente é mais visível, a gente vai muito para festa então a gente acaba levando a fama maior, mas não era a gente que ficava pegando meio mundo de gente lá[...] E só pegava chefe, só pegava oficial, pé rapado não queria, não(SÍLVIA).

Esse trecho da fala de Sílvia é muito significativo, não só em função do sentimento que ela expressa sobre a visualização da representação da mulher brasileira mas também como ela reproduz, com a mulher filipina, a mesma situação que ela vivencia. Segundo Ricordeau (2017), as mulheres filipinas, há anos povoam o imaginário social como as “noivas por encomenda”, como também atuam com forte presença na “indústria internacional de encontros e matrimônios”. Por outro lado, o país aboliu as atividades das agências de encontros e matrimônios internacionais, além de implementarem uma forte política de exportação de mão de obra feminina. De igual modo, o referido autor, em sua pesquisa, não encontrou uma quantidade significativa de filipinas vivenciando um “casamento por encomenda”.

Ainda em sua pesquisa, Gomes (2013) mostra como a imprensa portuguesa vai fortalecer esses estereótipos sexualizados da mulher brasileira, conforme mostra a Imagem VII. É importante pontuar a mídia e sua representação de homens e mulheres, pois geram imaginários sociais em seus consumidores – ou seja, os meios de comunicação muitas vezes

fortalecem os estereótipos sexualizados dos latinos e africanos. A sexualização da mulher brasileira é tão forte que já foi utilizada como chamariz de estrangeiros pela Agência Brasileira de Promoção Internacional ao Turismo – EMBRATUR, em propaganda de 1966, conforme Imagem VIII.

Anchieta (2021a), ao realizar uma profunda análise da imagem da mulher no Ocidente Moderno, indica que as imagens podem distorcer o real ainda que seja “uma janela privilegiada para compreender (sempre) contraditórias relações sociais” (ANCHIETA, 2021a, p. 20). Devo concordar com a autora ao pensar nas imagens femininas a seguir: são imagens que sexualizam a mulher brasileira e não seria demérito algum sermos mais sexuais. O problema reside na sexualização quando se torna moeda para o turismo sexual, quando se utilizam os corpos femininos como se a única utilidade fosse a sua sexualização. E ao pensar na afirmação da autora acima, observo que esses corpos são utilizados não só como as contradições existente entre Norte e Sul globaismas também nas hierarquias existentes nas relações homens e mulheres.

#### **Imagem VII:** Capa da Revista Focus em Portugal



Fonte: [https://www.researchgate.net/figure/Cover-of-the-Focus-magazine-Source-Os-segredos-da-mulher-brasileira-2010\\_fig3\\_322156218](https://www.researchgate.net/figure/Cover-of-the-Focus-magazine-Source-Os-segredos-da-mulher-brasileira-2010_fig3_322156218)

### Imagem VIII: Propaganda da EMBRATUR



Disponível em: <http://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2014/02/no-passado-brasil-ja-teve-material-oficial-de-turismo-com-apelo-sexual.html>

Observem que na Imagem VII temos a capa da Revista Focus, portuguesa, com a matéria “Os segredos da mulher brasileira” com a imagem de uma mulher de costas, usando calcinha fio-dental nas cores da bandeira brasileira, uma clara associação da mulher brasileira à sexualização. No caso da mulher brasileira em Portugal, Gomes (2018b) relata o episódio das “mães de Bragança”, que foram um grupo de mulheres portuguesas que culpavam prostitutas brasileiras por “roubarem” seus maridos. A autora esclarece que, à época, as mulheres brasileiras foram tidas como “pecadoras”, “destruidoras de lares”, já as portuguesas eram as “mães”, “esposas exemplares”, e os homens, em uma clara expressão do poder patriarcal, foram as vítimas da sedução das brasileiras.

Na imagem seguinte, a questão é ainda pior. Mostra-se uma mulher sensual de biquini branco e a frase: “See you there”, que, traduzindo para o português, significa “vejo você lá”. O agravante neste caso é tratar-se de uma publicação da EMBRATUR. Ou seja, é a utilização, por meio de uma instituição governamental, da sexualização da mulher brasileira para vender o turismo do país.

Ao analisar esses dois relatos de Meghan, observo que, no primeiro, ela conta sua experiência com um casal amigo de Harry, e, no segundo, relata sua primeira ida àquele país na condição de estudante de doutorado.

Não quero mais conversar com esse cara, ela ficava diplomática, mas ele não, me olhava de forma hostil. O olhar dele de preconceito básico sobre brasileira, tipo assim: – Puta, você é uma puta –. Aliás, quando Harry disse a ele que estava com uma brasileira, ele disse: – você vai jogar sua vida, sua família fora por causa de uma mulher boa de cama? (MEGHAN).

Ah...em Paris! Quando chegou minha vez, o motorista (de táxi) colocou minha mochila vagabunda no porta-malas dele, aí me perguntar para onde vou, ele nem olhou pra minha cara. Quando eu respondi, porque foi uma coisa de sotaque, ele viu o sotaque é de estrangeiro, olhou para minha cara, e eu com essa cara de árabe, não sabe o que ele fez: vou praí não. Puxou o carro, tive que tirar a mochila rápido. Eu não entendi nada, porque aqui no Brasil sou de classe média, sou do Nordeste, minha cor é morena, não sou confundida com negra aqui. Então eu não tive experiência (de racismo), então eu fiquei assim, aí veio um rapaz estagiário que organiza as filas, ele veio pra mim e disse – madame, agora fique aqui comigo, quando o novo táxi chegar eu resolvo – e eu assim “o que está acontecendo?” – e isso na frente de todo mundo. Aí ele fez, eu entrei, e o motorista novo que não tinha visto a cara dele, que *tava* assim completamente atordoada, o motorista disse – por que o outro táxi não apegou – aí o jovem francês disse – não sei “monseigneur”, mas desconfio porque ela é estrangeira – quando ele disse isso, aí caiu a ficha e aí minha lágrimas caíam. Foi experiência de racismo mesmo, nunca pensei que iria passar por isso em minha vida, porque, na França, a gente, assim, a gente é considerado árabe, eles distinguem muito bem árabe de negro [...]. Quando chegou perto onde eu ia ficar, e o motorista com cara de indiano, olhou pra mim e o olhar dele, ele não falou do episódio, mas o olhar dizia – minha irmã, eu sei o que está passando – ele queria me dizer, se eu parar aqui tá pertinho do seu hotel, mas se eu parar aqui terei que dar uma volta. Ele foi solidário. (MEGHAN)

Anchieta (2021a), quando faz a análise das imagens femininas dos séculos XV ao XVI, afirma que “as mulheres não foram vítimas passivas dos estereótipos. Muitas fizeram uso dessas imagens ao seu favor” (p. 26). Devo concordar com a autora, mas apenas em parte porque é necessário analisar quem foram essas mulheres que conseguiram usar tais imagens a seu favor. Recordo do documentário lançado em 2020 pela Netflix “Anitta: made in Honório”, que mostra como uma menina da favela carioca utilizou do imaginário sexualizado da mulher brasileira para se promover e, enquanto as pessoas a criticavam e achavam-na apenas mais uma “bunda rebolando”, ela ia se promovendo e ganhando muito dinheiro, sendo hoje uma das maiores artistas brasileira, compondo o corpo de conselheiros do Banco Nubank. Todavia, a artista é uma exceção como outras na história da humanidade<sup>89</sup>. Nas relações de poder existem os dois lados em constante relação; em alguns momentos, o lado mais oprimido encontra estratégias de enfrentamento, mas continua sendo o oprimido. Muitas mulheres podem usar a sexualização a seu favor, como o fizeram, na Idade Média, com a bruxaria, conforme apresentado pela autora acima, ainda que a grande maioria das mulheres tenha sido queimada na inquisição.

---

<sup>89</sup>Cf. ANCHIETA (2021a,b,c).

Ao pensar nas representações que essas imagens criam deve-se entender também o meio que elas usam para chegar até o seu receptor. Ao entrevistar Tom e questionar quanto à imagem que ele possuía sobre a mulher brasileira, ele relata que, antes de chegar ao Brasil, não tinha nenhuma ideia sexualizada da mulher. Na Síria, o Brasil é o país de Ronaldo, Romário, Pelé, o país do futebol, pois, como os meios de comunicação no seu país de origem são mais conservadores em razão da cultura, ele não tinha a ideia da mulher brasileira hipersexualizada.

Aúnica coisa que conhecíamos do Brasil era o futebol. Até do carnaval não falavam muita coisa, porque a televisão árabe como são mais conservador, não falavam muita coisa do carnaval. Então, duas coisas que conhecia eram futebol e que o país é perigoso por causa da favela que tem, mas a mulher brasileira só conheci quando cheguei por aqui (TOM).

Pode-se perceber que os meios de comunicação são um dos mecanismos de construção de símbolos que nos possibilitam a compreensão de mundo. Pérez (2009) e López(2009) acreditam que eles compõem o sistema de representação e “desempenham um papel mediador entre a realidade social objetiva e a experiência pessoal” (PÉREZ, 2009, p. 98, livre tradução). A autora pontua, com isso, que parte das nossas percepções de mundo é construída através dos meios de comunicação: eles são, muitas vezes, reflexo da realidade e aparecem “como chave do enigma que explica o que somos, o que não somos e o que poderíamos ser como coletivo humano” (IBIDEM, livre tradução).

Em outro momento da entrevista com Harry e Meghan, a ideia sobre a sexualização da mulher brasileira é apresentada:

**Harry:** Uma representação forte que existe na França – é sempre a mesma – que ela dança samba no carnaval, mas...

**Meghan interrompe**

**Meghan:** Transa mais facilmente (risos)

**Harry:** Eu ia dizer até contrário. Não é uma questão da mulher brasileira transa mais ou transa melhor. Ela é mais bonita no sentido de que ela é mais escandalosa, mais extrovertida, mas isso não quer dizer que ela transa melhor que uma francesa.

**Meghan:** No tempo que fui conhecer a França, eu fui conhecer a França, eu ainda não estava no doutorado, mas ele já tinha se separado e levar os currículos para ir fazer meu doutorado lá. E aí um dia fui sozinha na cidade, em Marselha, peguei o metrô porque ele ia para outro lugar, e peguei o metrô só, e se eu me perder, ele disse – Meghan, é o seguinte: se você se perder, você se dirige a um homem com um sorriso e diga assim: “eu sou brasileira e tô perdida”, aí vai ter uns cinquenta para lhe orientar, não vai ter problema – (risos).

Nota-se que Harry, a princípio, retrata a mulher brasileira como a mulata do samba. Uma reportagem de 2014 intitulada “Mulata, samba e Carnaval: será que símbolos nacionais

criam estereótipos da mulher brasileira lá fora?”<sup>90</sup> traz uma série de relatos de brasileiras emigrantes contando suas experiências no exterior. A grande maioria delas passou por episódios que reafirmam a representação das mulheres brasileiras como mais curvilíneas, sensuais, que sabem sambar. Recordo que, em uma aula no início do doutorado, uma das colegas relatou algo similar. Disse que, certa vez, ao pegar carona em Portugal, havia sido cantada após o motorista perceber seu sotaque brasileiro. Notem que, posteriormente, Harry acredita que as mulheres brasileiras chamam mais atenção por serem mais “escandalosas” e “extrovertidas”, o que as deixa mais bonitas; Meghan, em seguida, diz que foi orientada pelo seu companheiro a procurar um homem caso se perdesse, sorrir e dizer ser brasileira. Seria, por isso, prontamente orientada. Então fico a pensar: por que dizer ser brasileira interferiria na forma como seria orientada? Ou seja, a nacionalidade – ou melhor, a representação sobre determinada nacionalidade – irá interferir na construção da percepção sobre esta pessoa.

Já José observa que a mulher brasileira é menos vaidosa que a uruguaia, que, para ele se “emperiqueta” mais para ir à padaria.

Mas o que pode ser que a mulher uruguaia é mais, é mais, como dizem mais vaidosa, até para ir no supermercados, farmácia. Tem que sair toda emperiquitada, toda arrumada. Hoje em dia não sei, essa nova geração, não sei, mas no meu tempo era assim e eu nunca fui de negócio da pessoa toda emperiquitada, quanto mais simples melhor. Eu vejo que a brasileira neste sentido ela é simples, não tão, mas se tem que ir para uma festa se produz (JOSÉ).

Em outra entrevista, a de Marry e Francisco, ela vai relatar como ambos visualizam um ao outro. Segundo ela,

Ele tinha uma imagem de que aqui os brasileiros ficavam o dia todo jogando futebol. Chegou aqui e achava que as meninas ficavam o dia todo sambando [risos]. Não, o povo trabalha, estuda, trabalha, uma vez na vida a outra na vida e na morte. Mas ele chegou aqui e é a mesma coisa de mim: eu nunca fui para o Equador, mas eu tenho uma imagem que as pessoas são muito paradas, não são de estímulos, aqui as mulheres se desenvolve muito mais, lá as mulheres ficam muito mais dependentes do marido, e aqui no Brasil a gente já conseguiu fazer essa evolução (MARRY).

Representar o outro é algo que comumente fazemos a partir das nossas experiências. Khatib-Chahidi, Hill e Paton (1998), por exemplo, demonstram que as mulheres entrevistadas diziam que seus compatriotas, ingleses, eram mais “frios” e menos românticos na forma de lidar com suas parceiras conjugais quando comparados aos imigrantes com que elas decidiram casar. O problema é quando essas representações do outro segregam, hierarquizam e geram preconceitos sobre as pessoas, sejam elas migrantes ou outra minoria social. Notem que

---

<sup>90</sup> Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2014/07/mulata-samba-e-carnaval-sera-que-simbolos-nacionais-criam-estereotipos-da-mulher-brasileira-la-fora-cjplaxy500p8b9cnjfrz37v6.html>, acessado em 21 de março de 2021.

Marry também tem sua percepção dos equatorianos como pessoas mais “paradas”, mulheres dependentes de seus maridos, inferiores às do Brasil já que aqui as “mulheres são mais desenvolvidas”. Marry nunca foi ao Equador, mas já construiu sua ideia sobre homens e mulheres equatorianos em uma clara expressão da hierarquização entre os países da América do Sul. Em termos globais, o Brasil é um país continental, um dos líderes econômicos da América Latina – e esse indício também pode apontar para uma hierarquização de poder entre os homens e mulheres latinos.

Bauman (2004) recorda que as fronteiras não foram criadas em razão das diferenças, mas porque buscamos encontrar diferenças para justificar as fronteiras. Todos nós diferimos, possuímos traços físicos, biológicos, de personalidade e culturais distintos; inexistente uma pessoa idêntica à outra, ainda que sejam gêmeos univitelinos e, ainda assim, “algumas delas nos incomodam e nos impedem de interagir, de atuar amistosamente, de sentir interesse pelos outros, preocupação com os outros, vontade de ajudar os outros” (BAUMAN, 2004, p. 2).

Marry, ao relatar a seus pais que estava namorando um equatoriano, percebeu a preocupação deles com este relacionamento.

Meus pais são policiais, então eles são *muuuuito* desconfiados, e nunca fui de namorar, sempre fui de sair pra curtir, viajar, tanto que fui sozinha pra lá para fora. Enfim, ninguém acreditava que iria demorar tanto tempo assim, e quando cheguei eu falei – Mãe daqui a tanto tempo eu vou me casar na Espanha – e ela – não precisa passar a etapa de namoro, noivado... – Eu disse que não existia isso na Espanha, e ela disse – daqui a mês, estou indo aí – E ela realmente foi. Porque os latinos – e a gente também, claro – têm aquele pensamento que todos são artistas, são preguiçosos, cachaceiros, são isso, são aquilo. Então ela precisou ver, não no sentido de aprovação, eles não interferiram em nada, foi no sentido de observar, ver, poder dar um conselho, mas, eles me deram um susto (MARRY).

Mas Marry não foi a única: Gisele sofreu o mesmo, quando decidiu casar-se com Tom. O fato de ele ser sírio gerava na família dela e nos seus amigos o imaginário de que ele seria um “homem bomba”.

Vamos lá... A minha pensou que ele era um homem bomba, né? A maioria das pessoas tem essa mentalidade. Toda pessoa do oriente médio é um homem bomba. E a mãe dele achou que eu iria tirar os órgãos dele e vender [risos]. Mas, assim, tudo é questão de conhecer, porque o desconhecido assusta, assusta muito. Mas na medida em que vai se conhecendo, nunca vi problema. No início foi complicado para ambas aceitarem porque tudo é completamente, diferente né (GISELE).

O processo de aceitação ou rejeição familiar é um dado que tem relação com as representações sociais preexistentes sobre o outro e com o preconceito. Khatib-Chahidi, Hill e Paton(1998) mostram que algumas famílias rejeitaram os cônjuges por questões raciais, de religião ou simplesmente pelo fato de serem imigrantes.

Two women, however, reported that there was overt rejection of their chosen partner on perceived racial grounds. In one of these the woman was actually disowned when her parents learned of her relationship with her future, fair-skinned, Muslim husband, whose undesirability according to the mother – and the father usually followed what his wife thought – was total: he was not the right nationality, not Roman Catholic and ‘worst of all he was Black’ (CHAHIDI, HILL E PATON, 1998, P. 55)<sup>91</sup>.

Os autores relatam que os marcadores de raça e de prática religiosa foram fundamentais para a não aceitação da família, ou seja, não foi apenas o fato de ser imigrante como também de ser imigrante, negro e muçulmano. Isso me faz lembrar o caso de John, que não era apenas imigrante, mas cubano e preto, bem como a primeira impressão que os amigos de Gisele tinham de Tom – um “homem bomba” pelo fato de ele ser muçulmano.

Essa ideia do imigrante como uma pessoa perigosa também vem quando analisamos a narrativa de Carlos e Isabel. Isabel acreditava que Carlos iria sequestrá-la e suas filhas também. A essa ideia que pairava na mente de Isabel credito também o fato de ela ter vivenciado um relacionamento abusivo anteriormente, no qual ela foi mantida em cárcere privado.

**Isabel:** Ele ficava na minha porta, esse homem se declarou, porque estamos 1 ano e 7 meses juntos, antes disso o tempo todo ficava na minha porta, mas eu nunca quis saber dele, eu tinha cisma, tinha medo, por conta que as pessoas ficava dizendo – olhe, se você tiver um caso com um homem de outro país, ele vai te sequestrar, vai te vender e vai vender tuas filhas – aí eu ficava com medo, mas, ele foi... esse homem ficava na minha porta. Como era que eu dizia?

**Carlos (imitando Isabel):** Branquelo sem cor nenhuma...vá *simbora*, vá *simbora*...

Fato similar também ocorreu com Carlos Gustavo e Sílvia. Assim como Isabel, Sílvia tinha saído de um relacionamento abusivo quando conheceu Carlos Gustavo. Recordo aqui dos “laços invisíveis” de Elias (1994) ao relatar que todos nós estamos interligados, até mesmo aqueles que apenas se cruzam na rua. É importante acionar Elias para pensar que estas pessoas não estão isoladas no mundo: são fruto das suas relações sociais. Logo, não é apenas o fato de ser imigrante que preocupava Isabel ou a família de Sílvia, mas as suas relações amorosas anteriores.

Aqui em casa foi mais diferente, porque quando eu fui para o navio eu tinha saído de um relacionamento abusivo. Ele não me batia, mas ele era uma pessoa que me colocava muito para baixo e, quando a gente terminou, ele, pouco tempo depois, já começou a se envolver com outra pessoa, mas ele não aceitava que estivesse saindo com amigos, ele não aceitava que eu fosse para festa. Então ele ficou me perseguindo por muito tempo e isso foi bem traumático. Ele ia no meu trabalho, jogou o carro em cima de mim na rua, fez um monte de coisa. Então meu pai e

---

<sup>91</sup> Duas mulheres, no entanto, relataram que houve rejeição do parceiro escolhido por motivos raciais. Em um deles a mulher foi de fato renegada quando seus pais souberam da relação com seu futuro marido muçulmano, cuja indesejabilidade, segundo a mãe – e o pai geralmente seguia o que a esposa pensava –, era total: ele não era da nacionalidade certa, não era Católico Apostólico Romano e “o pior de tudo, ele era negro” (tradução livre).

minha mãe também ficaram ressabiados com isso e aí quando eu chego falando que tô namorando com um peruano, né? Que é outro país, outro lugar. Eles começaram: “já vai você, você foi para o navio para trabalhar e me volta com um namorado” (SÍLVIA).

E os amigos não foram muito diferentes. Carlos Gustavo relata como foi o primeiro contato com a melhor amiga de Sílvia:

Uma amiga dela, que é muito amiga dela, falou para mim igual, quase que como meu sogro. “Ela é minha amiga, mais que uma amiga é uma irmã e se você fizer ela sofrer, você vai se ver comigo, eu vou procurar você” (CARLOS GUSTAVO).

Sílvia argumenta em sua fala que esta experiência de um relacionamento abusivo deixou marcas nela e em sua família. E o fato de conhecer alguém que não é brasileiro em outro país causou-lhe desconfiança

Quando a gente vem de um relacionamento que machucou muito, o próximo acaba pagando um pouco do pato, porque você transfere, fica com medo de confiar de novo e quebrar a cara de novo. E a forma como ele se mostrava para mim parecia muito bom para ser verdade, (*e ela pensava*) tem alguma coisa de errado aí, algum fingimento aí, que não é possível que ele é esse cavalheiro todo, não é possível que ele é essa pessoa educada desse jeito (...). Eu digo que Deus botou a gente no caminho do outro para se curar. Porque vê só, ele do Peru eu do Brasil, a gente foi se achar na Espanha num navio, e eu fui para lá justamente para fugir desse negócio de relacionamento (SÍLVIA).

Pensando a partir da teoria de Norbert Elias (1999, 2011), posso visualizar como a teia da interdependência articula-se através dos laços de trabalho e propriedade, de instintos e afetos e é moldada através das figurações sociais que geram o “eu” e o “outro”. Ao analisar a entrevista deste casal, eles ainda me apontam outras questões a serem pensadas. Quando pergunto a ambos como foi a aceitação da família depois de pontuarem que estavam namorando, Sílvia relata que os familiares e amigos do seu cônjuge trataram-na como uma celebridade:

A família dele ficou feliz da vida, só a família não, os amigos, todo mundo. Quando eu cheguei lá, eu tipo, virei celebridade. Mas não só pelo fato de eu ser brasileira, mas, porque ele é uma pessoa que a vida era trabalho/casa, casa/trabalho (SÍLVIA).

O relato de Sílvia indica uma necessidade que a sociedade impõe às pessoas em constituir uma família tradicional, ter um casamento heterossexual com filhos, com o argumento de deixar herdeiros, alguém que possa cuidar dos pais na velhice. Nessa linha, Piscitelli (2011) argumenta que a reprodução social inclui “cuidadosos cálculos” que operam com base na classe social e visam “assegurar a transmissão do patrimônio, permitindo a manutenção da família na hierarquia econômica e social ou para garantir a continuidade econômica da linhagem e a reprodução da força de trabalho” (p. 115). Já a aceitação de Carlos Gustavo foi um poucodiferente: apesar de hodiernamente ser muito querido pela família de

Sílvia, sua aceitação foi processual e, no momento em que a pediu em casamento, seu sogro reagiu da seguinte forma:

**Carlos Gustavo:** Aí meu sogro falou assim: “ah, tá bom, mas eu não conheço você, eu não confio em você”. Ele falou assim, assim, direto. “Eu não confio em você, eu não conheço você, mas, se minha filha elegeu você para ser seu parceiro, seu esposo, bem, mas eu não confio em você”. Aí eu fiquei um pouco chocado, claro eu dou razão, porque como pai que sou vir uma pessoa que não conhece...

**Sílvia:** De outro país

**Carlos Gustavo:** De outro país, mas passou o tempo, agora eu sou um filho.

**Sílvia:** Agora é Deus no céu e ele na terra, minha filha.

Assim, pode-se notar que as ideias sobre o “ser brasileira” são construídas a partir das percepções que o indivíduo possui sobre essa brasilidade feminina visto que as representações sociais fazem parte do processo cultural e cognitivo das pessoas, além de circularem “através da comunicação social cotidiana e se diferenciarem de acordo com os conjuntos sociais que as elaboram e as utilizam” (SÁ, 1996, p. 22). Apesar disso, é importante pontuar que, assim como os imigrantes possuem representações das brasileiras, as brasileiras possuem desses imigrantes e elas também variam de acordo com a nacionalidade.

Uma fala que marcou bastante foi a de Carlos Gustavo não só em razão de conseguir perceber que as pessoas são diferentes e que não é a nacionalidade que as define, mas em razão de exemplificar a questão de a mulher querer “estar com um e com outro”. É importante notar que era sobre a ideia da sexualização da mulher brasileira de que estávamos falando, mas me questiono se existe algum problema na mulher sem compromisso, livre, querer “estar com um e com outro”. Será que não paira aí a ideia da mulher como Nossa Senhora, imaculada, “linda, dedicada e do lar”<sup>92</sup>?

Em todo país acho que tem um pouco de cada coisa, mas lamentavelmente em um caso assim você conhece uma pessoa, uma mulher, e a mulher é divertida, que quer estar com um e com outro e por culpa dessa pessoa que é de certa nacionalidade pensam que todos dessa nacionalidade, todos são iguais, são a mesma coisa (CARLOS GUSTAVO).

Esses imaginários acerca das nacionalidades podem gerar hierarquias nas relações conjugais, estabelecer assimetrias de poder nas decisões do dia a dia e gerar conflitos. Como já manifestado anteriormente, todas as relações conjugais possuem diferenças, tensões e relações de poder, o que vai diferenciar os casamentos endogâmicos dos interculturais são as diferenças culturais; de nacionalidade, as quais geram burocracias inexistentes nos casamentos entre pessoas de mesma nacionalidade; a língua materna, que pode produzir

---

<sup>92</sup> Em referência à matéria exibida pela revista Veja em 18 de abril de 2016 na qual se traçava o perfil da então primeira dama do Brasil, Marcela Temer. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>- acessado em 17 de julho de 2021.

desencontros interpretativos; os ritos culturais distintos entre as culturas; e, no exemplo de John e Yoko, o sistema econômico e político. Todas essas diferenças podem gerar assimetrias de poder nessas relações e causar discriminação, preconceito, submissão e violência.

Nos relacionamentos analisados nesta tese não observamos tensionamentos violentos, porém, como grande parte das relações sociais é baseada em relações de poder, irei discorrer sobre isso no item a seguir.

### **5.3 Relações de poder no cotidiano dos casamentos interculturais**

Anibal Quijano (2009) irá apontar que o poder “é o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controle dos meios de existência” (p. 76). Dentre eles, destaco os seguintes: trabalho e produtos, recursos de produção; sexo e reprodução da espécie; na subjetividade; e a correção para garantir a reprodução dos padrões de relações sociais. Pode-se entender então que as relações sociais são marcadas por relações de poder, não só entre os autóctones e o imigrante, mas também entre homens e mulheres, adultos e crianças, ricos e pobres, patrões e empregados, maridos e esposas. Contudo, essas diferenças não se dão de forma tão definida e tampouco acontecem nesse processo de análise binário. Citando Saffioti (1987), “a sociedade não está dividida em homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro” (p. 16), pois existem homens que dominam homens, mulheres que dominam mulheres e mulheres que dominam homens. Isso possibilita-nos pensar que, para compreender as relações de dominação na sociedade, é necessário fazê-lo a partir de uma lógica ampliada, não apenas sobre o olhar da ordem patriarcal mas também articular com outras formas de dominação.

Desse modo, as relações de poder existentes nas relações de conjugalidade aqui analisadas não se apresentam de forma simples e binária, mas a partir de uma imensidão de características retratadas pelo universo da pesquisa, tais como a nacionalidade, a classe social, a raça e o nível educacional. No contexto familiar, Saffioti (1987) lembra que a dominação masculina é visualizada em praticamente todo contexto doméstico<sup>93</sup> à medida que, mesmo trabalhando fora de casa, é sobre a mulher que recai a responsabilidade pelas tarefas domésticas. Esta constatação faz com que a autora argumente que o patriarcado não é apenas um sistema de dominação mas de exploração.

---

<sup>93</sup> Sobre este aspecto irei discorrer mais profundamente no item seguinte, 5.4.

No entanto, mesmo compreendendo que as relações de dominação não são simplórias, estáticas e naturais, é importante lembrar que a sociedade atual, em muitos aspectos, ainda visualiza a “divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim todo um reconhecimento de legitimação” (BOURDIEU, 2010, p. 17). Sendo a “ordem masculina” o padrão, que dispensa justificção. Ocorre que, nesta análise o padrão não é apenas o masculino mas conta ainda com a cultura brasileira nativa.

No caso do casal John e Yoko, ele, além de ser imigrante, está desempregado, é negro e reside na casa da família da sua esposa: ela carrega em si o poder da dominação masculina e outros marcadores que o colocam em subordinação.

**John:** Até hoje eu sofro isso. Quando a pessoa difere, tem que ser persistente. Viver com outra língua, outra cultura. Fazer cuscuz, fazer batata-doce [risos]. Essa diferença aconteceu comigo várias vezes: as pessoas quererem distância de mim pelo fato de ser diferente, quer dizer, tem pessoas aqui na família que agem assim.

**Entrevistadora:** Você acha que foi pelo fato de ser negro?

**John:** Também, lógico, com certeza. Sou um imigrante de Cuba e preto.

Para entender as relações de poder existentes no caso citado, Quintero, Figueira e Elizalde(2019) lembram que a colonialidade do poder hierarquiza a cultura a partir de uma ótica eurocêntrica e, por outro lado, controla o trabalho a partir da hegemonia do capital. John não possui apenas a nacionalidade diferente como características de subalternidade: além de ser cubano, também é negro e está desempregado. Yoko lembra a reação de um tio quando soube que havia casado com John: “um tio meu, que até está falecido já, quando ficou sabendo da história [imitando o tio] – ‘Putá merda Yoko, foi logo arrumar um cubano preto e fodido?’” (YOKO). Khatib-Chahidi, Hill e Paton (1998) relatam o caso de um casal no qual a mulher foi rejeitada por seus pais em razão do seu envolvimento afetivo com um muçulmano negro. Para a mãe da entrevistada havia uma total incapacidade de aceitação do romance: “ele não tinha a nacionalidade certa, não era Católico Apostólico Romano, e ‘o pior de tudo, ele era negro’” (IDEM, p. 55, Tradução livre). Logo, pode-se notar que esta não é uma característica apenas dos estudos latino-americanos mas também dos estudos dos países colonizadores – neste caso, os Estados Unidos da América.

Um outro ponto ligado às questões de poder é a língua. A língua é um forte marcador cultural e sua interpretação pode variar, mesmo que tenhamos a mesma língua materna. Este fato também demonstra como estão sendo construídas as relações de poder no espaço doméstico. Quero aqui chamar a atenção principalmente para os casais que possuem filhos da relação, sendo eles: José e Mariana; Francisco e Mary; John e Yoko; Tom e Gisele.

Primeiramente, sobre Francisco e Mary. É importante pontuar que ambos possuem histórico de migrações, conheceram-se na condição de imigrantes na Espanha – ou seja, os dois sabem o que é estar em um país diferente do nativo. Ademais, Mary domina o espanhol, além de estar disposta a continuar com o projeto migratório do casal. Diante dessa conjuntura do relacionamento, a filha do casal está sendo educada nas duas línguas – português e espanhol – além de conhecer também o inglês – inclusive, o animal doméstico só atendia aos comandos em espanhol, conforme Mary pontua.

Às vezes, depende, exemplo: se eu vejo que tem coisas que ele não entendeu, uma palavra, com palavras mais robustas, para ele poder entender e não criar dúvidas, mas, quando é algo corriqueiro que ela já entenda, eu falo em português, até mesmo para ajudá-lo. Quando a gente quer falar uma coisa que ninguém saiba, [tom de brincadeira] a gente fala em espanhol, e assim vai, mas a maioria foi tudo em espanhol, até mesmo uma cachorrinha que a gente tinha só atendia em espanhol. Até minha filha... minha filha sabe espanhol.

[...]

Desde pequenininha, desde os 2 anos, eu falo com ela em espanhol! Por isso que hoje ela entende – *Mamãe yo no comprendo, mamáe mira* – ela já sabe que é olhar – *cuídate* – ela já sabe que é cuidar. Pouco ou muito, claro que a gente foca mais no português, até mesmo nas escolas não tem essa facilidade com o espanhol, é mais o inglês, então, se a gente ficasse somente no espanhol, ela teria dificuldade de se alfabetizar no português e os professores teriam dificuldades. E diariamente a gente fala para ela não perder esse costume (MARY).

Mary pontua que já falava com sua filha em espanhol desde quando ela tinha dois anos e acrescenta a importância de educá-la nas duas línguas – o português, materno, e o espanhol, paterno. Diferentemente de Mary, Tom e Gisele valorizam a cultura imigrante. Gisele não possui um histórico migratório, no entanto, conheceu Tom através da prática da língua inglesa em uma rede social utilizada para conversação com pessoas de outros países. Ademais, Tom vem de uma família muçulmana, com fortes tradições culturais, que, apesar de diluída na cultura brasileira, o casal procura sempre resgatá-la. Não à toa possuem um restaurante Árabe na capital sergipana, onde promoviam danças<sup>94</sup> árabes (conforme imagem abaixo), além de educarem a filha na religião islâmica e, tanto mãe como filha, estão aprenderem a língua árabe.

---

<sup>94</sup> Suspensas por conta da pandemia da COVID-19.

**Imagem X:** Bailarina dançando dança do ventre



Fonte: Instagram do Restaurante da família

Nota-se que este casal tenta preservar, ainda que com dificuldade, algumas características da cultura do homem, tanto do ponto de vista alimentar como da religião e até mesmo da língua, como explica Gisele quando questionada sobre a decisão quanto à alfabetização da filha do casal.

É, não teve outra opção, ela nasceu aqui, cresce aqui. Então, ela teve que ser matriculada numa escola e a língua que ela mais escuta é o português. Ele não tem com quem falar árabe, por que não sei falar muito. Eu tento aprender mais é muito difícil, muito complicada, não é como o inglês, não. Ela tem a própria letra dela, tudo muito diferente. E é difícil, muito difícil (GISELE).

No tocante à alimentação, além de o casal possuir um restaurante árabe, no espaço doméstico eles também seguem as tradições muçulmanas e possuem uma dieta com restrição a alguns itens em função da religião, como já mencionado no item anterior ao falar sobre os rituais familiares. Para Daure e Reveyrand-Coulon (2009) a família imigrante passa a ser “a unidade representativa das particularidades sociais e das tradições do país de origem, além de único espaço de transmissão cultural” (IDEM, p. 416).

O que se observa é que, mesmo com várias diferenças culturais, linguísticas e de religião, eles buscam encontrar um equilíbrio no cotidiano doméstico, havendo cessões de ambas as partes no tocante às questões culturais. Mesmo com a dificuldade na aprendizagem da língua em função de ela possuir seus signos próprios, de ser bem diferente das línguas latinas – como o português ou até mesmo o inglês –, Gisele busca aprender a língua nativa do marido. Quanto à filha do casal, no ato da realização da entrevista eles afirmaram que ainda

não estavam ensinando árabe. Contudo, nas redes sociais do casal é possível verificar Tom iniciando a criança na sua língua nativa.

Como afirma Daure e Reveyrand-Coulon (2009) a transmissão do idioma imigrante é uma das principais formas de assegurar a continuidade e deve ser estimulada, orientada e cultivada. Já John e Yoko, diferentemente dos outros dois casais, ensinam a língua paterna esporadicamente, conforme apontado por John.

Sim, algumas coisas. Fico falando com eles, aí ficam confundindo, e aí volto para o português. Mas é uma coisa minha, eu tenho que me policiar e obrigar para eles aprenderem (JOHN)

O que se pode observar nessa fala de John é que, mesmo possuindo o espanhol como língua materna, não colocou como rotina seu ensino aos seus filhos. Nesse sentido, José e Marianapossuem uma filha e, conforme relato de Mariana, não aprendeu o espanhol, mas compreende em função de ter frequentado um curso de espanhol e através da convivência com os amigos do pai. No entanto, não foi uma rotina de ensino doméstico, diferentemente dos filhos dos casais amigos, os quais são fluentes no espanhol em razão do convívio doméstico.

Ele nunca conseguiu *tá* falando espanhol assim comigo, nem muito menos com a filha. Tanto é que a filha não fala espanhol, ela entende também porque também fez até o curso de espanhol, mas, assim, por ele falar com os outros amigos *nosso*, os filhos falam fluentemente, porque o pai já falou desde que a criança nasceu, mas José não falava, e eu nem me atentei pra isso, se não eu teria obrigado a ele ter conversado com ela em espanhol (MARIANA).

O que eu posso perceber desses quatro casais? Os casais em que o homem possui mais estabilidade financeira conseguiram fortalecer sua cultura, conseguiram, ainda que minimamente, trazer para o ambiente doméstico um pouco da sua língua ao passo que os casais nos quais os homens não estavam estabelecidos financeiramente a língua nativa do pai não foi fortalecida. Outro dado importante que deve ser lembrado é o histórico migratório de Mary, fato que também corroborou o processo intercultural da família. É importante destacar que o poder é fluido, não exercido apenas de cima para baixo mas através de uma relação, difundindo-se em “micropoderes” (FOUCAULT, 1972), daí porque é fundamental que a análise interseccional deste objeto de pesquisa.

Além disso, é necessário compreendê-lo a partir das relações sociais construídas não só na rotina do casal mas também nas suas relações de trabalho, com amigos e familiares. O recorte econômico é um marcador que deve ser pontuado na análise visto que possibilita mais autonomia às pessoas, que possuem liberdade financeira – e esta liberdade pode ser vista

inclusive nas decisões do dia a dia, no ensino da cultura dos imigrantes aos seus descendentes. Mas não só: o fato de Sergipe também não possuir colônias imigrantes faz com que a cultura de apenas um indivíduo seja “engolida” pela local; essa falta de um grupo identitário na capital sergipana pode gerar uma “fragilização das representações e das referências usuais” (DAURE; REVEYRAND-COULON, 2009, p. 416).

Outra questão importante para pensarmos as questões ligadas ao poder é a criação dos filhos. Segundo Mosmann e Falcke (2011), a criação dos filhos é o motivo que mais gera conflito no casamento, o que, segundo os autores, aponta para as diferenças quanto às formas de divisão dos cuidados parentais. No nosso caso, temos as questões relacionadas à diferença da nacionalidade dos pais, os costumes e a língua, que podem gerar conflitos e tensionamentos nas relações conjugais, criando assimetrias de poder entre os cônjuges.

Conforme apontado anteriormente, nesta tese quatro casais possuem filhos, dos quais uma é adulta e os demais ainda são crianças, sendo que, em todos os casos, os filhos nasceram e foram educados no Brasil. Mariana analisa que, quanto à educação da sua filha – adulta –, ela e José sempre concordaram. Ambos sempre quiseram uma educação rígida para filha, o que, segundo a entrevistada, rendeu-lhe vários elogios.

Somos até parecidos, por isso a educação de (*nome da filha*), tudo que eu acho como deve ser ele também. Porque eu tive também uma educação muito rígida (com) meu pai militar. E assim eduquei minha filha bem rigorosa mesmo, tudo pra ser bem-educada e ele também tem isso. Aí foi isso que gostei muito também no Uruguai, também pela questão da educação que eles têm, aí a gente soube educar (*nome da filha*). Inclusive, desde pequenininha, desde novinha, todos os amigos elogiavam. Era uma coisa normal, todo mundo tem que ser educado, tem que ser generoso, tem que ser gentil com todo mundo, não precisava tá elogiando – ah você é aquilo ou isso – é uma coisa natural, né? Mas todo mundo sempre fez os comentários – nossa como sua filha é educada, nossa como sua filha é isso, sua filha é aquilo – isso nós somos muito parecidos, a questão dos valores, pelo menos da minha parte, eu nunca gostei de bagunça, nunca gostei de gente mal-educada, não sei, meus pais eram bem-educados, e eu, graças a Deus, herdei isso e os Uruguaios são assim também. Aí pronto, combinamos (MARIANA).

A educação da filha não é algo que Mariana visualiza como tenso na relação com José, pois, em sua visão, ambos foram bem educados e os “uruguayos são assim também”, como se todas as pessoas nascidas no Uruguai tivessem a mesma educação que ela via em José. Ela ainda denota o fato de ela ser educada à sua criação, aos pais, que a fizeram ser educada. No entanto, a educação de José advém da nacionalidade dele.

Único casal que possui dois filhos, John e Yoko relatam a criação deles. Para a esposa, este campo da vida a dois é fluido visto que ambos sempre buscam administrar as diferenças. No entanto, ela lembra da necessidade de respeitar a individualidade.

Sobre me posicionar na nossa relação, hoje em dia somos pais e ele sabe qual o meu posicionamento, meu comportamento, das obrigações um do outro. Não tem conflito na educação dos nossos filhos e ele sabe bem como preservar na forma de agir e respeitar, então a gente tá sabendo administrar as nossas diferenças, e tem coisa que ele releva... as minhas grosserias. (YOKO).

Carlos Gustavo e Sílvia ainda não possuem filhos biológicos do relacionamento, porém criam a sobrinha de Sílvia e discorrem sobre o desejo de ensinar-lhe o espanhol, língua que a criança já compreende. É importante pontuar que uma das questões que envolvem os estudos de família e de imigração são as redes de apoio. Neste caso específico, Sílvia e seu parceiro decidiram criar a sobrinha porque sua irmã deixou-se sob os cuidados da sua genitora. Como a mesma já cria outro neto, o casal resolveu cuidar daquela criança, que possui quatro anos de idade. Carlos Gustavo também possui uma filha adotiva, com 18 anos e que ficou no Peru apesar dos convites para vir morar no Brasil.

Nesta família a rede de apoio é bem presente, não só quando observo o cuidado de Sílvia para com a sobrinha mas também em razão de o casal residir no mesmo terreno dos seus pais. Diferentemente de John e Yoko, que residem na mesma casa que a genitora de Yoko, o casal anterior não habita na mesma residência que os demais familiares de Sílvia. No entanto, seus familiares residem no mesmo terreno, com casas separadas, resguardando certa privacidade – embora todos muito próximos –, formando uma rede de proteção e apoio uns aos outros<sup>95</sup>.

Pensando-se na perspectiva psicanalítica, Passos (2005), ao falar sobre a criação dos filhos, ressalta que a conjugalidade é um espaço de “investimento amoroso”, e esse deve ser repartido com seus filhos, os quais herdarão e atualizarão esses investimentos nos sentimentos de pertencimento. A autora acrescenta que na filiação estão contidos os laços com as famílias de origem dos seus países, as quais, neste caso, são famílias com línguas maternas diferentes e com pouco contato físico em alguns casos dada a distância espacial.

Mesmo o imigrante não possuindo parentes e amigos no Brasil, a família de sua cônjuge e os amigos dela constituírem a rede de apoio é outro importante dado no que se refere à constituição dela. Fato é que alguns dos nossos entrevistados encontraram moradia ou emprego a partir das relações com os familiares e amigos de suas esposas. Carlos Gustavo conseguiu emprego formal através do irmão de Sílvia; John reside com a família de Yoko; Francisco estava de mudança para o Canadá a partir das relações que a irmã de Mary possui naquele país.

---

<sup>95</sup> Durante a realização da entrevista, a mãe de Sílvia interrompeu para solicitar a Carlos Gustavo um favor, oportunidade em que a ela fui apresentada.

Voltando às questões que envolvem a educação dos filhos: contraditoriamente ao que eu poderia imaginar por Tom ser um imigrante sírio e o país possuir uma tradição de maior rigidez com a criação da mulher, as questões ligadas à educação da filha do casal encontram alguns conflitos em razão de Gisele ser mais rígida que ele.

Na criação da filha ele diz que tenho que deixar ela mais livre [risos]. Mas eu não consigo, sabe?! Mas é assim ele diz – Tu tem que deixar a menina mais livre, criança tem que se sujar, eu fui criado assim largado – ele fala isso. E outra, eu não consigo ser assim, é que lá é completamente diferente, lá é um país mais seguro, os filhos podem ficar brincando no campo, na Síria onde ele morava (GISELE).

Essa fala de Gisele me faz lembrar Daure e Reveyrand-Coulon (2009), quando tratam da romantização do país de origem. A minha interlocutora relata que a Síria é mais segura que no Brasil. Contudo, o país está em guerra civil há 10 anos, a qual já deixou mais de 380 mil mortos<sup>96</sup>. Quando questionada se, mesmo com a guerra, acredita que o país seja mais seguro, ela responde: “Mesmo com a guerra! É um país seguro, é tranquilo” (GISELE). Todavia, o encontro ocorreu na Turquia quando foi visitar a família do seu cônjuge.

Por outro lado, existe a situação dos imigrantes europeus. Harry coloca sua experiência enquanto imigrante europeu e analisa que o fato de ser francês pode lhe colocar em uma posição de hierarquia frente a alguns brasileiros já que o primeiro mundo tem um olhar positivo de educação e gentileza, cuja relação acontece pela colonização, como já falamos anteriormente.

A outra coisa que eu acho difícil, o que estava tentando me lembrar, é justamente o mesmo preconceito que ela pode ter com o francês, enquanto descendente de um país imperialista, que não é exatamente a mesma coisa que o americano, mas que de uma certa forma é gringo. Tem isso às vezes – “ah, mas você, os franceses” – às vezes tem isso, que entra, fora às vezes, eu não sou o francês, eu sou Harry, mas muitas vezes tem aquela coisa de ver um francês, mas não sou melhor nas relações amorosas, brasileiros e francês, porque você vem da Europa, vindo da Europa você é descendente das pessoas que colonizaram o Brasil, mesmo não sendo português, mesmo não sendo espanhol no caso da outra parte da América do Sul. No meu caso, eu sei que na primeira vista as pessoas vão me olhar. Um gringo quer dizer às vezes essa coisa bipolar, muitas vezes, a França, a coisa da cultura, “você é francês, você é educado, você não é como a gente”. O brasileiro costuma muito de se desvalorizar – “ah agente aqui é burro, não sabemos de nada” – aquela coisa de ser de primeiro mundo, tem a coisa encantadora, positiva. Às vezes é o contrário, você ser do primeiro mundo você pode explorar, isso acontece ainda com a gente (HARRY).

É possível observar que Harry consegue perceber as questões ligadas à colonização e à ideia de superioridade cultural, que muitas vezes coloca a Europa e países de primeiro mundo como pessoas mais educadas, de cultura mais utilizada e com a culinária mais requintada. São adjetivos que valorizam a cultura europeia em detrimento da cultura dos

<sup>96</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56378202>- acessado em 26 de maio de 2021.

países colonizados. E no que tange às relações de poder isso pode gerar hierarquias nas relações domésticas.

O que pude observar durante as entrevistas e em suas análises é que as decisões do cotidiano doméstico me pareceram ser decididas com tranquilidade. Porém, notei que estas decisões ficam mais a cargo da esposa. Mary, por exemplo, explica que o carro da família fica com ela, não apenas pelo fato de o seu companheiro não dirigir e trabalhar o dia inteiro mas também porque ela é a responsável pelas decisões cotidianas.

Como eu fico mais com o carro - ele não tem carteira, dirige, mas não tem - por exemplo, eu fico mais a frente, se falta alguma coisa, sou eu que vou no mercado eu vou lá e compro, a gente vai na rua, a minha filha – *Ah mamãe eu quero isso, quero aquilo* – Então sou eu, ele trabalhava o dia todo também, e eu somente pela manhã(MARY).

Esse dado nos faz entrar nas questões que envolvem as decisões domésticas e ligadas à inserção de homens e mulheres nos espaços públicos e privados (tema que será abordado mais profundamente no próximo tópico). Bourdieu (2010) argumenta que as mulheres foram “excluídas do universo das coisas sérias, dos assuntos públicos, e mais especificamente dos econômicos” (p. 116). Essa exclusão coloca-as no espaço privado, doméstico. Em razão disso, elas são as responsáveis pelas atividades ligadas à maternidade, ao social e às tarefas domésticas, às tarefas de reprodução e não de produção.

#### **5.4 O público e privado na construção dos papéis sociais de gênero**

Os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres possibilitam o entendimento na prática de algumas questões teóricas aqui discutidas. Em termos gerais, quando uma mulher descobre que está gestando uma criança – e que é menina –, o seu mundo já se pinta de rosa, já atribuem a esta criança, ainda no ventre da sua mãe, características de feminilidade e, no caso de ser menino, características de masculinidade. Não à toa, a atual ministra do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, no dia da sua posse, pronunciou que inaugurava-se uma “nova era”, onde “menino veste azul e menina veste rosa”. Na oportunidade, ela criticava o posicionamento mais progressista de alguns movimentos feministas e de direitos humanos(G1, 2019)<sup>97</sup>.

Esses conceitos de feminilidade e masculinidade, que podem parecer triviais quando falamos de cores, vão com o tempo se cristalizando e interferindo nas relações sociais

<sup>97</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>- acessado em 05 de abril de 2021.

construídas entre homens e mulheres. Essas diferenças vão se sedimentando na divisão das tarefas domésticas, nas escolhas profissionais, na trajetória de vida, nas escolhas pessoais e familiares, na educação e nas formas de vivência das violências. Brites(2004) pontua que a desigualdade entre os sexos, a qual os separa entre produção – mundo masculino – e consumo – mundo feminino – “é fruto de uma desigualdade ontológica entre homens e mulheres, a qual se complexificou na sociedade de classe pela sobreposição da exploração masculina à exploração produtiva” (p.115).

Posso pontuar, então, que essas diferenças no “ser homem” e “ser mulher” estão atreladas aos aspectos biológicos de homens e mulheres, os quais nos diferenciam, naturalizando o discurso e reduzindo as características culturais, sociais e políticas envolvidas na construção da masculinidade e da feminilidade (SENKEVICS; POLIDORO, 2012) ou, como Scott (1995) nos lembra, são essas diferenças entre os sexos que irão construir os sistemas simbólicos entre homens e mulheres.

Desse modo, existe uma tendência social a rotular e lidar com fixidez de homens e mulheres. Meghan, ao recordar um momento de crise por que passou no seu casamento com Harry, afirma que, ao entrarem no bar e solicitar um refrigerante e uma cerveja, o garçom serviu a cerveja a ele e o refrigerante a ela. Pude notar que existe, no imaginário social a ideia de que mulher não ingere bebida alcoólica tendo em vista ser “recatada”. Contudo, não é apenas a atitude do garçom que chama a atenção mas também a resposta de Harry, que, para informar que a cerveja era para Meghan, diz: “o homem da casa é ela”.

Sabe, uma vez que estávamos em crise [...]. Entramos no bar e estávamos brigando um com o outro. O garçom chega – ele sem poder beber –, pedimos uma coca e uma cerveja. O garçom trouxe e colocou a cerveja para ele e a coca para mim e Harry disse: ‘o homem da casa é ela, pode botar a cerveja pra ela’. Mas não é assim, domesticamente não é assim, não (MEGHAN).

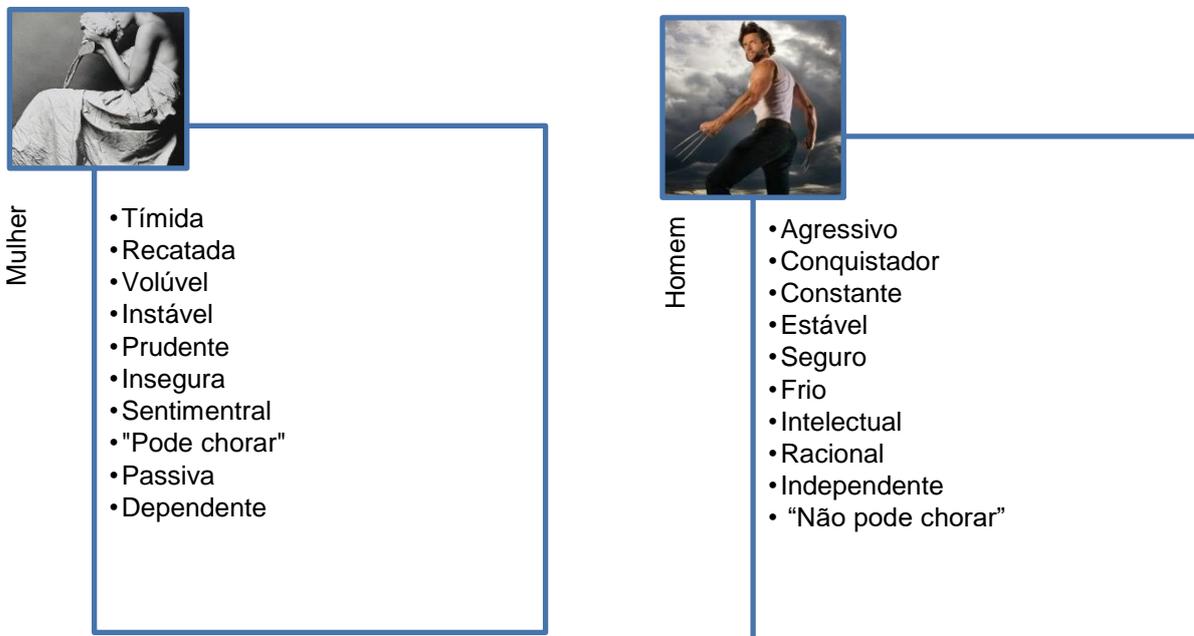
Enfim, pensar nos papéis sociais assumidos por homens e mulheres na sociedade é também relacioná-los à forma como as percepções do sexo masculino e feminino são construídas, pois o nosso sexo vem antes mesmo de nascermos. Nesse sentido,

Ao negar a contribuição do determinismo biológico na construção de uma feminilidade e masculinidade, o primeiro impulso é considerar que o aprendizado em torno de “ser homem” e “ser mulher” ocorre por meio de uma socialização de “papéis sexuais”, ou seja, os homens e as mulheres incorporam papéis pré-determinados na sociedade (SENKEVICS; POLIDORO, 2012, p. 18).

O imaginário social atribuiu aos meninos as brincadeiras de guerra, com carros, as cores fortes, a virilidade e agressividade; já às meninas as brincadeiras estão atreladas ao cuidado da casa e de filhos – as brincadeiras de boneca – à docilidade, à sensibilidade, às cores em tons de rosa. Ou seja, o nascer do sexo masculino ou feminino irá gerar uma série de

características que descrevem feminilidade e masculinidade. Abaixo listei algumas das características que pairam no imaginário social.

**Imagem IX:** Características impostas socialmente a homens e mulheres



Fonte: Elaboração da autora

Essas características pairam no imaginário social como se fossem fixas e vão criando imagens sobre homens e mulheres. Um homem sensível é afeminado; uma mulher agressiva é masculinizada. O relato de Meghan vai expor estas questões. Segundo ela, os impulsionadores da sua independência foram seu pai e seu avô – mesmo sendo machistas, o que gerou nela aspectos masculinos tais como a agressividade –, que trouxe a sua inserção no mundo acadêmico.

Fui criada achando que meu corpo era um suporte e, como sou mulher, deveria ser mais inteligente que os outros. Quem me deu força pra ser independente não foram as mulheres da minha vida: foram os homens, meu pai e meu avô, mas eles fizeram isso sendo machistas. Era um corpo para ser homem. Eu adquiri as qualidades de homem, eu adquiri uma agressividade e fui ser intelectual (MEGHAN).

No contexto das relações conjugais, Torres (2001) apresenta que as mulheres das camadas mais baixas da população, quando trabalham fora, possuem maior satisfação com o casamento, mesmo sendo as maiores responsáveis pelas tarefas domésticas. Já as mulheres com mais instrução possuem tendência a não casarem. Segundo a autora, esse dado mostra a “percepção das desvantagens que tem o casamento, nos moldes da divisão tradicional da papéis, para a realização profissional e pessoal das mulheres” (TORRES, 2001, p. 62).

Outro dado apontado pela autora diz respeito ao tempo gasto com as atividades domésticas. Em uma pesquisa realizada com duas mil famílias, nas mais variadas formas de ser família, constatou-se que o homem americano solteiro gasta anualmente 408 horas com tarefas domésticas enquanto os casados gastam apenas 190 horas – ou seja, 218 horas a menos, que, ao final de uma vida, somam em torno de 05 anos em tempo extra. Segundo a autora, os homens utilizam-no para investir na carreira ou para mais lazer.

Pesquisa recente sobre a produção científica na Pandemia da COVID-19 aponta que houve um impacto nas desigualdades de gênero e raça. Esta mesma pesquisa, realizada em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aponta que os homens brancos e sem filhos tiveram sua produtividade acadêmica menos impactada em comparação a de mulheres negras – com ou sem filhos – e de mulheres brancas com filhos (PARENT IN SCIENCE MOVEMENT, 2020).

No contexto das relações entre os espaços público e privado na construção dos papéis sociais de gênero no meu campo de pesquisa, o que pude observar no decorrer das entrevistas é que aquelas relações nas quais homens não conseguiram se estabelecer em termos econômicos – ainda na informalidade – são mais igualitárias em termos de divisão do trabalho doméstico. Por outro lado, a divisão assimétrica no trabalho doméstico em relações nas quais o homem imigrante possui mais estabilidade financeira e carteira de trabalho assinada tendem a reproduzir práticas cuja responsabilidade sobre as tarefas domésticas recai sobre a mulher.

Ao analisar o caso de Yoko, vê-se que ela é microempresária e seu companheiro está desempregado. Segundo eles, as tarefas domésticas são divididas, porém observem que ela usa o termo “direitinho” para explicar que ele faz as tarefas domésticas corretamente, como se o fato de ser homem não possibilitasse a realização dessas tarefas. Outro termo que ela utiliza é o de ajuda quando explica a “ajuda” na arrumação da sua banca de queijo, a qual é a principal fonte de renda da família.

Das tarefas domésticas, ele faz direitinho. Eu não gosto de fazer essas coisas. Ele lava a louça do almoço de boa, eu boto a roupa para lavar e ele estende [risos]. Quando coloco a banca de queijo, ele me ajuda a colocar as coisas para fora e para dentro. (YOKO).

Aliás, o termo ‘ajuda’ é recorrente ao falarmos das atividades domésticas. Segundo o dicionário Mini Aurélio, o termo ‘ajuda’ significa um favor que se presta a alguém e, portanto, não é obrigação. Este mesmo termo é encontrado também na fala de Francisco e Mary

**Francisco:** Eu ajudo muito em casa. Talvez não seja como ela quer, mas ajudo, de domingo a domingo, cozinhar... de vez em quando eu cozinho.

[...]

**Mary:** Porque, assim, claro, tem atividades que sobrecarrega mais a mulher, a gente tem o olho mais clínico, vai pegar um prato na cozinha e viu que tem uma meia no chão, a gente já para pega a meia; vê que o lixo está cheio, a gente pega e amarra o lixo, a gente vê que a água está derramando, a gente já vai lá, a gente tem é um olho clínico que vai...e eles não. Se eles vão para a cozinha pegar uma coisa, é aquilo e acabou. Eu vou limpar o box, pronto o box, os azulejos não. Então, são coisas que é determinações de mulher, que é o olho clínico, e homem também né, mas no ponto dele poder ajudar [tom arrastado] Ele *ajuuuda!* Mas não é aquela coisa como a gente estivesse fazendo com o olho clínico.

Observa-se que, em momento algum, Francisco entende fazer as atividades domésticas como uma divisão, mas, sim, uma “ajuda”. E Mary corrobora esse pensamento ao reafirmar o termo ‘ajuda’ e ao responsabilizá-la pelas tarefas domésticas já que a mulher tem um ‘olho clínico’. Ora, assim como nenhum ser humano nasce sabendo matemática, compreendendo as relações sociais, sabendo línguas, também não nascem sabendo fazer comida, lavar pratos, passar ferro em roupas, cuidar de crianças... essas são atividades que são apreendidas. O que leva a mulher a ter esse ‘olhar clínico’ (utilizando os termos de Mary) com as tarefas domésticas é que nós somos educadas para sermos as responsáveis por esses trabalhos. Afinal, a biologia não é a responsável pelo aprendizado de tais tarefas pois “não podemos esperar que um certo genótipo explique a preferência pela cor azul ou que um conjunto de alelos leve ao interesse por bonecas em vez de dinossauros” (SENKEVICS; POLIDORO, 2012, p. 18).

O termo ‘ajuda’ também é relatado por Wallis. No caso dela, credita a distribuição de tarefas domésticas às habilidades de cada. No caso dele são as habilidades para consertos domésticos; no dela, as tarefas do dia a dia, já que homens e mulheres são educados elas como se existissem uma masculinidade e uma feminilidade apropriadas.

De forma que respeite as nossas habilidades. Ele tem a habilidade de trocar lâmpada, a habilidade de consertar. Então essa parte fica com ele. Eu tenho a habilidade de cozinhar, de organizar a bagunça que ele faz. Então essa parte fica comigo. A divisão de tarefas é com base nas nossas habilidades e o tempo também. Às vezes eu não dou conta e ele ajuda. O que não é ao contrário porque eu não sei fazer essas coisas. Quebrou pia, ele conserta; quebrou vaso, ele conserta. E eu no caso das tarefas domésticas por conta das nossas disposições mesmo (WALLIS).

Um outro relato me chama a atenção: o de Carlos Gustavo, que, ao relatar as diferenças culturais entre o Brasil e o Peru, pontua as questões que envolvem as práticas alimentares. Este relato me fez recordar as relações que visualizo ainda na minha família: a minha avó sempre colocou o prato do meu avô, que, sentado à mesa, esperava pelo alimento, imagem reproduzida até hoje pelos seus filhos – meus tios. Importante notar que alguns deles

não reproduzem com suas esposas, apenas com a minha avó, que, ainda hoje, com 92 anos, continua a colocar o alimento no prato dos seus filhos.

Lá no peru, em quase todas as casas, quem serve é a mamãe, as mães quem servem a comida, e aqui cada um que se serve (CARLOS GUSTAVO).

Uma das grandes problemáticas no que tange aos serviços domésticos é que eles não são remunerados; não geram, pelo menos objetivamente, valor monetário. Por que digo objetivamente? Porque o tempo que as mulheres passam realizando as tarefas domésticas poderia ser revertido em momentos de lazer, de investimento educacional ou em trabalho remunerado, exatamente é o que acontece com a população masculina. É necessário pontuar e quantificar o tempo gasto pelas mulheres para realização dessas tarefas para que se possa romper com a ideia romantizada, machista e patriarcal de que as atividades domésticas e o cuidado dos filhos estão ligados a aspectos de cunho emocional, como se fossem necessidades afetivas da mulher – que, na verdade, não estão. São atividades que nos sobrecarregam e que, em muitos casos, levam a tensões nas relações conjugais. Torres (2001, p. 66) argumenta que o trabalho doméstico feminino executado no interior das famílias é um “subsistema articulado ao sistema industrial”

É importante notar que estou analisando casais bem diversificados, com níveis educacionais díspares, culturas, classes sociais, nacionalidade e raças/etnia diferentes; são formas diversificadas de manter as relações, viver e ver o mundo e, assim como existem variadas formas de ser mulher, existem também, mesmo nesta pequena amostra da sociedade, variadas formas de manifestar a masculinidade. Dessa forma, não posso falar em papel feminino e masculino como algo determinante, fixo, pois existem complexidades no interior do ‘ser homem’ e do ‘ser mulher’ que escapam das determinações sexuais.

Pensar na masculinidade é entender que ela também está no plural, que

é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero [...]. Falar de uma *configuração de prática* significa colocar ênfase naquilo que as pessoas realmente fazem, não naquilo que é esperado ou imaginado (CONNELL, 2017, p. 188 grifo do autor).

Apesar de estar socialmente definido o que é previsto como papel masculino e papel feminino sob a perspectiva de uma visão corpórea e biológica, é importante compreender que essas relações sociais – as quais não são apenas de homens com mulheres mas também de homens com homens e mulheres com mulheres – são definidas a partir da política, da economia, da sexualidade, das relações familiares, da educação, que vão além do definido como “papéis de sexo” e da biologia (IDEM).

Dessa forma, compreendo que não existe uma forma fixa de análise dos papéis sociais assumidos por homens e mulheres nos casamentos estudados por esta pesquisa, pois visualizo que as dimensões culturais, educacionais, raciais e econômicas estão em constante articulação. Connell (2017), ao analisar os tipos de masculinidades, acredita que a “política transformativa” seria aquela mais progressista que se estabelece nos espaços público e privado, nas quais homens e mulheres participam igualmente no cuidado das crianças, nas tarefas domésticas, nas tomadas de decisão e no controle financeiro.

Os casos a seguir mostram relações em que essas divisões das tarefas domésticas são mais igualitárias, não à toa são casos de famílias com padrão econômico e educacional mais elevados. No caso a seguir, Meghan e Harry relatam como ocorre a divisão das tarefas domésticas. O fato de esse ser o segundo casamento deles possibilitou uma divisão mais igualitária destas tarefas.

**Meghan:**ele, por exemplo, ele decide fazer as compras, ele pergunta – o que é que precisa, o que é que eu faço, o que é que precisa – eu sinto uma insegurança quando é essa coisa da cozinha, da mesma forma que eu me sinto quando é uma coisa classicamente de homem.

**Harry:**Eu acho que, pra nós, não tem tarefa feminina e masculina, a gente divide as tarefas, como ela falou, desde a separação eu fiquei acostumado a ter que trabalhar e criar meus meninos, então, pra eu lavar roupa, fazer compras, fazer comida, faxina, pra mim é natural.

Mesmo casando com um sírio vindo de uma cultura mais conservadora, segundo Gisele e Tom, as tarefas domésticas são divididas, apesar de atualmente, em razão da pandemia da COVID-19, ela ter assumido mais as tarefas visto que Tom passa maior parte do seu tempo no restaurante da família. Todavia, no início da relação ele era responsável pelas tarefas.

Hoje praticamente eu que faço tudo, porque mulher, ele só vive aqui. Mas, logo quando a gente casou, ele que fazia tudo, ele cozinhava, e eu era muito nova – quando me casei eu tinha 18 anos –, então, assim, eu não fazia nada, tinha duas funcionárias que faziam tudo, eu praticamente não lavava nem uma calcinha, não pegava em uma vassoura, não fazia nada, não fazia comida, não fazia nada, nada, nada, nada. Só estudava. (GISELE)

No caso de Carlos de Gustavo e Sílvia as tensões que existem nas divisões das tarefas domésticas ficam a cargo da família da mulher. Ela relata que os dois dividem as tarefas domésticas, mas seus pais sempre questionam quando veem o esposo fazendo alguma tarefa.

Eu digo que tenho muita sorte da gente ter se encontrado, porque eu sou muito ativa politicamente, sou feminista, e Carlos Gustavo apoia tudo isso, ele não acha que mulher tem que fazer isso porque é mulher [...].Quando vamos fazer faxina, eu vou varrer a casa e ele vai passar o pano, então, como vou varrendo na frente, termino primeiro que ele e aí eu terminei e venho sentar e assistir televisão e aí ele tá

passando pano ainda e aí meu pai chega em casa e fala: não tem mulher nessa casa não? [...]. Meu pai inclusive dizia que eu não ia casar nunca, porque homem nenhum iria aguentar esse meu jeito, que eu tinha que limpar a casa. E eu não aceito que eu tenha que limpar a casa, eu vou limpar a casa porque eu moro nela, não sou hóspede, preciso da minha casa limpa, mas meu marido também tem que entender, e ele entende, que ele também não é hóspede e ele também tem que limpar a sujeira que ele produz. E meu pai não entende isso, minha mãe não entende isso (SÍLVIA).

Outro casal que rompe com este estereótipo da mulher como a responsável pelos cuidados dos filhos e da casa são José e Mariana. Na entrevista deles, a qual ocorreu no espaço da residência do casal, pude observar como José assumiu mais efetivamente as tarefas domésticas: foi ele quem ofereceu e pegou água para mim, foi ele quem levou retirou o lixo. E isso foi confirmado pelo discurso dos dois. Como Mariana sempre teve emprego e renda fixa e José trabalhava como autônomo, a responsabilidade maior com as atividades domésticas ficava a cargo dele ao passo que as despesas financeiras ficavam sob a tutela dela.

Como ele gosta de cozinha, de cozinhar e domina, ele é quem fica mais na parte da cozinha, ele assumiu a cozinha. Mesmo quando tinha a oficina dele, ele sempre cozinhou, deixava o almoço pronto, e até hoje prepara qualquer coisa pra janta, só falta botar comida na boca da nossa filha. Porque até hoje quem prepara o sanduíche, eu falo 'deixe ela preparar o pão dela' – mas ele não... ele tem que preparar, se é inhame, macaxeira é tudo 'machucadinho', e bota requeijão cremoso e não sei o quê – pelo amor de Deus deixe ela se virar. Mas ele faz isso, eu fico mais na parte de limpeza, da organização da casa, roupa, na limpeza da casa e ele na cozinha[...] e se precisar ele faz tudo, ele já fez, porque eu adoecia muito. Tinha época que passei por muita coisa, nossa filha muito doente, tive muitas fases de depressão, problemas de osso, inchava tudo e o que tinha que fazer ele fazia se tivesse que lavar, lavava até as minhas calcinhas. Ele já fez, já lavou (MARIANA).

Se, por um lado, o imaginário social visualiza as mulheres como responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos, impondo às mulheres a sua execução, naturalizando e apresentando esses deveres como inerentes ao papel feminino, por outro também coloca os homens como os responsáveis pelas despesas domésticas, como protetor responsável pela segurança e conforto da família.

Connell (2017) explica que a construção das masculinidades deve ser pensada sob a ótica de um projeto com muitas idas e vindas, avanços e recuos, além de não ser apenas de cunho coletivo, mas também individual e cultural. A construção das masculinidades vai se diferenciar no mundo.

O resultado da globalização não é necessariamente que as masculinidades ocidentais são duplicadas na periferia. A re-construção coletiva das masculinidades, tal como a construção da masculinidade no nível pessoal, é um processo dialético e não um processo mecânico. Assim, o "homem de negócio" japonês não é exatamente a mesma coisa que o "executivo" empresarial da América capitalista. O mundo empresarial da industrialização da Ásia Oriental é massivamente patriarcal, até mesmo mais que a sua contraparte na Europa e nos Estados Unidos. Mas ele não é marcado pelo individualismo competitivo que é tão importante entre a elite capitalista europeia e norte-americana (CONNELL, 2017, p. 193).

Apesar da heterogeneidade do meu campo de análise, em nenhum dos casamentos estudados a mulher era dependente financeiramente do marido. Posso visualizar que, mesmo dividindo as tarefas domésticas, as mulheres ainda não conseguiram dividir as tarefas. A realização de tarefas domésticas por homens ainda é visualizada na perspectiva da ajuda. Evidentemente ainda existem as exceções à regra, como o caso de José. Contudo, é importante notar que, no caso deste casal, as despesas são responsabilidade exclusiva de Mariana, como pode-se notar no relato a seguir.

Ele sempre como autônomo, né, é aquela história: hoje tem amanhã não tem. Eu é que assumi sempre os compromissos da casa porque tenho o salário fixo. Mas ele tendo nunca deixou de colocar em casa, a vida toda, sempre colocava dentro de casa, a gente saía pra comer, ele pagava, sempre foi assim, mas quando não tem sou eu que assumo (MARIANA).

Além de Mariana, outro casal que informa que as despesas financeiras são de competência da mulher são John e Yoko.

Hoje a divisão financeira quem arca tudo sou eu, tudo hoje sou eu. Mas, quando ele trabalhava, ele pagava escola, plano de saúde, pagava o que ele podia pagar. Quando eu comecei a montar minha empresa, e acabei ganhando mais e pagando mais, quando ele trabalhava, pagava a escola das crianças pagava meio a meio, as festas na escola, ele pagava. Sempre, nunca foi algo tencionando ou algo problemático, de jeito nenhum (YOKO).

Ao relatar um episódio em que teve que realizar uma viagem, Yoko lembra que John ficou todo confuso na administração da empresa, porque acreditava que o fornecedor estava o enganando visto o alto valor do boleto que tinha de pagar.

Eu tive que viajar uma vez e ele teve que ficar aqui assumindo a empresa, quando ele foi rever os valores dos boletos, ele [Yoko imita John] – *Ah Dios Santo* – Tem alguma coisa errada aqui. E eu respondi que são coisas que pago semanalmente, não é porque o fornecedor me roubou, me enrolou, é que ele não está na realidade financeira, está à parte, porque atualmente ele só está estudando. Então quando ele vê que eu tenho que me virar todo dia, fazer dinheiro todo dia para poder pagar aquele boleto e pagar as outras coisas, que aí você vê o fardo que é (YOKO).

Wallis também relata ser ela a responsável pelas despesas domésticas:

A divisão? Fica mais atualmente comigo, pela minha parte, porque agora a gente está construindo. Então agora ele está pra lá, fazendo construção, entendeu? (WALLIS)

Nas falas dessas mulheres que chefiam as despesas financeiras da casa pode-se perceber o relato de que seus cônjuges, quando podem, colaboram com as responsabilidades econômicas da casa e que isso nunca foi um motivo de tensão entre os casais. Notem que, mesmo esta atividade sendo, no imaginário social, um papel masculino, não existe um tensionamento na relação e nem é colocado como se as mulheres ajudassem os homens.

Ademais, no caso de Yoko e John, ele não possui familiaridade com a administração da empresa familiar. Porém, quando se analisam os papéis sociais das mulheres no que tange às tarefas domésticas, o que se percebeu é que os homens que assumem responsabilidades na casa são postos na perspectiva da ‘ajuda’, sendo em todos os casos responsabilidades divididas.

Esses três casais foram os únicos a afirmarem que as despesas financeiras são assumidas pela mulher enquanto os demais relataram dividi-las ou, no caso dos casais que vivem em trânsito entre o Brasil e a Europa, o caso de Pedro e Leopoldina e Harry e Meghan, o relatado foi que, quando estivessem no Brasil, as despesas ficariam a cargo da mulher e na Europa seriam do homem, conforme afirmam Leopoldina e Harry:

Nós combinamos que, quando ele vem para cá eu pago e, quando eu vou para lá ele paga. Com isso a gente resolveu o problema de trocar euro e real (LEOPOLDINA).

Quando a gente tá lá as despesas com o dinheiro no banco lá, e quando a gente tá aqui as despesas são pagas com o dinheiro que está aqui (HARRY).

Ao analisar estes casais, observo que eles se assemelham à perspectiva do que eu poderia nominar *decasais interculturais transnacionais* visto que eles não se estabeleceram em um único país, mas em dois, gerando vínculos políticos, econômicos e sociais com seus locais de origem (RAPOSO; TOGNI, 2009). O homem, quando está no Brasil, estabelece vínculo aqui, de igual modo à mulher quando está na Europa: estabelece-os lá.

**Harry:** Vamos ao ponto crucial de um casamento de duas pessoas de nacionalidades e continentes diferentes, porque, é diferente quando você, entre Brasil e França é 24h de viagem, é muito distante. Quando a gente tá aqui, longe deles, não dá pra passar um final de semana para ver amigo, desde que a gente se conhece há a mais de 20 anos, a nossa vida é dividida porque eu tenho muito (na França)...

**Meghan:** Primeiro tem três filhos.

**Harry:** Eu tenho uma parte da vida lá, tem meus filhos, amigos, tem uma parte da vida que está lá, e outra aqui, aqui também tenho amigos, tem a família de Meghan, tem Meghan, então eu fico dividido, porque a gente tem casa aqui e lá. Então isso tem um lado bom, por um certo lado é bom e outro complicado. Quando a gente está aqui sinto saudade do pessoal de lá e lá também. É assim mesmo.

**Meghan:** Na verdade a gente vive entre dois, a gente não é esse imigrante do seu objeto, é diferente do seu problema, aí vai lhe dar mais um problema. Porque a gente é entre dois, desde que a gente se conheceu a gente é entre dois.

**Harry:** Tem um lado bom, eu me sinto em casa aqui e me sinto em casa em Marselha, não sei se é a mesma coisa para Meghan, mas eu me sinto em casa aqui...

**Meghan:** Eu me sinto em casa aqui e em Marselha, agora, é essa a diferença Marselha, não é a França.

Raposo e Togni(2009) apontam para as características que tornam uma comunidade transnacional e lembra que elas estão mais expostas a expectativas sociais, valores e padrões culturais de mais de um sistema social, econômico e político. Acredito que esta forma de

casamento tem muito a ser explorada no tocante às questões culturais, de interação social e familiar, mas não foi objeto da pesquisa.

Voltando às questões ligadas às relações de poder, quero finalizar afirmando que a proposta de autonomia na escolha dos cônjuges possibilitada pela liberdade feminina não quebrou com as práticas seculares da dominação masculina e do patriarcado, afinal a família não é apenas um lugar de afeto. Na minha amostra nota-se uma relação mais simétrica entre homens e mulheres, mas não é esse o panorama que encontramos quando a mulher está na condição de imigrante<sup>98</sup>. Nos relacionamentos interculturais, quando a mulher é a imigrante “a relação de poder é desigual e localizada por uma soma de categorias como gênero, nacionalidade e mobilidade” (RAPOSO; TOGNI, 2009, p. 41). Como já dissertei neste tópico, apesar de se mostrarem uma relação mais simétrica, esses casamentos também possuem relações de poder, que podem gerar disputas e tensões, conforme discutiremos a seguir.

### **5.5 Disputas e tensões nos casamentos interculturais**

Casar é um ato de união entre duas pessoas diferentes que resolvem firmar um contrato de convivência amorosa/sexual. Isso não quer dizer que esta união não possua conflitos, disputas e tensões. Assim como em todas as relações humanas, esses conflitos também estão presentes nelas. Muitas vezes, o senso comum nos faz pensar que casamento saudável é aquele que não possui tensões: é um erro pensar desta forma, pois a satisfação e a estabilidade conjugais não estão relacionadas à falta de atrito, mas às estratégias utilizadas para sua resolução (MOSMANN; FALCKE, 2011). O casamento cumpre um papel de validação identitária, que propõe realização pessoal e redefinições do ser e do fazer, além de encarar as escolhas privadas com autonomia, possibilitando a criação de várias expectativas em relação à união conjugal (TORRES, 2001). Neste cruzamento de características da conjugalidade, na imagem de como o outro deve ser, na frustração de expectativas, muitas vezes encontram-se as tensões e os conflitos.

Segundo dados dos registros civil analisados pelo IBGE (2019), em 2018 houve um aumento de 3,2% no número de divórcios em relação a 2017, sendo a região Sudeste com a maior taxa – 3,1%; seguida por Centro-Oeste – 2,6%; Sul – 2,4%; Norte – 2,2% e Nordeste – 1,9%. A pesquisa apontou também que a população masculina se divorcia com idades mais avançadas que as mulheres, entre 40 e 43 anos, e o tempo médio de duração dessas uniões é em torno de 14 anos. Ao analisar os conflitos conjugais, Mosmann e Falcke(2011) apresentam

---

<sup>98</sup> Cf.: Raposo, Togni(2009); Piscitelli(2011).

que eles ocorrem em sua maioria pelos seguintes motivos: desentendimentos relacionados aos filhos, o tempo que desfrutam juntos, questões que envolvam dinheiro, tarefas domésticas, sexo e questões legais.

Dados apresentados pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF) apontam que houve um aumento de 15% no número de divórcios no segundo semestre de 2020, sendo que a variação histórica costuma ficar em torno de 2%. Segundo o CNB/CF, esse aumento no número dos divórcios se dá em razão do maior período de convivência doméstica por causa do isolamento social em decorrência da COVID-19 e pela facilitação dos processos, os quais atualmente são feitos pela internet. O Colégio apresentou um panorama por Estado, sendo que 22 deles e o Distrito Federal tiveram taxas recordes: o maior número de divórcios ocorreu em Rondônia, com 54%, e o menor foi o Rio Grande do Sul, com 7%; Sergipe apresentou 21% de aumento<sup>99</sup>.

Torres (2001) afirma que o casamento tem papel central na construção da identidade das pessoas. No entanto, ela também vai recordar que às vezes o indivíduo necessita manter certos aspectos de sua identidade pessoal “não resolvidos” ou “insatisfeitos” para preservar a “estabilidade conjugal”. No tocante ao matrimônio de pessoas que possuem nacionalidades diferentes, esses aspectos são fortalecidos também pelas diferenças culturais e linguísticas.

Yoko lembra que John tem por característica realizar elogios e que muitas vezes parecem desrespeitosos. Porém, para ele, e a partir da herança cultural que ele carrega, esses elogios são formas de gentileza. John percebe as diferenças culturais, mas coloca também como forma de visualização de “maldade” da parte de Yoko. Vejamos:

**Yoko:** Logo no começo, quando ele veio para o Brasil e estava na academia, ele falava com a gente – “você está gostosa” – falava para as alunas dele, e eu: “como você fala que a mulher está gostosa? Isso é um desrespeito com a mulher, diga que está bonita, se falar gostosa parece que tá querendo a mulher do outro”.

**John:** Mas falei gostosa é bonita [risos] as pessoas levam na maldade, é natural em Venezuela [inaudível]. Uma vez fiz um elogio no treinamento, todo mundo ficou sério e depois uma menina disse – “professor você faltou com respeito” – eu: “Porquê?” – Sim. E aí, me desculpei e disse, é a diferença cultural.

E acrescenta:

Quando você tem um relacionamento com uma pessoa de fora você é o diferente e vice e versa. Tanto ela quanto eu temos a capacidade de nos mantermos juntos, mas as diferenças culturais são muitas. Quando elogio uma mulher “linda”, “uma flor”, para ela estou paquerando, então tem essa maldade (JOHN).

As diferenças são comuns em todas as relações sociais. Nesta tese, de modo particular, as diferenças são apresentadas não apenas pelo fato de os meus entrevistados serem

<sup>99</sup> Dados disponíveis em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/22/brasil-tem-numero-recorde-de-divorcios-no-segundo-semester-de-2020-> acessado em 26 de abril de 2021.

de nacionalidade, orientação sexual e língua materna diferentes mas também pela pluralidade de perfis analisados. Mais do que nunca, neste texto é necessário romper com os essencialismos ao analisarmos o objeto de estudo proposto. Brah (1991) nos lembra que, ao falarmos sobre as diferenças, não devemos privilegiar as dimensões macro e micro de análise, mas “articular discursos e práticas inscreve relações sociais, posições de sujeito e subjetividades” (BRAH, 1991, p. 359).

Pode-se perceber que um dos pontos marcantes das diferenças são as questões linguísticas. Elas são um dos pontos que geram tensão não só entre John e Yoko mas também entre Harry e Meghan. Meghan irá nos pontuar que, por vezes, não é necessariamente a cultura, mas a interpretação do que se falapelo que existem falsos cognatos.

Eu acho que existe, mas nem sempre percebemos ela, porque o casal são N facetas, aí tem um conflito por uma coisa, por outra e talvez pode não ser por uma questão cultural, pode ser simplesmente por um não entendeu o outro. Até porque francês e português têm muitos falsos amigos na língua. Porque uma palavra aqui é mais ou menos é o contrário lá, mas tem o mesmo radical, por exemplo, “*Pourtant*” e aqui é portanto, lá tem “*pourtant*” uma conjunção, mas quer dizer o contrário, em francês é entretanto. Essas coisas às vezes a gente não se entende, e não necessariamente a gente percebe que é essa diferença cultural (MEGHAN).

A língua pode ser vista como um dos maiores marcadores identitários (HALL, 2016) mas também como um espelho da cultura ou um veículo cultural (LIND, 2008). Lind (2008) dará importância central em sua tese às diferenças linguísticas e como elas interferem na satisfação conjugal dos casamentos “binacionais” analisados por ele. É importante pontuar que mesmo os casais com a mesma língua materna podem dar significados diferentes à mesma palavra. “Canalha”, por exemplo, no Brasil pode ser alguém em quem não se pode confiar; em Portugal pode ser considerado um grupo de crianças. Essas diferenças também são encontradas no mesmo país, ou até no mesmo Estado, cidade, e podem depender do significado pessoal que cada um dá a determinada palavra: eu, por exemplo, acho “querida” um adjetivo que exprime falsidade, mas é extremamente comum as pessoas se tratarem dessa forma.

Através da linguagem construímos nossas identidades (GONDAR, 2002) individual e coletiva. Muito mais que instrumento de comunicação humana, ela também é uma forma de definição geopolítica, de consolidação de um Estado-Nação e de estabelecimento de relações de poder e contribui nas “conquistas revolucionárias, em qualquer campo da produção humana: nas artes, na ciência, no pensamento moral e político” (VOTRE, 2002, p. 99).

No caso de Carlos Gustavo e Sílvia, ambos falavam inglês, ela fluentemente e ele apenas o básico. Contudo, começaram a comunicação no “portunhol” visto que eles não

conheciam as línguas maternas um do outro e um artifício que eles encontraram foi ensiná-las um ao outro. Atualmente eles transitam nos dois idiomas: em alguns momentos falam o português e, em outros, o espanhol.

**Carlos Gustavo:** A gente, quando se conheceu, eu precisava falar devagar em espanhol para que ela pudesse entender, porque as pessoas falavam muito, muito rápido. Então eu tratava de falar para ela em espanhol para que ela captasse e também pudesse falar em espanhol. Depois ela também falava para mim em português para que pudesse aprender, porque a ideia era vir para cá para o Brasil conhecer a família, conhecer os tios. Então ela falou: ‘Amor, você quando for ao Brasil, for a Aracaju, você irá conhecer um monte de pessoas, meus amigos familiares e, a princípio, você irá se sentir estranho porque eles não vão te entender’. Então eu falei: ‘tá, tá bom’. E assim foi.

**Sílvia:** E era engraçado porque eu falei várias coisas para ele não dizer aqui no Brasil porque soava como duplo sentido, por exemplo: apertar a bochecha. Eles falam: “agarrar cacete”. Aí eu dizia: amor, se você ver uma criança não fala isso.

(...)

**Carlos Gustavo:** Nós nos ajudamos porque eu tinha que vir ao Brasil e ela tinha que ir ao Peru.

Contudo, não são apenas as questões linguísticas colocadas como tensionamentos nas relações. Os entrevistados também apontam questões ligadas a rotinas domésticas, como a falta de organização de um dos cônjuges. Torres (2001) recorda que existe uma retórica de igualdade na divisão das tarefas domésticas, o que não é visualizado na prática e é um dos pontos que mais geram tensões nas relações conjugais. Vejam a fala de Wallis: segundo ela, a relação dos dois não possui tensões e existe uma divisão das tarefas domésticas “de forma que respeite as habilidades” de cada um. No entanto, o que a incomoda é a bagunça.

Só a bagunça mesmo porque ele é muito bagunceiro. A bagunça é a única coisa que eu consigo lembrar porque a gente realmente não tem. O fato de sermos só nós dois, a gente não tem um terceiro, a família longe. Então no nosso relacionamento a gente não tem tensão (WALLIS).

Já para Carlos Gustavo e Sílvia o processo é diferente: a bagunceira é Sílvia e isso também é um dos pontos de conflito do casal.

**Carlos Gustavo:** Eu não gosto de ver muita bagunça. Assim na cozinha, eu cozinho, mas uso um prato, uso uma tábua, termino de fazer, eu lavo. Deixo limpo! Mas minha esposa, ela usa, bota na pia e deixa aí. Aí eu venho do trabalho, cansado, eu não falo nada para ela, eu venho e lavo.

**Sílvia:** Às vezes a cabeça tá xingando.

**Carlos Gustavo:** Aí se eu tiver com a cabeça quente eu não falo.

No relato de Sílvia e Carlos Gustavo eles detalham um comportamento que é realidade para muitos casais na relação cotidiana, vide as várias histórias de “toalha molhada em cima da cama” como motivo para brigas de casais. Neste caso, não necessariamente é algo relacionado às diferenças culturais, mas, sim, as diferenças na forma de realizar as atividades domésticas.

Já Marydemonstranção gostar de fazer as tarefas domésticas, porque não é “mulher de casa”e que um dos pontos de tensionamentos é quando ela percebe que Francisco não irá realizar nenhuma tarefa domésticaao chegar do trabalho.

Eu não gosto de cozinhar, eu não gosto de atividades domésticas [com ênfase] eu odeio, eu odeio! Não sou mulher de casa, sou mulher de passar o dia todo trabalhando, mas de ficar em casa, de arrumar, passar ferro, não é comigo e quando eu vejo que ele chega em casa cansado e não vai consegui dividir, junto comigo, eu me estresso mais ainda. Eu não sei muito cozinhar, e ele adora comer, acho que é o *hobby* dele, é comer! Acho que dele e de todo latino, todos, você quer conquistar algum latino, peruano, vá na barriga (MARY).

Outro ponto levantado foi a convivência diária já que ambos estão em casa todos os dias, durante o dia todo. Esse é o caso de José e Mariana:

Eu acho assim, épor conta da idade, a gente fica mais chato, encrenqueiro, e quando estão os dois dentro de casa aí é que piora mesmo, estou sentindo isso. Antes não, antes eu trabalhava né, ele por outro lado também teve a oficina dele eu sempre tive minha repartição e aí depois a gente voltava pra casa e ficava à noite junto, mas agora não, estou em casa o dia todo. Ele agora como autônomo tá em casa parado, fazendo coisas em casa. Hoje mesmo ele cozinhou, vai entregar a marmitinha. Amanhã tem quentinha de pizza, mas aí ele está tentando, ele tá vendo aí uns projetos, pra ver uns carrinhos de açaí, ele tá afim de investir no negócio de açaí. E eu num comércio aí de roupa, né, mas, por enquanto, estou sentindo no momento os dois estarem juntos, assim, o dia todo, quer queria ou não uma coisa e outra, se incomoda, falo.(MARIANA)

Torres (2001) pontua como as relações conjugais são importantes para a construção das identidades individuais e como isto está ligado também aos processos de divórcio, o que diferencia as relações conjugais contemporâneas das relações conjugais de tempos atrás e que estas últimas estavam mais ligadas às questões estruturais. Para muitas mulheres casar-se ainda constitui um meio para alcançar autonomia (GIDDENS, 1993) e ela significa também a construção da sua identidade individual, pois o casamento reconfigura sentidos e prioridades nas vidas dos seus cônjuges, o que resultará na percepção de suas identidades individual e social (TORRES, 2001).

A ruptura conjugal pode ser vivida ou explicada pela simples (e por vezes bem complexa) razão do desamor, a análise do discurso dos divorciados (TORRES, 1996) revela quão frequente é a referência a uma incomodidade percebida de forma difusa, traduzida em frases do tipo “já não me sentia eu próprio” ou “não me sentia bem” (TORRES, 2001, p. 95)

Uma questão apresentada por José e Mariana – e não colocada por eles como tensão – foi o interesse de José voltar para o Uruguai. O casal não colocou este ponto como algo em disputa na relação, tampouco como tensionamento, mas, no ato da entrevista, gerou um incômodo no casal.

**José:**Para mim, hoje estaria melhor (no Uruguai), porqueo aposentado é a mão de obra mais procurada no Uruguai, porque o povo do Uruguai está migrando para outro país e o aposentado tá querendo voltar a trabalhar e o governo tá dando essa

possibilidade, por quê? Porque é uma mão de obra que dificilmente falta, e já tem experiência, então você já incentiva a trabalhar bem. O problema seria Mariana, quem seria Mariana no Uruguai? Eu trabalhando o dia todo?

**Mariana:** Eu iria nada, não vou trabalhar... já trabalhei muitos anos.

Também é importante pontuar que as questões ligadas às diferenças de nacionalidade e de cultura estão presentes nestas relações e que geram conflitos no casal. Meghan e Harry tiveram conflitos pelo fato dela ter sido vítima de preconceito racial em Paris, o que potencializou seu olhar sobre a França como um país colonizador.

Depois disso eu passei um ano com ódio da França, mas tudo que eu falava da França, nojentos, colonizadores, filhos d'putas racistas... Até um dia que Harry disse – Meghan, não aguento mais, olhe pra mim, eu sou Harry não sou a França, que lhe lembre como é se trata pobre, como se trata negro no Brasil? - ele me curou, mas foi duro viu, foi duro.

(...)

A França pra mim continua um país estrangeiro, a França pra mim quando você trabalha com representação, às vezes eles sofrem disso, das minhas representações negativas, da reação do colonizado, mas, Marselha... tem duas cidades no mundo que gosto, Campina Grande e Marselha, não é Itabaiana, não, Campina Grande onde fiz a faculdade, e Marselha. Elas têm tudo a ver. Com essa questão de imigração eu encontrei afinidade com as duas, e olhe que elas não se parecem não (risos). E ele só foi uma vez em Campina, teve uma vez que ele me disse – você está me negando em conhecer essa Campina Grande – eu levei, e ele gostou, achei que ele não iria gostar, ele gostou (MEGHAN).

Outro casal que pontua conflitos em razão das diferenças culturais são Francisco e Mary. Mary acredita que, no Brasil, a mulher possui certa autonomia a mais que no Equador – país de origem do seu cônjuge – e isso impacta as relações entre o casal.

Não era da cultura dele a mulher se expor. Isso chocou um pouco porque ele pensava de uma forma conforme a cultura dele, e eu tinha que acreditar ...[inaudível] estudar, e agente (a entrevistadora e entrevistada) conseguiu crescer aqui (no Brasil) no nosso costume. Aqui é nosso costume da mulher sair, trabalhar, fazer o que quer, e lá, não, a mulher fica nessa mercê do marido, dependência, então, houve esse choque logo no início, e uma vez ou outra aparece e digo – *Você lembra que a gente é diferente, então, por ser diferente não precisa ficar brigando é só respeitar* - Mas teve um bom choque (MARY).

Nas relações sociais a questão da diferença é muito marcante. São diferenças entre nacionalidade, orientação sexual, raça, geração, classe social, posicionamento político, religioso, dentre outras. Ser diferente ou pensar diferentemente, por vezes, gera conflito, intolerância, violência pelo fato de os indivíduos visualizarem apenas um padrão, essencializado – o homem heterossexual branco de classe média – porém, até mesmo esse padrão tem suas mais variadas formas de ser, saber e pensar, pois o indivíduo dá significado as suas experiências a partir das suas relações econômicas e culturais: “em outras palavras, como uma pessoa percebe ou concebe um evento varia segundo como ‘ela’ é culturalmente construída” (BRAH, 1991, p. 362).

Experiência similar é descrita por José ao falar do Uruguai. Segundo ele, quando lá residia, o machismo era muito forte, os homens não queriam a inserção da mulher no mercado de trabalho e preferiam manter, sozinhos, as despesas da casa ainda que tivessem de ter mais de um emprego. Contudo, o fato de ele ter sido criado numa comunidade de imigrantes onde os maridos e suas esposas eram “camaradas” um com o outro deu-lhe outra experiência em relação à convivência marital.

Eu tive a sorte de conviver com casais lá no Uruguai que pensavam no marido sustentava a casa e a mulher em estudar e o marido nunca se opunha, não. Masaquele tempo no Uruguai o machismo era muito grande. Eu tinha uns amigos que preferiam trabalhar em dois ou três empregos que a mulher saindo para trabalhar, ela tinha que ser dona de casa. E como eu me criei neste ambiente, e não tinha como ter contato com minha mãe direito para saber como era que meu pai estava sendo, se meu pai era opressor, aí eu me criei totalmente liberal, eu sempre coloquei na minha cabeça que a mulher poderia fazer o que ela quisesse, até a hora que ela quisesse, até o dia que ela quiser, e eu tentar fazer a minha parte também, mas tive sorte de ter conhecido esses casais foram maridos e mulheres muito camaradas um com o outro. E pronto, aí aprendi isso, e levo isso com exemplo para mim, nunca tive problema, não, mas o Uruguai era muito machista, mas eu não me envolvia neste sentido, eu sabia, não participava, a família que eu convivia, nossa, era maravilhoso. Eu tive sorte, se tiver uma ou outra eu também não percebia (JOSÉ).

Fato quase unânime entre os casais entrevistados é que eles não visualizam que as diferenças de nacionalidade trouxeram tensões e conflitos para a relação. Os entrevistados pontuaram que não veem diferenças na relação em comparação a casamentos endogâmicos. Sílvia explica:

Eu não vejo diferença do meu convívio com ela para o do meu pai com minha mãe. A únicadiferença é que às vezes a gente fala espanhol (Sílvia).

Um outro relato importante é do de Mary, em que ela pontua que as diferenças culturais existem, mas o fundamental na relação é que exista o respeito pelo outro.

Acho que mesmo que a cultura interfere bastante, porém, assim, você acreditar que ele tem a cultura dele, porém como ele passou por outros país, ele absorveu um pouco da cultura de cada um, mas o principal não é seguir uma cultura, o principal é você acreditar no que você acha o que é certo o que é errado, e respeitar acima de tudo, não é? O Próximo, independente de qual seja a sua cultura ou que não seja, sempre o respeito. Eu acho que consegue ter uma boa relação em qualquer país e qualquer pessoa em todo país, não é isso? (MARY).

Penso que, para analisar as disputas e tensões nas relações conjugais, deve-se entender que cada casal pode estabelecer mecanismos de superação das diferenças, que cada casal é composto por indivíduos que se diferem um do outro e que, portanto, diferenciam-se de outros casais. De modo particular, possuo um universo de pesquisa com casais de várias classes, níveis educacionais e nacionalidades, o que já posiciona tais casais em categorias de análise, de percepção do mundo, de experiências de vida de forma diferenciada. Contudo,

pude perceber que, em nível maior ou menor de tensionamento, as questões ligadas à divisão das tarefas domésticas e as diferenças culturais são o centro de conflitos desses casais.

## CONCLUSÕES

Assim como os contos de fadas, tão assistidos por mim e pela minha geração, os quais ajudaram a educar tantas mulheres acreditando em príncipes encantados que nos salvariam, que apresentariam um universo de amor em que deixaríamos de ser plebeias e passaríamos a ser princesas, quero concluir esta tese com o “viveram felizes para sempre”. Enquanto criança, acreditava que os encontros amorosos aconteciam daquela forma; hoje sei que o “felizes para sempre” é apenas um começo de um novo ciclo, sei que o “‘para sempre’ sempre acaba”, ainda que apenas fisicamente. Os contos de fadas tradicionais acabavam na parte em que se inicia o casamento, como se, a partir dali, fosse apenas felicidade. Contudo, nos casamentos reais e nesta tese não é bem assim. Esse não é o fim de um trabalho de pesquisa, é apenas o fechamento de um ciclo, o fechamento da tese e a abertura de outras análises a partir de tantos outros questionamentos que surgirão posteriores a este trabalho de pesquisa.

Fechar este ciclo de mais de quatro anos submersa em um tema é rememorar as idas e vindas que o processo de pesquisa faz com o pesquisador. O término deste trabalho não é o seu fim, tampouco o estabelecimento da verdade absoluta dos fatos: é apenas um dos meios de análise do meu objeto. Outros pesquisadores poderiam – e devem – analisá-lo de forma diferente, mas ele é, sobretudo, um caminho para novas pesquisas. O caminho que eu escolhi!

Minha abordagem neste texto privilegiou uma análise diferenciada tanto da teoria de gênero como dos processos migratórios. Não quis nesta pesquisa analisar as mulheres imigrantes, o mercado pornográfico, a migração feminina por amor, tampouco a mulher apenas como submissa à dominação masculina, fraca e passiva. Esta pesquisa mostra homens imigrantes que escolhem constituir uma família na cultura feminina, com mulheres chefes de família, que, na relação doméstica, conseguem manter relações mais igualitárias.

Penso que o “estranho”, que intitula minha tese, não é apenas um termo popular para descrever este imigrante que chega ao Brasil. O “estranho”, neste caso, é a nova cultura que chega ao espaço doméstico desta mulher brasileira, são os novos hábitos, os rituais, a língua, a religião. Mas essa nova família também é “estranha” ao recém-chegado. Este processo de interação de ambos os “estranhos”, quando realizado com sucesso, torna-se um abrigo, uma proteção, daí porque analisá-los a partir da interculturalidade. Analisar esses casais a partir desta perspectiva teórica não é falar em assimilação, mas em diferenças; é perceber que os conflitos existem, mas que essas relações são construídas a partir da negociação e de empréstimos recíprocos (CANCLINI, 2007).

Ao longo deste texto tentei responder como são construídos os papéis sociais de gênero nos casamentos interculturais entre mulheres brasileiras e homens imigrantes que vivem em Aracaju. E para sua resposta foi necessário estabelecer um objetivo geral e os respectivos objetivos específicos, quais sejam: **objetivo geral** – compreender como são construídos os papéis sociais de gênero em casamentos interculturais entre mulheres brasileiras e homens imigrantes residentes em Aracaju; **objetivos específicos** – identificar como se processa a transmissão dos rituais familiares em famílias com cônjuges de nacionalidades diferentes; compreender quais as representações sociais preexistentes sobre o homem estrangeiro e a mulher brasileira; analisar como ocorrem as relações de poder nas decisões do cotidiano dessas relações; investigar se nessas relações conjugais os papéis sociais historicamente construídos entre homens (espaço público) e mulheres (espaço privado) são repetidos; investigar quais as disputas e tensões destas relações.

Assim, baseei minha tese no olhar acerca da construção das identidades autóctone e imigrante, compreendendo-as a partir das quatro dimensões que Ennes e Marcon (2014) nos apresentam. Visualizei-as nos nove casais entrevistados, os meus “atores”, pois cada um deles possuía características próprias; nas “disputas” estavam em jogo não só as questões culturais que envolvem cada cônjuge mas também as questões relacionadas às diferenças de gênero, religião, raça, classe, nível educacional; e essas “disputas” são geridas pelas normas do Estado brasileiro, que entende não só o casamento como o oficializado em cartório civil, mas como a união estável e estipula quem é brasileiro e quem não é, além de todas as outras normas que fazem com que estejamos livres; por fim o “contexto social e histórico” em que cada um dos casais está inserido, seus vínculos sociais e o seu processo de formação identitária.

Esta passagem me faz lembrar Elias (1994) para pensar que não somos uma folha em branco: somos todos os outros que vieram antes de nós. Daí também a importância em observar cada caso, cada história e não realizar uma análise linear e essencializadora dos casais. Ao citar Elias (1994), é mister pontuar também que ainda que tenhamos liberdade de escolha e de movimento. Existe uma “ordem oculta”, imperceptível, que norteia as escolhas individuais, que tem relação com sua educação, com sua classe social, gênero, família, experiências de vida, compreendendo que estes casais nasceram a partir de experiências migratórias anteriores, que podem ser de trabalho, definitiva, através da migração interna, educacional, dentre tantas outras formas de acesso ao trânsito migrante. E estas experiências não são exclusivas dos homens imigrantes mas também das mulheres nativas; das nove entrevistadas, apenas Yoko não possuía referência migratória, tendo as outras já passado por

relacionamentos com imigrantes, estudado no exterior, decidido conhecer pessoas de outros países, por migração interna ou imigrado para Europa por estudo ou trabalho.

Pode-se dizer então que os rituais familiares destes indivíduos são permeados pelas duas culturas? Definitivamente, não. O que observei é que a cultura do homem imigrante está presente nestas relações, mas é muito inabitual. Alguns costumes conseguem ser repassados, porém a regra são os costumes da cultura brasileira. A alimentação, prática tão corriqueira de cada país, é quase sempre à “moda brasileira”. Contudo, a cultura imigrante também está presente: os homens conseguem inserir alguns rituais familiares, como, Carlos Gustavo com seu hábito de sentar-se à mesa sem o uso de eletrônicos ou o de Tom, que converteu sua esposa ao islamismo, mas estas inserções da cultura imigrante são exceção, não a regra dos casamentos analisados nesta pesquisa. Não foi observado, nas residências e nas vestimentas, qualquer traço que remetesse com mais força a cultura do homem.

Exceto Gisele e Tom, que são o casal com maior presença da cultura masculina no espaço doméstico, todos os outros foram incorporados à cultura brasileira. Em minha análise, acredito que, neste caso, isso se dá ao fato de a cultura árabe ser muito forte, a renda familiar vir do comércio de alimentação árabe e a família de Gisele ser tradicional e conservadora, sendo Tom a primeira experiência de relacionamento afetivo sexual de Gisele, diferentemente dos demais casais.

No entanto, este casal é o ponto fora da curva: observei que a marca principal é da cultura brasileira e penso que este traço tem relação com o fato de esses imigrantes não possuírem uma comunidade aqui em Aracaju. Esses imigrantes são pessoas isoladas da sua cultura nativa e, por isso, seus hábitos e rituais vão se dissipando. O fato de estar com outros nativos de sua cultura faz com que esses imigrantes se sintam mais “em casa” e não totalmente “estranhos”. O costume de trazer para as rodas de conversas, para a alimentação, para a linguagem, para o convívio doméstico práticas da cultura nativa faz com que esta cultura imigrante permaneça viva. Como esses imigrantes não possuem o vínculo com outros de cultura similar, seus rituais acabam se dissipando já que a cultura autóctone é muito presente, afinal grande parte do ciclo de convivência dele é a família brasileira.

Quero chamar a atenção – e porque não deixar também uma pista para futuras pesquisas? – a compreender os casais que vivem em trânsito, como Pedro e Leopoldina, Harry e Meghan, aqui nominados **casais interculturais transnacionais**. Fiquei a indagar-me como seriam estes casais quando no país nativo do homem. Acredito que eles não mudariam a sua essência, mas como seria a relação desta mulher com a cultura local, a língua, os hábitos nativos, e a própria relação de casal? Haveria alteração? No tocante ao último

questionamento, segundo os entrevistados, não, mas acredito seja algo a ser pesquisado posteriormente.

E a partir destes questionamentos, uma pergunta é recorrente: como se processa a transmissão dos rituais familiares por meio de relações interculturais? Posso afirmar que esta transmissão ocorre através das práticas alimentares, do convívio com pessoas e do ensino da língua imigrantes. Contudo, os rituais da cultura imigrante não foram tão observados quanto os da cultura brasileira. Nas entrevistas realizadas no espaço doméstico não observei nenhum objeto, imagem ou vestimenta que remetesse à cultura do homem, assim como isto também não foi exposto nas entrevistas que ocorreram em espaços públicos, ainda que nas entrelinhas e independentemente de há quanto tempo este imigrante está no Brasil.

Outro fato pertinente – e o leitor mais atento talvez tenha percebido – é que as mulheres eram mais comunicativas; elas falavam mais que eles, contavam mais detalhes da vida a dois e da rotina doméstica. Os homens se manifestavam quando a pergunta era feita exclusivamente para eles: se fosse uma pergunta aberta, era quase certo que a resposta seria dada pela mulher. Daí a transcrição ter mais trechos da fala feminina. Isto me leva a pensar que alguns pontos nos aproximam (pesquisadora e entrevistada): a) sermos mulheres; b) sermos brasileiras; e c) possuímos a mesma língua nativa (DUTRA, 2013), o que gera familiaridade e confiança para poder falar.

Um outro questionamento importante é: “o que leva essas pessoas a casarem-se?”. Utilizando-se da teoria das representações sociais e da decolonialidade, busquei analisar as representações sociais que ambos – imigrantes e autóctones – possuíam um do/a outro/a. Foram observadas as mais diversas representações, porém a hegemônica é a representação da masculinidade brasileira, em que o homem brasileiro é visto tanto pelas mulheres como pelos homens como alguém mais rude, grosseiro, infiel, ciumento, alguém que não sabe cortejar, ao passo que o homem europeu é o avesso desses adjetivos: é cortês, respeitador, menos machista. Mesmo com o meu campo sendo de maioria homens latino-americanos, ainda assim eles eram caracterizados como mais corteses que os homens brasileiros.

Já a representação da mulher brasileira sexualizada não foi pontuada como motivo de atração. Contudo, foi exposto que esta é uma realidade a que os imigrantes tiveram acesso, exceto Tom, que, segundo ele, em função do conservadorismo do seu país, não tinha acesso à sexualização da mulher brasileira. No entanto, as amigas de Gisele acreditavam que ele poderia ser um “homem bomba”, enquanto a família de Tom achava que ela iria sequestrá-lo. Já os demais entrevistados pontuavam saber dessa imagem de feminilidade brasileira, ainda

que este não tenha sido o motivo da aproximação do casal ou que eles quisessem manifestar nas entrevistas.

Quando analiso as questões ligadas às relações de poder no espaço doméstico, verifico que elas ocorrem de forma linear e me remetem a uma questão central nesta tese: as mulheres aqui analisadas possuem autonomia financeira e, em alguns casos, são as responsáveis pelas despesas domésticas. Ao utilizar da interseccionalidade, remeto-me ao fato de essas mulheres estarem inseridas no mercado de trabalho, no seu ambiente cultural, com sua família, no seu ciclo de amizades, na sua língua nativa e isso faz com que elas consigam estabelecer uma relação mais linear.

Além disso, é perceptível que existem questões ligadas à raça. No entanto, isso não foi algo tão forte nesse campo de análise; não que não exista, mas, em função de os entrevistados não serem negros na maioria – exceto John –, esse foi um aspecto silenciado pela maioria dos entrevistados, ainda que questionados sobre isso. O marcador de raça e etnia é importante para pensar se os imigrantes de países pobres, colonizados e de maioria negra seriam acolhidos como os europeus. A fala de Yoko, reproduzindo o seu tio ao saber da relação com John, reflete muito bem isso: “Putá merda Yoko, foi logo arrumar um cubano preto e fodido?”. Ou seja, não é apenas ser cubano: é também cubano, mas ser preto e pobre. Outro casal que expõe este marcador são Harry e Meghan, mas não um preconceito sofrido por ele no Brasil, mas por Meghan em Paris. Então, posso afirmar que o preconceito ligado à raça e à etnia também está presente nestas relações, não necessariamente no casal, mas nas relações familiares, amistosas e da sociedade receptora.

Uma das questões que mais me chamou à atenção nesta pesquisa está ligada aos papéis sociais. Não à toa compõe minha pergunta de partida. Na análise dos papéis sociais que estão ligadas à rotina do dia a dia, às tarefas domésticas, ao discurso rotineiro, é que se pode perceber como os papéis de feminilidade e de masculinidade estão arraigados na sociedade. Apesar de as mulheres dividirem as despesas domésticas, é sobre elas que recai a maior responsabilidade das tarefas do lar: ao homem cabe o espaço da “ajuda”. Apenas nos casos em que a mulher é a responsável pelas despesas domésticas é que este papel é alterado. Ou seja, não é apenas ser mulher, é ser mulher com autonomia financeira<sup>100</sup>. E, neste caso, os papéis atribuídos ao espaço público como masculinos são flexibilizados entre homens e mulheres. No entanto, os espaços privados como femininos ainda são mantidos através do cuidado dos filhos e da casa como responsabilidade feminina e de “ajuda” masculina, ao

---

<sup>100</sup> Em nenhum dos casos a mulher era negra, então não houve possibilidade de analisar esse marcador identitário na perspectiva feminina.

passo que a divisão das despesas domésticas é colocada como responsabilidade de ambos, e não apenas como uma “ajuda” feminina.

Outra questão, fruto dos objetivos específicos, são as disputas e tensões nestas relações. Diante do que foi observado, descrito pelos entrevistados e analisado posteriormente, percebi que não existem tensões aparentes ligadas às diferenças culturais ou de nacionalidade. Harry e Meghan informam tensões que existiam sobre a nacionalidade de Harry por Meghan visualizar a França como um país colonizador e ter sofrido preconceito racial em Paris. Este bloqueio que ela sentia em relação à França afetou o relacionamento em dado momento, o que foi contornado. No mais, as questões ligadas ao entendimento linguístico são o ponto quegera mais atrito.

Diante do exposto, minha tese é de que os casamentos interculturais analisados não diferem dos casamentos endogâmicos no que concerne à construção dos papéis sociais de gênero. No entanto, assim como na análise dos casamentos endogâmicos, é importante articular outros marcadores identitários. Os casais aqui analisados possuem uma maior simetria na construção destes papéis sociais de gênero, mas porque as mulheres possuem maior autonomia financeira, estão estabelecidas e, em alguns casos, são as responsáveis pelas despesas domésticas.

Ademais, aquelas casadas com europeus são funcionárias públicas federais, professoras de universidades com pós-doutorado, ou seja, com alto nível de formação escolar. Não quero com isso afirmar que as relações hierárquicas de gênero não ocorrem em mulheres com altos níveis educacionais. Isso pode ocorrer, até porque a pós-graduação e a construção do conhecimento, de forma geral, são androcêntricas. No entanto, o conhecimento é fundamental para que nós, mulheres, possamos perceber e romper com as reproduções de uma sociedade marcada pelo machismo e por práticas patriarcais.

Quero lembrar que a ciência não é neutra, não é objetiva, e esta tese é fruto também das minhas vivências e experiências. Os casais aqui entrevistados compõem minha rede de relacionamentos e estão ligados a amigas de trabalho ou a colegas da pós-graduação, e aí já temos um recorte importante. São pessoas, em sua maioria, com nível superior, funcionárias públicas e de classe média. Os meus entrevistados, ainda que mulheres e imigrantes, que sejam considerados uma parcela vulnerável da sociedade, não são pessoas com baixos níveis de instrução, com condições precárias de moradia, que necessitem de políticas de redistribuição de renda ou de segurança alimentar.

Uma das coisas importantes com esta tese é pensar que as relações entre homens e mulheres são construídas a partir de uma lógica heterossexual e patriarcal, mas isso não

significa que se deva essencializar estas relações. Como observado na pesquisa bibliográfica para a construção desta tese, as mulheres em casamentos interculturais, que estão na condição de imigrantes, possuem dificuldades não encontradas com as mulheres entrevistadas por mim, daí porque ser tão importante não essencializarmos as análises, não tentarmos encaixar a teoria na pesquisa de campo, pelo simples fato de serem casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes, pois o fato de a mulher ser a nativa muda, altera sobremaneira a análise.

Por fim, quero reafirmar meu compromisso teórico com a interculturalidade e com a teoria decolonial de gênero, lutas que fizera com que minha análise não fosse superficial nem homogeneizante. Elas me fizeram observar meus dados sob a lente das diferenças, das desigualdades, não como dados estáticos, fixos e imutáveis, mas relacionais. Os imigrantes latino-americanos não possuem os mesmos capitais dos imigrantes europeus e a mulher não é apenas a vítima da dominação masculina. Todas estas relações são construídas a partir do “eu” e do “outro” diferentes, muitas vezes desiguais, mas não necessariamente xenofóbicos, preconceituosos e machistas.

Em todo caso, como um bom casamento real, este trabalho de pesquisa é apenas o pontapé para outros questionamentos, para a construção de outras pesquisas. Amanhã, talvez sua análise já esteja ultrapassada e é assim também com os casamentos. A sociedade muda e a ciência e nós pesquisadoras, que a estudamos, também mudamos.

## REFERÊNCIAS

- ACNUR, **Declaração do Alto Comissário da ONU para Refugiados, por ocasião do Dia Mundial do Refugiado 2021.** Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/06/18/declaracao-do-alto-comissario-da-onu-para-refugiados-por-ocasio-do-dia-mundial-do-refugiado-2021/> acessado em 16 de julho de 2021
- ACNUR, **Dados Sobre Refúgio no Brasil.** Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/> acessado em 16 de julho de 2021
- ANCHIETA, I. **Imagens da Mulher no Ocidente Moderno 1: Bruxas e Tupinanbás Canibais.** 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021a
- ANCHIETA, I. **Imagens da Mulher no Ocidente Moderno 2: Maria e Maria Madalena.** 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021b
- ANCHIETA, I. **Imagens da Mulher no Ocidente Moderno 3: Stars de Hollywood.** 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021c
- AMBE, Agência de Matrimônio Brasil-exterior. Disponível em: <https://www.futuromarido.com/index.php?pg=quemSomos> acessado em 06 de julho de 2020.
- ALENCAR, B. R. DE O. **Entre a regra e as estratégias: Uma abordagem antropológica do processo de escolha do cônjuge.** [s.l.] Universidade Federal do Pará, 2011.
- ANIBAL QUIJANO. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2009a. p. 73–117.
- ANIBAL QUIJANO. Colonialidade do poder e Classificação Social. In: **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2009b. p. 73–117.
- APPADURAI, A. **Dimensões Culturais da Globalização. A modernidade sem peias.** Lisboa: Teorema, 2004.
- ARON, R. Émile Durkheim. In: 7ª (Ed.). **As Etapas do Pensamento Sociológico.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. p. 296–375.
- ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, p. 33–56, 2015.
- ASSIS, O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, v. 15, n. 3, p. 745–772, 2007.
- ASSUNÇÃO, V. Migrantes por amor? Ciclo de vida, gênero e a decisão de migrar em diferentes fases da vida. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 1, p. 63–80, 2016.
- ASSUNÇÃO, V. K. Casamentos e migrações internacionais: notas a partir de uma etnografia sobre os relacionamentos afetivos entre brasileiras(os) e holandeses(as). In: **Novas e Velhas Configurações da Imigração Brasileira na Europa. Atas do 2o Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa.** Lisboa: ISCTE instituto Universitário de Lisboa, 2012. p. 349–361.
- ASSUNÇÃO, V. K. Casamentos entre Brasileiras e Holandeses: Considerações sobre o papel dos filhos nos processos de decisão sobre migrar ou retornar para o país de origem. **Leopolsianum**, v. 39, p. 49–68, 2013.

- BARROSO, M. F. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 446–462, 2018.
- BAUMAN, Z. Viver com estrangeiros. **Transcrição da Conferência do Congresso Confiança e medo na Cidade**, p. 1–9, 2004.
- BAUMAN, Z. **A cultura no mundo líquido moderno**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo sexo – fatos e mitos**. 4 ed. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- BELISÁRIO, K. A Mulher Brasileira No Olhar da Imprensa Internacional : Gênero , Discurso e Representações Sociais. **Universidade de Brasília**, p. 1–11, 2009.
- BENTO, Berenice. Estado, gênero e violência. Guilhotina. Le Monde Diplomatique Brasil. episódio 142, Deezer, versão para podcast, 2021
- BERQUÓ, E. A família no século XXI: um enfoque demográfico. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, p. 1–16, 1989.
- BÓGUS, L. M. M.; FABIANO, M. L. A. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. **Ponto-e-Vírgula : Revista de Ciências Sociais**, v. 0, n. 18, p. 126–145, 2015.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma Teoria da Prática. In: **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Atica, 1994. p. 132–265.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996. v. 45
- BOURDIEU, P. Compreender. In: **A Miséria do mundo**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 693–713.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2007b. p. 71–80.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. **Ofício de Sociólogo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BRAH, A. Diferença, Diversidade e Desigualdade. **International Review of Sociology**, v. 2, n. 2, p. 53–71, 1991.
- BRASIL. **Lei 13.455 de 24 de maio de 2017**.
- BREGER, R.; HILL, R. **Cross-cultural Marriage: Identity and choice**. New York: Berg, 1998.
- Brites, J. Serviço Doméstico: um outro olhar sobre a subordinação. In: **Gênero, Cultura e Poder**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004. p. 111–131.
- BRITO, A. X. DE. Habitus de migrante: um conceito que visa captar o cotidiano dos atores em mobilidade espacial. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 3, p. 431–464, 2010.
- BRZOSOWSKI, J. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p. 137–156, 2012.

- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados**. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 45–55, 2008.
- CASTELLS, M. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: **O poder da Identidade, Volume II**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 169–285.
- CASTRO, M. G. LAVINAS, L. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992. p. 216–251.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T. DE. **Dimensão da Migração Internacional: Desigualdades, Formalização no Mercado de Trabalho e Status Migratório**. Brasília: OBMigra, 2020a.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, W. F. DE. Os efeitos da pandemia de primeira aproximação a partir e o refúgio no Brasil: uma COVID-19 sobre a imigração dos registros administrativos. In: **Dimensão da Migração Internacional: Desigualdades, Formalização no Mercado de Trabalho e Status Migratório**. Brasília: OBMigra, 2020b. p. 17–40.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, W. F. DE. Um panorama da imigração e do refúgio no Brasil. Reflexões à guisa de introdução. In: **Dimensão da Migração Internacional: Desigualdades, Formalização no Mercado de Trabalho e Status Migratório**. Brasília: OBMigra, 2020c. p. 8–16.
- CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Políticas da masculinidade**, v. 20, n. 2, p. 185–206, 2017.
- CRENSHAW, K. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. p. 7–16, 2002.
- CRUZ, M. H. S. **Trabalho, gênero, cidadania: Tradição e modernidade**. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.
- CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 1ª ed. Bauru: EDUSC, 1999.
- DAURE, I.; REVEYRAND-COULON, O. Transmissão cultural entre pais e filhos: uma das chaves do processo de imigração. **Psicologia Clínica**, v. 21, n. 2, p. 415–429, 2009.
- DONATI, P. **Família no século XXI: abordagem relacional**. São Paulo: Paulinas, 2008.
- DUAN, N.; CLABORNE, G. Marital Interaction in Intercultural Marriage: An Application of Expectancy Violation Theory. p. 1–29, 2011.
- DUBAR, C. **A Crise das Identidades: A interpretação de uma Mutação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- DURAND, J.; LUSSI, C. **Metodologia e teorias no estudo das migrações**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- DUTRA, D. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho.

**Revista Interdisciplinar de Mobilidade Urbana**, v. XXI, n. 40, p. 177–193, 2013a.

DUTRA, D. **Migração internacional e trabalho doméstico: Mulheres peruanas em Brasília**. 1ª ed. São Paulo: OJM & CSEM, 2013b.

ELIAS, N. **O processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. eBook Kindle: Boitempo, [s.d.].

ENNES, M. A. **A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

ENNES, M. A. APRENDER COM O IMIGRANTE: A PRODUÇÃO MULTI/INTERCULTURAL DA DIVERSIDADE EM PORTUGAL. **Cadernos CERU**, v. 25, n. 1, 2014.

ENNES, M. A. Produção da diversidade: identidades e imigração. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 4, n. 8, 5 dez. 2016.

ENNES, M. A.; MARCON, F. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, n. 35, p. 274–305, 2014.

ENNES, M.; RAMOS, N.; SUARÉZ, B. O Lugar do Interculturalismo nas Políticas Migratórias em Portugal e Espanha. **Revista Tomo**, n. 32, p. 243–268, 2018.

FERRAZ, T. C. Acordos cotidianos: os conceitos de halal (permitido) e haram (ilícito) entre muçulmanos xiitas e sunitas do Rio de Janeiro e suas escolhas alimentares 1 Thaís Chaves Ferraz. **Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia**, p. 1–11, 2018.

FERREIRA, A. B. DE H. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FIGUEREDO, L. O.; ZANELATTO, J. H. Trajetória de migrações no Brasil. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 39, n. 1, p. 77–90, 2017.

FOUCAULT, M. O olho do poder. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Gaal, 1972.

FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 291–308, 2007.

G1. **Em vídeo, Damares diz que “nova era” começou: “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”**.

GIDDENS, A. **A Transformação da Intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

GIRONA, J. R. Migrantes por amor: La búsqueda y formación de parejas transnacionales. **Revista de Antropologia Iberoamericana**, v. 2, n. 3, p. 430–458, 2008.

GIRONA, J. R. et al. **Amor importado, migrantes por amor: La constitución de parejas entre españoles y mujeres de América Latina y de Europa del Este en el marco de la transformación actual del sistema de género en España**. Tarragona: Instituto de La Mujer, 2009.

GIRONA, J. R. I; MASDEU, M. S.; PUERTA, Y. B. Migraciones por amor: diversidad y complejidad de las migraciones de mujeres. **Papers Revista de Sociologia**, v. 97, n. 3, p. 685–707, 2012.

- GOES, A. G. DOS S. **Na confluência das águas as almas se encontram: migração haitiana, igrejas e configurações identitárias em Manaus (Brasil)**. São Cristovão: Programa de pós-guarduação em sociologia, 2020.
- GOMES, C. DE M. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, v. 18, n. 1, p. 65–82, 2018a.
- GOMES, M. S. O Imaginário Social “Mulher Brasileira” em Portugal: Uma Análise da Construção de Saberes, das Relações de Poder e dos Modos de Subjetivação. **Revista de Ciências Sociais**, v. 56, n. 4, p. 867–900, 2013.
- GOMES, M. S. Gênero, Colonialidade e Migrações: uma análise de discursos institucionais sobre a “Brasileira Imigrante” em Portugal. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 38, p. 404–439, 2018b.
- GONDAR, J. Linguagem e construção de identidade - um debate. In: **Linguagem, Identidade e Memória Social: Novas fronteiras, novas articulações**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 107–115.
- GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1979.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.
- HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 97, 12 fev. 2016.
- IBGE, I. DE G. E E. **Brasil 500 Anos**.
- IBGE, I. DE G. E E. **Sistema de Estatísticas Vitais**.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de Registro Civil 2018. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc\\_2018\\_v45\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2018_v45_informativo.pdf), v. 45, n. 1, p. 1–8, 2019.
- IOM. **World Migration Report 2020**. [s.l.: s.n.].
- IOM, I. O. FOR M. **World Migration 2008: Managing labour mobility in the evolving global economy**. Disponível em: <<https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2008-managing-labour-mobility-evolving-global-economy>>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- IOTTI, L. H. A Política Imigratória Brasileira e sua Legislação - 1822- 1914. **X Encontro Estadual de História - UFSM/UNIFRA**, n. [http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1273883716\\_ARQUIVO\\_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf), p. 1–17, 2010.
- IPEA. Atlas Da Violencia 2020. **Ministério da Economia**, v. 2.7, p. 1–96, 2020.
- KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 86, p. 93–103, 2010.
- KHATIB-CHAHIDI, J.; HILL, R.; PATON, R. Chance, Choice and Circumstance: A Study of Women in Cross-Cultural Marriages. In: **Cross-Cultural Marriage: Identity and Choice**. New York: Berg, 1998. p. 49–66.
- KOHN, T. The seduction of the exotic: Notes on Mixed Marriage in East Nepal. In: **Cross-Cultural Marriage: Identity and Choice**. New York: Berg, 1998. p. 67–81.

- LANG, A. B. DA S. G.; CAMPOS, M. C. S. DE S.; DEMARTINI, Z. DE B. F. **História oral, sociologia e pesquisa: a abordagem do CERU**. São Paulo: Humanitas, 2010.
- LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: **Iniciação a Prática Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LESSA, M. **Amar, desamar, amar de novo**. São Paulo: [s.n.].
- LIND, W. R. **Casais Biculturais e Monoculturais: diferenças e recursos**. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade de Lisboa, 2008.
- LÓPEZ, J. G. “Mami, qué será lo que tiene el negro!?”: Lo erótico y lo sensual en la publicidad española contemporánea a través del imaginário latino e africano. In: **Miradas y voces de la inmigración**. Aragón: Montesinos Ensayo, 2009. p. 157–177.
- LUGONES, M. Debates sobre colonialidad del género y (hetero)patriarcado. **Revista Tabula Rosa**, p. 55–75, 2008.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 2014, p. 935–952, 2014.
- MACHADO, L. Z. Campo intelectual e Feminismo: Alteridade e subjetividade nos estudos de gênero. **Série Antropologia**, p. 1–28, 1994.
- MARIANO, S. A. Modernidade e crítica da modernidade: a Sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise. **Cadernos Pagu**, n. 30, p. 345–372, 29 set. 2008.
- MARINUCCI, R.; MILESI, R. **Migrações internacionais contemporâneas**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/MIGRAÇÃO-NO-MUNDO.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- MARQUES, S. A. O sujeito Sociológico e a Crítica Feminista. In: **Gênero, Cultura e Poder**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004. p. 83–89.
- MATA, G. V. DA. **O ideal e sua forma: Casamento e condição feminina na sociologia de Marianne Weber**. [s.l.] Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Revista Sociologia Política**, v. 18, n. 36, p. 67–92, 2010.
- MEDEIROS, M. DAS G. L. DE. Trajetórias, Formas de Conjugabilidade e Relações Sociais de Gênero entre Casais Binacionais. **Revista Latino-americana de Geografia e Genero**, v. 2, n. 1, p. 56–64, 2011.
- MENDES, M. A. ESTUDOS FEMINISTAS: ENTRE PERSPECTIVAS MODERNAS E PÓS-MODERNAS. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 19, n. 2, p. 223–238, 2002.
- MENESES, C. S. **Diáspora trans: mobilidade e migrações espaço-temporal e de gênero** Tese de doutorado em Sociologia -PPGS/UFSSão Cristovão, 2020.
- MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista Não-diretiva em Sociologia. In: **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Poli, 1980.
- MINAYO, M. C. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: **Textos em Representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MJSP, P. F. **Imigração Venezuela/Brasil**. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/apresentcao-policia-federal-ate-abril-de-2019.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2019.
- MONSMA, K.; TRUZZI, O.; BÔAS, S. K. V. Entre a paixão e a família: casamentos interétnicos de jovens italianos no oeste paulista, 1890-1914. **Trabalho apresentado no XIV**

**Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.**, p. 1–23, 2004.

MONTEIRO, J. M. **10 lições sobre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2018.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: Investigações em psicologia social**. 7<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOSMANN, C.; FALCKE, D. Conflitos conjugais: motivos e frequência. **Revista da SPAGESP**, v. 12, n. 2, p. 5–16, 2011.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista de Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 8–41, 2000.

OLIVEIRA, A. T. R. DE. A transição na legislação migratória: um estudo empírico para o período de 1980-2019. In: **Dimensão da Migração Internacional: Desigualdades, Formalização no Mercado de Trabalho e Status Migratório**. Brasília: OBMigra, 2020. p. 41–79.

OLIVEIRA, M. DE. O Tema da Imigração na Sociologia Clássica. **Dados**, v. 57, n. 1, p. 73–100, 2014.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. O poder das famílias no Brasil. Guilhotina, Le Monde Diplomatique Brasil, episódio 138, Deezer, versão para podcast, 2021

OLIVEIRA, R. C. DE et al. Prosopografia Familiar Da Operação “Lava-Jato” E Do Ministério Temer. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 3, n. 3, p. 1, 2017.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2009UNIC/Rio, , 1948.

ONU. **Migração Mundial em Números: Uma contribuição conjunta da UNDESA e da OCDE para o Diálogo de Alto Nível das Nações Unidas sobre Migração e Desenvolvimento**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/els/mig/PORTUGUESE.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

PARENT IN SCIENCE MOVEMENT. Produtividade acadêmica durante a pandemia: Efeitos de gênero, raça e parentalidade. <https://www.ufrgs.br/ciencia/wp-content/uploads/2020/07/LevantamentoParentinSciencePandemia.pdf>, v. Acessado e, p. 13, 2020.

PASQUALIN, F. A. **O (des)encanto do casamento intercultural: Brasileiras casadas com muçulmanos estrangeiros**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2018.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 07–24, 2006.

PÉREZ, M. C. Marcas sociales para la construcción de la inmigración: Léxico, medios de comunicación y conformación cultural. In: **Miradas y voces de la inmigración**. Aragón: Montesinos Ensayo, 2009. p. 95–113.

PETRINI, J. C. Família na abordagem relacional de Pierpaolo Donati. In: **Família no século XXI: Abordagem Relacional**. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 13–46.

PIMENTEL, E. Prisões femininas: por uma perspectiva feminista e interseccional. In: **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 65–79.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. **Revista Sociologia Política**, v. 18, n. 36, p. 15–23, 2010.

- PISCITELLI, A. et al. Re-criando a (categoria) mulher? **Afro-Ásia**, v. VII, n. 14, p. 153–188, 2002.
- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263–274, 2008.
- PISCITELLI, A. “Papéis”, interesse e afeto, relacionamentos amoroso/sexuais e migrações. In: **Diásporas, mobilidades e migrações**. Florianópolis: Mulheres, 2011.
- PORTO, M. S. G. **Sociologia da violência: do conceito às representações sociais**. Brasília: Verbana, 2010.
- POSTHUMA, A. C.; LOMBARDI, M. R. MERCADO DE TRABALHO E EXCLUSÃO SOCIAL DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 1, p. 124–131, 1997.
- PUERTA, Y. B.; MASDÉU, M. S. Parejas en el espacio transnacional: Los proyectos de mujeres que emigran por motivos conyugales. **Migraciones Internacionales**, v. 5, n. 3, p. 143–174, 2010.
- QUEIROZ, M. I. P. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1988. p. 14–43.
- QUINTERO, P.; FIGUEIRA, P.; ELIZALDE, P. C. Uma breve história dos estudos decoloniais. **MASP Afterall**, v. 3, p. 12, 2019.
- RAMOS, N. Sociedades multiculturais, interculturalidade e educação. Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, v. 41–3, p. 223–244, 2007.
- RAPOSO, P.; TOGNI, P. C. **Fluxos Matrimoniais Transnacionais entre brasileiras e portugueses: Gênero e imigração**. Lisboa: ACIDI, 2009.
- REDAÇÃO, A. **Ramadan: O que é o mês mais sagrado de jejum do islam?** Disponível em: <<https://iqaraislam.com/ramadan>>. Acesso em: 13 mar. 2021.
- RITTINER, M. E. N. **Ser estrangeiro: a construção das múltiplas identidades nas relações afetivo-conjugais interculturais helvético-brasileiras**. [s.l.] Universidade Federal de Pernambuco, 2006.
- ROMERO, C. G. Pluralismo, Multiculturalismo E Interculturalidad Propuesta de clarificación y apuntes educativos. **Revista de Investigación Aplicada y experiencias educativas.**, v. 4, n. 8, p. 9–26, 2003.
- SÁ, C. P. DE. **Núcleo Central das Representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SAFFIOTI, H.; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.
- SARDENBERG, C. Caleidoscópios de gênero: Gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, p. 56–96, 2015.
- SATRAPI, M. **Radioactive** Reino Unido Netflix, , 2019.
- SAYAD, A. **A Imigração ou os paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SCHAEFFER, F. A. Estados de amor, sexo e intimidade através de fronteiras virtuais. **Cadernos Pagu**, n. 47, 2016.
- SCHÜTZ, A. O estrangeiro - Um ensaio Psicologia Social. **Revista Espaço Acadêmico**, v. X,

n. 113, p. 117–129, 2010.

SCOTT, J. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995a.

SCOTT, J. Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica. **Educação & Realidade**, p. 1–35, 1995b.

SCOTT, J. O Enigma da Igualdade. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 260–263, 2017.

SENKEVICS, A. S.; POLIDORO, J. Z. Corpo, gênero e ciência: na interface entre biologia e sociedade. **Revista da Biologia**, v. 9, n. 1, p. 16–21, 2012.

SILVA, C. et al. A Família e o Impacto da Imigração (Curitiba, 1854-1991). **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, p. 9347, 1997.

SOUZA, M. P. **Imigração Coreana em Aracaju/SE: uma construção da identidade**. Aracaju Universidade Federal de Sergipe, , 2019.

TEDESCO, J. C. O Gênero na Imigração: redefinições de papéis e dinâmicas étnicas. **Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, p. 1–13, 2010.

TEDESCO, J. C. Casamentos mistos: novas sociabilidades e quadros coletivos. Aspectos da imigração de brasileiras na Itália. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 1, p. 115–133, 30 maio 2014.

TERRAGNI, L. A pesquisa de gênero. In: **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 141–163.

TONHATI, T.; MACEDO, M. DE. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). In: **Dimensão da Migração Internacional: Desigualdades, Formalização no Mercado de Trabalho e Status Migratório**. Brasília: OBMigra, 2020. p. 111–141.

TORRES, A. **Sociologia do Casamento: A família e a questão feminina**. 1ª ed. ed. Oeiras: Celta Editora, 2001.

TRIGO, T. R.; TENG, C. T.; HALLAK, J. E. C. Síndrome de burnout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos. **Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)**, v. 34, n. 5, p. 223–233, 2007.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, v. 20, n. 1, p. 199–218, 2008.

VOTRE, S. J. Linguagem, identidade, representação e imaginação. In: **Linguagem, Identidade e Memória Social: Novas fronteiras, novas articulações**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 89–105.

WENTZEL, M. **O drama das brasileiras que sofrem com violência de maridos estrangeiros na Europa**.

XAVIER, M. A. Z. Cartografia do imigrante nos trânsitos entre o lugar e o dizer. In: **Cartografia da imigração: Interculturalidade e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 139–162.

## **ANEXOS**

**Problema:** como são construídos os papéis sociais de gênero nos casamentos interculturais entre mulheres brasileiras e homens imigrantes que vivem em Aracaju?

**Objetivo geral:** compreender como são construídos os papéis sociais de gênero em casamentos interculturais entre mulheres brasileiras e homens imigrantes residentes em Aracaju.

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

### I. Dados pessoais

1. Idade:
2. Naturalidade:
3. Naturalidade do cônjuge:
4. Trajetória migratória do cônjuge:
5. Grau de escolaridade:
6. Trajetória em termos de casamentos e união estável (é o primeiro casamento, se não, já casou com ou estrangeiro etc...

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUESTÕES NORTEADORAS	QUESTÕES SECUNDÁRIAS
Identificar como se processa a transmissão dos rituais familiares em famílias interculturais;	Há quanto tempo vocês se conhecem?	Como se conheceram?
	Você falava a língua dele?	Em qual língua vocês conversavam no início da relação?
		Em qual língua vocês conversam atualmente?
		Quem aprendeu primeiro a língua materna do outro?
Vocês possuem filhos?	Seus filhos foram alfabetizados em qual língua?	

		Em qual língua vocês educaram os seus filhos?
		Quem decidiu a língua com a qual ser educado?
	Como sua família reagiu quando você anunciou o relacionamento? E a família dele?	
	Você conhece a família de seu cônjuge? Se sim, como tem sido a relação com os pais e irmãos dele?	Em caso de existência de interação entre as duas famílias, como se deu esse processo?
		Você acredita que a diferença de nacionalidade impacta na relação entre vocês e suas famílias?
	Como ocorreu a interação entre seus amigos e seu parceiro?	
	Como vocês definiriam seu casamento em termos culturais?	
<b>Compreender quais as representações sociais preexistentes sobre o homem estrangeiro e a mulher brasileira;</b>	Você pensava em se relacionar com alguém de outra nacionalidade?	
	De que forma ele ser ( <b>informar a nacionalidade</b> , ex.: alemão) influenciou na sua decisão de se relacionar com ele?	
	Para você existe diferença entre os homens/mulheres brasileiras e os imigrantes?	Pontue algumas se houver.
<b>Analisar como se constroem as relações de poder nas decisões do cotidiano destas relações conjugais;</b>	Como foi a opção em morar em Aracaju?	
	Você já morou ou pensou em morar no país de origem do seu	Fale sobre isso.

	cônjuge?	
<b>Investigar se os papéis sociais historicamente construídos entre homens (espaço público) e mulheres (espaço privado) são comuns a todas as relações interculturais, independente de nacionalidade;</b>	Qual a profissão de vocês?	Se a mulher for trabalhadora doméstica, questionar como isso foi definido.
	Como ocorre a divisão de tarefas domésticas em sua casa?	Por que esta divisão foi feita desta maneira?
	Como se resolvem as despesas familiares?	
<b>Averiguar quais as disputas e tensões existentes nestas relações.</b>	Em que momento vocês percebem que existe maior tensão no cotidiano doméstico?	
	Como é o cotidiano da relação entre pessoas que nasceram em países diferentes e residem na mesma casa?	

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### Dados de identificação

Título do Projeto: Um estranho em minha casa? Análise dos casamentos interculturais em Aracaju

Pesquisador Responsável: Liliana Aragão de Araújo

Nome dos participantes:

Data de nascimento:

R.G.:

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa “Um estranho em minha casa? Análise dos casamentos interculturais em Aracaju”, de responsabilidade da pesquisadora Liliana Aragão de Araújo.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

**Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:**

- 1.O trabalho tem por objetivo geral: Compreender como são construídos os papéis sociais de gênero nas relações conjugais interculturais. E específicos: Identificar como se processa a transmissão dos rituais familiares em famílias interculturais; Compreender quais as representações sociais preexistentes sobre o homem estrangeiro e a mulher brasileira; Analisar como se constroem as relações de poder, nas decisões do cotidiano destas relações conjugais; Investigar se os papéis sociais historicamente construídos entre homens (espaço público) e mulheres (espaço privado) são comuns a todas as relações interculturais, independente de nacionalidade; Averiguar quais as disputas e tensões existentes nestas relações.
2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em participar na qualidade de entrevistado com o intuito de aprofundar e explicar como se dá a construção de papéis sociais de gênero nas relações conjugais interculturais.
3. Ao participar desse trabalho estarei contribuindo para o fortalecimento da pesquisa, bem como para a formulação de conhecimento sobre a sociedade contemporânea e as relações culturais existentes entre as pessoas de nacionalidades diferentes.

4. A minha participação neste projeto deverá ocorrer durante o período de realização da pesquisa.
5. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.
6. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, no entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, serei ressarcido.
7. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.
8. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.
9. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Liliana Aragão de Araújo, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: 99991-0109, e-mail: [lilianaaragao@gmail.com](mailto:lilianaaragao@gmail.com).

Eu \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_  
declaramos ter sido informados e concordamos em participar, como voluntários, do projeto de pesquisa acima descrito.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

Assinatura do participante

---

Assinatura do participante